**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

REGINA CELLY NOGUEIRA DA SILVA

**A REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA:
UMA ESTRATÉGIA PARA A REPRODUÇÃO DO CAPITAL
(VERSÃO CORRIGIDA)**

São Paulo

2016

REGINA CELLY NOGUEIRA DA SILVA

**A REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA:
UMA ESTRATÉGIA PARA A REPRODUÇÃO DO CAPITAL
(VERSÃO CORRIGIDA)**

Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Glória da Anunciação Alves

(de acordo)

São Paulo

2016

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Sr Silva, Regina Celly Nogueira da
 A Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa:
 uma estratégia para a reprodução do capital / Regina
 Celly Nogueira da Silva ; orientadora Glória da
 Anunciação Alves. - São Paulo, 2016.
 312 f.

 Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
 e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Departamento de Geografia. Área de concentração:
 Geografia Humana.

 1. Revitalização. 2. Centro Histórico. 3.
 Patrimônio. I. Alves, Glória da Anunciação, orient.
 II. Título.

REGINA CELLY NOGUEIRA DA SILVA

**A REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA
UMA ESTRATÉGIA PARA A REPRODUÇÃO DO CAPITAL**

Tese de doutorado apresentada ao
programa de Pós-Graduação em
Geografia Humana, como requisito para a
obtenção do grau de Doutora em
Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Glória da Anunciação Alves
(Orientadora)

*A Caitano Nogueira da Silva, meu amado pai, em
cuj a memória eu realizo um sonho certamente
também seu, que o tempo, fugidio, não esperou
que ele testemunhasse (1937-1978).*

AGRADECIMENTOS

Uma tese é, de certa forma, um trabalho coletivo, por mais que tenha sido escrita por um autor. Nesta tese, está contida toda uma trajetória de estudo que se iniciou em 1995, quando fui cursar o mestrado em Geografia Humana junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo. Essa trajetória foi longa, cheia de altos e baixos, podemos até dizer permeada de alegrias e tristezas, mas nos ajudou, nos fortaleceu, nos fez amadurecer pessoal e intelectualmente nos meandros da academia. Levou-nos também a entender que só através da dedicação séria, do estudo, da pesquisa, é possível avançarmos teoricamente. Assim, esta é a culminância de uma longa jornada. Isto que vemos agora concretizado em forma de ‘tese’ é, na verdade, o resultado de leituras e reflexões teóricas adquiridas nas últimas décadas e que, por isso, podem trazer possíveis fragilidades, que nós assumimos, pois consideramos que esse processo está, sempre, apenas começando.

Não haveria, no entanto, nenhuma conquista sem a generosidade em me aceitar como orientanda, da Professora Doutora Gloria da Anunciação Alves, com sua experiência, competência e maturidade, me deixou muito à vontade para realizar esse trabalho, e soube, nos momentos necessários, orientar, a bom termo, de forma enriquecedora e exitosa essa tese.

Às Professoras Doutoras Simone Scifone e Isabel Alvarez, membros da minha Banca de Qualificação, agradeço profundamente, pois desempenharam um papel fundamental para o bom resultado deste trabalho, tendo contribuído de forma construtiva, com competência, dedicação e sugestões valiosas.

O apoio (em todos os sentidos, até mesmo me ouvindo ao telefone) da minha grande amiga Professora Mestre Marceleuze Tavares foi também essencial, uma vez que pude contar com suas leituras atentas e criativas do texto, suas sugestões pertinentes e contribuições valiosas, seu interesse pela geografia urbana e pela geografia cultural, o que enriqueceu muito a minha análise.

Há pessoas, porém, cuja ajuda foi direta e extrapolam a vida acadêmica. O amor e o apoio generosos da minha muito amada mãe, Tereza de Jesus Gomes da Silva, representam, para mim, uma mão iluminada ao longo da minha vida. Sem essa força e sem a presença dela, nada disso teria sido possível.

Agradeço, também, ao meu filho amado, Pedro Ivo, para além do que as palavras podem dizer: tenho profunda admiração pela sua força, coragem, generosidade, alegria de viver e beleza. Obrigada pelo seu amor e compreensão por todos esses anos que dediquei aos estudos e à construção de uma carreira e uma vida acadêmica, tendo ficado ausente de casa na sua infância, nos aniversários, nos sábados ensolarados de verão e até mesmo aos domingos, viajando pelo interior da Paraíba. À pequena Maria Clara, por me fazer renascer, por me tornar mais forte para lutar por um mundo melhor e por me tornar uma pessoa mais feliz do que imaginei que pudesse ser. A Dilly, minha nora, pela sua força interior, coragem e determinação.

A minha querida irmã Rosana, pronta para ajudar nos momentos difíceis. Seu apoio incondicional também foi fundamental para que eu concluísse esse projeto de vida.

Pude contar também com a preciosa presença constante, com as palavras de apoio, incentivo, carinho, dos meus queridos familiares Maria Aline, Eduardo Henrique, Carmelita, Carlos André (Andrezinho), Lécia e Fátima Lucena. Não há palavras para expressar o meu profundo sentimento de agradecimento.

Uma trajetória dessa natureza conta também com contribuições subjetivas e de uma profunda importância, como a que temos na forte presença do meu primo-irmão Severino Orelly de Souza, que me desvelou a riqueza do mundo por meio da música, da literatura, do cinema, das viagens e das conversas intermináveis, na minha juventude, impulsionando-me pelos meandros do estudo e, conseqüentemente, da Academia.

Ao meu querido primo e amigo Freddy, que acreditou no meu sonho, desde a época do Mestrado (em 1995), quando me recebeu com carinho e cuidados na Rua Silvia, ensinando-me a desvelar a riqueza de viver na metrópole e, ao mesmo tempo, de amar a cidade que nasci.

A acolhida de Dona Esther, de Carlos e de Drikinha em sua abençoada casa, em São Paulo, também foi uma atitude abençoada em minha direção, rodeando-me de cuidados e fazendo-me sentir forte para enfrentar os desafios.

Outra acolhida generosa e sincera, que tornou o meu cotidiano em São Paulo mais leve e mais feliz, eu devo aos amigos Alcir, Daniel, Luciano, Sávio e Livia.

Outras participações importantes para a realização deste trabalho estão no carinho sincero e na companhia generosa de Flor e Abençoada, com aquele

cafezinho fundamental no Laboratório de Geografia Urbana. Calor humano nos dias frios de São Paulo.

Agradeço o apoio da minha amiga Maria Betânia e Maria das Neves (Nevinha), pelas conversas, cafezinhos e cinemas nos momentos de lazer.

Agradeço ao cuidado carinhoso de Humberto Vicente, que nos últimos anos me ajudou a ver com mais leveza e alegria esse exercício acadêmico. Agradeço também às amigas Conceição e Virgivane, que me ouviram com paciência e compareceram milagrosamente com suas mensagens. Ao grupo da Biodança, pelos momentos de reflexão, alegria e descobertas, o que, nos últimos meses, renovou minhas energias e estimulou minha criatividade.

Agradeço o apoio sincero e o carinho de Jurema, Cida e Rosangela, as Secretárias do Programa de Pós-Graduação em Geografia da USP, que me auxiliaram nos meandros burocráticos do programa de pós-graduação e tornaram-se pessoas imprescindíveis nesse processo.

Alguns colegas do Departamento de Geografia da UEPB, pela concessão generosa do tempo, também foram fundamentais para a fecundação das ideias e a floração final do pensamento escrito, especialmente os Professores Doutores Ana Gloria Marinho, Lanusse Tuma e Francisco Fábio Dantas da Costa, que lutaram pelo meu afastamento para a conclusão dessa tese.

Agradeço às Professoras Doutoradas da UFPB Regina Célia Gonçalves e Jovanka Baracuy, pela disponibilidade em me conceder parte de seu tempo para falar sobre o projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa e por me ajudarem a desvelar esse universo social complexo. Agradeço, também, à Professora Mestre Aracy Farias da Silva, geógrafa, colega de longa data, pela sua disponibilidade em me conceder uma entrevista para esse trabalho. Agradeço à Professora Mestra Angélica Mara, pela sua responsabilidade, competência e dedicação nas orientações e participação das bancas do Parfor/UEPB.

Não poderia deixar de agradecer à Sonia Gonzalez e Rosangela Toscano membros da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, Claudio Nogueira, atual Superintendente do IPHAN-PB e a Helena Tavares Gonçalves, técnica do IPHAN, pelas entrevistas, conversas e disponibilização de informações, material essencial para a conclusão desse trabalho. Agradeço a Gislaine, bibliotecária do IPHAN pela sua generosidade em procurar os documentos essenciais para a produção desse trabalho.

Outra acolhida generosa, que fez toda diferença para o resultado desta tese, foi a acolhida das mulheres da Associação de Mulheres do Porto do Capim em Ação, que me receberam com carinho, confiaram no meu trabalho e disponibilizaram muitas horas para as conversas nas ruas, casas e quintais que compõem esse genuíno lugar. Desvelaram-me um universo que eu pouco conhecia e a riqueza que há na simplicidade das pessoas que ali vivem e, por isso, deve ser preservado enquanto patrimônio cultural de João Pessoa.

Meu especialmente agradecimento a Rozeane Mendes, Rossana Hollanda, Dona Maria da Penha, Adriana, Senhor Edimirsom, Dona Júlia, Senhor Sebastião, pelos depoimentos que muito contribuíram para a riqueza das análises.

Não poderia deixar de agradecer aos amigos da geografia de longa data que, mesmo a distancia – tenho certeza –, torciam para a conclusão dessa tese e que sempre foram e ainda são uma referência presente na minha vida pessoal e profissional: Doralice Satyro Maia, Carlos Augusto de Amorim Cardoso, Maria de Fátima Ferreira Rodrigues, Maria Adailza Martins de Albuquerque, Edinilza e Manoel Barbosa, Luciana Medeiros e Neide.

Nos últimos meses de elaboração desse trabalho, quero deixar registrada a companhia generosa do meu querido sobrinho Lucas, que me fez companhia e me chamou a atenção: “Tia Regina, deixe essa novela pra lá e continue seu trabalho!” Obrigada, Lucas pela sua preocupação.

Por todos esses motivos, agradeço a todas essas pessoas – todas elas contribuíram, de um modo ou de outro, para a construção deste trabalho.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as formas através das quais o processo de revitalização do Centro Histórico de João Pessoa repercute na dinâmica socioespacial da área, bem como a interação dos elementos intervenientes na construção de sua realidade atual. Da mesma maneira, é parte do nosso interesse a identificação dos tipos de políticas levadas a efeito pelo Estado a partir da década de 1980 até os dias atuais, juntamente com as ações postas em prática pelas representações de setores do poder econômico da nossa sociedade, no interesse de redimensionar a produção e a reprodução do mencionado espaço. Visamos analisar as contradições existentes entre o discurso oficial e a sua efetiva prática, nas ações direcionadas ao chamado processo de revitalização. Também é nossa intenção analisar a mobilização da comunidade conhecida como Porto do Capim frente ao referido processo. Buscamos a identificação de como estes processos de intervenção urbana afetam diretamente a vida dos moradores locais, levando em consideração que estes moradores são ocupantes históricos deste lugar, tendo aí instaladas suas atividades e formas de uso do solo e da área espacial representativa do Centro Histórico. Consideramos que sua permanência e atividades na área, representam os sentidos de seu cotidiano, de sua identidade com o local e de sua sobrevivência. Ações no sentido da sua permanência e *status* patrimonial podem ser interpretadas, tal como em outros exemplos de “revitalização” como ressignificação de formas de resistência às demandas da expansão do sistema capitalista no país como os casos do (Recife Antigo/PE, Pelourinho/Salvador –BA, Centro Dragão do Mar-Fortaleza). Para a realização desse trabalho nos pautamos em trabalhos acadêmicos, publicações que discutem intervenções nas áreas históricas das cidades brasileiras, experiências nacionais e internacionais. O trabalho empírico foi realizado no Bairro do Varadouro e na Comunidade Porto do Capim, Vila Nassau e Frei Vital. Nesta etapa da pesquisa, e dentro de nossa ótica metodológica, procuramos contato diário com moradores e comerciantes da área. Frequentamos suas festas e manifestações religiosas/culturais, conversamos com donas de casa e pessoas mais antigas no lugar. Ao fim de algum tempo de convivência, conseguimos maior confiança e aceitação, bem como, da nossa parte, o entendimento mais abrangente do modo de vida da Comunidade. Grande parte das informações foram coletadas junto à Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, da Biblioteca do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa. Desta forma elegemos como metodologia de investigação adotada neste estudo, a pesquisa qualitativa, por entendermos que essa metodologia proporcionará um olhar mais amplo sobre o processo em análise. Os recursos metodológicos foram: as entrevistas semi-estruturadas com técnicos do poder público, estudiosos da questão urbana, antigos moradores do Centro Histórico, da Comissão de Mulheres do Porto do Capim e demais moradores da Comunidade. Além das entrevistas, utilizamos a observação e descrição analítica da área de estudo. Através desses instrumentos, foram analisados elementos estruturais tais como: a memória, a tradição, o sentimento de pertencimento e o patrimônio cultural do lugar. Nosso estudo interpretou o uso deste espaço pelo poder público, em conjunto com representações comerciais do Capital, como área de disponibilidade geográfica para a instalação de investimentos, instalação de atividades ligadas à reprodução do capital no Centro Histórico. Os

resultados evidenciam que o controle do Centro Histórico de João Pessoa não deixou de ser importante, mesmo que se tenham mudado as suas funcionalidades ao longo do tempo e os agentes que controlam esse espaço. Vale salientar que as práticas culturais e os usos cotidianos que se materializam na área do Porto do Capim, Vila Nasssau e Frei Vital representam formas de resistência ao processo de revitalização em curso.

Palavras-chave: Centro Histórico, Revitalização, Patrimônio.

ABSTRACT

This research aims to analyze the ways how the revitalization process of the Historical Center of João Pessoa/PB is linked to the sociospatial dynamics of this area, as well as the existing interaction among the elements of its present situation. On the same way, is part of our interest the identification of the kind of policies carried on by the State, together with the economic power constitutive representation. We defined the period between the 1980 years until nowadays as the scope of our work, looking forward the production and reproduction of the mentioned space. We also analyze the contradiction between the government official speech and its effective practice through the actions toward the revitalization process. Our research covers the community of Porto do Capim mobilization on face of governmental actions. We identify that, these urban interaction process directly affects the life of the local dwellers, considering that these people are the historical dwellers having their way of life, activities and feeling of affection for the Historical Center. We see their permanence in that place as an affirmation of their meaning of life and identity with the place, so that the action in favor of their patrimonial status can be interpreted as a movement of resistance to the demands of expansion of the capitalistic system in our country (Recife Antigo/PE, Pelourinho/Salvador/BA, Centro Dragão do Mar/CE). In order to do this work we rely on academic issues about the Brazilian and international experiences over the cities historical background. The experimental phase was developed within the Bairro Vardouro and the community Porto do Capim, Vila Nassau and Frei Vital. According to the methodology we had a day by day visited and conversation to the old and business people, as well as the housekeepers living in the area Taking part of their cultural religious events gave us the opportunity to improve our understanding about the community values and habits. Most of information were collected from the Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, the Biblioteca do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional and of the Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa. Therefore, we've chosen the qualitative research as the method for this work. The methodological sources were: half structured interviews with technicians and studios of the urban question, former dwellers of the Centro Historical, the Comissão de Mulheres do Porto do Capim and the other representatives of the community. Moreover, we've been using the observation and analytical description of the study area. We focus on structural elements such are: the memory, the tradition, the feeling of belongingness and the cultural patrimony. We interpreted the use of this space by the government together with the business enterprises, representing the finance capital interests, as an available geographic area good for investments and activities concerning to the reproduction of the Capital on the evidence that the control of this space keeps its importance, even if its functionalities were change along the time as well as the agents who are in charge on this control. On the other side, is important to detach that the cultural practices and the people day-to-day, which are inherent to the way of life in the Porto do

Capim, Vila Nassau and Frei Vital, represent the inhabitants resistance to the changes brought about by the revitalization process.

Key-words: Historical Center, Revitalization, Patrimony.

RÉSUMÉ

La présente recherche a eu comme objectif d'analyser les formes à travers lesquelles le processus de revitalisation du Centre Historique de João Pessoa répercute sur la dynamique socio-spatiale du secteur, ainsi que l'interaction des éléments intervenant dans la construction de sa réalité actuelle. De la même manière, l'identification des types de politiques mises en place par l'État à partir des années 80 jusqu'à aujourd'hui, associée aux actions mises en œuvre par les représentations de secteurs du pouvoir économique dans notre société afin de redimensionner la production et la reproduction de l'espace mentionnée, ont constitué un de nos centres d'intérêts. Nous avons analysé les contradictions existant entre le discours officiel et sa pratique effective, dans les actions axées autour de ce que l'on nomme processus de revitalisation. De la même manière, il nous a semblé intéressant d'analyser la mobilisation de la communauté connue sous le nom de « Porto do Capim » face à ce même processus. Nous avons recherché à identifier comment ces processus d'intervention urbaine affectaient directement la vie des habitants, en prenant en considération que ces mêmes habitants sont les occupants historiques de ce lieu et qu'ils y ont installé leurs activités et leurs formes d'utilisation du sol et de l'espace représenté par le Centre Historique. Nous considérons que leur permanence physique et la pérennité de leurs activités représentent le sens profond de leur quotidien, de leur identité avec cet espace et de leur survie. Les actions destinées à leur permanence et à leur « statut » patrimonial peuvent être interprétées comme une resignification de formes de résistance aux demandes d'expansion du système capitaliste, à l'instar d'autres cas de « revitalisation » dans plusieurs endroits du pays (Recife Antigo/PE, Pelourinho/Salvador –BA, Centro Dragão do Mar-Fortaleza). Lors de la réalisation de ce travail, nous nous sommes basés sur des travaux académiques, sur des publications qui traitent d'interventions dans des zones historiques de villes brésiliennes, sur des expériences nationales et internationales. Le travail empirique a été réalisé dans le quartier du Varadouro et de la Communauté Porto do Capim, Vila Nassau et Frei Vital. Durant cette étape de notre recherche et dans le cadre de notre optique méthodologique, nous avons recherché des contacts quotidiens avec les habitants et les commerçants de la zone d'étude. Nous avons participé aux fêtes et aux manifestations religieuses/culturelles, nous nous sommes entretenu avec les femmes au foyer et avec les habitants les plus anciens. Au bout d'un certain temps de coexistence, nous avons réussi à établir une relation de plus grande confiance et d'acceptation ; et en ce qui nous concerne, nous avons pu avoir une compréhension plus ample du mode de vie de la Communauté. Une grande partie des informations ont été collectées auprès de la Commission Permanente de Développement du Centre Historique de João Pessoa, de la Bibliothèque de l'Institut du Patrimoine Historique et Artistique National et auprès de la Coordination du Patrimoine Culturel de João Pessoa. C'est la raison pour laquelle nous avons choisi d'adopter comme méthodologie d'investigation pour cette étude, la recherche qualitative, considérant que cette dernière nous permettrait d'acquérir un regard plus ample sur le processus analysé. Les ressources méthodologiques ont été composées par les interviews semi-structurées de techniciens des pouvoirs publics, de chercheurs sur la question urbaine, d'anciens habitants du Centre Historique, de membres de la Commission de femmes du Porto do Capim ainsi que d'autres intégrants de la Communauté. Au-delà

de ces interviews, nous avons utilisé l'observation et la description analytique de la zone d'étude. À travers ces instruments, plusieurs éléments structuraux ont été analysés tels que la mémoire, la tradition, le sentiment d'appartenance et le patrimoine culturel du secteur de référence. Notre étude a interprété l'utilisation de cet espace par les pouvoirs publics, en association avec les représentations commerciales du Capital, comme zone de disponibilité géographique pour l'installation d'investissements. Les résultats mettent en évidence que le contrôle du Centre Historique de João Pessoa n'a jamais cessé d'être un enjeu important, même si, au cours du temps, ses fonctionnalités et les agents assurant le contrôle de cet espace ont fait l'objet de grands changements. Il est important de noter que les pratiques culturelles et les utilisations quotidiennes qui se matérialisent dans le secteur du Porto do Capim, Vila Nassau e Frei Vital représentent des formes de résistance au processus de revitalisation en cours.

Mots-clés: Centre Historique, Revitalisation, Patrimoine.

LISTA DE ABREVIATURAS

AECI – Agência Espanhola de Cooperação Internacional

ACEHRVO – Associação Centro Histórico Vivo

API – Associação Paraibana de Imprensa

APP – Área de Preservação Permanente

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNH – Banco Nacional de Habitação

CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos

CHJP – Centro Histórico de João Pessoa

CPDCHJP – Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa

COPAC – Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João pessoa

FUNJOPE – Fundação de Cultura de João pessoa

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

ICI – Instituto de Cooperação Ibero-Americana

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPHAEP – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PRODETUR/NE – Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa

PTTS – Projeto de Trabalho Técnico Social

SEM HAB – Secretaria Municipal de Habitação Social de João Pessoa

SEPLAN – Secretaria de Planejamento

SFH – Sistema Financeiro Habitacional

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SFH – Sistema Financeiro Habitacional

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização do Município de João Pessoa.....	21
Figura 2: Limites do Centro Histórico de João Pessoa.....	44
Figura 3: Porto do Capim no início do século XX.....	51
Figura 4: Foto do Bairro do Varadouro na Cidade Baixa e do Rio Sanhauá.....	57
Figura 5: Rua Maciel Pinheiro no início do século XX.....	69
Figura 6: Rua Maciel Pinheiro na atualidade na confluência com a Rua João Suassuna. À direita, o prédio da Associação Comercial.....	70
Figura 7: Praça Anthenor Navarro após o processo de revitalização com as fachadas dos prédios pintadas pelo Programa Cores da Cidade.....	148
Figura 8: Praça Anthenor Navarro, em 1996, com o posto de gasolina que impediu por anos o processo de revitalização da área.....	153
Figura 9: Festa de Carnaval na Praça Anthenor Navarro 2007.....	156
Figura 10: Turistas na Praça Anthenor Navarro, 2013.....	157
Figura 11: Workshop Construindo o Futuro.....	163
Figura 12: I Fórum de Construção de Parcerias para a Promoção do Desenvolvimento Social e Econômico do Porto do Capim.....	162
Figura 13: Bacia do Rio Sanhauá com a Draga Parahyba Bate-Estacas e Cabrea Flutuante, de 60 ton.....	177
Figura 14: Vista Geral do Cães.....	178
Figura 15: Construção do Cães Provisório.....	178
Figura 16: Intervenções propostas pelo Projeto de Revitalização do Porto do Capim.....	204
Figura 17: Perspectiva da Praça de Eventos e demais intervenções propostas pelo Projeto de Revitalização do Porto do Capim. Praça de Eventos.....	204
Figura 18: Perspectiva da Arena de Eventos e do Píer para Turismo Náutico do Projeto de Revitalização do Porto do Capim, na versão projectual de 2008...	205
Figura 19: Em 13 de março de 2010, no bairro do Varadouro, o Prefeito Ricardo Coutinho anunciou o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC “Vale Sanhauá: dignidade às famílias e o rio à cidade”.....	209
Figura 20: As residências de tipologia duplex serão no total de 19 unidades habitacionais presentes na área 01 e terão cerca de 40 m2 por unidade habitacional.....	217

Figura 21: A tipologia Térreo+1 também se encontra na área 01 de deslocamento da população e totaliza o número de dezesseis unidades habitacionais, apresentando cada uma delas 39,57 m2.....	218
Figura 22: A tipologia Térreo+2 é a que possui mais unidades habitacionais e se apresenta nas áreas 01 e 02 de deslocamento da população.....	218
Figura 23: Poligonal de tombamento federal. Em amarelo, a área de preservação rigorosa, e, em azul, a área de delimitação de entorno. Em vermelho, destaque para a área do Porto do Capim e da Vila Nassau.....	227
Figura 24: Associação de Mulheres do Porto do Capim.....	234
Figura 25: Reunião da Comissão Porto do Capim em Ação, em julho de 2013.	235
Figura 26: Prefeito de João Pessoa, Luciano Cartaxo, recebendo ofício da Comissão de Mulheres do Porto do Capim, solicitando audiência entre prefeitura e moradores.....	238
Figura 27: Associação das Mulheres do Porto do Capim recebendo a Certidão de Comunidade Tradicional do Museu do Patrimônio Vivo em 09 de maio de 2015.....	242
Figura 28: Grafiteiros desenvolvendo atividade no Muro do Curtume no dia do Evento Porto do Capim em Ação.....	243
Figura 29: Google Earth – Imagem parcial do Porto do Capim.....	248
Figura 30: Entrada da Comunidade Porto do Capim, placa do cruzamento da via férrea.....	254
Figura 31: Rua Visconde de Inhaúma, local onde se concentra grande parte do comércio de madeiras.....	256
Figura 32: Comércio de Madeira na Rua Visconde de Inhaúma.....	256
Figura 33: Comunidade XV de Novembro, onde se encontra grande parte das oficinas mecânicas da área.....	257
Figura 34: Galpões abandonados na Vila Nassau onde reside Adriana Lima..	259
Figura 35: Autoconstrução em alvenaria na Vila Nassau em uma das vielas que dão acesso ao Rio Sanhauá.....	260
Figura 36: Material utilizado para aterro às margens do Rio Sanhauá.....	261
Figura 37: Comércio local no Porto do Capim.....	262
Figura 38: Bar de Senhor Danda, às margens do Rio Sanhauá.....	262
Figura 39: Placa anunciando um pequeno negócio na comunidade.....	263
Figura 40: Trapiche público do Porto do Capim.....	264
Figura 41: Pescador no Rio Sanhauá no final da tarde.....	265
Figura 42: Canoas atracadas ao lado do Trapiche Público.....	265

Figura 43: Campinho sendo utilizado como depósito para o lixo.....	266
Figura 44: Prédio no Porto do Capim e inscrição na parede, chamando a atenção da comunidade para o problema do lixo.....	267
Figura 45: Rua que dá acesso ao Trapiche, local onde Dona Penha morou quando chegou ao Porto do Capim.....	270
Figura 46: Trapiche Público nos dias de maré alta.....	270
Figura 47: Casa de taipa na Vila Nassau e aterro feito pelos moradores às margens do Rio Sanhauá.....	271
Figura 48: Procissão de Nossa Senhora da Imaculada Conceição no dia 08 de dezembro de 2014.....	275
Figura 49: Procissão de Nossa Senhora da Imaculada Conceição no dia 08 de dezembro de 2014.....	276
Figura 50: Procissão de Nossa Senhora da Imaculada Conceição no dia 08 de dezembro de 2014.....	276
Figura 51: Procissão de Nossa Senhora da Imaculada Conceição no dia 08 de dezembro de 2014.....	277

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
 CAPÍTULO I: O CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA: ASPECTOS DO PASSADO AO PRESENTE.....	41
1.1 Da gênese ao século XIX.....	48
1.2 O século XX e as intervenções no espaço urbano.....	61
1.3 A expansão da cidade em direção ao mar.....	67
1.4 A década de 1980 e o projeto de revitalização do centro histórico de João Pessoa.....	79
 CAPÍTULO II: O PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA.....	90
2.1 Origens e natureza da política de revitalização.....	90
2.2 O convênio de cooperação internacional e o processo de revitalização do centro histórico de João Pessoa.....	98
2.3 Noções, conceitos e modelos de intervenção urbana.....	105
2.4 O papel do Iphan e a política de revitalização no Brasil.....	115
2.5 O Urbanismo enquanto ideologia urbana e o processo de revitalização.....	130
2.6 A revitalização da praça Anthenor Navarro e do largo de São Frei Pedro Gonçalves e o consumo da paisagem.....	143
2.7 A construção do consenso e o planejamento estratégico no centro histórico de João Pessoa.....	159
 CAPÍTULO III: CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES EM TORNO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO ANTIGO PORTO DO CAPIM.....	173
3.1 A origem do porto e os conflitos em torno de sua construção.....	175
3.2 O projeto de revitalização do antigo porto do capim e suas especificidades.....	182
3.3 O patrimônio cultural do porto do capim e o modelo globalizado.....	202
3.4 O Programa de Aceleração do Crescimento - PAC Sanhauá e PAC Cidades Históricas.....	208
3.5 Dossiê: proposta de requalificação das áreas urbanas do porto do capim e da vila Nassau.....	223
3.6 O empoderamento dos moradores em defesa do lugar.....	232
 CAPÍTULO IV: PARE, OLHE, ESCUTE, AQUI TEM GENTE!.....	246
4.1 A chegada ao porto do capim, a moradia e a relação com o rio.....	253
4.2 Lembranças de Dona Maria da Penha Nascimento.....	269
4.3 Lembranças de Senhor Edimirson (Seu Pintinho) e Dona Julia.....	280
4.4 Lembranças de Senhor Sebastião Camelo.....	282

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 288

REFERÊNCIAS..... 299

INTRODUÇÃO

“Ninguém sabe melhor do que tu, sábio Kublai, que nunca se deve confundir a cidade com o discurso que a descreve. No entanto, há uma relação entre ambos”.

(Ítalo Calvino In: Cidades Invisíveis).

“A vida não é o que a gente viveu, e sim o que a gente recorda, e como recorda para contá-la” (MARQUEZ, G. G., 2002). Recorremos a Gabriel Garcia Marquez, em suas memórias – “Viver para contar” – para o início dos relatos sobre nossas vivências na cidade de João Pessoa/PB, como ponto de partida para nosso trabalho acadêmico, em que avulta a importância socioeconômica e cultural do espaço reconhecido como Centro Histórico. Destarte o perfil acadêmico da nossa pesquisa, partimos do pressuposto de que a nossa cidade nunca se nos apresenta como apenas mais uma cidade. Reconhecemos que, no processo de recomposição de nossas memórias, instala-se o entrecruzamento de fatores conjugados na reconstrução das imagens, que traduzem nossa visão da paisagem estudada. De um lado, nossa formação universitária, enquanto geógrafa, e a necessidade de identificação de teorias que representem o substrato discursivo, concernente à nossa pesquisa e aos métodos que lhe são adequados, e, do outro, o peso da memória afetiva, os sentimentos de pertencimento mútuo, a assumida postura topofílica de uma cidadã nordestina fortemente ligada aos valores culturais de sua terra.

Do amálgama destas duas situações, intrinsecamente referentes ao lado profissional e individual, enquanto buscamos respaldo teórico para nosso trabalho, procuramos o entendimento da formação socioespacial representada pela cidade de João Pessoa (Figura 1 a seguir), capital do Estado da Paraíba, no Nordeste brasileiro.

Figura 1: Localização do Município de João Pessoa
Fonte: IBGE (2015).

Embora privilegiando o estudo do recorte espaço/temporal traduzido pelo Centro Histórico da referida cidade, não perdemos de vista que suas características atuais representam registros morfológicos e dinâmicas urbanas relacionadas a “composições técnicas urbanas, sobretudo em países subdesenvolvidos, agora com características globalizantes, embora não homogêneas” (ROCHEFORT, M., in SANTOS, 1986, p. 81). Pelo que foi exposto acima, reconhecemos a inter-relação da cidade em estudo com a rede urbana da qual é parte integrante, visto que as trocas e influências mútuas podem ser percebidas através da “rede urbana, no quadro da qual os impulsos exteriores ou interiores vão achar uma resposta localizada” (SANTOS, 1986, p. 81). As intervenções urbanísticas locais referentes à Reforma, Revitalização ou Revalorização de sítios da cidade, postas em prática a partir da primeira metade do século XX, apresentam vieses de influências externas e refletem claramente os interesses de aproveitamento mercadológico dos espaços considerados economicamente aproveitáveis para a reprodução do Capital. Mesmo as intervenções para a melhoria da infraestrutura sanitária e da mobilidade urbana sempre foram influenciadas pelo interesse de maior receptividade urbana para

instalações de natureza comercial, buscando maior paridade com outros centros mais expressivos do ponto de vista econômico, tal como Recife, a metrópole vizinha.

Durante trinta anos da minha vida, vivi em um bairro central, o Roger. A partir desse bairro, construí minha experiência de tempo e de espaço no universo da cidade de João Pessoa. Ao longo dos anos, acompanhei de perto as transformações que se processaram na paisagem urbana da cidade, principalmente aquelas que ocorreram nos bairros centrais – Varadouro, Centro, Tambiá. Observei de perto as transformações que se processaram na paisagem urbana dessas áreas, a expansão do comércio e dos serviços, a qual se concentrou, por muitos anos, no bairro do Varadouro e no Centro, expandindo-se, ao longo do tempo, em direção à Lagoa do Parque Sólon de Lucena e ao bairro de Tambiá, formando o que nós, geógrafos, denominamos de desdobramento do centro (CORDEIRO, 1980).

Acompanhei, também, a saída constante de familiares e amigos dos bairros centrais em direção a novas áreas residenciais nos bairros que se constituíram ao longo da Avenida Eptácio Pessoa. As famílias de renda mais alta deslocavam-se para os bairros de classe média alta – Bairro dos Estados, Miramar, Expedicionários, Tambauzinho; aquelas de menor poder aquisitivo passaram a residir no Bairro da Torre, no Treze de Maio, no Bairro dos Ipês e nos conjuntos habitacionais construídos a sudeste da área central da cidade, sendo estes novos bairros planejados como fruto da política habitacional do SFH¹, num período em que o Capitalismo de Estado funcionava na facilitação da aquisição da casa própria por funcionários públicos e outras categorias profissionais representativas da classe média.

Assim, paulatinamente, acompanhamos a paisagem urbana do Centro modificando-se, transformando-se e abrigando novas modalidades de atividades econômicas que, muitas vezes, não se adequavam à área, tendo em vista sua singularidade histórica. Vimos os bairros centrais perderem seus atrativos como área de moradia. A classe média que se constituía, mediante a ampliação de ofertas de emprego nos setores secundário e, principalmente, terciário, incluía-se no processo de urbanização e buscava mais qualidade de vida, situação que o Centro não mais

¹ Sistema Financeiro Habitacional, criado pelo governo federal através da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, para facilitar a aquisição da casa própria. O objetivo, em tese, era favorecer as classes de baixa renda. Segundo as regras, a casa obtida pelo mutuário será de uso próprio, não podendo ser revendida, alugada, ou usada, com fim comercial e por outra pessoa que não o financiado. A lei previa a rescisão do contrato de financiamento em caso de locação ou inadimplência do mutuário.

atendia. Além, disso, o Centro também convivia com o movimento de saída de suas atividades econômicas, buscando outras áreas locais da cidade, as quais se apresentavam como mais bem dotadas de condições urbanas e de infraestrutura – setores dotados de estacionamento, modernas instalações arquitetônicas, melhores vias de circulação, melhores serviços urbanos e condições técnicas.

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, o Centro de João Pessoa teve sua concentração de capital financeiro diminuído e o seu conjunto imobiliário deteriorado, e os recursos públicos migraram para outras partes da cidade. Poucos foram os investimentos na área, uma vez que a maior parte da aplicação de recursos públicos volta-se para as áreas onde se encontram os investimentos empresariais, concentrando o consumo das classes de renda mais alta. Os recursos públicos passaram a ser utilizados para dotar as áreas a sudeste do Centro de infraestrutura urbana e serviços, tendo em vista a expansão da cidade para essas áreas.

Assim, ao nos deslocarmos cotidianamente pela cidade, observávamos o surgimento de novas áreas, que seguidamente, recebiam equipamentos urbanos e novas atividades econômicas e repertório de serviços. A chegada dessas atividades imprimia, na paisagem urbana, novos ritmos e significados que, anteriormente, eram características apenas do Centro. Vale salientar que, por uma questão temporal, estas novas atividades já traziam a fisionomia de formas de modernidade, que nunca foram características do Centro. A cada viagem, surpreendia-nos a nova realidade que se constituía diante dos nossos olhos, observando as Avenidas Epitácio Pessoa e José Américo de Almeida (Beira-Rio); as casas misturavam-se ao comércio e aos serviços, o movimento de automóveis crescia consideravelmente, o movimento de pessoas era constante, e, pouco a pouco, estabeleciam-se novos corredores de circulação, que abrigavam funções e usos antes só encontrados parcialmente, na área central.

Foi nesse espaço vivido que estabelecemos nossos primeiros contatos com a modernidade em sua plenitude. Ou seja, as transformações que se processavam no mundo e no lugar, influenciando as nossas impressões sobre a cidade. Cremos que, por isso, temos nos interessado em compreender os sentidos que o Centro adquiriu ao longo dos anos, com novas formas de urbanização e modernização, processo expresso por meio das alterações no uso do seu espaço urbano, tendo em vista a natureza das trocas ali instaladas ao longo do tempo, dadas as transformações

estabelecidas por meio das relações entre os agentes produtores desta área, o restante da cidade e as influências da rede urbana regional.

O crescimento e a dinamização de novas funções urbanas em direção a outras áreas da cidade – no sentido oeste-leste e sudeste – sobretudo em direção à Avenida Eptácio Pessoa e suas transversais, subtraíram do Centro Antigo atividades que antes os caracterizavam. No momento referente às décadas de 1960 a 1970, assistiu-se a novas formas de ressignificação econômica e social desses espaços. Assim, ao mesmo tempo em que perdia seu significado como área de moradia e de comércio de artigos finos, o Centro Antigo voltava-se para a prestação de serviços públicos, bancários e comerciais, enquanto abrigava na condição de moradores uma população de renda mais baixa.

É nesse momento que a cidade moderna passa a ser o espaço, por excelência, de uma constante interação entre grupos sociais que se constituem com o processo de urbanização o qual se delineia neste espaço, ligando-se a novas formas de intervenção urbana. Dessa realidade, surgem a diversidade e os conflitos sociais que se intensificam e ganham maior visibilidade, sobretudo na área, então, mais importante da cidade, o Centro Antigo. Segundo Frúgoli Jr. (2006), as classes populares foram as mais atingidas por esse processo, na medida em que foram expulsas para periferias longínquas, empurradas pela expansão urbana continua.

Segundo Gonçalves (2014), as primeiras ações de proteção do Centro Antigo se dão na instância municipal, através do Plano Diretor de João Pessoa elaborado em 1975. O Plano Diretor de João Pessoa apresentou a primeira definição de uma poligonal de preservação rigorosa para a cidade. Em 1982, por meio do Decreto nº. 9.484, foi delimitado o “Centro Histórico Inicial de João Pessoa”, a partir do qual foi pautada a atuação do IPHAEP².

Na década de 1980, com as políticas de revitalização/requalificação do Centro Histórico, a área será objeto de ações urbanísticas por meio do Convênio Brasil/Espanha, com o Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa. O projeto visa a retomada do desenvolvimento econômico da área e o resgate da sua importância histórica, conforme documentos da Comissão de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa (1987). As intervenções urbanísticas nos centros históricos das cidades brasileiras, por meio de processos de

² O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), foi fundado em 1971 por meio do Decreto-Lei nº 5.255.

revitalização/requalificação, apontam a complexa relação entre os sujeitos Estado, capital privado, consultores internacionais, empreendedores culturais, comerciantes e moradores, de tal forma que expressam as diversas formas de apropriação do espaço urbano e os tipos de disputas por esse espaço.

Parte-se do pressuposto de que a sociedade, ao produzir-se, o faz num espaço-tempo determinado, por meio de uma prática social, produzindo um espaço urbano com características, formas e dimensões próprias (CARLOS, 2011). Assim, para pensar o processo de revitalização em áreas centrais, tomamos como base um raciocínio que contempla um modo de pensar o espaço urbano, sua produção e reprodução no presente, incluindo a reavaliação analítica de momentos representativos do seu passado, de forma que seja possível contribuir para a compreensão da realidade urbana, em permanente processo de reestruturação e transformação.

Nesse sentido, na cidade contextualizada no sistema capitalista, as formas urbanas recriam-se constantemente, ganhando novos sentidos e conteúdos. Na medida em que o processo produtivo torna-se cada dia mais sofisticado, generalizando-se a urbanização, muda o sentido de tempo, e uma nova racionalidade é impressa ao espaço. Assim, as marcas do intenso processo de transformação e reestruturação que vivemos hoje, em meio ao processo de globalização, estão impressas, tanto na paisagem como no cotidiano vivido pela sociedade. Segundo Carlos (2004) o poder político se exerce através do espaço, da sua racionalização, enquanto dominação política e, neste sentido, interferindo, constantemente na reprodução do espaço:

É assim que se normatiza o uso do espaço, que se produzem planos diretores, que se direciona e hierarquiza o investimento na cidade. Mas também há os interesses privados dos diversos setores econômicos da sociedade que vêm no espaço, a condição de realização da reprodução econômica – aqui os lugares aparecem enquanto lugares da infraestrutura necessária ao desenvolvimento de cada atividade de modo a permitir uma equação favorável à realização do lucro (...). Em todos esses momentos da reprodução do capital, a interferência do Estado é fundamental e a sua ação desencadeia, como “aspirações”, um processo de revalorização/desvalorização dos lugares da metrópole produzindo o fenômeno da implosão-explosão (CARLOS, 2004, p.110).

O espaço, como produto, resulta das relações de produção de grupos em permanente diálogo/contradições, grupos que atuam sobre esse mesmo espaço, por

meio do trabalho. Aqui, o espaço entra no sistema produtivo na condição de mercadoria, na medida em que são estabelecidas as ações de compra e venda, bem como da troca de suas parcelas. Lefebvre (1991), referindo-se ao processo de industrialização e urbanização, argumenta que se verifica, cada vez mais, a “implosão-explosão” da cidade. Esse fenômeno urbano estende-se sobre uma grande parte do território, sobretudo nos países que já se industrializaram, criando novas estruturas e corroendo outras. Esse autor ressalta, ainda, que:

Este território está encerrado num *tecido urbano* cada vez mais cerrado, não sem diferenciações locais e sem ampliação da divisão (técnica e social) do trabalho para as regiões, aglomerações e cidades. Ao mesmo tempo, nesse tecido e mesmo noutros lugares, as concentrações urbanas tornam-se gigantescas, as populações se amontoam atingindo densidades inquietantes (por unidade de superfície ou de habitação). Ao mesmo tempo ainda, muitos núcleos urbanos antigos se deterioram ou explodem. As pessoas se deslocam para periferias distantes, residenciais ou produtivas. Escritórios substituem os apartamentos nos centros urbanos. Às vezes (...) esses centros são abandonados para os “pobres” e tornam-se *guetos* para os desfavorecidos (LEFEBVRE, 1991, p. 10).

Esses são aspectos do processo de desenvolvimento do capitalismo que, no curso de sua expansão, produz a desvalorização de áreas no âmbito do espaço urbano. Pautando-se nas ideias de Harvey, Rosa Tello Robira, discutindo os espaços metropolitanos de Barcelona e São Paulo, explica como se dá esse processo de valorização e desvalorização que o capital empreende no espaço. O capital necessita de territórios que permaneçam obrigatoriamente em “situação não capitalista” para superar suas próprias crises de superacumulação – válida para o exame geral do capitalismo global. Rosa Tello pensa a produção da metrópole e suas especificidades. No entanto, suas observações nos auxiliam a refletir sobre espaços de menor dimensão, posto que a ideia possa ser válida para explicar os processos espaciais que sustentam os espaços centrais de cidades do porte de João Pessoa, Paraíba. É preciso levar em consideração que o processo de produção do espaço não se realiza apenas com base nas diferenças sociais e econômicas, mas, sobretudo, por meio das diferenças territoriais.

A ideia de produção transforma-se ao longo da história, pois, em seus sentidos mais profundos, extrapola a produção de objetos, de produtos e mercadorias e abrange aspectos mais amplos, aqueles da produção de relações sociais de uma cultura, do cotidiano, mas, principalmente, de uma ideologia. Assim, a noção de produção extrapola o âmbito específico da produção de mercadorias e

do mundo do trabalho – evidente que sem deixar de incorporá-los – e expande-se, capturando o plano do habitar, do lazer e da vida privada. Incorpora e explora espaços cada vez mais amplos, como argumenta Carlos:

Se o espaço é condição da realização do processo produtivo, unindo os atos de distribuição, troca e consumo de mercadorias, ele se reproduz como materialidade, como, por exemplo, infraestrutura viária, rede de água, luz e esgoto etc. (CARLOS, 2011, p. 56).

E ganha qualidades fundamentais para a reprodução da sociedade:

O espaço guarda o sentido do dinamismo das necessidades e dos desejos que marcam a reprodução da sociedade em seu sentido mais amplo, a realização da vida para além de sua sobrevivência. Os fundamentos da reprodução que (...) contempla uma especificidade histórica, hoje se explicitam como uma produção capitalista. Desta determinação decorre um conjunto de condições para sua realização, em especial a existência de classes sociais específicas e contraditórias, enfrentando-se a partir de interesses diversos, tendo o processo de valorização como finalidade última e necessária da acumulação. Nessa direção, abre-se como possibilidade analítica o desvendamento da realidade em constituição, iluminando o plano da análise do cotidiano como lugar da reprodução contraditória da vida. Significa dizer que o processo de produção do espaço, nesta visão, não se reduz a uma produção material do mundo (CARLOS, 2011, p 56).

Lugar onde se manifesta a vida em sociedade, o espaço é condição, meio e produto da realização da sociedade (CARLOS, 2001) em toda a sua multiplicidade. Nesse sentido, ao produzir sua existência, a sociedade reproduz, continuamente, o espaço. No caso em análise nesta tese, esse processo realiza-se, reproduzindo continuamente a cidade. Noção de amplitude incontestável, sobretudo com o advento do modo de produção capitalista, a cidade ganha importância fundamental, aparecendo como categoria central da análise da produção do espaço geográfico. Assim, por contemplar uma dupla dimensão (de um lado, é localização; de outro, encerra em sua natureza um conteúdo social dado pelas relações sociais), a cidade expõe a realização da vida humana nos atos da vida cotidiana, enquanto modo de apropriação que se realiza por meio do uso (CARLOS, 2011).

No caso em estudo, as transformações que se processam no âmbito da cidade, enquanto realização do ciclo do capital na sua fase atual, revelam a aliança entre o Estado e o capital privado na produção de um tipo de cidade, ou áreas urbanas específicas, reinventadas como mercadoria, através das políticas de revitalização urbana. Este pode ser considerado o problema central desta tese, cuja

questão recai sobre as políticas de Revitalização no Centro Histórico de João Pessoa³, especificamente no Bairro do Varadouro.

A intervenção em áreas centrais antigas não é uma questão recente. Desde o início do século XX, as cidades ocidentais convivem com transformações dos seus sítios históricos, principalmente com a expansão do modo de produção capitalista e com o processo de urbanização e modernização generalizada. Assim, desde a década de 1930, em que já se prenunciava mudança do domínio da economia rural para uma incipiente economia industrial/urbana, a ideia cada vez mais dominante da sociedade brasileira de se tornar moderna e civilizada, segundo os padrões europeus, contribuiu efetivamente para que as cidades brasileiras fossem alvo das políticas de intervenção urbana, à moda das metrópoles europeias, porém expondo formas específicas de transformação, reveladoras de sua condição de espaços urbanos do capitalismo periférico.

“Após a segunda guerra mundial, teve início o processo de planejamento territorial fundamentado na (...) categoria espacial como elemento de políticas de desenvolvimento elaboradas pelo Estado” (PENNA In CARLOS, 2001, p. 37). Dessa forma, registramos que tais políticas, de conotação internacional, eram elaboradas para que se efetivassem em todos os países do sistema econômico capitalista, fossem de capitalismo central ou periférico.

Consideramos também, nesse período, a existência de uma pressão por parte do capital para a disponibilização das áreas urbanas, visando à instalação de indústrias e à circulação de seus produtos. Este estágio do processo fez com que as áreas centrais fossem alvo de práticas de intervenções urbanas estratégicas. Essas práticas sempre utilizaram o discurso do embelezamento e complementação de serviços (eletricidade, canalização de água, alargamento de avenidas) para justificar as intervenções e, principalmente, para criar uma imagem moderna de cidade, além de disciplinar os usos do espaço urbano para atender à lógica do capitalismo e às demandas das classes sociais de maior poder aquisitivo.

Quase um século depois, em pleno século XXI, as práticas de intervenção urbana nas áreas centrais das cidades brasileiras continuam a utilizar o ideário do “embelezamento”, agora não mais com o discurso da modernização de sua imagem, mas utilizando o resgate da tradição e da memória, recorrendo a certo tipo de

³ João Pessoa, capital da Paraíba, cidade localizada no Nordeste brasileiro, possui 769.607 habitantes, segundo dados do IBGE, em 2013.

intervenção urbana nesses espaços de vida cotidiana e adotando políticas de *revitalização*, “cujo resultado mais visível é a alteração da paisagem urbana, com a transformação de degradados sítios históricos em áreas de entretenimento urbano e de consumo cultural” (LEITE, 2007, p. 19). Assim, como ressalta Zukin (2000, p.82), “os sítios específicos da cidade moderna são transformados em espaços liminares pós-modernos, que tanto falseiam como fazem a mediação entre natureza e artefato, uso público e valor privado, mercado global e lugar específico”, e é disso que iremos tratar neste trabalho.

Essas políticas definem-se como um processo que tem transformado a paisagem urbana dos sítios históricos. A paisagem urbana reestruturada redefine o significado social desses espaços como um segmento de mercado, atribuindo a esses espaços um novo sentido, por meio dos projetos de revitalização para o centro histórico. As cidades contemporâneas encontram-se em um constante processo de reestruturação e transformação do seu espaço urbano que, em diferentes ritmos e intensidades, vem mudando seu significado, conforme argumenta Rigol (2005) em suas análises. Nos últimos anos, um número bastante expressivo de pesquisadores (SMITH, 2006; ARANTES, 2000; ZUKIM, 2000, ZANZHETI, 2000; RIGOL, 2011) tem dedicado especial atenção ao estudo desse novo urbanismo que se constitui em metas do poder público, associadas a interesses do mercado de exploração de áreas personalizadas por aspectos arquitetônicos e paisagísticos de referencial histórico, preocupados com os efeitos que esse ideário possa desencadear em termos de descaracterização dos sítios históricos, principalmente no tratamento dispensado no que diz respeito ao espaço vivido pelo segmento social representado por seus moradores e sua representatividade territorial.

No Brasil, as experiências urbanísticas nos sítios históricos são bem mais recentes. Essas intervenções datam da década de 1980 e recebem denominações como: revitalização, reabilitação, requalificação, termos preferidos pelos urbanistas, gestores públicos e consultores internacionais para denominar/mascarar as transformações nas áreas centrais consideradas degradadas. Para Otília Arantes (2000), o uso dos termos revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção, requalificação e renascimento mascarou o sentido de apropriação do centro da cidade pelas classes hegemônicas, visando a encobrir o caráter ideológico e perverso dessas transformações (FREITAS, 2006).

Grande parte dessas políticas tem se caracterizado pelo reinvestimento de capital nas áreas centrais, consideradas degradadas e desvalorizadas, e também com a restauração de monumentos históricos. Tais políticas urbanas, em sua maioria, atingem conjuntos urbanos históricos valorizados e envolvem uma grande variedade de sujeitos. Esse modelo urbanístico/empresarial atual, geralmente, utiliza o patrimônio histórico e o viés da cultura por meio de um discurso que se pauta no resgate da memória e da valorização do lugar – para justificar certas práticas urbanísticas (ARANTES, 2000).

No Brasil, as políticas de revitalização buscam a possível refuncionalização das áreas centrais, visando a atender as demandas dos seus potenciais novos frequentadores. No entanto, no decorrer do tempo, esse modelo de política urbana tem se revelado ideologicamente afinado com as demandas do mercado, visto que o cenário altamente competitivo da atual fase da economia de mercado no mundo tem transformado, cada vez mais, os espaços das cidades em mercadoria e, desse modo, precisam justificar midiaticamente seu produto para melhor aceitação pelo Poder Público e pelos consumidores.

Neste estudo, partimos do pressuposto de que *O Projeto de Revitalização do Centro histórico de João Pessoa* representa um momento do capitalismo na sua fase atual, mas, sobretudo, uma tentativa de se dinamizar a reprodução do capital na área. Em João Pessoa (Figura 1), os espaços-alvo das intervenções urbanas não serão lugar de moradia das classes médias; no máximo, o que veremos é a chegada, em forma de frequência à área, de uma classe média culta interessada em consumir a paisagem representada pelo patrimônio arquitetônico existente nesses espaços, as atividades culturais desenvolvidas pelo poder público e o cenário fachadista, que foi criado e revestido de valores mercadológicos. Ou seja, o que veremos é uma *gentrification* de consumo e de frequência, mesmo passageiro, como ressalta Heitor Frúgoli Jr., quando discute o Bairro da Luz, em São Paulo.

Outro elemento importante no contexto da *gentrification de consumo e frequência* no Centro Histórico de João Pessoa é que esses espaços passam a abrigar um conjunto de novas atividades econômicas, que colonizam os espaços considerados obsoletos ou fora de uso, como ressalta Rigol (2011) aspecto que também será encontrado no Centro Histórico de João Pessoa:

Além disso, a *gentrification* aparece como um dos principais processos de transformação urbana que intervêm na configuração social das cidades. O

modelo de segregação socioespacial que até a alguns anos havia especializado boa parte das áreas centrais urbanas como assentamento das classes baixas, muda radicalmente, e a nova estrutura socioespacial se fundamenta, em boa parte, na *gentrification* das áreas centrais: substituição social, reinvestimento econômico e, em geral, mudança de significado e imagem dessas áreas centrais (RIGOL, 2011, p. 98).

Em realidades como a brasileira, é necessário um olhar diferenciado, na medida em que esse processo terá novos contornos e dimensões. No Brasil, essa preocupação não tem sido levantada apenas pelo meio acadêmico, mas também pelos setores populares ligados aos movimento sociais organizados pelos moradores e estudiosos da situação local, que lutam pela maior igualdade na apropriação do espaço urbano. As experiências nos centros históricos das cidades brasileiras têm contribuído para redefinir territorialidades, produzir novos espaços, atribuir novos significados ao lugar, por meio dos projetos de revitalização.

Nesse contexto, o que temos observado é que os investimentos de capital pressupõem seu retorno ampliado, segundo a lógica do sistema econômico, o que nem sempre ocorre como desejam seus investidores. Portanto, os projetos de revitalização visam, necessariamente, a responder às demandas dos investidores, dos comerciantes e do capital imobiliário. Mesmo reconhecendo que as cidades brasileiras não vivenciaram experiências de revitalização na sua versão clássica, como o caso de Barcelona na Espanha, é possível enxergar, na essência desses projetos de revitalização, a intenção do poder público de valorizar o sítio histórico, expulsar desses espaços seus antigos moradores e atrair para a área os usuários solváveis, mesmo que seja apenas para o consumo de serviços e atividades culturais, ou seja, representantes de classes sociais, caracterizadamente, de maior poder aquisitivo.

Evidente que, em João Pessoa, pela própria dimensão desse processo no Bairro do Varadouro, não iremos observar todos os elementos ou aspectos que compõem a *gentrification* clássica, como aquela observada por Ruth Glass em 1964, em Londres, ou as experiências mais recentes nas cidades europeias e norte-americanas, ou ainda em metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro. No entanto, se entendermos a *gentrification* enquanto um processo de mudança social-urbana, no sentido de que determinadas áreas da cidade – sobretudo as centrais – são transformadas morfológica e socialmente, processo que tem ressignificado esses espaços e que não possui apenas uma característica, mas um conjunto de aspectos

e nuances, muitos ainda em desenvolvimento (que podem ser encontrados em grandes e pequenas cidades ou em variados espaços), é possível pensarmos o processo de revitalização do Centro Histórico de João Pessoa na perspectiva da *gentrification*, mesmo não sendo esse nosso objetivo principal.

Podemos afirmar, ainda, que esse ideário urbanístico está presente em muitas cidades latino-americanas. Nesse continente, as políticas de *revitalização* têm sido acompanhadas pelas Agências Internacionais de Consultoria que, por meio de seus assessores, supervisionam essas intervenções. No Brasil, tal política distanciou-se das experiências internacionais, na medida em que nossa situação socioeconômica e cultural apresenta perfil identificador próprio. No nosso caso, a *revitalização* configurou-se enquanto uma política de intervenção urbana que, por meio do uso do discurso do resgate da memória e da tradição, tende a se apropriar de uma localidade histórica para transformá-la em um segmento de mercado, para o consumo e o lazer, utilizando a valorização da cultura, enquanto discurso para a reprodução do capital.

A discussão sobre o processo de revitalização das áreas centrais aparece como um tema de relevância para a geografia. Os geógrafos, nas últimas décadas, têm dedicado especial atenção ao estudo do processo de revitalização das áreas centrais. Vários foram e são os enfoques e as questões pesquisados pela geografia sobre essa temática. Assim, foi, sobretudo, a partir da década de 1980, que os estudos de geografia urbana sobre as áreas centrais enveredaram por novas análises, como a produção e a reprodução desses espaços na atual fase do capitalismo, o processo de obsolescência e de desvalorização da área central e o consequente desenvolvimento de políticas de revitalização do patrimônio. Na essência, esses estudos buscam compreender o que se denomina de *crise das cidades*, em decorrência do aprofundamento das contradições do processo de realização da acumulação do capital em escala ampliada e do processo de urbanização generalizada, como ressalta Carlos (2004).

Observamos que grande parte dos projetos realizados nas áreas mais antigas da cidade tem utilizado o termo revitalização. Se formos tomar o termo ao pé da letra, poderíamos dizer que revitalização traz claramente embutida uma visão de um lugar antes sem vida. A Unesco em suas Normas de Quito de 1962, referia-se a revitalização como ações de cidadania que pudessem paralisar ações destrutivas realizadas nos sítios históricos, projetos adotados pelo poder público. Todavia, foi na

conferência de Nairobi de 1976 que o termo “revitalização” ganhou contornos mais nítidos, como parte de uma ação de salvaguarda que abrangia identificação, proteção, conservação, restauração, reabilitação e manutenção de conjuntos históricos, como ressalta documentos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e do Ministério da Cultura:

“manter as funções apropriadas existentes e em particular o comércio e o artesanato e criar outras que, para serem viáveis a longo prazo, deveriam ser compatíveis com o contexto econômico e social, urbano e regional ou nacional em que se inserem. (...) uma política de revitalização cultural deveria converter os conjuntos históricos em polos de atividades culturais e atribuir-lhes um papel essencial no desenvolvimento cultural das comunidades circundantes” (IPHAN/MINC, 1995, p.263-264).

Ao longo do estudo ficou claro que os projetos de revitalização das cidades brasileiras visam muito mais resgatar essas áreas para o mercado do que para a conservação da memória, do patrimônio, da conservação da cultura do lugar. As várias nomenclaturas dadas aos planos sejam eles municipais ou estaduais implicam uma grande confusão de conceitos. O próprio poder público parece contribuir com essa confusão, legitimando inclusive novos termos para manter o poder para definir as intervenções para promover o marketing político. Mesmo, assim, adotamos o termo “*revitalização*” por considerarmos que no mesmo está explícita a estratégia do Estado de trazer novas atividades econômicas para a área e, com elas se criar o consenso de que é possível dar nova vida às áreas obsoletas da cidade. Concordamos com os argumentos de Mello e Vasconcelos (2006), não se pode esperar que esses planos de revitalização represente uma intervenção sem danos, os planos de intervenção esbarram em questões políticas e econômicas, resistências e lutas, visto que um projeto que não leva em consideração os moradores do lugar não poderá garantir uma nova vida para uma determinada área.

Realizando-se uma breve revisão da literatura, a discussão sobre o processo de revitalização das áreas centrais coloca novos desafios para se pensar a cidade no âmbito das políticas urbanas. Trabalhos como o de Aglaé Vaz, estudando a Região da Luz em São Paulo, O Projeto Nova Luz e a Renovação Urbana na Região da Luz (2009), leva a autora a analisar o processo de produção e reprodução social do espaço urbano e como se processa o desenvolvimento da contradição entre apropriação/dominação do espaço urbano na metrópole paulista, em especial, na região da Luz, área central de São Paulo, trabalho que nos auxiliou a refletir sobre a

política de revitalização no centro da metrópole. Jair Cesar Maturano Ferreira, com seu trabalho “Praça Roosevelt: possibilidades e limites de uso do espaço público”, debruça-se sobre o processo de requalificação da Praça Roosevelt, também na área central de São Paulo e busca entender a produção desse espaço, relacionando os campos da dominação e o da apropriação. Ele parte do princípio de que as transformações nos usos e funções dos lugares revelam o movimento do capital, reestruturando sua imagem, seu uso e funções.

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior e Márcio Douglas Brito Amaral discutem a Reabilitação Urbana na Área Central de Belém-Pará, abordando concepções e tendências de políticas urbanas emergentes, além das práticas de planejamento e gestão urbanos em Belém, Pará, a partir da análise de duas intervenções urbanas desenvolvidas nos últimos anos na sua área central. Norteadas por uma concepção estratégica de planejamento e gestão, tais intervenções têm promovido a produção de uma nova paisagem e de uma nova imagem para a cidade. Trata-se da criação de espaços de renovação urbana, cujo pretexto é a natureza, a cultura e a memória como centralidade simbólica e como forma de legitimar uma dada concepção de gestão urbana.

Glória da Anunciação Alves, em sua tese de doutorado, “O Uso do Centro da Cidade de São Paulo e Sua Possibilidade de Apropriação” (1999), discute como na produção e na reprodução do espaço, sobretudo nas áreas centrais, dá-se o sistema de apropriação de dominação dos lugares, processo dialético que, por meio da vida cotidiana, pode elevar a dimensão do vivido e da apropriação do espaço frente às estratégias de reprodução espacial, que, em geral, são orquestradas pelas políticas estatais e pelo capital privado.

A pesquisa de Verá Lúcia Araújo, “As Transformações na Paisagem do Porto do Capim: Leituras de uma paisagem urbana” (2006), analisa as transformações ocorridas no sítio de origem da cidade de João Pessoa, Paraíba, fundada na condição de cidade, em 05 de agosto de 1585, para sediar as funções comercial e administrativa. A pesquisa resgata a paisagem da cidade em três momentos distintos da sua história: inicialmente, como cidade colonial (séculos XVI e XVII), quando foi denominada Cidade Philipéa, sob o domínio ibérico, e, posteriormente, Frederica, após ter sido ocupada pelos holandeses. Nessa abordagem, a pesquisa é documental, utilizando-se mapas, cartas e telas da iconografia, e as descrições dos

viajantes e administradores, para reconstituir os fatos relevantes da historiografia da cidade e seu contexto social e econômico.

Helena Tavares Gonçalves, na sua dissertação “O Porto e a Casa: dinâmicas de transformação no uso dos espaços no centro histórico de João Pessoa (PB)”, (2014), analisa as diferentes concepções referentes à gestão de uma política de preservação e promoção do patrimônio cultural do centro histórico de João Pessoa e seu entorno, tendo como referência a responsabilidade dos órgãos de preservação do patrimônio cultural, principalmente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. A autora realiza sua reflexão a partir da análise dos planos de revitalização e requalificação propostos para as áreas urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau. Busca, também, analisar as diferentes formas de apropriação dos espaços patrimonializados.

O trabalho de Jovanka Baracuhy C Scocuglia, “Revitalização Urbana e (Re) Invenção do Centro Histórico na Cidade de João Pessoa (1987-2002)”, (2004), apresenta o Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa e contribui para a reflexão acerca do processo de revitalização/requalificação em âmbito nacional e internacional, por meio do convênio com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional e o Iphan, auxiliando-nos, enormemente, a entender o processo de revitalização de João Pessoa.

Esses e outros estudos contribuíram para a nossa reflexão sobre esse espaço e seu processo de reestruturação e transformação. É preciso, no entanto, atentarmos para a importância desta área central urbana, posto que, no caso do processo de revitalização, é onde se materializam as necessidades de reprodução do capital, processo gestado pelas leis de mercado, exigindo, por isso, do poder estatal e dos empreendedores privados, ações estratégicas para o controle socioespacial. Esse processo se dará em permanente conflito com a população que ali reside, construindo o cotidiano do lugar (ALVES, 1999).

Entendemos que, à medida que o capital investido pelo poder público, por agentes imobiliários e por agências internacionais resulta em transformações que vão desde a infraestrutura à restauração de prédios históricos e logradouros, o valor de mercado desses espaços é constantemente redimensionado, visto que a sua melhoria, a habitabilidade e as áreas de circulação passam a contar com novos equipamentos. Desta forma, moradores e frequentadores passam a pagar mais pelo

uso de seus serviços – por meio da aquisição regular de imóveis, contratos de aluguéis ou instalações comerciais.

Interessa, neste estudo, problematizar o tema da revitalização na perspectiva da análise espacial, refletindo como a política de revitalização para as áreas centrais interfere na dinâmica espacial. Não podemos perder de vista que o planejamento de instalações de atividades culturais é direcionado a um público diferenciado (citado anteriormente). Entretanto, a parcela da sociedade constituída pelos moradores que, historicamente, ocupam o lugar não é considerada alvo destas intervenções, na perspectiva de beneficiários.

Para nosso trabalho, analisamos o Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa. Adotamos como universo empírico da pesquisa o Bairro do Varadouro, na medida em que consideramos que intervenções importantes foram desenvolvidas na área. Assim, buscamos entender as especificidades, ações que foram e ainda serão implementadas na área, caso do projeto do Antigo Porto do Capim, visamos entender os conflitos decorrentes do choque de interesses entre a nova interpretação das possibilidades de uso do lugar e a resistência dos antigos moradores do Porto do Capim a estas mudanças, nas quais suas habilidades, memórias e cultura não são absorvidas pelo referido projeto e do novo modelo de uso organizacional do espaço, em moldes capitalistas atuais.

Consideramos, assim, que a luta e a resistência da comunidade do Porto do Capim frente ao Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa é a questão que norteia esse trabalho, ou melhor, a tese desse trabalho. A mobilização da comunidade desde 2012, através da Comissão de Mulheres do Porto do Capim alterou de certa maneira a ação do poder público diante do Projeto de Revitalização.

Através de eventos culturais, políticos, religiosos, e com o apoio de um conjunto de entidades, fundações, universidades e militantes ligados aos movimentos sociais urbanos e culturais a comunidade tem se conscientizado da sua importância na área e luta para permanecer na mesma. Assim, a atuação da Associação de Mulheres se ainda não conseguiu ganhar essa luta, pelo menos tem conseguido adiar esse processo. Vale salientar que não é só porque ocupam o lugar, constroem o lugar, e mesmo que estejam lutando por melhores condições de vida, por moradia, pela permanência nesse espaço que a luta dessas mulheres é importante. Através dessa mobilização elas lutam pela memória da cidade numa

perspectiva mais ampla, não a memória mercadológica do projeto de revitalização, mas sim uma memória que se contrapõem ao que o Estado junto com o capital imobiliário traz como principal argumento para concretizar a promessa de realização da revitalização. É o que temos observado no caso de João Pessoa e o diferencia de outras experiências nacionais.

Nesse sentido frente a uma situação crítica de sobrevivência as Comunidades Porto do Capim, Vila Nassau e Frei Vital resistem ao processo de revitalização. Este é um movimento que ainda está em constituição, efervescência, realização.

Para a consolidação do presente estudo, foi realizada uma revisão bibliográfica acerca do tema tratado, bem como leituras específicas sobre a cidade de João Pessoa, abarcando trabalhos produzidos por geógrafos, arquitetos, historiadores, sociólogos, além das consultas e dos levantamentos realizados junto a instituições governamentais: Comissão Permanente do Centro Histórico (CPCH), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria de Planejamento (SEPLAN), Associação Comercial. Além disso, foi de fundamental importância a consulta à documentação que compõe o Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, o que nos permitiu reunir os dados relativos a todas as intervenções já realizadas, desde as que se encontram em fase de realização, bem como aquelas já previstas.

Além dessa consulta bibliográfica supramencionada, fez-se necessária também a pesquisa de campo como parte integrante do percurso metodológico traçado para este estudo. Tal procedimento foi utilizado para a coleta de dados por meio de pesquisa documental, levantamento das atividades comerciais do Bairro do Varadouro e do Porto do Capim⁴, de entrevistas semiestruturadas junto aos comerciantes, moradores, técnicos e gestores públicos da cidade João Pessoa.

Este trabalho está organizado em quatro capítulos. No primeiro, apresento as transformações ocorridas no centro de João Pessoa ao longo dos anos e as mudanças na sua paisagem urbana. Considerando pontos de vista quando convivemos, portanto, com os aspectos mais representativos desta situação, que é a paisagem urbana moderna. Nela percebemos a interação do “moderno” com o

⁴ Na margem direita do rio Sanhauá, encontra-se o Porto do Capim, área de fundação da cidade, composta pelas comunidades Porto do Capim, Vila Nassau, Frei Vital, Trapiche e XV de Novembro.

“tradicional”, “mas também entre as visões do novo e a imprevisibilidade das transformações, entre as versões proclamadas da mudança e os processos efetivamente vividos” (HAESBERT, 2006, p.80).

Na multiplicidade de aspectos que interagem na configuração da paisagem urbana, os registros ou referências da construção do espaço podem ser interpretados como “rugosidades” ou depoimentos temporais, por vezes arquitetônicos, que resultam da mudança/permanência destes registros na paisagem: “as rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço” (SANTOS, 1978, p.138 in HAESBAERT, 2006, p. 81). Desta forma, temos um exemplo da acumulação desigual do tempo, presente nas áreas do Centro Histórico de João Pessoa.

Busca-se entender a denominada crise dos centros e as motivações que levam ao investimento por meio da política de *revitalização*, na medida em que essa política de intervenção urbana representa um dos principais processos de gestão de cidades na contemporaneidade, com o intuito de dinamizar a reprodução do capital na área central, assim como de adequar a área às demandas do capitalismo em sua fase atual.

No segundo capítulo, analisamos as ações desenvolvidas pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico⁵ e do poder público no Varadouro, por meio da análise crítica do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa. Com isso, destacamos que essas ações produziram novas materialidades e novas simbologias, buscando atrair para a área novos investimentos, tentando modificar a dinâmica social deste espaço. Um dos pilares desse processo é o uso do patrimônio e da cultura como estratégia para criar um

⁵ A Comissão do Centro Histórico de João Pessoa teve papel fundamental para o início dos trabalhos de pesquisa sobre o acervo histórico da cidade, assim como na elaboração de um plano normativo e de gestão da área. Muitos dos edifícios e praças restaurados e recuperados resultaram de trabalho realizado por essa Comissão. Talvez, um dos motivos pelos quais uma série de projetos elaborados nas décadas de 1980 e 1990 continue na lista de intervenções a serem realizadas derive do fato de que esses projetos apresentam importância e relevância do ponto de vista da preservação do patrimônio cultural. Mas outro aspecto que influencia de forma quase decisória é que os sujeitos que participaram da equipe da Comissão do Centro Histórico são hoje os agentes institucionais responsáveis pela gestão pública do sítio histórico da cidade. O que revela que questões institucionais sobre as escolhas referentes à gestão do patrimônio cultural são seleções não somente técnicas, mas também possuem uma esfera política e afetiva, motivada e influenciada por interesses difusos, muitas vezes sobrepostos e incompatíveis, tantas vezes movidos por interesses pessoais ou conjunturais. A trajetória de vida, a formação profissional, as vivências de trabalho, os afetos e desaletos pessoais são fatores decisivos que refletem nas escolhas políticas e na elaboração de planos de preservação e promoção dos patrimônios culturais (GONÇALVES, p.55).

consenso e justificar as transformações impostas ao lugar. A cultura e o turismo são considerados estratégias principais desse modelo, pois, no processo de gentrificação de frequência, a cultura desempenha um papel fundamental, sendo utilizada como álibi para as intervenções e o uso no/do espaço por parte de grupos privados. Esse processo se realizará através da adoção de políticas culturais em âmbito local

No terceiro capítulo, analisamos o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, sua elaboração, suas contradições, analisamos as formas de resistência da comunidade ao processo de revitalização, visto ser um processo complexo por envolver a remoção da comunidade que reside na área. A intenção é entender qual a representatividade desse segmento no processo de revitalização e como se dará ou não a inclusão dos moradores na dinâmica de transformação da área, considerando-se as novas funções e usos do espaço. A partir das informações contidas em documentos dos arquivos da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico e do Iphan/PB, em entrevistas realizadas com agentes institucionais, no Processo de Tombamento Federal nº 1501-T-02 e nos estudos realizados sobre o Antigo Porto do Capim, buscamos compreender as especificidades dessa intervenção que, até o momento, não se realizou.

A partir dos depoimentos dos antigos moradores, da Comissão de Mulheres do Porto do Capim⁶ e demais moradores da Comunidade do Porto do Capim⁷,

⁶ Na área situada à margem direita do rio Sanhauá, afluente do rio Parahyba do Norte, da planície até a colina, no Bairro do Varadouro, há marcas da origem da cidade. A primitiva paisagem do Porto do Capim foi sendo naturalmente transformada. O confronto de culturas em meio às complexas relações entre os povos autóctones e os novos povoadores intensificou as transformações que continuaram na paisagem da cidade em fundação. No período colonial, era pelo Porto do Capim⁶, localizado no Varadouro, que chegavam os navios a vapor com capacidade para 10.000t, carregados de algodão de fibra longa. Pelo porto, chegavam as mercadorias vindas da metrópole europeia que, desembarcadas, eram depositadas nos armazéns portuários. O Porto do Capim esteve em pleno funcionamento de suas atividades até meados do século XX. Na década de 1950, a área foi ocupada por uma população de baixa renda, quase sempre desempregados, que vinham do interior do Estado em busca de trabalho e melhores condições de vida. Não podendo arcar com os altos custos dos aluguéis nos bairros centrais mais bem-dotados de infraestrutura, passam a residir às margens do rio Sanhauá. No início, era do rio que grande parte da população tirava seu sustento. Depois muitos passaram a fazer bicos e trabalhar nas atividades econômicas que o Varadouro abrigava (ARAUJO, Vera Lucia. As transformações na paisagem do Porto do Capim leituras de uma paisagem urbana. Programa de pós-graduação em geografia. Mestrado em geografia UFPB, 2006, p.21).

⁷ Na área situada à margem direita do rio Sanhauá, afluente do rio Parahyba do Norte, da planície até a colina, no Bairro do Varadouro, há marcas da origem da cidade. A primitiva paisagem do Porto do Capim foi sendo naturalmente transformada. O confronto de culturas em meio às complexas relações entre os povos autóctones e os novos povoadores intensificou as transformações que continuaram na paisagem da cidade em fundação. No período colonial, era pelo Porto do Capim⁷, localizado no Varadouro, que chegavam os navios a vapor com capacidade para 10.000t,

quarto capítulo desse trabalho, buscamos resgatar a história do lugar, o modo de vida da comunidade e a visão que a comunidade possui do Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim.

O modelo de investigação adotado neste estudo é o da pesquisa qualitativa, por entender que essa metodologia proporcionará um olhar mais amplo do processo em análise. A pesquisa qualitativa tem como característica maior possibilitar uma integração entre pesquisador e objetos de investigação, tendo em vista que sua base procedimental é a abordagem interpretativista dos fatos a partir de dados empíricos. Segundo Neves (1996, p. 1), a pesquisa qualitativa configura-se por um conjunto de características inter-relacionadas: “ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; o caráter descritivo; o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador; enfoque indutivo”. Logo, tais características por si justificam a escolha desse modelo de investigação para o desenvolvimento da pesquisa ora apresentada.

Segundo Gonçalves (2014), a primeira experiência do pesquisador de campo está na domesticação teórica de seu *olhar*, preparado e sensibilizado por uma teoria disponível. Assim, durante o exercício da investigação no Centro Histórico, o *ouvir* teve uma significação específica e constituiu prática indissociável do *olhar*. Porém, para nós, geógrafos, assim como para os antropólogos, como observa Oliveira (1998), a descrição de uma situação social através do *olhar* e do *ouvir* não é suficiente para a interpretação e a produção de conhecimento, pois existe a compreensão e o sentido para o nativo e a significação para o cientista social que a observa. As explicações nativas (matéria-prima para o entendimento do cientista social) só são acessíveis por meio de entrevistas, um ouvir especial. Assim, entrevistas configuram-se como táticas para ter acesso a informações não alcançáveis mediante observação.

carregados de algodão de fibra longa. Pelo porto, chegavam as mercadorias vindas da metrópole europeia que, desembarcadas, eram depositadas nos armazéns portuários. O Porto do Capim esteve em pleno funcionamento de suas atividades até meados do século XX. Na década de 1950, a área foi ocupada por uma população de baixa renda, quase sempre desempregados, que vinham do interior do Estado em busca de trabalho e melhores condições de vida. Não podendo arcar com os altos custos dos aluguéis nos bairros centrais mais bem-dotados de infraestrutura, passam a residir às margens do rio Sanhauá. No início, era do rio que grande parte da população tirava seu sustento. Depois muitos passaram a fazer bicos e trabalhar nas atividades econômicas que o Varadouro abrigava (ARAUJO, Vera Lucia. As transformações na paisagem do Porto do Capim leituras de uma paisagem urbana. Programa de pós-graduação em geografia. Mestrado em geografia UFPB, 2006, p.21).

CAPÍTULO I: O CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA: ASPECTOS DO PASSADO AO PRESENTE

O Centro Histórico de João Pessoa é um conjunto urbano organizado em torno de dois núcleos históricos: Cidade Baixa, ou Varadouro, e Cidade Alta, com suas particularidades que se desenvolveram paralelamente, com funções e conteúdos diferentes. Esses espaços representam o núcleo antigo da cidade de João Pessoa, área onde se concentrou a vida econômica, social, política e religiosa da cidade por quatro séculos.

Na área, podem ser encontrados registros originais da urbe, bem como edificações representativas das diferentes épocas e períodos históricos, desde o Brasil Colônia, passando pela República – período das mais significativas e maiores transformações no espaço urbano, as quais caracterizaram as cidades brasileiras em virtude do ideal de modernidade, sendo responsáveis por modificar a paisagem urbana de nossas cidades, imprimindo-lhes referências patrimoniais importantes.

Por serem detentoras de reconhecido valor patrimonial e arquitetônico, diversas edificações situadas no núcleo histórico de João Pessoa foram alvos de tombamento federal, a partir da década de 1930. Outras ações de proteção vieram com a criação do IPHAEP, instituição fundada em 1971, que, ao longo das décadas posteriores, procedeu ao tombamento de 54 bens imóveis da cidade e delimitou a primeira poligonal para definição do Centro Histórico de João Pessoa.

As primeiras tentativas de proteção de um sítio urbano de valor histórico na cidade de João Pessoa se dão na instância municipal, através do Plano Diretor de João Pessoa, elaborado em 1975, que apresentou a primeira definição de uma poligonal de preservação rigorosa para a cidade. Segundo Scocuglia (2004), no âmbito estadual, foi fundado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), através do Decreto-Lei nº 5.255, de 31 de março de 1971. Esse órgão deveria ser mantido pelo Fundo Estadual de Cultura, com a finalidade de preservar os bens culturais, artísticos e históricos do Estado que não se encontravam sob proteção e guarda do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Em 1982, por meio do Decreto Estadual nº 9.484, de 13 de maio, foi delimitado o “Centro Histórico Inicial de João Pessoa”, a partir do qual foi pautada a atuação do referido órgão. Assim, tanto a Cidade Alta como toda a Cidade Baixa

(bairro do Varadouro) e o antigo Porto do Capim estão incluídos na área tombada como patrimônio histórico desde 1982.

Compreende uma área total de 305,40 hectares, que tem por limite inicial a margem esquerda do Rio Sanhauá, o qual constituía o único meio de acesso à cidade, quando da sua fundação, em 1585. A partir do rio, abrange os bairros do Varadouro e o Centro, os quais correspondem aos núcleos de Cidade Baixa e Cidade Alta que tiveram formação desde o século XVI. Por sua vinculação com o Rio Sanhauá, esta parte do Centro Histórico é marcada por características peculiares de acentuada integração com o meio ambiente, relação que é reforçada pela implantação da cidade em área de encosta, onde predominava o verde das cercas conventuais dos franciscanos, em parte ainda existente (PROPOSTA PARA TOMBAMENTO NACIONAL DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA, 2006, p.12).

Vale salientar, ainda, que este núcleo histórico, sob a proteção do IPHAEP, é composto também por áreas que resultaram do processo de modernização e expansão da cidade até meados do século XX, onde estão inseridos o Parque Sólon de Lucena e os bairros de Tambiá, Trinchiras e Jaguaribe. No interior desse perímetro, encontra-se a maioria dos exemplares protegidos por legislação de tombamento federal e um significativo número tombado por legislação de tombamento estadual. Scocuglia ressalta que:

Até então, não havia nenhum órgão destinado a esse fim no Estado e, apenas em 1978, é que o IPHAEP passou a ter uma relativa autonomia, tanto administrativa quanto financeira. Nesse mesmo ano, foi assinado o Decreto-Lei nº 7.819, de 24 de outubro, dispondo sobre o cadastramento e o tombamento de bens culturais, artísticos e histórico no Estado da Paraíba, e definindo instrumentos legais da política de proteção do patrimônio histórico e artístico do Estado. Desenvolveu-se à semelhança da legislação federal, apesar de elaborado 41 anos depois e aplicado a bens não classificados pela União, localizados no Estado. (...) Apesar do reconhecimento institucional do Centro Histórico e seu tombamento pelo órgão estadual, considerando-o como área sujeita a tratamento especial – ZEP (Zona Especial de Preservação) e ZER (Zona Especial de Revitalização) – nunca foi feita a regulamentação da área e durante vários anos, a Prefeitura Municipal se omitiu com relação aos problemas do Centro Histórico (SCOCUGLIA, 2004, p.130).

Segundo a autora, ocorreu uma exceção quando da institucionalização, em 1992, através da Lei Complementar nº 3, de 30 de dezembro de 1992, do Plano Diretor da cidade de João Pessoa – documento contendo diretrizes que norteariam o crescimento e o desenvolvimento da cidade até o ano de 2010. Esse Plano Diretor deveria ter passado por revisões periódicas a cada cinco anos, conforme prazo estabelecido pelo Art. 240 da Lei Orgânica do Município.

Assim, o Centro Histórico passou a constar no Plano Diretor de João Pessoa a partir de 1992, nas seções relativas ao uso e à ocupação do solo, e, especificamente, no capítulo II – Das zonas de restrições adicionais e no capítulo III – Das zonas especiais, em particular, na seção III – de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa. Costa ressalta, assim, que:

Foi com a Lei Municipal nº 2.102, de 31 de dezembro de 1975 (Código de Urbanismo) que o Centro Histórico de João Pessoa passou a ser reconhecido oficialmente, sendo então delimitado. Novas delimitações foram feitas, por outros agentes, em 1982, 1987, 2004 e 2007. A de 1982 foi feita pelo Iphaep (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba), órgão do governo estadual. A de 1987, pela Comissão do Centro Histórico de João Pessoa, e, diferentemente das duas anteriores, resultou também em um inventário das edificações inseridas na mesma. Tais delimitações definiam perímetros distintos, a última estando inserida na primeira. Elas levaram a que a delimitação de 1975 fosse desprezada, por estar contida na delimitação feita pela Comissão. Passados 17 anos, uma nova delimitação foi estabelecida, unificando a área de atuação das duas últimas instituições com o Decreto Nº 25.138 de 28 de junho de 2004. Enquanto isso acontecia, corria em paralelo o processo de tombamento nacional do Centro Histórico de João Pessoa, ratificado pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 2007 (COSTA, 2009, p. 14).

Todavia, apesar da existência dos instrumentos legais mencionados (Plano Diretor, tombamento, reconhecimento oficial e institucional da existência de um Centro Histórico em João Pessoa), durante anos, a área não recebeu a devida atenção por parte do poder público, permanecendo a falta de uma política que definisse as diretrizes urbanísticas e patrimoniais para o Centro Histórico.

O Convênio de Cooperação Internacional entre o Brasil e a Espanha, em 1987, integrou o Centro Histórico de João Pessoa ao Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Ibero-América. Esse Convênio foi formado entre o Governo da Espanha, por intermédio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional-AECI; o Governo do Brasil, por intermédio do Ministério da Cultura e do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional- IPHAN; o Governo do Estado da Paraíba, por meio do IPHAEP, e a Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Por esse convênio, foi criada a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, mediante o Decreto Estadual nº 12.239, financiada e garantida pelo Convênio Brasil/Espanha. A Comissão Permanente considerou que era necessário selecionar uma área menor para as primeiras intervenções. Assim, a equipe técnica passou a atuar sobre uma área correspondente a 117 hectares do núcleo tombado em nível estadual. Nesse

sentido, a delimitação foi realizada, tomando como base o registro da cidade no século XIX, que corresponde a uma planta de 1855. Para a realização dessa ação, foram realizados estudos sobre a área, que compreendia a Cidade Baixa e a Cidade Alta. O convênio possibilitou os primeiros estudos de tipologia, o inventário da área, as diretrizes para a realização das intervenções. Tais estudos resultaram no primeiro Projeto de Revitalização para a área do Centro Histórico, dividido em 26 etapas.

Figura 2: Limites do Centro Histórico de João Pessoa
Fonte: Stevens (2015) e Copac (2012).

Todavia, vale ressaltar que, em âmbito federal, no ano de 2002, por proposição da ACEHRVO, foi encaminhado ao IPHAN um ofício, solicitando o processo de tombamento nacional do Centro Histórico de João Pessoa, que possuía como argumento:

Tombar esse universo, restrito geograficamente, mas amplo em sua ação sinérgica, é a materialização dos avanços, percalços, erros e acertos de um pólo tão antigo quanto a própria memória nacional possa alcançar. Além de tudo, é lindo de se ver. O rio invade a *urbs* e o casario penetra o mangue, num espetáculo de rara plasticidade, cuja preservação passa, necessariamente, por uma regulamentação federal. Assim, impõe-nos a obrigação em pleitear um tombamento nacional (ACEHRVO, 2002, In: IPHAN, 2007).

Em 2009, o Centro Histórico de João Pessoa foi inscrito nos seguintes livros do Tombo: Livro de valor Histórico e no Livro de valor Arqueológico, etnográfico e paisagístico. Podemos perceber que diversas foram as tentativas de se delimitar uma área de proteção ao patrimônio cultural edificado, como também de criação daquilo que, espacialmente e simbolicamente, faria parte da área do Centro Histórico da cidade. Nesse processo, conforme ressalta Gonçalves (2014, p.38-39), no seu trabalho *O Porto e a Casa: Dinâmicas de transformação no uso dos espaços no centro histórico de João Pessoa (PB)*, o tombamento não protegeu aquilo que é mais importante e significativo para o projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim:

curioso é perceber que toda a narrativa que justifica o tombamento da área está baseada na relação entre o Rio Sanhauá e a cidade de João Pessoa, pois a cidade nasceu às margens desse rio, porém, se olharmos com o mínimo de atenção à delimitação das áreas tombadas, constataremos que nem as margens e nem o rio se encontram na área de proteção rigorosa. As margens do Rio Sanhauá estão na área de entorno do perímetro e o rio, de extrema importância histórica para o surgimento da cidade, não conta com nenhum tipo de proteção nos aspectos da legislação patrimonial, contradizendo a própria argumentação institucional (GONÇALVES, 2014, p.38-39).

As margens do rio Sanhauá permanecem sem a devida proteção, e, mesmo com o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, o mesmo carece de iniciativas patrimoniais que preservem sua ambiência.

Gonçalves (2014) destaca, ainda, que, na delimitação do perímetro de proteção (que compõe a instrução do processo de tombamento), não se levou em consideração a relação cidade, rio, mangue e ocupação histórica do Porto do Capim e da Vila Nassau. Na realidade, a poligonal de tombamento é um reflexo material desta posição técnica e política do Iphan – algo paradoxal para um órgão que visa à proteção do patrimônio em sua plenitude – uma vez que o rio Sanhauá foi excluído da definição do perímetro, enquanto o mangue e o Porto do Capim figuram apenas no entorno do sítio tombado, embora seja perfeitamente plausível e legal a inclusão de elementos da natureza nas poligonais de proteção, havendo exemplos vários na história da instituição. Como observa Rabello:

A lei não deixa dúvida de que não só as coisas criadas pelo homem podem ser objeto de tombamento, como também os chamados “monumentos”, “sítios” e “paisagens naturais”. Nessas denominações podem ser incluídas quaisquer espécies de elementos da natureza¹¹, isto é, poderá ser uma

rocha, ou poderá ser todo um sítio florestal, ou mesmo uma paisagem litorânea.

[...] Assim, podemos deduzir que, em princípio, não é juridicamente inadequado o tombamento de bens naturais, especialmente daqueles que possam ter características básicas de permanência, a fim de atender o objetivo da lei, que é sua conservação natural (RABELLO, 2009, p. 83-84).

Hoje, caminhar pelas suas ruas, becos e praças, e descer e subir suas ladeiras, que fazem a ligação da Cidade Baixa com a Cidade Alta, são movimentos que nos ajudam a reconstruir as ações operadas ao longo do largo período de constituição da cidade, desde a sua fundação, em 1585, até o final do século XX. Observamos que as transformações que se processaram no seu espaço urbano, ao longo da história e mesmo hoje, ainda têm implicações de várias ordens em diferentes esferas da vida social e urbana da cidade, afetando o cotidiano do Centro Histórico.

Nesse percurso, muitas das informações que seriam fundamentais para recriar essa longa história já se perderam com o processo de urbanização e modernização do espaço urbano, que, paulatinamente, transformou sua paisagem ao longo dos séculos. A ideia de progresso e modernização que assolou a cidade no início do século XX, especificamente na década de 1930, implicou em sensíveis mudanças nas formas de leitura, conteúdo, apreensão e sociabilidade do seu espaço urbano.

Assim, consideramos que o estudo do Centro Histórico nos permite refletir sobre as transformações que se processaram na cidade no decurso do tempo, sua formação, imagem, leitura e atual condição. Este espaço reuniu e ainda reúne forças que buscam continuamente o domínio e o controle da produção do capital, assim como a sua reprodução, contendo uma centralidade urbana permanente, visto que, no centro, encontra-se a mais completa infraestrutura urbana, lugar povoado pelas mais diversas formas e atividades que, no conjunto, formam a representação do que se chama de cidade, e, até hoje, está presente no imaginário do pessoense.

É um espaço que integra e dispersa, para onde convergem pessoas, mercadorias, informações e ideias. Sua importância está no fato de ser o lugar que reúne e integra os fluxos oriundos das mais diversas áreas da cidade, bem como de outros municípios e Estados. Também é de onde se dispersam os mesmos fluxos de capitais, informações e pessoas para outros pontos da cidade.

Esse espaço ainda guarda lugares plenos de historicidade, fortemente interligados geograficamente, dotados de agudo sentido comunitário, imperando os sentimentos de vizinhança e pertencimento, como ressalta Dalmo Vieira Filho (2010). As formas urbanas que hoje constituem o Centro Histórico de João Pessoa foram se produzindo ao longo dos séculos, por várias gerações, ganhando, a cada momento histórico, novos contornos e imprimindo à área novos aspectos, mesmo que só o reconheçamos, de fato, a partir de 1987, por meio do trabalho empreendido pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional- AECI.

Resultado do trabalho da sociedade, acumulado ao longo do processo de produção e reprodução do espaço no capitalismo, a área abriga formas e referências de seu passado, as permanências e os resíduos de uma vida social e urbana que ali acontecia, e que ainda acontece e se desenrola, dando conteúdo à vida cotidiana no lugar. A sua paisagem expressa o modo como esse espaço foi estruturado ao longo do tempo e tem se transformado continuamente.

Observando a materialidade de sua paisagem, representada em suas ruas e seu casario, por vezes, ainda muito danificados, vemo-nos diante do modo como uma sociedade historicamente produziu e ainda produz o seu espaço e constrói relações sociais essenciais à vivência no lugar. As marcas das transformações estão impressas em sua paisagem urbana. Segundo Carlos (2004), a efemeridade das formas urbanas, espacial e historicamente produzidas, produto da metamorfose imposta pelo modo de produção capitalista, faz da cidade uma recriação constante. E é isso que constatamos quando caminhamos pelo Centro Histórico de João Pessoa e deparamo-nos com elementos do presente e do passado recente e/ou mais remoto. Por isso, o que vemos hoje são as continuidades e discontinuidades desse processo, que se traduz na produção e reprodução dos lugares no interior desse espaço, dotando-os de variados ritmos, sonoridades e aspectos.

Ao longo da história, as intervenções que o Estado realizou apresentam como tendência a destruição dos referenciais urbanos, posto que a busca incessante pelo novo, como imagem do progresso e do moderno, transforma os lugares, produz novas formas urbanas que se constroem sobre outras, provocando transformações na morfologia, no uso e nas funções, revelando uma paisagem em constante transformação (CARLOS, 2004). Assim, mesmo com a intenção de se resgatarem

antigas estruturas, o processo de “revitalização” do Centro Histórico de João Pessoa recria novos espaços e significados.

Pode-se dizer que, por muitos anos, e ainda hoje, o Centro Histórico de João Pessoa constituiu o local de grandes transações comerciais. À primeira vista, essa é a característica mais marcante da área, por concentrar parte das atividades pertinentes ao Centro da cidade. A este aspecto, soma-se a existência dos serviços públicos, comunitários e gerais: as instituições públicas federais, estaduais e municipais, escolas públicas, templos religiosos, comércio, áreas de recreação, como também serviços de infraestrutura que beneficiam a área: abastecimento d’água, energia elétrica, telefone, esgoto e pavimentação, inclusive pavimentação asfáltica.

Para nosso estudo, consideraremos os processos que se realizaram e ainda se realizam na Cidade Baixa (Bairro do Varadouro) e Porto do Capim, por considerarmos que esse espaço representa uma das áreas mais representativa da história e sua memória, com uma identidade própria que adveio da permanência de ocupação desse espaço, num tempo mais ou menos longo, com estruturas construídas que deram respostas às funções que justificaram esse assentamento e que explicam também as sucessivas metamorfoses pelas quais a cidade foi passando.

1.1 Da gênese ao século XIX

A história da fundação da cidade de João Pessoa vincula-se às ações que a Coroa portuguesa empreendeu, no final do século XVI, visando ao povoamento e à colonização de áreas do litoral brasileiro que continuavam despovoadas, apesar das várias tentativas de ocupação através do sistema de capitanias hereditárias. Assim, em 5 de agosto de 1585, foi fundada a Cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, sendo, posteriormente, denominada de Frederika, por ocasião da ocupação holandesa, no século XVII e, em seguida, Parahyba, nome que o advento da Revolução de 1930 substituiu pelo atual, João Pessoa.

“Senhora do porto”, a cidade se alça no alto da colina, extraindo do solo a pedra de cal para sua edificação, das águas e da natureza do entorno, seu sustento; e do rio, seu vínculo com o mundo, aqui se arrolando os componentes que apareceriam com certa recorrência nas leituras a partir de então surgidas (TRAJANO, 2006, p. 20-21).

O autor ainda ressalta:

a fundação de João Pessoa em fins de 1585 obedeceu aos ditames da política colonizadora da Coroa Portuguesa, na ocasião submetida à Espanha de Felipe II, em seu intento de estabelecer a posse definitiva de territórios da colônia ameaçados de invasão estrangeira ou ocupados por indígenas, como era o caso da Capitania da Paraíba (TRAJANO, 2006, p.20).

Cidade de nascença, tendo o privilégio de ter sido reservado aos núcleos urbanos criados em capitanias reais, como era a Parahyba, a fundação da cidade, em 1585, obedeceu aos ditames da política colonizadora da Coroa Portuguesa, mas também fixou um ponto estratégico no mapa da conquista.

Razão que a fez surgir como uma *urbe sede*, como definiu Nelson Omegna. Nasce cidade tão somente para exercer funções administrativas e comerciais e, principalmente, para viabilizar a continuidade da ocupação portuguesa em direção norte sobre estas novas terras (MAIA, 2000, p.67).

Para a fundação dos núcleos urbanos mais antigos, os portugueses levavam em consideração as condições do sítio, que deveria ser adequado tanto sob o ponto de vista das pretensões de defesa – por permitir um amplo controle visual dos arredores e dos percursos de ascensão à cidade, seja por terra, seja por água, através dos rios Paraíba e Sanhauá – quanto à salubridade, atestada a abundância de fontes d'água nas proximidades.

A cidade, ao longo dos séculos, recebeu várias denominações: Nossa Senhora das Neves, no momento de fundação pelos portugueses (como era comum, atribuía-se, no momento de fundação, o nome do santo do dia); Filipeia de Nossa Senhora das Neves, ainda no final do século XVI, em homenagem ao rei da Espanha Felipe II (na ocasião, a coroa portuguesa estava submetida à Espanha); durante a ocupação holandesa, no período 1635-1654, foi denominada de Frederiksdadt, depois Parahyba e, no século XX, especificamente em 1930, recebeu a denominação de João Pessoa, em homenagem ao então Presidente do Estado, João Pessoa Cavalcante de Albuquerque, assassinado em Recife, em 26 de julho de 1930.

Imersa na geografia local, em estreita relação com a topografia e o rio, a cidade foi fundada em 1585. À margem direita do rio Sanhauá, afluente do rio Parahyba, estabeleceram-se as primeiras construções e instituições que deram

forma e conteúdo à cidade. Na Cidade Baixa, foram construídas as primeiras edificações que proporcionaram a defesa e as relações de troca entre a Colônia e a Metrópole europeia.

Banhada pelo rio Sanhauá/Paraíba, cujo estuário possui canais e afluentes que formam as ilhas da Restinga, dos Porcos, dos Stuart e do Tibiri (caracterizando, assim, um extenso mosaico de rio-mar-vegetação), a cidade, desde sua fundação, está inserida nessa paisagem marcada por um considerável conjunto de atributos naturais: a topografia de relevo suave, a vegetação exuberante do seu entorno e, principalmente, a relação existente entre o seu núcleo histórico e o Rio Sanhauá, sendo esses os principais motivos para o tombamento do seu centro histórico, em 2007, pelo IPHAN.

Sua história confunde-se com o desenvolvimento do modo de produção capitalista no período colonial, quando das imposições do antigo sistema colonial que, para promover a acumulação primitiva de capital e atender às necessidades e exigências da metrópole europeia, necessitava expandir seus domínios. Assim, sua história está intimamente ligada à da expansão comercial e colonial europeia na época moderna. Além disso, sua fundação vincula-se às ações que a Coroa portuguesa empreendeu, no final do século XVI, visando ao povoamento e à colonização de áreas do litoral brasileiro que continuavam despovoadas – sob ameaça de outros países concorrentes comerciais, que viam nessa terra a possibilidade de ocupação – apesar das tentativas anteriores de ocupação através do sistema de capitanias hereditárias implantadas por D. João III, em 1534.

Pode-se dizer que o núcleo urbano da cidade era definido por duas zonas diferenciadas, determinadas pela própria topografia da área onde se instalou a cidade. Na margem direita do rio, cujas condições geográficas favoráveis levaram os colonizadores a construir um porto fluvial, o Porto do Capim, na Cidade Baixa, que, durante mais de três séculos, fez a ligação do local com as rotas marítimas tão necessárias ao desenvolvimento socioeconômico, não apenas da cidade, mas de toda a Paraíba. Foi a partir deste fato que se consolidaram as funções portuárias – tendo como foco principal o Porto do Capim, no Varadouro – e, no seu entorno, as atividades de comércio e controle alfandegário.

O Porto do Capim, que serviria ao escoamento da produção açucareira. Aí predominaram as instalações portuárias e comerciais. A ocupação da Cidade Baixa estendeu-se ao longo do Rio Sanhauá, ramificando-se posteriormente, de forma não planejada, por sobre a topografia acidentada

que dividia as porções de cidade baixa e alta. No alto da colina, instalações administrativas e religiosas, bem como o casario onde habitava a população mais abastada da cidade (PROPOSTA PARA TOMBAMENTO NACIONAL DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA, 2006, p. 29).

No período colonial, era pelo Porto do Capim, localizado no Varadouro, que os navios a vapor atracavam, com capacidade para 10.000 toneladas, a ser carregados com fardos de algodão de fibra longa. Chegavam, também, as mercadorias vindas da metrópole europeia que, desembarcadas, eram depositadas nos armazéns portuários. O Porto do Capim corresponde a uma área ribeirinha, um porto fluvial, com vegetação de mangue, estando sujeito aos alagamentos nas cheias provocadas pelo fluxo das marés e, mais intensamente, no período chuvoso. Esse ecossistema consiste em uma presença marcante na paisagem em relação às manchas de vegetação arbórea. Segundo Trajano (2006), desde a colonização, o Rio Sanhauá assume um papel vital para a cidade de João Pessoa, que a ele se atrela desde sua fundação. O autor ressalta que, nos registros escritos e na iconografia, a recorrência com que esse rio se apresenta parece indicar a importância que o mesmo teve para a cidade e para sua vida econômica.

Figura 3: Porto do Capim no início do século XX

Fonte: Acervo da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, 1987.

Os rios Parahyba e Sanhauá foram a porta de entrada dos colonizadores para a fundação da cidade de Nossa Senhora das Neves. Hoje, pouco resta do que foi o

antigo porto fluvial na área, margeando o rio Sanhauá. “Adentrando-se” sobre parte do mangue aterrado, encontram-se as Comunidades Porto do Capim, Vila Nassau e Frei Vital (ARAUJO, 2006).

Apesar de pouco ressaltada na sua origem, a cidade de Nossa Senhora das Neves guarda uma face ribeirinha e uma íntima relação com as vias fluviais, visto que o dinamismo econômico da época era dado pelo contato com o Rio Sanhauá e Rio Parahyba, sendo essa, inclusive, uma das singularidades de sua história, quando comparada à de outras cidades coloniais brasileiras, ou seja, sua fundação deu-se a uma considerável distância do mar, como costumam ressaltar historiadores e cronistas paraibanos. Essa, na realidade, é uma das primeiras características que marcarão a história da sua ocupação e que, ao longo dos séculos, será esquecida.

Nos primeiros anos de colonização, a proximidade das construções do próprio povoamento, às margens dos rios, era de fundamental importância para o dinamismo econômico e para a sobrevivência de seus moradores. No entanto, ao longo dos séculos, essa característica ribeirinha foi se perdendo, como resultado das transformações que se realizaram com o processo de urbanização e modernização do espaço urbano.

Essa descrição pode ser complementada ainda em narrativas de viajantes e cronistas da época, permeadas por uma visão edênica do Novo Mundo, como o relato de Ambrósio Fernandes sobre a Capitania da Parahyba em princípios do século XVII.

Por ser fertilíssima e lavrar muitos açúcares nos engenhos (...) ocupa o terceiro lugar em grandeza a riqueza das demais capitanias deste Estado (...) a cidade, que está situada pelo rio acima ao longo dele, posto que pequena, todavia é povoada de muitas casas, todas de pedra e cal e já enobrecida de três religiões que nela assistem com seus conventos, a saber, o da ordem do Patriarca, São Bento e os religiosos de Nossa Senhora do Carmo com os do Seráfico Padre São Francisco da Província Capucha de Santo Antonio, que tem um convento suntuoso, o melhor dos daquela Ordem em todo o Estado do Brasil (TRAJANO, 2006, p. 21).

Vale salientar também que, embora a ocupação do Brasil tenha tido início sob o sistema de capitanias hereditárias⁸, as circunstâncias em que a mesma ocorreu

⁸ Na década de 1530, Dom João III resolveu recorrer ao sistema de capitanias hereditárias, a fim de poder ocupar toda a costa do Brasil. Este regime de capitanias – que já havia sido aplicado com resultados nos Açores e na Madeira – “consistia na divisão do território em lotes, cuja governança era entregue a capitães donatários, que gozavam de importantes privilégios e proveitos, integrando-se neles o exercício de parte dos atributos do poder real” (MOURA, 2010, p. 21 apud TAPAJOS, 1996, p. 420).

determinou, de certa forma, que a fundação de núcleos de povoamento fosse uma medida essencial para dar início a uma vida comunitária que, até então, não havia. Assim, a fundação da cidade de Nossa Senhora das Neves revestiu-se de importância por constituir um centro que representava o poder metropolitano na colônia, sediando um corpo de funcionários que, diretamente, representavam o poder português, reunindo funções administrativas, econômicas e militares, sendo, sobretudo, vigilante sobre os interesses de sua majestade (MOURA, 2010).

Ainda na visão da autora, as cidades resultantes da colonização portuguesa assumiram caráter de “lugar central”, atuando sob a ordenação do território envolvente, participando, ainda, como núcleo de apoio para a ocupação de outras regiões:

Constituíam, portanto, núcleos de poder que se enquadravam na estratégia de colonização, fundamentada na retomada do território brasileiro, sob administração direta da Coroa portuguesa. Daí talvez se justifique a aplicação do termo cidade, em substituição àquele de vila ordenado pelas cartas de doação das capitanias de donatários (MOURA, 2010, p. 39).

Segundo Mattoso (1992, p.19 apud MOURA, 2010, p.39):

De qualquer modo, a cidade foi sempre um fator de ordem. Aquela que o homem impõe à natureza. Ordem que supõe exercício de poder. Dominar a natureza, disciplinar a sua irracionalidade, resolver ou suprimir os seus conflitos e contradições, sobretudo os que opõem os homens entre si, quando abandonados a suas paixões, tal foi sempre o sonho do ocidente europeu. Um sonho que não ficou apenas na imaginação individual ou coletiva. A maior parte das tentativas para o tornar realidade tomou como modelo a ordenação de um território determinado a partir de um polo fixo onde se estabelece o poder político. Daí a importância da cidade na história dos homens.

Aos poucos, a cidade de Nossa Senhora das Neves ia surgindo. Novos caminhos iam se estabelecendo, fazendo a ligação entre a Cidade Baixa e a Cidade Alta. Um dos primeiros caminhos foi o da Ladeira de São Francisco, caminho através do qual os moradores e mercadorias circulavam entre o Porto do Capim e o núcleo administrativo, residencial e religioso, situado em cima da colina.

Foi a volta destes dois polos que a cidade se organizou e desenvolveu, desde a fundação ao século XIX, definindo ruas, praças e outros equipamentos urbanos, cujos testemunhos ainda permanecem presentes na sua paisagem urbana e visíveis através da sua malha viária que se pretende tombar. Vale salientar, também, que apesar do acidentado do sítio, a cidade inicial conheceu dois tipos distintos de arruamentos: a transformação de caminhos de ligação cuja forma era determinada pela

geografia, em ruas, e a criação de outras ruas seguindo um planejamento pré-determinado (PROPOSTA PARA TOMBAMENTO NACIONAL DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA, 2006, p. 29).

Na Cidade Alta, foi aberta a Rua Nova (atual General Osório), a qual tinha início na porta da Igreja Matriz. Nas imediações, a Casa da Câmara, a Cadeia e o Açougue também foram edificadas. Segundo Moura (2010), estes dois logradouros foram os primeiros a compor a nascente malha urbana da cidade que, a partir de 1588, no governo de Frutuoso Barbosa, passou a se chamar Filipeia de Nossa Senhora das Neves, em homenagem ao rei da Espanha e Portugal.

Assim, Filipeia de Nossa Senhora das Neves teve papel fundamental por ser uma cidade sede, fundada para ser o centro da capitania da Parahyba, como ressalta Moura (2010, p. 40), “polarizando em si e no seu entorno, as estruturas defensivas, as ordens religiosas, as unidades produtoras de açúcar que eram a força motriz da economia da região”. De início, uma pequena capela foi edificada no alto da colina que marcou um ponto de referência para a cidade, sendo, em pouco tempo, elevada à condição de igreja matriz. Assim, foi definida a estrutura inicial da cidade, dividida entre Cidade Alta – lugar da igreja matriz, de residências e de edifícios oficiais – e a Cidade Baixa, à margem do rio Sanhauá, área também denominada de Varadouro.

Os documentos históricos dão conta de que, no período entre o final do século XVI e início do século XVII, a cidade foi marcada pela instalação de igrejas e conventos. Maia (2000), em sua tese de doutorado, *Tempos Lentos na Cidade: permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa-PB*, ressalta a importância das instituições religiosas como modeladoras do seu espaço urbano. Segundo a autora, essas instituições foram um dos principais e mais importantes agentes modeladores do espaço urbano das cidades brasileiras, como também da expansão urbana que promoveram ao longo dos séculos. Os prédios dessas instituições serviam ainda como hospedaria, depósito de objetos valiosos e dinheiro, além de terem servido de quartéis, como ocorreu durante a ocupação holandesa.

As congregações religiosas exerceram um papel considerável na organização do espaço urbano, como ressalta Maia:

exerceram importante papel na construção das cidades brasileiras. Na morfologia urbana dos dois primeiros séculos de existência, eram os

edifícios religiosos as construções que se destacavam. Isso se deu tanto com aquelas cidades de maior porte, como Salvador e Olinda, bem como com as menos expressivas cidades, vilas e freguesias.

Da mesma forma, apresentava-se a cidade da Paraíba. A edificação dos conventos ou mesmo as primeiras instalações nessa cidade grafaram, na morfologia urbana, a cruz, símbolo do cristianismo, a partir de sua disposição: norte (franciscano), sul (jesuítas), oeste (beneditinos), leste (carmelitas) (MAIA, 2000, p.1).

Desse modo, as instituições religiosas na cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves foram grandes agentes modeladores do espaço urbano e um elemento significativo à compreensão da forma de organização do espaço colonial, como marcos estruturantes do desenho urbano. Vale salientar também que o patrimônio dessas congregações contribuiu para a configuração inicial da cidade, cuja fisionomia era modesta, com logradouros desordenados e casas humildes, diferente da riqueza das igrejas monumentais e das vultosas casas conventuais. Convém destacar que, na imagem da cidade do período colonial, os edifícios religiosos, em sua monumentalidade arquitetônica e estética, são referenciais importantíssimos para fortalecer os princípios ideológicos da colonização portuguesa.

Aspecto muito importante é que a sede da Capitania da Paraíba, construída para assegurar a ocupação portuguesa, também serviu de base para o surgimento dos engenhos de açúcar que se expandiam continuamente. Os donos das terras foram também os responsáveis pela formação da cidade. Em termos econômicos, durante um relativo período, a capitania da Parahyba era a terceira em grandeza e importância econômica no Brasil, sendo precedida pela Bahia e Pernambuco. Outro aspecto a ser ressaltado é que, se, por um lado, a simplicidade caracterizava a arquitetura e o traçado da cidade brasileira, por outro, o Engenho destacava-se por sua ostentação, abundância e autonomia da propriedade e também da casa grande, como ressalta Maia:

Na história da cidade da Paraíba, ou ainda Filipeia, é ressaltado por muitos o desempenho de um dos primeiros senhores de engenho que financiou a construção da igreja da Misericórdia, além de ter oferecido prêmios em dinheiro para aqueles que edificassem casas na cidade (...) A respeito desse desequilíbrio entre o esplendor rural e a simplicidade urbana, Sergio Buarque de Holanda afirma ser essa uma característica da colonização portuguesa, somada à fisionomia mercantil expressa no sistema de povoação litorânea ao alcance dos portos de embarque (MAIA, 2000, p. 64-65).

O que iremos observar a respeito da constituição da cidade da Parahyba é que seu crescimento esteve sempre a serviço das relações internacionais com os países europeus, portanto, por meio de um processo de colonização. E isso irá interferir de modo considerável no seu desenvolvimento, como aponta Maia:

A fisionomia da cidade de Nossa Senhora das Neves, Filipeia, e até mesmo da Paraíba, como sendo “verdadeiro fundo de quintal dos engenhos e fazendas que lhe subjugavam as forças”, (MELLO, 1990, p. 22), foi destacada por viajantes e historiadores locais e persiste durante os três primeiros séculos, não ultrapassando os seus limites iniciais: do rio a colina. Poucas eram as edificações, tendo destaque, além das religiosas citadas acima, apenas o Palácio do Governo (localizado no antigo convento jesuítico, confiscado em 1760), que foi considerado pelo Presidente da Província, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves já em 1841, como “(...) um casebre indecente que estou vendo o momento em que me cai em cima de toda a minha família” (MAIA, 2000, p. 79-80).

No Varadouro, também denominado de Cidade Baixa, encontrava-se o Porto do Capim, como também, segundo registros documentais, algumas casas de comércio, além da alfândega e de algumas simples residências.

Muitas são as referências simbólicas, como a antiga Rua dos Ferreiros (dado revelador da importância do porto para a cidade), a mais importante do Porto do Capim, tendo, por isso, concentrado as atividades comerciais, a alfândega e o atracadouro, funcionando, ainda, como ponto de encontro daqueles que vinham em busca de notícias, especialmente as novidades do estrangeiro. Segundo o Almanaque da Paraíba de 1909, nela se achava também um mercado, além de uma casa bancária, uma botica, três hotéis, duas pensões, uma casa de leilões e o Tesouro do Estado.

Dado importante desse processo é a chegada da ferrovia na segunda metade do século XIX. Esse fato marcou a Cidade Baixa com as intervenções urbanas efetuadas para a estruturação desse transporte. A área sofreu modificações consideráveis no seu traçado urbano, com a reestruturação de seus logradouros, a construções de galpões para o armazenamento de mercadorias e a construção da Estação Ferroviária.

Em meados da primeira metade do século XX, ocorreu a expansão da ferrovia, no sentido norte, até o novo porto instalado na cidade de Cabedelo. Neste momento – desativado o Porto do Capim – ocorreu a ruptura do espaço físico, a partir da implantação desta ferrovia que cortou a Praça XV de Novembro, além da interferência na integração rio – cidade, vivida intensamente até então (PROPOSTA DE TOMBAMENTO NACIONAL DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA, 2006, p.29).

Além dessas mudanças, outras foram efetuadas no tecido urbano da Cidade Baixa, como o alargamento e o alongamento de ruas, como se deu na Rua Maciel Pinheiro, a abertura da Rua João Suassuna e a demolição de casario para a construção da Praça Anthenor Navarro. Aberta em 1930, essa praça simboliza o arrojo do urbanismo dessa época, que culminou num grande movimento de construção, associado à preocupação dos governos locais quanto à modernização da cidade e seus reflexos na estrutura urbana existente.

Figura 4: Foto do Bairro do Varadouro na Cidade Baixa e do Rio Sanhauá
Fonte: Projeto de Revitalização do Varadouro e Porto do Capim, 1997.

Por praticamente quatro séculos, a cidade ficou centrada nessas duas unidades morfológicas, resumindo-se à Cidade Baixa (Bairro do Varadouro) e à Cidade Alta (Bairro do Centro). Segundo Maia (2000), essa divisão foi característica de muitas cidades do Brasil Colônia, como é o caso de Salvador, onde a “Cidade Baixa” abrigava as atividades comerciais, as atividades econômicas de modo geral e a população pobre. Na “Cidade Alta”, instalaram-se as igrejas, os conventos, os prédios administrativos e as residências das famílias mais abastadas.

O traçado das ruas na cidade, em parte, revela uma regularidade que se aproxima do modelo vigente nas cidades portuguesas planejadas, realidade encontrada também na mesma época em Salvador e no Rio de Janeiro. Diversos investigadores já analisaram a cidade em seus estudos sobre o urbanismo luso-

português (MOURA, 2010; TIMEM, 2006), apontando-a ao tratar da inserção do urbanismo de traçado regular no Brasil colonial. Uma das obras mais importantes sobre o traçado de nossas cidades de modo geral e da Filipeia, em particular, é a clássica obra de Nestor Goulart Reis Filho, *“Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil”*, de 1968.

A monumentalidade de algumas edificações e o traçado urbano da cidade marcam a permanência do processo de origem e desenvolvimento da cidade do século XVI ao XVIII e se mesclam com a arquitetura dos séculos subsequentes, cuja monumentalização primitiva, como ressalta Moura (2010), foi paulatinamente substituída por novos referenciais arquitetônicos, novas estéticas, mas, sobretudo, novos indicadores de outras formas de vivência do espaço urbano e comportamentos que, lentamente, vão se destacando e ganhando novos contornos.

Segundo Trajano (2006), no século XIX, as esparsas e breves impressões dos viajantes que visitaram a Paraíba – como o inglês Henry Koster e Daniel Parish Kidder – permitem traçar uma leitura da cidade em que o que se entrevê é um quadro de estagnação urbana, pobreza e dificuldades econômicas. Uma das principais razões para explicar essa estagnação urbana referia-se à inserção da Parahyba na geografia econômica regional polarizada por Pernambuco desde o período colonial, como aponta Ambrósio Fernandes nos seus escritos sobre a cidade – *Diálogos das Grandezas do Brasil* (1618). Segundo esse autor, a proximidade a Pernambuco vai ser apontada como um dos elementos inibidores do progresso da Paraíba.

Koster ressalta, na sua publicação *Travels in Brazil*, que:

O comércio da Paraíba é pouco considerável, não obstante o rio permitir que navios de 150 toneladas transponham a barra. Desde que eles se encontrem na baía, diante da Cidade Baixa, qualquer corda os mantém, e podem estar ao abrigo dos perigos. Existe a regular alfândega, raramente aberta. Paraíba está fora da estrada que vem do sertão a Recife, quer dizer, está arredada do caminho para as cidades situadas no litoral, para o norte. Os habitantes do sertão, do interior, vão mais ao Recife por este apresentar pronto mercado aos seus produtos. O porto do Recife recebe navios maiores, oferecendo facilidades para embarque e desembarque de mercadorias, conseqüentemente, obtém a preferência (KOSTER, 1942, p. 86-87).

As observações de Koster permitem enxergar a questão que, a partir de meados do século XIX, adquire centralidade nos debates que buscam explicar as

razões para o atraso, estagnação e penúria de que a província e sua capital padeciam.

A capitania da Paraíba assistiu à entrada do século XIX, após passar décadas imersa em uma grave crise econômica, que se refletia no pouco crescimento da malha urbano da sua capital, cuja paisagem pouco tinha a ostentar a não serem os significativos edifícios religiosos. No geral sua imagem pouco diferia da antiga cidade do século XVII, principalmente, por ter sido organizada, em grande parte, sobre estrutura física herdada dos séculos XVI e XVII, mantendo o mesmo parcelamento do solo e modo de implantação dos edifícios residenciais (PROPOSTA DE TOMBAMENTO NACIONAL DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA, 2006, p.50).

Outra razão seriam as péssimas condições das instalações do Porto do Capim no Varadouro, ancoradouro construído às margens do rio Sanhauá, no sopé da cidade. Segundo Trajano (2006, p.27), “sem qualquer alteração por mais de três séculos, é nessa ocasião que a relação da cidade com o rio se vê ameaçada, em meio às discussões acerca do porto da Paraíba”. Esta será uma questão vital para a modernização do Estado e sua autonomia frente à realidade econômica de Recife e Pernambuco. Para que a Paraíba se desenvolvesse, era necessária a mudança na rota do comércio vindo do sertão, que, quase sempre, tomava o rumo não do ancoradouro do Sanhauá, mas, de forma sistemática, do porto do Recife, com prejuízos incalculáveis à Paraíba.

A província se veria envolvida numa disputa que envolvia comerciantes, políticos, donos de imóveis e moradores, tendo à frente a Associação Comercial. A grande questão era o lugar mais adequado para a construção em definitivo do porto para a província. “A necessidade de um porto aparelhado se articula ao propósito de criação de um sistema econômico que abrangesse o território paraibano, capaz de organizar num coeso arranjo econômico e comercial para a capital e o interior” (TRAJANO, 2006, p.27), principalmente para fazer a ligação da província com o longínquo sertão, de onde provinha a riqueza paraibana, o algodão:

A agitação em torno dessa questão decorre em grande parte da campanha em que se empenha, desde sua criação, a Associação Comercial, a favor da construção de um porto moderno na capital.

Visto como garantia dos interesses dos comerciantes e proprietários de terrenos e imóveis representados na Associação, o porto no Varadouro arregimentou sempre mais esforços e partidários para sua causa, embora desde 1864 o engenheiro André Rebouças reconhecesse a excelência geográfica de Cabedelo para aí se construir o porto, com larga vantagem natural sobre o da capital, cujo funcionamento estava sempre às voltas com problemas por causa do assoreamento do leito do rio Sanhauá (TRAJANO, 2006, p. 28).

O cerne da questão estava na possibilidade de Cabedelo ser escolhido como lugar para a construção do porto, por apresentar melhores condições naturais. Essa possibilidade contrariava os interesses da Associação Comercial, que via, nessa decisão, prejuízos aos comerciantes e proprietários de imóveis da capital. Outro argumento utilizado pelos opositores da construção do porto em Cabedelo era a séria ameaça de a cidade se tornar a capital da província.

Ao final do século XIX, ainda havia uma íntima relação entre a cidade e o rio Sanhauá. A polêmica da construção do porto atravessa praticamente toda a Primeira República para se encerrar apenas em meados da década de 1920, com a construção do mesmo em Cabedelo. A questão do Porto do Capim será retomada ao longo desse trabalho.

Ao longo da Primeira República, a cidade seria objeto de ações que incidiriam sobre sua estrutura urbana legada pela Colônia e pelo Império. Nessa ocasião, a cidade seria objeto de especulação de inspetores de saúde pública, engenheiros, comissões médicas e profissionais afeitos ao urbano, que perscrutariam seu espaço e esquadrihariam seu perímetro e arredores, logradouros e corpo edificado, bem como os hábitos e práticas cotidianas de seus habitantes. Além dessas ações, o poder público age sobre aqueles que denomina de *agentes perturbadores da ordem urbana*, higiênica e social, observados à luz de um novo saber de feição científica e técnica (TRAJANO, 2006, p. 30).

Vicente Gomes Jardim, agrimensor dos terrenos da Marinha e autor de duas obras fundamentais sobre a cidade de João Pessoa, a *Monographia da Cidade da Parahyba do Norte e do Manual do Architecto Brasileiro*, divulga em 1889, nas páginas da Gazeta da Parahyba, uma minuciosa descrição da estrutura urbana da capital. O referido autor relata que, à época, havia, na cidade, 128 logradouros públicos, entre ruas, praças, travessas e becos. Nesses logradouros, contou haver mais de 2.000 prédios de alvenaria. Na área mais antiga – o Centro Histórico – estava localizada a maior parte das residências, todo o comércio de porte, todos os serviços públicos, a exemplo do único hospital da cidade, o da Santa Casa da Misericórdia, o Theatro Santa Roza e todas as edificações eclesiásticas.

Na descrição de Vicente Gomes Jardim, não é a imagem de uma ordem urbana regular e geométrica que transparece, mas a de uma cidade que, paulatinamente, abandonara a regularidade original do seu núcleo primitivo e crescera espremida, por três séculos, entre a colina e o rio.

O que se depreende da leitura da Monografia é uma cidade de ruas desencontradas, com alinhamentos, ora obliquando-se à esquerda ora à direita, ora ampliando sua largura, abrindo-se em largos e fechando-se em becos, “formando ziguezague em direção diversa” como a de São Frei Pedro Gonçalves, com edifícios ora avançando ora recuando sobre os trajetos, deixando evidente a ineficácia das operações de alinhamento em conferir alguma regularidade a um desenho urbano de qualquer forma sujeito à topografia do sítio em que se expandira a cidade (TRAJANO, 2006, p. 30-31).

A Monografia, de Vicente Gomes Jardim, apontou um conjunto de problemas que a cidade foi acumulando ao longo de sua formação, desvelando a atuação do poder público na organização do espaço urbano, revelando a pouca atenção de administradores municipais e dos presidentes da província com as transformações que se processavam no espaço urbano de João Pessoa. Por outro lado, a publicação despertou a preocupação de médicos sanitaristas e engenheiros, com a forma como a cidade se constituía, com os graves problemas de higiene das edificações e da salubridade pública e com a precária situação da cidade, no que dizia respeito aos serviços públicos.

Os problemas nesse espaço convergiam para os interesses do poder público, que continuava a investir na área, através de melhoramentos urbanos. O centro histórico era o polo irradiador da economia, cultura e vida social da cidade.

1.2 O século XX e as intervenções no espaço urbano

No início do século XX, já se possuía uma visão das precárias condições da capital, sobretudo após a publicação da *Monographia*, de Vicente Gomes Jardim. É a partir desse diagnóstico e contra a imagem de cidade que deles aflora que, na virada para o século XX, mais sistematicamente, entre as décadas de 1910 e 1920, envidam-se esforços do poder público em promover o apagamento de rastro da cidade colonial que havia predominado até então em sua estrutura e configuração espacial. O que se viu foi a adoção de novos parâmetros estéticos nas construções, que iam surgindo paulatinamente no núcleo histórico e na instalação e renovação de serviços urbanos tão necessários para a melhoria das condições urbanas. “O fecho simbólico desse ciclo se encontra na conclusão dos serviços de saneamento da cidade em 1926, a partir do projeto elaborado pelo engenheiro Francisco Saturnino de Brito” (TRAJANO, 2006, p. 32).

Esse cenário consolida-se com o processo de urbanização e modernização que se delineava desde o final do século XIX, na cidade da Parahyba. Lentamente, a paisagem urbana da cidade ia se modificando com a implementação de serviços de infraestrutura e de equipamentos urbanos, conforme ressalta Waldeci Ferreira Chagas (2004) em sua tese *“As Singularidades da modernização na cidade da Parayba, nas décadas de 1910 a 1930”*. Segundo esse autor, nesse período, o desenvolvimento econômico do Estado foi considerável, e os lucros advindos da cultura algodoeira, principal atividade econômica da província à época, proporcionaram certo desenvolvimento social e urbano.

Chagas ressalta, ainda, que a modernização da cidade veio no bojo da transferência da elite rural para a Capital, influenciada pelo ideário da modernidade e acompanhada pelo aumento populacional do Estado. Essa elite, por meio do seu poder e prestígio político, cobrava do poder público a implementação de melhorias no espaço urbano, além de intervenções que modernizassem a cidade a todo custo.

Foi na esteira desse quadro de mudanças que a cidade foi objeto de uma série de reformas urbanas e sociais (efeitos práticos dos anseios dominantes de modernização de uma classe que se constituía com o patriarcado urbano), visando a alinhá-la aos padrões de civilização e de progresso, disseminados pelas metrópoles europeias de então.

Até o início do século XX, a cidade ainda apresenta um tamanho reduzido, em função das limitações impostas pela própria estrutura geográfica, limitações essas, muitas vezes, difíceis de serem superadas, como, por exemplo, uma área alagadiça situada nas imediações da cidade alta, conhecida como Lagoa dos Irerês, em virtude do grande número de marrecos nadando nas suas águas. Nessa época, a lagoa era parte de um sítio pertencente aos jesuítas, que depois doaram a área ao poder público.

Na administração do governador Sólon de Lucena e do prefeito Walfredo Guedes Pereira, por volta de 1922, a Lagoa foi finalmente urbanizada e transformada em um Parque Público, denominando-se Parque Sólon de Lucena, em homenagem ao governador da época (Comissão do Centro Histórico de João Pessoa, 1987). Por isso, por praticamente quatro séculos, a cidade ficou restrita ao que hoje denominamos de Centro Histórico. Só com a urbanização da Lagoa do Parque Sólon de Lucena, essas dificuldades foram superadas, e a cidade cresceu e expandiu-se na direção leste e sul, ganhando novas formas e conteúdos. Deve-se

ressaltar, também, que a cidade de João Pessoa conhecerá as primeiras intervenções urbanas de cunho racionalista na década de 1930. Constata-se que, nesse período, um novo modelo de intervenção urbana delegava ao urbanismo uma concepção mais sistemática de cidade moderna, como ressalta Trajano (2006). Os projetos urbanísticos tinham como modelo os padrões europeus de cidade, e procurava-se reproduzi-los na conjugação de ruas, praças e edifícios os quais compunham o espaço urbano que se organizava à época.

O plano de remodelação elaborado por Nestor Egydio de Figueiredo, em 1932, na administração do interventor Anthenor Navarro, aparece como uma das ações urbanísticas importantes e viria no bojo do processo de modernização em curso no país. O plano traduzia as novas concepções de cidade que se constituíam quanto à articulação de alianças estratégicas entre o poder público e setores do capital.

Segundo Trajano (2006), o plano urbanístico proposto por Nestor Figueiredo assumiu como espaço de ação não apenas o tecido urbano do Centro Histórico, mas toda a dimensão territorial, compreendida entre os limites estabelecidos pelo rio Sanhauá e o litoral, marcos últimos de expansão urbana no sentido Leste-Oeste. A cidade, pensada na relação entre o rio e o mar, na visão de Nestor de Figueiredo, necessitava de uma solução urbanística conciliatória. Para isso, era necessário haver intervenções que articulassem a “cidade existente”, ou seja, a área urbana consolidada à época do plano, o *centro histórico*, e que fora objeto de intervenções nas duas décadas anteriores, 1910 e 1920, e o que o urbanista denominou de “cidade futura”, a vasta zona de expansão urbana no quadrante leste-sul da cidade.

A elaboração desse plano urbanístico nasce como uma das ações de desenvolvimento da capital, buscando adequar o seu espaço às exigências de uma sociedade urbana que se constituía. A cidade ganhará novos contornos, sobretudo o Centro Histórico: os espaços vão sendo mais definidos e valorizados; os locais de atividades coletivas no centro histórico, como as praças, os largos e coretos no universo da cidade, passam a promover o encontro, o passeio e a dinamizar a vida urbana. Além de alterar substancialmente o espaço físico e a paisagem da cidade, o processo de modernização representa, ainda, a incorporação de novos valores e hábitos comportamentais em substituição aos que existiam anteriormente (CHAGAS, 2004).

Outra aproximação é que as mudanças que se processavam no espaço urbano de outras cidades, como Rio de Janeiro e Recife, passam a influenciar os cidadãos no restante do país. A elite econômica paraibana passa a exigir do poder público medidas que dotassem a cidade de melhores condições urbanas, influenciadas pelas ideias de modernidade que chegavam da Europa. As elites paraibanas visavam, a todo custo, dotar a cidade de serviços e equipamentos, na intenção de afastá-la da sua feição colonial (CHAGAS, 2004). Desejava-se, principalmente, construir uma imagem de cidade que atendesse às demandas de um novo mundo constituído com a modernidade. Um mundo cujas mudanças técnicas e a razão prática definiam os destinos de uma sociedade.

Assim, a partir de 1930, a cidade passa a sofrer relativas intervenções em seu ordenamento espacial urbano, expressas, por exemplo, na abertura de novas ruas e avenidas que possibilitavam uma maior mobilidade urbana no centro histórico, na criação de novos espaços públicos, tais como jardins, prédios monumentais, coretos e áreas de lazer, além da expansão do seu tecido urbano. A parte da cidade mais afetada com o Plano de Remodelação de Nestor de Figueiredo foi a Cidade Alta: quarteirões coloniais inteiros foram demolidos para corrigir o traçado irregular e tortuoso das ruas e avenidas, ajustando-as a um percurso mais regular. Além dessas intervenções, várias edificações religiosas desapareceram: a Igreja do Rosário dos Homens de Cor, demolida para a abertura da praça Vidal de Negreiros, mais conhecida como Ponto de Cem Réis; a Igreja das Mercês, demolida para a abertura da Praça 1817; a Igreja Mãe dos Homens, demolida para a abertura da praça Antônio Pessoa.

Nessa época, já é visível o quanto a ideologia do plano urbanístico aniquila parte da fisionomia original da cidade, descaracterizando-a, apagando parte de sua história e rompendo os traços da memória urbana tão cara aos cidadãos. Trajano ressalta que:

Com intervenções pontuais e de impacto limitado na estrutura urbana construída, para a “cidade existente” o plano se atém sobretudo na ampliação das comunicações entre a Cidade Alta e o Varadouro, e na criação de uma nova chegada à capital pela ferrovia, com a proposta de criação, no entorno da Estação da Great Western, nas proximidades do rio Sanhauá, de uma Praça de Desembarque para a nova estação, junto a uma esplanada que correria paralelo ao rio, incorporada à paisagem urbana, na composição de um espaço simbólico de chegada à cidade (TRAJANO, 2006, p.37).

Essas intervenções seguiam a tendência que proliferava em muitas cidades brasileiras, em que se buscava uma imagem moderna de cidade através das grandes reformas. Deste modo, a partir do alargamento das ruas Maciel Pinheiro e João Suassuna, foi construída a atual Praça Anthenor Navarro, no bairro do Varadouro, na Cidade Baixa. A construção da praça veio substituir o antigo beco que ligava essas ruas ao Largo de São Frei Pedro Gonçalves. A Praça Anthenor Navarro e o Largo de São Frei Pedro Gonçalves compõem, junto com o Porto do Capim, às margens do rio Sanhauá, as principais áreas de ação de intervenção do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa a partir de 1998 (SCOCUGLIA, 2004).

Foi exatamente a área da Praça Anthenor Navarro, um dos espaços cuja modernização embelezadora do seu casario, na década de 1930, substituiu velhos sobrados comerciais oitocentista (exemplares barrocos e coloniais) por edificações que começavam a adotar elementos da arquitetura europeia, sobretudo, francesa.

Portanto, o patrimônio cultural do Centro Histórico de João Pessoa envolve sítios com características da arquitetura militar, civil e religiosa brasileira sob influência europeia, com exemplares remanescentes dos seus mais de quatro séculos de existência. Todavia, no que se refere às últimas intervenções realizadas, a área-alvo das políticas de *revitalização* da segunda metade da década de 1990 foi uma praça reformada na década de 1930, após a demolição de um casario oitocentista. Essas reformas modernizadoras podem ser identificadas como proto-gentrification (LEITE, 2001) do patrimônio cultural das cidades (SCOCUGLIA, 2004, p. 85).

Essas intervenções representaram e representam os ecos das reformas europeias que chegavam ao Brasil com o advento da República, no final do século XIX e início do século XX, difundindo o ideário europeu de uma cidade saneada, ampla, símbolo da modernidade (SCOCUGLIA, 2004). No entanto, embora os melhoramentos que se processaram na cidade – serviços urbanos, iluminação pública, sistema de transporte, saneamento – por si só representassem a modernização da estrutura urbana e a transformação da paisagem da capital na segunda metade da década de 1930, as ações mais determinantes convergiram para a constituição de uma nova centralidade urbana, vinculada à perspectiva de expansão da cidade na direção do litoral.

Portanto, como destaca Scocuglia (2004), novos eixos de expansão da cidade de João Pessoa foram criados ou reformados justamente pelos planos urbanísticos adotados ao longo dos anos, que marcaram também governos de estados e prefeituras de outras capitais brasileiras, em geral, republicanas, naquele início do

século XX. Ademais, a urbanização do Parque Sólon de Lucena, com sua fonte luminosa, além da larga e arborizada *parkway* da Lagoa, transformada na Avenida Getúlio Vargas, eixo de origem de toda a estrutura viária da zona de expansão urbana, e o conjunto monumental de edifícios do Instituto de Educação da Paraíba, estimularam a expansão da cidade. Esse conjunto representa uma das grandes intervenções do plano urbanístico de Nestor de Figueiredo, que ficaria, ainda por décadas, como uma promessa a se cumprir:

uma projeção abstrata de quadras, ruas e avenidas sobre a vasta porção territorial praticamente vazia entre a área urbana consolidada ao início da década de 1940, com seu desenho informe, e às margens do oceano Atlântico. Unindo virtualmente a cidade ao mar, a grelha estabelecida pelo plano se tornaria nas décadas seguintes a base da grande aventura urbanística da capital na segunda metade do século XX (TRAJANO, 2006, p.41).

Na visão de Maia (2000), é a partir da década de 1960 que se inicia um processo de esvaziamento de partes das áreas residenciais do centro antigo, especialmente com a construção do eixo de ligação centro-praia, representado pela Avenida Epitácio Pessoa (cujas construções iniciaram-se na década de 1930, com conclusão no final da década de 1950), ou mesmo quando se urbanizou a Lagoa do Parque Sólon de Lucena e a construção da Avenida Getúlio Vargas, foi possível à cidade se expandir em direção às praias de Tambaú e Cabo Branco.

As intervenções que se seguiram para dotar a capital de feições urbanas modernas mais adequadas às transformações que se processavam na Europa e em outras cidades brasileiras adquiriram, no decorrer das três primeiras décadas do século XX, conotações de cunho racionalista e civilizador, ainda que, na maioria das vezes, a realidade urbana oferecesse um quadro de ampla contradição. Nesse contexto, o Estado assumiu o papel de maior agente de seu desenvolvimento. Suas ações, durante longo período, ficaram concentradas no núcleo histórico da cidade, fazendo desse espaço um lugar de prestígio. Assim, o que hoje corresponde ao chamado Centro Histórico de João Pessoa, figurou, durante muito tempo, como a única centralidade urbana existente na capital, reunindo, desta forma, as principais atividades administrativas, econômicas e sociais da cidade. Além disso, a área foi palco preponderante das principais sociabilidades públicas da cidade, tornando-se ponto chave do seu cenário urbano.

1.3 A expansão da cidade em direção ao mar

Em 1950, constata-se que o processo de mudança ainda era muito lento, quando comparado à realidade de outras cidades brasileiras. Isso se devia ao fato de que o desenvolvimento econômico do município era muito exíguo. Até a década de 1950, o Estado não possuía nenhuma atividade econômica que lhe favorecesse maiores recursos e, conseqüentemente, instigações à sua expansão. Os impulsos à sua “modernização” eram dados pelas atividades agrícolas: cana-de-açúcar, algodão e pecuária bovina, como ressalta Maia (2000). Assim, o crescimento da cidade era impulsionado pelas produções advindas das atividades rurais. No seu ápice, a cidade recebia incrementos e, nas suas retrações, a cidade estagnava-se.

Esses melhoramentos urbanos dependiam dos recursos e das condições das produções agrícolas. Mesmo carecendo de muitos serviços urbanos, equipamentos públicos e vias de acesso, a cidade expandia-se lentamente e incorporava à sua paisagem urbana novas áreas. A expansão da cidade só ocorrerá de fato na década de 1950, com a inauguração da Avenida Eptácio Pessoa, que faria a ligação da área central com a faixa litorânea, especificamente, com as praias de Tambaú e Cabo Branco, contribuindo, efetivamente, para a expansão da cidade na direção leste e para a ocupação definitiva da orla marítima que, a partir de então, motivou a população de renda mais alta (que, tradicionalmente, residia no Centro da Cidade Alta, nos bairros de Tambiá, Avenidas Duque de Caxias, General Osório e Parque Sólon de Lucena) a se deslocar para a Avenida Eptácio Pessoa. Aos poucos, essa via, além de desempenhar um importante papel como eixo condutor de desenvolvimento na direção leste, motivou o processo de urbanização e adensamento nessa direção, atraindo os investimentos públicos e privados para seu entorno, ou seja, uma gama de pontos comerciais e de serviços viria a se instalar nas suas imediações em décadas posteriores.

Até então, uma movimentada vida urbana ainda fluía pelas ruas Maciel Pinheiro, Barão do Triunfo, Cardoso Vieira, João Suassuna, Gama e Melo, situadas na Cidade Baixa, artérias de tráfego e trânsito relativamente intensos. Algumas ruas, como a Maciel Pinheiro, concentravam, até meados do século XX, o melhor comércio grossista e varejista da capital.

Dois prédios são referência na Maciel Pinheiro: a Associação Comercial, inaugurada em 1919, que marca o início da rua, e o imóvel onde foi instalada a Casa do Artesão Paraibano, antigo Quartel de 1ª Linha, construído em 1810, ocupando o lugar do abrigo das convertidas. Nesta rua, os comerciantes mais abonados ergueram suas casas e sobrados, onde no térreo funcionavam as casas de negócio e no pavimento superior, moravam com suas famílias. Entre os imóveis, um dos mais importantes é o prédio nº 206, construído entre os anos de 1916 e 1917, onde foi a loja “Rainha da Moda” que vendia artigos vindos direto de Paris e Londres. Por volta de 1922, o prédio nº 38 abrigou a loja de Sólon Martins de Mesquita, comerciando miudezas e perfumaria. Construído por volta de 1920, o prédio de número 172, servia a firma de Reinaldo de Oliveira & Co, que vendia miudezas, perfumaria e tecidos. Até a década de 1970, esta rua estava ocupada por lojas de qualidade e escritórios de profissionais liberais, predominando, hoje, as lojas de material de construção (PROPOSTA PARA TOMBAMENTO NACIONAL PARA CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA, 2006, p. 99).

Entre o final do século XIX e início do século XX, com a expansão do núcleo urbano e visando a atender às demandas de consumo da elite local, casas comerciais de artigo de luxo passaram assim a se instalar na Rua Maciel Pinheiro, consolidando-a como a área comercial mais importante da cidade. Em 1930, João Pessoa, Governador do Estado da Paraíba, reconhecendo a importância da artéria para a vida econômica da cidade, aprovou o projeto de alargamento da Rua Maciel Pinheiro.

O Projeto foi elaborado pela Diretoria de Obras Públicas, mediante o Decreto nº 1629, de 1º de fevereiro de 1930. Como aconteceu com outras cidades brasileiras nas primeiras décadas do século XX, as intervenções para a modernização da capital paraibana demoliram exemplares arquitetônicos importantes. Dessa forma, foram desapropriados edifícios e terrenos para colocar em prática o plano que resultou, ainda, na abertura da Praça Anthenor Navarro, que se localiza no início da Rua Maciel Pinheiro.

Figura 5: Rua Maciel Pinheiro no início do século XX

Fonte: Acervo Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, 1987.

Localizada no bairro do Varadouro, na cidade baixa, próximo ao antigo Porto do Capim, a Rua Maciel Pinheiro já foi considerada o centro da vida social, econômica e financeiro da capital da Província. No início da colonização, a sua função era eminentemente residencial, transformando-se, posteriormente, em uma área de uso misto, incluindo moradias e comércio de artigos finos. Podemos dizer que essa rua foi e ainda é uma das artérias mais importantes da cidade, persistindo até os dias atuais, com outras características, já que onde antes coexistiam, junto às habitações, alfaiatarias, barbearias, confeitarias, sapatarias, casas de moda, empórios, boticários, lojas de artigos finos, perfumarias, hoje funcionam oficinas mecânicas, lojas de materiais de construção, revendedoras de peças de automóveis.

Figura 6: Rua Maciel Pinheiro na atualidade na confluência com a Rua João Suassuna. À direita, o prédio da Associação Comercial
Fonte: Acervo Sandra Virgínea, 2013.

Caminhando pela Maciel Pinheiro, deparamo-nos com edificações de valor arquitetônico e histórico, a maioria com suas fachadas e interiores totalmente descaracterizados. Vale salientar, ainda, que a Rua Maciel Pinheiro também possuía uma intensa vida noturna, como ressalta o economista Carlos Gonçalo⁹:

A Rua Maciel Pinheiro também foi cenário de uma intensa vida boêmia; as famílias já não residiam mais na rua, que ganha má fama. Lá é onde ficava o meretrício, área de boates. Eram comuns bares e boates – frequentados pelos rapazes da cidade. Essa vida boêmia, ao longo dos anos, vai se diluindo, porque as pessoas vão buscando outros locais para ter essa boemia, e já não são mais aquelas boates que se concentravam na Maciel Pinheiro e no seu entorno, agora vão ser os restaurantes da praia, as danceterias, essa coisa que também é mais moderna, então ela (a rua) perde, de dia e de noite, a sua função.

Na Cidade Alta, sobretudo na Rua Duque de Caxias, Visconde Pelotas, Praça 1817, o comércio de tecidos finos e de uso comum, calçados, perfumaria, armarinho, tapeçaria e itens domésticos, atraía uma frequência notadamente feminina. Esse comércio que, no passado, estava na Cidade Baixa, foi se deslocando lentamente para a Cidade Alta ao longo da década de 1960.

Na Rua Guedes Pereira, a multiplicidade de lojas de tecidos consiste em registros de um período em que a indústria de confecção ainda não mostrava sua força, pelo menos no Estado da Paraíba, na imposição de modas e estilos. Assim, o

⁹ Entrevista com o economista Carlos Gonçalo em: 22 de junho, 2012.

ofício de costureira ainda ocupava lugar de relevo como categoria profissional. As prestações de serviços para casamentos, formaturas e festas eram organizadas por modistas nas próprias lojas de tecidos, ou em seus ateliês de costura, como ressalta uma frequentadora do centro.

Até a década de 1980, eu e minha mãe vínhamos quase todos os dias ao centro. Como moramos no Roger, um bairro próximo ao Centro e ao Varadouro, era comum. Minha mãe era costureira, costurava de tudo, para casamento e vestidos de festa, necessitava ir à rua Beaurepaire Rohan fazer compras nos armarinhos e demais lojas de tecidos existentes na Rua Riachuelo, Guedes Pereira. Mas isso tudo foi mudando: os armarinhos diminuíram nessa área, só restaram as lojas de tecido, mesmo assim, a gente ainda compra no centro, tudo é mais barato. Quando venho ao centro, fico olhando as ruas e os prédios, lembrando de como era no passado, de tudo se encontrava aqui, agora o comércio melhor se deslocou para outras partes da cidade, dizem que é a modernidade.

Moradora do Bairro do Roger, dona Maria José¹⁰ relata suas idas ao Centro Histórico, sobretudo, na Rua Beaurepaire Rohan, para a aquisição de material de costura. Na sua fala, reconhecemos a ligação afetiva para com as ruas, a paisagem, o lugar, por onde cotidianamente circulava em busca de tecidos e novidades para sua atividade profissional. No seu depoimento, fica claro o sentido de pertencimento do morador com a cidade e as suas diversas interfaces.

A Avenida Epitácio Pessoa, na década de 1950, motivou a expansão urbana da cidade. Assim, João Pessoa cresceu e se expandiu em várias direções, principalmente no sentido do litoral. Suas funções urbanas se multiplicaram, novos usos foram incorporados. Seu processo de urbanização generalizado exigiu novos investimentos, o crescente processo de modernização dotou a cidade de novas feições urbanas, criou novas áreas para a produção e reprodução do capital de forma mais rápida; além disso, transformou os hábitos e costumes de grande parte de sua população.

Na década de 1960¹¹, com o advento das políticas urbanas, a cidade de João Pessoa passou por uma série de mudanças estruturais no seu espaço urbano

¹⁰ Entrevista realizada em: 17 de junho, 2012.

¹¹ Na década de 60, a efetivação de algumas intervenções públicas de caráter nacional contribuiu para as alterações significativas no crescimento dessa cidade. Essa expansão foi acompanhada de um aumento do seu contingente populacional, provocado por um forte fluxo migratório, proveniente especialmente da zona rural ou das cidades interioranas do Estado. Tal processo é explicado de forma resumida pela seguinte afirmativa: a concentração fundiária somada à modernização agrícola empurra para as cidades pequenos proprietários e trabalhadores rurais destituídos das suas condições de sobrevivência e de muitos dos seus valores culturais. Na última contagem populacional feita em 1996 pelo IBGE, o município de João Pessoa apresentou um total de 549.363

(LAVIERI; LAVIEIRI, 1992; MAIA, 2000). Essas intervenções públicas contribuíram para dar novos impulsos ao processo de expansão da cidade, produzindo novas formas e novos conteúdos espaciais. Seu tecido urbano expandia-se por áreas cada vez mais distantes, incorporando a estas os resíduos de uma vida agrária que se fazia presente em seu entorno, ainda resistindo ao contínuo processo de urbanização.

O próprio território brasileiro também vivenciava um intenso processo de industrialização. A sociedade brasileira tornava-se cada vez mais urbana. Ao longo do processo de urbanização, o que se observava era um intenso deslocamento da população do campo para a cidade, em busca de melhores condições de trabalho e vida.

As mudanças no espaço urbano de João Pessoa foram provocadas por um conjunto de fatores inter-relacionados, acontecidos nos planos local, regional e nacional. No plano nacional, observou-se um expressivo crescimento econômico do Nordeste que se inicia na década de 1960 e se estende a 1990; um crescimento impulsionado tanto pela ação governamental como pelos incentivos fiscais governamentais, pelos investimentos de empresas estatais e créditos públicos, e pelos investimentos privados, de maneira que a economia urbana nordestina ganha maior espaço no ambiente econômico da região e passa a comandar o crescimento da produção regional, rompendo com a fraca dinâmica preexistente. Um elemento importante para o crescimento da economia nordestina foi o papel desempenhado pela SUDENE:

Dentro desse contexto, destaca-se o papel desempenhado pela SUDENE, que nos anos 1960 e 1970, incentivou e organizou distritos industriais nas capitais e principais cidades, e incentivou a implantação de novas indústrias e/ou a modernização das já existentes. Na Paraíba, foram criados distritos industriais em João Pessoa e Campina Grande, e os investimentos voltados para a implantação e modernização de indústrias foram alocados em vários municípios paraibanos, sendo que a maior parte dos mesmos se concentrou nos polos de João Pessoa e Campina Grande (ALVES; CARVALHO, 2008, p.14).

Ainda segundo esses autores, a partir da década de 1960, ocorreu o movimento de integração econômica, em que se objetivava diminuir as “diferenças regionais” entre o Sudeste/sul e o Nordeste. Política fundamental para a ampliação do processo de industrialização do país e a instalação de investimentos

habitantes e, no recenseamento de 1991, esse município deixa oficialmente de apresentar área rural (MAIA, 2000, p. 7).

consideráveis nos espaços urbanos nordestinos. Essa política foi comandada pelo processo de acumulação de capitais, na forma de capitais privados, enquanto buscava novas frentes de investimentos em áreas diferentes daquelas já instaladas nos centros mais industrializados do país, ou seja, aqueles localizados na região Sudeste.

De tradicional produtor de bens de consumo não duráveis (têxtil e alimentar, principalmente), o Nordeste começa, a partir dos anos 1960, a se especializar na produção de bens intermediários (indústria química e petroquímica). Assim, o Distrito Industrial de João Pessoa foi instalado próximo à BR 101 (estrada que liga a capital paraibana a Recife), dinamizando as atividades econômicas instaladas nas áreas localizadas ao sul da cidade.

Desse modo, a intervenção planejada pelo Estado contribuiu de forma efetiva para as mudanças substanciais ocorridas na estrutura urbana da capital paraibana. Vale ressaltar, entretanto, que uma das mudanças mais importantes, no caso das atividades econômicas, foi o fato de que João Pessoa foi perdendo sua importância como *locus* de comercialização da produção agrícola, concentrando suas atividades principais no setor terciário da economia urbana, especialmente entre as décadas de 1960 e 1970¹². Essas ações iriam se materializar, sobretudo, na área central, através da instalação de negócios e atividades bancárias.

Na medida em que João Pessoa vivenciava uma série de mudanças estruturais, resultado da expansão do seu espaço urbano, seu Centro Histórico ainda concentraria funções administrativas e financeiras, assumindo novas demandas impostas pelas mudanças econômicas que se processavam no país. Além disso, o centro histórico abrigava um conjunto de instituições essenciais à administração pública, como a sede do Governo Municipal, a organização

¹² Alves e Carvalho no Atlas Municipal do Município de João Pessoa (2008) ressaltam que, "Além de ter ampliado suas funções meramente administrativas, e passado gradativamente a desempenhar outras funções (econômicas e culturais), ressalte-se também, no caso das atividades econômicas, que João Pessoa foi perdendo sua importância como *locus* de produção agrícola, especialmente entre as décadas de 1960 e 1970. Esse setor absorvia 15,4% das populações ocupadas em atividades primárias (atividades agropecuárias, extrativas vegetais, caça e pesca), caindo para 4,3% em 1970, 1,8% em 1980 e 1991 e 1,7% em 2000. Por outro lado, o setor secundário (indústria de transformação, construção civil e outras atividades industriais) elevava sua participação relativa de 12,2% em 1960 para 17% em 1970, 23,8% em 1980, 17,8% em 1991 e 17,3% em 2000. O setor terciário também aumentou sua participação no total da população ocupada na capital, entre os extremos do período analisado: de 72,4% em 1960, subiu para 78,7% em 1970, caiu para 74,4% em 1980, voltando a subir em 1991 e 2000, para 80,4% e 81%, respectivamente. É interessante perceber que, entre 1991 e 2000, houve certa estabilidade na participação de cada setor no total dos ocupados na capital, onde o terciário ainda continuava com uma participação bastante expressiva" (ALVES; CARVALHO, 2008, p.15).

administrativa do município e os órgãos e repartições do Governo Federal (além das instituições bancárias, dos órgãos educacionais, de saúde, de previdência e assistência social, de fiscalização e arrecadação de impostos), que serviam e servem até hoje como referência para as atividades federais nos planos local e estadual. A área ainda era ponto de confluência de todo o tráfego de veículos e pedestres e concentrava grande parte das atividades econômicas da cidade. Com isso, a área atraía para si a população que residia em outros bairros e municípios do Estado:

Possuindo, portanto, órgãos de direção e execução dos três poderes e das três esferas de governo, que demandaram a formação de um corpo funcional relativamente elevado e especializado. Essas funções deram à cidade um poder de decisão que atraía para si as atenções e os fluxos de todo o Estado. O fato de ser um centro de decisões e de prestação de serviços públicos em geral, estimulou a migração de populações oriundas de outros municípios do Estado, e o desenvolvimento do centro urbano, do comércio, dos serviços e de pequenas indústrias de bens de consumo, provocando assim a concentração populacional na capital (ALVES; CARVALHO, 2008, p.12).

Todavia, o crescimento e a dinamização de novas funções urbanas em direção a outras áreas da cidade – no sentido oeste-leste e sudeste – sobretudo em direção à Avenida Epitácio Pessoa e suas transversais, subtraíram do núcleo mais antigo, sobretudo da Cidade Baixa, atividades que antes o caracterizavam. No momento referente à década de 1960-1970, assistiu-se a novas formas de ressignificação econômica e social desses espaços. Assim, ao mesmo tempo em que perdia seu significado como área de moradia e de comércio de artigos finos, o Centro Antigo se voltava para a prestação de serviços públicos, bancários e comerciais, abrigando também uma população de renda mais baixa.

No decorrer das décadas de 1960 e 1970, o Centro Histórico ainda abrigava uma gama de atividades comerciais e prestação de serviços públicos. É justamente a partir da década de 1970 que o centro, sobretudo, a Cidade Baixa começa a dar sinais de cansaço para, logo em seguida, sofrer suas transformações mais radicais. O comércio mais refinado que ali se localizava foi se encaminhando na direção do Parque Sólon de Lucena e do Bairro de Tambiá. O que se situava nas ruas Maciel Pinheiro, Barão do Triunfo, Gama e Melo e demais artérias da Cidade Baixa buscou outras áreas para se instalar. Esse processo continuará acontecendo paulatinamente. A cada viagem ao Varadouro, na Cidade Baixa, era visível a saída de lojas e demais empreendimentos.

A Lagoa do Parque Sólon de Lucena, agora completamente urbanizado com seus jardins, obra do paisagista Burle Marx, destaca-se pela sua bela paisagem, o colar de palmeiras imperiais ao redor de toda a orla, e seus ipês amarelos, davam um charme especial ao lugar. Além dos bambuzais que, por décadas, compunham a paisagem do lugar. Por muitos anos, a área foi utilizada para o lazer e o entretenimento das famílias tradicionais. O parque também servia para o entretenimento no final da tarde, quando os jovens passeavam ao seu redor para o flerte, a conversa, o namoro. Alguns iam a pé, caminhando devagarinho, outros, nos seus automóveis, circulavam a Lagoa e exibiam suas máquinas. Ao seu redor, situavam-se também bares, restaurantes, lanchonetes, que ficaram, por muitas décadas, no imaginário da sociedade paraibana, como: o Cassino da Lagoa, o Bar e Restaurante Pietros, a Churrascaria Bambu.

Aos poucos, as famílias tradicionais deslocaram-se em direção à Avenida Epitácio Pessoa que, num primeiro momento, cumpre a função residencial. Mesmo assim, ainda era e é possível encontrarmos exemplares arquitetônicos e históricos de considerável importância em algumas ruas do centro histórico: na Rua João Machado, Monsenhor Walfredo Leal, Odon Bezerra, Parque Sólon de Lucena e Trincheiras. Pouco a pouco, os casarões da elite econômica e política paraibana vão sendo abandonados ou tendo seus usos subvertidos. Lentamente, as camadas sociais de maior poder aquisitivo deslocam-se em direção aos bairros que se constituíam dentro do processo de urbanização.

Deste modo, à medida que a cidade se urbanizava, as classes sociais de maior poder aquisitivo se deslocavam para outras áreas da cidade, em busca de bairros mais aprazíveis e tranquilos. Ocorriam, paulatinamente, mudanças na composição social dos usuários do Centro Histórico, tanto para morar quanto para consumir. Outro dado que não pode ser esquecido é que o Centro passou a receber, gradativamente, um contingente cada vez maior de pessoas das classes populares, boa parte composta por migrantes que se deslocavam de outros Estados ou do próprio município para o Centro Histórico, em busca de trabalho no Porto do Capim e demais atividades que se localizavam nessa área. Diante das poucas condições de poder arcar com aluguéis muito caros, ao longo dos anos, essa camada social passa a ocupar de forma crescente as áreas do Centro Histórico. Muitos desses migrantes foram desenvolvendo atividades informais como estratégia de sobrevivência e residem ali até hoje.

Na década de 1960, parte substancial do esforço estatal voltou-se também para adequar o espaço urbano aos empreendimentos habitacionais, em que prevalecia o modelo de residência unifamiliar, para atender, sobretudo, à lógica da apropriação privada. Essa lógica passa a orientar as políticas públicas habitacionais. Um dos principais exemplos disso foi a criação do Sistema Financeiro Habitacional – SFH e do Banco Nacional de Habitação – BNH que, através do financiamento de habitações, impôs mudanças estruturais consideráveis na forma de organização e na espacialização da capital paraibana a partir do final da década de 1960. No entanto, essas políticas, muitas vezes, mostraram-se ineficientes para superar o *déficit* habitacional das camadas populares, gerado pelo acelerado processo brasileiro de urbanização, que não era acompanhado pelo seu desenvolvimento econômico.

O processo de urbanização que se processava desde a década de 1960 expandia, fragmentava e hierarquizava ainda mais o espaço urbano, estendendo-o a áreas cada vez mais longínquas, incorporando, continuamente, áreas pouco adensadas e pequenos nichos de um modo de vida rural que ainda existia nas áreas mais distantes. Esses espaços foram rapidamente inseridos ao processo de urbanização que se delineava, constituindo-se como novas formas de habitat urbano.

Segundo Maia (2000), já na década de 1960, surgem os primeiros sinais de “deterioração” do Centro de João Pessoa, ou como denomina a autora, da Cidade Tradicional. Contudo, ainda era para essa área que convergia grande parcela da população com o intuito de realizar diferentes atividades, trabalhar e resolver negócios. Nessa década, com a implantação dos conjuntos habitacionais, o centro passou a ser cada vez menos considerado como espaço de atração para investimentos públicos e privados.

Até 1963, já haviam sido implantados conjuntos habitacionais importantes nas adjacências da Avenida Eptácio Pessoa, nos Bairros dos Estados, Miramar, Expedicionários e Tambauzinho, os quais se tornaram espaços de vias de urbanização e de adensamento que recebiam a classe média, formada, em sua maior parte, por funcionários públicos estaduais e federais. Esses empreendimentos contribuíram para expandir a malha urbana e ordenar o espaço urbano, como também para atrair o capital público e privado para os vetores de um desenvolvimento imobiliário mais dinâmico.

Esse modelo incentivou uma relativa expansão horizontal da cidade, com a criação de novas áreas habitacionais logo ocupadas pela parcela da população que migrava da área central. Essa produção do espaço urbano impulsionou o surgimento de novos bairros e incentivou o deslocamento da população com renda mais alta, dos bairros centrais para as novas áreas da cidade, exigindo do poder público uma gama cada vez maior de infraestrutura urbana, tal como transportes públicos e setores de serviços para atender às demandas da população ali residente.

A cidade já não se organiza mais em torno dos seus bairros centrais (MAIA, 2000, p 19). O que se verificará, a partir de então, é o seu contínuo crescimento em direção sudeste, e um investimento público cada vez maior em infraestrutura urbana para a área. A autora ressalta ainda que, a partir do final da década de 1960 e início de 1970, inicia-se a construção dos conjuntos habitacionais ou a cidade dos conjuntos habitacionais:

A partir do final da década de 1960, tem-se início a construção da *cidade dos conjuntos habitacionais* que integra o conjunto da *cidade modernizada*. Iniciando com a construção do Conjunto Castelo Branco (três etapas: 1969, 1970 e 1974), nas proximidades do vale do Jaguaribe e ao lado do campus universitário, seguido pelo Conjunto dos Bancários (1980), limitando-se com o rio Timbó, o Conjunto Mangabeira¹³ margeando o rio Laranjeiras, e, por fim, mais ao sul, o Conjunto Valentina de Figueiredo (1985), transpondo o rio Cuiá. Na porção sul-sudoeste, vários outros conjuntos foram construídos como o Costa e Silva (1971), Ernani Sátiro (1977), José Américo (1978), Ernesto Geisel (1978), Cristo Redentor (1981) e Bairro das Indústrias (1983). No período de 1970 a 1983, foi construído um total de 15.632 domicílios financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), tendo a sua frente o Banco Nacional da Habitação (BNH).

O advento dessa política de habitação popular contribuiu de modo efetivo para a expansão do tecido urbano a áreas cada vez mais longínquas. Esse modelo de expansão urbana horizontal caracterizou a cidade ocidental moderna e contribuiu de modo determinante para imprimir outro padrão de crescimento distinto daquele vigente em João Pessoa até então. Esse tipo de expansão urbana irá expulsar, do centro, as classes de menor poder aquisitivo. As classes trabalhadoras vão sendo empurradas para áreas periféricas, para terras longínquas e rarefeitas, desprovidas de toda sorte de serviços urbanos.

¹³ O Conjunto Habitacional Mangabeira foi construído em oito etapas, sendo a primeira de 1983, a sétima, em 1994 e a oitava, em 1998. Esse conjunto representa o maior aglomerado habitacional de João Pessoa, computando, até 1994, um total de 12.014 unidades e 425,75 habitantes (SOUSA, 1994).

Grande parte das construções habitacionais isoladas que atendiam às populações de renda mais elevada passaram a ser localizadas nos bairros situados ao longo dos eixos de circulação que ligavam o centro antigo às praias de Tambaú e Cabo Branco, pela Avenida Eptácio Pessoa. No entorno dessa avenida, foi edificado o loteamento Bairro dos Estados e outros de igual padrão construtivo, que atendia a uma população com renda de média a alta, como os bairros Expedicionários, Tambauzinho e Miramar. Vê-se também a edificação de bairros situados à beira mar; de início, Cabo Branco e Tambaú e, posteriormente, Manaíra e Bessa, concorrendo para a valorização do solo e atraindo para a orla marítima os investimentos privados e os do poder público. Esse processo contribuiu de modo efetivo para iniciar a ocupação permanente dessa área, até então constituída apenas de casas de veraneio (ALVES; CARVALHO, 2008; MAIA, 2000).

A Avenida Cruz das Armas, ao sul do centro tradicional, desempenharia um papel importante como eixo de ligação da cidade de João Pessoa à BR 101, em direção a Recife. Essa avenida, por muitos anos, foi a única saída para a capital do Estado vizinho, Pernambuco. Pela sua importância, transformou-se em um corredor comercial e de serviços rodoviários. No entorno da avenida, amplia-se o bairro de Cruz das Armas, que irá abrigar os núcleos residenciais de uma população de baixa renda, operários, trabalhadores da construção civil, comerciários e trabalhadores domésticos. Até a década de 1970, esse era o caminho percorrido para o escoamento da produção que vinha do interior do Estado da Paraíba com destino ao sul do país.

As camadas de menor poder aquisitivo alojaram-se em alguns trechos do centro antigo e dos bairros adjacentes, como Roger, Torre e Jaguaribe. As camadas ainda mais pobres passaram a habitar os vales dos rios, a margem da ferrovia, as favelas e os bairros periféricos, como Mandacaru e Cruz das Armas (LAVIERI; LAVIERI, 1999; MAIA, 2000). Em resumo, é possível afirmar que essa foi a configuração espacial que se delineou ao longo das décadas de 1960-1980, com o advento das políticas urbanas de âmbito nacional, que imprimiram novas formas espaciais ao espaço urbano de João Pessoa. Assim, nesse período, é visível a transformação da paisagem urbana da capital, concretizando a passagem da cidade histórica ou tradicional para a cidade do presente, ou modernizada, como define (MAIA, 2000).

Mesmo, assim, o Centro Antigo ainda será o lugar da ação, do trabalho, do encontro, da troca de informação e do lazer. Mesmo se transformando, criando-se e recriando-se, como ressalta Alves (1999, p.16) “no movimento que se estabelece entre os desejos de apropriação por parte da população e a busca da eficácia de produção de mercadoria (...) exige a manipulação e a imposição espacial”, por meio das intervenções urbanísticas realizadas pelo Estado.

1.4 A década de 1980 e o Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa

Durante a década de 1980, o Centro Histórico ainda representa o coração da vida econômica da cidade de João Pessoa. O que observaremos é que esse espaço lentamente passa a não ser mais visualizado como área receptora de grandes investimentos, de forma a integrá-lo plenamente ao círculo de reprodução do capital. Em algumas partes do Centro, sobretudo na Cidade Baixa, as atividades econômicas diminuem paulatinamente, a estrutura urbana torna-se obsoleta, e o investimento público diminui, apesar de ainda encontrarmos instituições públicas e serviços bancários. Ao mesmo tempo, verifica-se a diminuição de sua importância como espaço de sociabilidades da elite. A maioria dos cinemas, cafés e livrarias, ali localizados, desaparecem, dando lugar a novas lojas e salas comerciais ou tendo seus usos subvertidos. A área passa a ser estigmatizada pelas classes sociais de renda mais alta, que busca outras centralidades para realizar suas compras e resolver negócios. Passa a atender, então, às demandas de uma população mais pobre. Não que isso significasse em si um problema, todavia, essa realidade será utilizada para justificar a desvalorização da área e a elaboração do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa.

Até a década de 1980, a área formada pelas ruas Barão do Triunfo, Maciel Pinheiro, Cardoso Vieira e Gama e Melo abrigava as instituições financeiras do Estado: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco do Estado da Paraíba e as Secretarias de Finanças do Estado e da Prefeitura. A enumeração dos serviços bancários estatais remete a uma ordem econômica contextualizada no capitalismo de Estado, então vigente no país, cuja tutela governamental fazia-se presente na oferta não só de serviços bancários, mas

também nos serviços de educação e saúde, bem como na construção de moradias para funcionários e trabalhadores no âmbito estatal.

Segundo Villaça (1989), para compreendermos o processo de revitalização das áreas mais antigas, é necessário compreender os fatores que levaram à obsolescência desses espaços, sendo esse, inclusive, um dos discursos utilizados pelo poder público para a adoção de experiências de revitalização. Nesse raciocínio, o autor justifica que um dos fatores decisivos para a obsolescência da área tem sido a fuga permanente do capital público e privado para outras partes da cidade, para outras áreas mais bem-dotadas de condições urbanas, para outros centros que passam a se constituir. Além disso, o autor ressalta, também, a saída das classes sociais de renda mais alta para bairros mais aprazíveis que o Centro Histórico. É o que se pode depreender a partir de fragmento da entrevista com o economista Carlos Gonçalo, membro do Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (IDEME):

O centro perdeu muito quando perdeu as suas drogarias, as suas farmácias. Para comprar remédio para o meu pai, eu teria que ir, nos anos 70 e começo dos anos 80, eu teria que ir forçosamente ao centro, farmácia Dia & Noite, farmácia Padre Zé, aquelas farmácias tradicionais. O centro perdeu também suas padarias, a padaria Paraibana, a padaria Fluminense, a padaria Colombo, foram todas cedendo lugar a outros empreendimentos, perdeu os mercados, as livrarias, os cinemas, então foi perdendo todo tipo de serviços, de negócios, de estabelecimentos, que eram utilizados pelo cidadão comum, serviços que eram usados todos os dias, padarias, supermercados, drogarias, salão de cabeleireiro, barbearia, foi perdendo isso. Esses empreendimentos foram buscando outras áreas, outros locais para se instalarem. Além disso, a área adensou muito, perdeu qualidade de vida, as famílias que possuíam mais recursos e se afastam do centro, buscam bairros mais aprazíveis.

Segundo Alves (1999), a criação dos novos centros, lugares que concentram atividades consideradas especializadas,

que servem à mais moderna forma de produzir, mas que não detêm um valor simbólico para a sociedade, leva a uma valorização de áreas da cidade, pela implementação e concentração de serviços sofisticados. Hoje, os novos centros se especializam de tal forma que chegam a não necessitar do relacionamento físico com as instituições mais tradicionais, como edifícios do poder público, igrejas ou comércio tradicional (ALVES, 1999, p. 34).

Esse fenômeno, segundo a autora, promove uma desvalorização dos chamados centros tradicionais e, em especial, o Centro Histórico. “É o fenômeno da dispersão dos centros que serve ao fortalecimento do processo de centralização e

que implica uma valorização/desvalorização dos núcleos centrais”, que a autora considera “em razão de uma funcionalidade definida por uma racionalidade econômica e pelo crescimento da população e da mancha urbana” (ALVES, 1999, p.35). Todavia, em trabalho realizado sobre a metamorfose do núcleo mais antigo de João Pessoa, Andrade (2007) ressalta que a fuga de atividades da área para outras localidades não diminuiu a importância da mesma. O autor discorda daqueles que pregam a estagnação do centro. Para Andrade, o local ainda é uma referência econômica importante em João Pessoa como centralidade urbana, por possuir maior número de atividades econômicas licenciadas do que outros bairros de João Pessoa. Segundo dados da Secretaria da Receita Municipal¹⁴, cujo levantamento o autor fez em 2007 para sua dissertação de Mestrado, a área apresentava 12.175 licenças, número equivalente a 16,75% das atividades econômicas do município. A quantidade de atividades licenciadas do Centro Histórico ultrapassa em muito a quantidade de atividades licenciadas em outras centralidades de João Pessoa, como o bairro de Mangabeira a sudeste; e Manaíra, a norte do centro principal à época.

Apesar do visível estado de obsolescência de algumas partes do Centro Histórico, o mesmo ainda constitui, no espaço intraurbano, a maior concentração de atividades de serviços licenciadas. Segundo dados da Receita Estadual em meados de 2007, a área central gerou um faturamento equivalente a R\$ 1.809.915.887,37. Esse fato mostra que o fluxo de capitais na área é visivelmente superior ao de bairros que, atualmente, constituem-se centros seletivos, como é o caso do Bairro dos Estados, com um faturamento de R\$ 636.869.028,06; e Manaíra, com faturamento de 549.442.788,96 (SECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL, 2007).

Essa realidade se deve ao fato de que várias atividades licenciadas mostram-se mais presentes no Centro Histórico de João Pessoa do que em outros bairros da cidade. Portanto, vale destacar que tais dados revelam que, por abrigar uma grande diversidade de atividades que se complementam, o centro representa ainda uma referência em centralidade urbana, mantendo, sobretudo, uma importante relação com as outras localidades que compõem o espaço intraurbano de João Pessoa.

A diversidade das atividades presentes na área é fundamental para a vitalidade da mesma, uma vez que, através de um centro diversificado, a população

¹⁴ Na nossa pesquisa junto à Secretaria da Receita Municipal, procuramos atualizar os dados. Nesse sentido, foram enviadas solicitações para o órgão competente, no entanto, muitos foram os impedimentos, sobretudo a falta de pessoal da secretaria para esse levantamento.

(clientes e consumidores) minimiza seus deslocamentos, podendo, assim, ter todas as suas necessidades realizadas em um tempo mais curto. Além disso, nesse espaço, concentra-se uma ampla rede de serviços de saúde, escolas públicas, escolas privadas tradicionais de João Pessoa, sindicatos, seguradoras, sistema financeiro, magazines, shoppings, lojas de âmbito nacional, uma grande diversidade de unidades de imagem e diagnóstico, consultórios médicos e odontológicos, agência de viagens, três mercados de produtos elétricos e eletrônicos, restaurantes, bares e lanchonetes, que garantem um considerável grau de serviços atrativos para o reforço da centralidade urbana.

O fluxo de pessoas e veículos que se deslocam de outros bairros para o Centro Histórico é constante. No trabalho de campo realizado para a observação da área, fomos surpreendidos pela diversidade de formas de apropriação e usos dos espaços pelas pessoas que frequentam e utilizam esse espaço. Observamos também a quantidade de atividades administrativas devido à presença de instituições públicas municipais, estaduais e federais que ainda se mantêm da mesma forma que eram há anos. Mesmo com a saída de algumas instituições para outras partes da cidade, como o Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de João Pessoa, que se deslocou para o bairro de Água Fria, local de considerável distância do centro. Além do Centro Administrativo Municipal, deslocou-se também para a BR 230, no bairro do Cristo Redentor, o prédio da Empresa Brasileira de Correio e Telégrafos. Até então, essa empresa sempre ocupou um prédio central muito importante na história da cidade, situado em frente à Praça Pedro Américo e ao Theatro Santa Roza. O imóvel foi cedido à Prefeitura Municipal de João Pessoa, onde hoje atua o Prefeito Luciano Cartaxo. A justificativa para a saída dessas instituições do Centro Histórico é a busca de áreas mais bem-dotadas de vias de circulação, estacionamento, infraestrutura urbana e de condições tecnológicas. Assim, ao longo das últimas décadas, alegando a busca de mais espaço e de conforto para o atendimento ao público, várias instituições abandonaram o Centro Histórico em busca de melhores condições estruturais.

É impossível não reconhecer que a saída dessas repartições ocasionou a perda da dinâmica do centro da cidade. Muitos eram os funcionários e frequentadores dessas instituições que se deslocavam para o centro, a fim de resolver negócios e, nessa condição, consumiam e frequentavam esses espaços.

Mesmo assim, o burburinho das pessoas e o barulho dos automóveis asseguram uma rotina diária de movimentos, de cheiros e de aspectos variados. Esse movimento estende-se até o cair da tarde, quando as lojas comerciais fecham suas portas, e os bancos e instituições públicas que ainda permanecem na área encerram seu expediente. As pessoas apressadas se dirigem aos pontos de ônibus que ficam abarrotados de gente; a intenção é tomar o primeiro ônibus que as tire daquele burburinho e as leve rapidamente para suas residências em outros bairros da capital. Com isso, o Centro Histórico vai, aos poucos, silenciando.

À noite, o movimento tende a diminuir consideravelmente. Poucos são os estabelecimentos que permanecem abertos. Mesmo assim, especialmente nas imediações da Rodoviária e das Plataformas da Integração do transporte coletivo, na Cidade Baixa, o movimento é intenso no período noturno. Pelo Terminal de Integração, circulam diariamente 240 linhas de ônibus e um número considerável de pessoas. Serviço essencial, dele depende o ir e vir dos cidadãos. Na medida em que a cidade se expandiu e sua população aumentou a utilização desse serviço, o mesmo tornou-se indispensável à vida econômica da cidade.

A confusão de pessoas, ônibus, automóveis, motos, bicicletas e de ambulantes expressa a dinâmica da área. Nas imediações do terminal de integração, os vendedores informais e os pequenos comerciantes que permanecem com suas lojas abertas, a fim de realizar as últimas vendas do dia, dão o ritmo do lugar. Os carrinhos de som, quase sempre tocando músicas variadas, em uma mistura musical nem sempre compreensível, contribuem para a poluição sonora da área. Na calçada, na parte de fora da Integração, ao lado da rodoviária, trabalhadores sentados em bancos de plástico comem churrasquinho, tomam cerveja e conversam. O movimento é intenso e se estende noite adentro, até o transporte público cessar suas atividades.

Ao lado da Integração, vamos encontrar ainda as garagens do transporte alternativo. Modalidade de transporte que é utilizado cotidianamente por moradores de outros municípios e que tem ocasionado grandes conflitos em João Pessoa. Os motoristas desses transportes situam-se na saída da plataforma de integração para abordar os passageiros e, aos gritos, divulgam a localidade de suas praças. Assim, a confusão é grande, o barulho é irritante, e, muitas vezes, até brigas ocorrem.

Ao cair da noite, as ruas do Centro Histórico, na Cidade Baixa, ficam praticamente desertas, poucos são os moradores que se arriscam a colocar as

cadeiras na calçada para uma conversa, como no passado. Todos se fecham em suas residências em busca de segurança e tranquilidade. A população que ainda reside na área, em ruas mais afastadas de onde ocorreram as intervenções do processo de revitalização, convive com a falta de segurança pública, com a penumbra e com o silêncio que ainda predomina nas ruas escuras, esquinas, travessas e becos pouco conservados. A área é um convite a situações de risco e a uma aventura no desconhecido.

Desse modo, durante a semana, quando caminhamos pelo Centro Histórico de João Pessoa, nos horários comerciais, observamos suas ruas intransitáveis, devido à grande massa de pedestres que, por elas, deslocam-se cotidianamente em direção ao trabalho, às compras, aos negócios. Durante a semana, nos horários comerciais, estacionar um veículo no centro é quase impossível. Para isso, é necessário que se chegue muito cedo, pois as ruas estão abarrotadas de automóveis, e cresce o negócio ligado a estacionamentos privados. Assim, deparamo-nos com atividades comerciais bem diversificadas. O Centro apresenta exemplos de atividades que vão desde o comércio informal ao de grandes lojas de âmbito nacional. As pessoas circulam, transitam apressadamente pelas ruas estreitas do centro, deslocam-se entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa, com o intuito de resolver negócios, realizar compras e tratar de problemas junto às instituições públicas.

Em frente às lojas, ficam os vendedores ambulantes, conhecidos como camelôs, que oferecem aos consumidores uma grande variedade de produtos de natureza diversa – eletrônicos, brinquedos, roupas, filmes, acessórios diversos. No período noturno, verifica-se o fechamento do comércio, o fluxo de pessoas diminui consideravelmente, as ruas se tornam pouco iluminadas, e a área ganha novas características que despertam o medo dos assaltos. Nas entrevistas realizadas com moradores do Centro Histórico, essa foi uma observação recorrente. Segundo os moradores, mesmo com a presença do Quartel da Polícia nas imediações da Praça Pedro Américo, as pessoas que residem na área procuram se recolher cedo às suas residências. No entanto, vale salientar que o fato de tornar-se uma área potencialmente perigosa no período noturno, essa não é uma característica apenas do Centro Histórico de João Pessoa. Hoje, a cidade convive com a violência em grande parte dos seus bairros, mesmo aqueles considerados nobres, que recebem

uma maior atenção do poder público, com pouca circulação de pessoas nas ruas durante a noite, resultado da insegurança geral que intimida os cidadãos.

Um dos problemas enfrentados pelos moradores do bairro são as precárias condições de moradia das camadas de menor poder aquisitivo. Segundo Scocuglia e Silva (2012), as vilas e os cortiços formam hoje parte da moradia no bairro do Varadouro na Cidade Baixa. Em pesquisa realizada no Centro Histórico, com o intuito de registrar e analisar essa modalidade de moradia, as autoras constataram a deterioração desse local, que, na visão das mesmas, deu-se pelos problemas econômicos vivenciados pela cidade nas últimas décadas, levando ao esvaziamento de imóveis e à degradação dos espaços públicos.

Para as autoras, as vilas e os cortiços lá existentes representam uma modalidade de moradia edificada para abrigar famílias de baixa renda. Esse padrão habitacional surgiu como uma solução para os problemas de moradia da população pobre que não pode arcar com aluguéis caros em outras partes da cidade. No Varadouro, multiplica-se rapidamente esse padrão de moradia, especialmente na Rua da República, área estudada pelas autoras, tendo em vista ser um excelente negócio para os proprietários, uma vez que não são necessários grandes investimentos para a construção desse tipo de moradia. Além disso, essas edificações não recebem qualquer tipo de manutenção e representam lucro garantido.

Segundo Scocuglia e Silva (2012, p.14),

quanto aos moradores, segundo dados do IBGE de 2010, residem atualmente no Varadouro 3.720 pessoas. O IBGE apresentou na pesquisa do ano 2000 um número maior de residentes no bairro: 4.098 pessoas. Nota-se, assim, uma redução de 378 moradores entre os anos 2000 e 2010, mostrando que o local continua em processo de esvaziamento. No ano de 2000, existiam 1.102 domicílios no bairro, dentre eles, 649 eram próprios, 396 eram alugados, 36 foram cedidos e 18 possuíam outra forma de ocupação não explicitada (IBGE, 000). Embora tenha havido uma queda do número de residentes no Varadouro, o número de domicílios aumentou no mesmo período, partindo de 1.102 em 2000 para 1.127 domicílios no ano de 2010 (IBGE, 2010).

No Brasil, parece haver reticências sobre uma eventual residência no centro antigo. Constata-se que ainda há a rejeição, o abandono e o estigma que inviabilizam projetos de moradia entre os estratos das camadas médias e impedem programas para grupos de baixa renda. Em João Pessoa, essa discussão vem sendo realizada há alguns anos, principalmente pelos urbanistas e técnicos vinculados ao projeto de

revitalização do Centro Histórico, que, diante da carência de moradias com o crescente processo de urbanização e com o aumento das habitações em áreas de riscos pela população de menor renda, veem, na citada área, uma solução para parte do problema. No ano de 2000, a Caixa Econômica Federal (CEF) lançou o Programa de Reabilitação de Sítios Históricos (PRSH) com o objetivo de promover a revitalização dos sítios através de ações de reabilitação destas áreas, unindo-se preservação do patrimônio ao planejamento urbano. A Prefeitura Municipal de João Pessoa, ciente do potencial habitacional existente lá, firmou com a CEF, em 22 de março de 2002, um Termo de Adesão ao PRSH, expondo as intenções em promover a recuperação de seu Centro Histórico.

Segundo Cavalcante (2009), o programa formaliza e amplia a atuação da CEF em projetos que buscam a revitalização das áreas centrais. Na década de 1990, as ações ainda eram pontuais, movidas, muitas vezes, pela consciência de preservação de seus técnicos, mas foi através da Diretoria de Desenvolvimento Urbano da CEF que as ideias de preservação passaram a se agregar aos esforços e às iniciativas municipais e estaduais.

Apesar da ideia de a habitação já estar presente no Centro Histórico de João Pessoa desde 2002 com o PRSH, pouca coisa se conseguiu devido a muitos impasses encontrados. Segundo os técnicos da Prefeitura Municipal de João Pessoa, muitos dos imóveis cadastrados para a habitação apresentavam péssimo estado de conservação e necessitavam de uma grande reforma em sua estrutura, o que aumentava consideravelmente o valor final do imóvel para ser financiado pela CEF. Além do estado de conservação dos imóveis, existiam, por parte destes, dívidas de IPTU que, em alguns casos, chegavam a ultrapassar o seu valor, devido a muitos se encontrarem fechados e serem de herdeiros. O programa, reinaugurado em 29 de março de 2007, até o momento, não iniciou suas obras. O alto custo das unidades tornou o processo lento, já que o financiamento da obra estava destinado para pessoas ou famílias com renda de até R\$ 2.100,00.

Com as devidas ressalvas, consideramos que é possível se pensar a situação do Centro Histórico nessa perspectiva, principalmente a Cidade Baixa. Podemos supor que hoje o centro apresenta-se como um território adormecido, cujas estruturas urbanas, sociais, econômicas, culturais, subprodutos do processo de acumulação territorial invalidam-no temporalmente para a acumulação de capital com maior rapidez. No entanto, esse espaço tem se constituído em reserva a ser

transformada nas sucessivas operações urbanísticas de ajuste do espaço urbano às necessidades da produção e reprodução do capital.

Diante da condição de espaço adormecido que constitui o Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, a partir de 1987, o Centro Histórico passa a ser analisado sob a ótica do aproveitamento turístico e cultural. Seu patrimônio passa a ser entendido numa perspectiva de exploração econômica. Surge, a partir daí, o discurso da “revitalização”. Por revitalização, os gestores entendem as iniciativas de valorização econômica e cultural da área que irão se traduzir em projetos de intervenção subsidiados pelo poder público, com a inserção de Agências Internacionais de Cooperação, em alguns casos; e, em outros, através da iniciativa privada. Vale salientar que essa valorização beneficiou, sobretudo, o setor imobiliário e os empresários do ramo comercial. A população mais pobre residente no Centro Histórico pouco foi beneficiada até o momento.

No conjunto dos espaços urbanos capitalistas, esse local de preservação foi, e ainda é, historicamente, a área mais significativa para a cidade. Seja ela grande ou pequena, o espaço é o que melhor evidenciava o *status* do conjunto urbano, visto que interessa a toda a população, como bem define Sposito (1991, p. 6): “[...] é antes de tudo ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação”, e continua a autora, “é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, em contrapartida, é o ponto de onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas com as outras”.

Sposito (1991), analisando as dinâmicas que engendram a urbanização nas cidades brasileiras, debruça-se sobre as novas formas espaciais que se constituem e sobre o conteúdo social e cultural do processo de urbanização na atualidade. A autora dedica especial atenção às questões que envolvem o centro, de modo geral, e sua dinâmica, particularmente. Nos seus estudos, ressalta que uma das qualidades fundamentais do centro é o traço concentrador da área e, mesmo que novas dinâmicas se imponham com o processo de urbanização e a divisão territorial do trabalho provoque o surgimento de outros espaços, o centro principal continua a manter sua importância como espaço concentrador de produtos, obras, objetos, signos e símbolos.

Nenhum outro ponto da cidade supera essa área quanto ao trabalho cristalizado, em valor de uso, em infraestrutura e em acessibilidade, ressalta Villaça (1998). Por isso, nos estudos geográficos, as áreas mais antigas podem ser

qualificadas como integradoras e, ao mesmo tempo, dispersoras, revestindo-se de singular importância, porque as qualidades que estão postas:

Provocam e reforçam o traço concentrador desta área, permitindo dizer que, mesmo que a dimensão ou uma nova dinâmica da divisão territorial do trabalho provoque a emergência de outros “centros”, o principal e cada um deles desempenha um papel de concentricidade, ou seja, para diferentes setores da cidade e para diferentes escalas de atuação/atração, é uma área de interesse de convergência (SPOSITO, 1991, p.6).

Assim, na atualidade, a preocupação com as áreas mais antigas, os Centros Históricos, ultrapassa o plano da localização das atividades comerciais e de serviços, em que se busca cada vez mais compreender o processo de reprodução desse espaço, a partir das práticas sociais que aí se estabelecem com as recentes iniciativas de revalorização da área. Sposito (2001, p. 235-253) argumenta que as relações que se fixam nesse espaço e os fluxos que elas geram e sustentam permitem a apreensão da centralidade, posto que é por meio dos nódulos de articulação da circulação intra e interurbana que o vigor da área se revela. Por isso, é muito importante compreender os elementos que aí estão postos, apreender a sua configuração, na medida em que esses elementos são essenciais para o entendimento dessa unidade urbana no âmbito do espaço urbano.

Em função das suas características, o centro histórico de João Pessoa, ao mesmo tempo em que é concentrador de atividades e serviços, também organiza ao seu redor o vazio, a escassez e a diferença, como ressalta Henri Lefebvre (1991). Além disso, “é a excepcional importância comunitária e social dos centros que faz com que eles passem a ser objeto de grande valorização simbólica” (VILLAÇA, 1998, p. 241), motivando, assim, as políticas públicas que dão suporte aos processos de revitalização. Essas políticas, embora anunciem como objetivo principal a preservação da tradição, da história e da memória desses espaços, têm privilegiado muito mais a atividade turística e a cidade enquanto mercadoria a ser vendida. Essas ações estão muito mais preocupadas em restabelecer as fachadas dos exemplares arquitetônicos do que contribuir para o fortalecimento da cultura local e do patrimônio imaterial dos moradores do centro histórico.

Geralmente ocupadas por uma população de baixa renda, que reside em velhos imóveis degradados localizados em antigos tecidos urbanos, essas áreas apresentam estruturas morfológicas obsoletas de diversas formas. Na Cidade Baixa, por exemplo, onde, desde a década de 1950, vive a comunidade Porto do Capim,

Vila Nassau, Frei Vital e XV de Novembro, uma população de baixa renda (quase sempre filhos, netos e bisnetos dos trabalhadores que atuavam no Porto do Capim) padece com a falta de infraestrutura e serviços públicos. Essas famílias passaram a realizar “bicos”, trabalhando com o comércio informal, com a desativação do Porto do Capim (ARAUJO, 2006).

Ao longo dos anos, essa comunidade resiste ao intenso processo de urbanização generalizada e agora ao processo de revitalização, que visa ao deslocamento das famílias para outra parte do centro histórico. Essas comunidades expressam as contradições do espaço urbano pessoense e o modelo de urbanismo adotado, que produziu uma cidade extremamente segregada. Não se pode deixar de mencionar que a comunidade padece ainda da falta de uma gama de serviços públicos, como segurança pública, saneamento básico, posto de saúde, creche, escolas públicas. Observa-se, ainda, o descaso com a preservação de uma das áreas mais importantes da cidade, além do pouco cuidado com os monumentos e conjuntos arquitetônicos de importância histórica. Essa realidade tem contribuído para a intervenção do Estado nesse espaço, por meio dos denominados projetos de revitalização.

Nas últimas décadas do século XX, o poder público e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional intervieram diretamente na reprodução do Centro Histórico de João Pessoa, por meio de ações de preservação do patrimônio cultural. Desse modo, o Centro Histórico de João Pessoa passou a ser alvo das políticas de “revitalização” e objeto de consumo de uma classe média direcionada ao consumo da história, da cultura e do acervo patrimonial ali existente. O discurso do poder público é que essas ações visam à preservação desses espaços, o resgate do vínculo do rio com a cidade, perdida ao longo do processo de urbanização, transformação do Porto do Capim em uma praça de eventos e a construção de dois píers para a prática do turismo náutico. As ações visam, sobretudo, a dinamizar a vida econômica da área por meio da indústria do turismo. Assim, para isso, é necessário à renovação da infraestrutura da área e, paralelamente, criar mecanismos de incentivos para os negócios privados, visando à retomada e à sustentação para uma reprodução mais dinâmica do capital. Além, disso, o projeto exige a retirada da população ribeirinha que reside na área a mais de setenta anos, sendo esse um dos principais empecilhos para sua realização.

CAPÍTULO II: O PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA

2.1 Origens e natureza da política de revitalização

Nas últimas décadas do século XX, temos assistido ao desenvolvimento de novas dinâmicas que afetam diretamente o Centro Histórico de nossas cidades. Esses espaços são hoje objeto de dinâmicas múltiplas, de reinvestimentos importantes, tanto por parte do poder público, como das agências internacionais e da iniciativa privada. Operações complexas, embasadas quase sempre em projetos urbanísticos, que buscam a denominada “revitalização urbana”, visam a introduzir novos parâmetros de desenvolvimento urbano.

Segundo seus idealizadores (quase sempre urbanistas, consultores internacionais e técnicos vinculados aos governos locais), essas intervenções visam a retomar e reescrever a história desses espaços, resgatar suas tradições e memórias, buscando, por meio da preservação e revitalização do patrimônio cultural, devolver aos espaços históricos a dinâmica perdida ou enfraquecida ao longo do tempo, mas, sobretudo, resgatar a centralidade do poder econômico, político e social que esses espaços possuíam.

Orientados por estratégias que visam à apropriação dessas áreas para o consumo visual, muitas vezes envolvendo seu enobrecimento e seu uso como produtos de consumo, na disputa entre os agentes das cidades em um mercado globalizado, como ressalta Motta (2000), esses projetos, embora utilizem a argumentação da preservação e do resgate da memória do lugar, têm como resultado a apropriação cenográfica desses espaços. Segundo Scocuglia (2004, p.19), “são processos que buscam dar novos usos ao patrimônio na tentativa de viabilizar o sistema econômico utilizando como recurso o dinamismo cultural e turístico de sítios de valor histórico, artístico, arqueológico e ambiental”. No nosso entendimento, as novas intervenções pouco têm se preocupado em considerar as cidades como objetos socialmente construídos e seu patrimônio cultural como fonte fundamental de conhecimento e construção da cidadania.

Tais questões norteiam as reflexões deste capítulo e objetivam compreender os paradigmas que embasam essa denominada “revitalização” e suas especificidades. Para elaborá-lo, foram consultadas as referências bibliográficas que

discutem a temática em nível nacional e internacional: teses, dissertações, textos e demais documentos embasaram as reflexões, bem como a análise do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa e demais documentos produzidos pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa ao longo dos anos. Para o enriquecimento da análise, utilizamos entrevistas com membros da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico, Técnicos do IPHAN, estudiosos da área de humanas (geografia, história, arquitetura), além dos comerciantes e moradores da área.

Pretende-se, ainda, compreender esse modelo de intervenção urbana, assim como analisar se existe relação entre o discurso e a prática no âmbito do processo de revitalização urbana do Centro Histórico de João Pessoa. Visa-se, também, a compreender o que preconiza essas ações urbanísticas e de que forma essas ações repercutem na dinâmica socioespacial do Centro Histórico para a reprodução do capital.

Para que compreendamos as transformações nos centros históricos das cidades brasileiras nas últimas décadas do século XX e a emergência dos projetos de “revitalização urbana”, é necessário que apreendamos as mudanças no capitalismo desde a década de 1970, com a emergência da crise de reestruturação do capitalismo e como esse modo de produção produz o espaço, pressionado pelas novas exigências da acumulação.

Segundo Alvarez (2008), a emergência da crise e das alternativas de reestruturação do capitalismo que avançou na década de 1970 nos países centrais, abatendo-se nos países periféricos nos anos de 1980 e 1990, tomou expressão como uma *crise da cidade*, sobretudo nas metrópoles, nas cidades de maior infraestrutura, grandes unidades produtivas do período fordista, com grande concentração populacional e operária. Mas as cidades, fossem grandes, médias ou pequenas, sofreram as consequências desse modelo de desenvolvimento. Segundo a autora:

Nos discursos políticos, nos meios de comunicação, e mesmo no meio acadêmico, a problemática colocada sobre tal crise, fundamentalmente, em torno das perdas econômicas, expressas em índices de produção, faturamento, arrecadação, emprego. De forma que ora foi tratada enquanto crise econômica financeira, ora de gestão política, ora dos serviços públicos prestados (saúde, educação, transportes), ora do emprego e renda. A instabilidade da arrecadação gerada pelo movimento de capitais, pela reorganização do padrão produtivo, pela queda do nível de emprego e de consumo; a paulatina necessidade de assumir encargos e serviços antes

realizados pelos estados nacionais, e a possibilidade de buscar recursos diretamente nas agências de fomento internacionais, ou negociar diretamente os investimentos estrangeiros, levou a uma parcela dos governos locais a assumir, no discurso e nas ações, o papel de protagonistas da reversão da crise (ALVAREZ, 2008, p. 105).

Nesse período, nossas cidades lidavam com o intenso, crescente e complexo processo de urbanização que se delineava desde a década de 1950 e transformava a paisagem urbana e a sociedade brasileira. Essas transformações ocorriam calcadas nas necessidades e contradições da acumulação capitalista e alicerçada pelo crescimento da atividade industrial – sobretudo, nas grandes metrópoles brasileiras – marcadas por uma profunda segregação socioespacial (ALVAREZ, 2008). Neste sentido, as cidades brasileiras conviviam com o intenso processo de segregação socioespacial, com elevados custos de infraestrutura urbana, com carências no transporte urbano e com uma desmedida expansão horizontal e/ou ações urbanísticas demolitórias, justificadas pelos grandes projetos de renovação urbana.

Sánchez (2001), analisando alguns processos de reestruturação urbana na década de 1990, destaca que, nesse período, observam-se processos de reestruturação urbana, tendo como principais parceiros os governos locais e as agências internacionais na elaboração de políticas urbanas. A autora ressalta que é possível identificar interessantes convergências:

Essas convergências dizem respeito às estratégias utilizadas pelo poder político para “vender” as cidades. De fato, a partir de um determinado momento histórico, aqui identificado com os anos 90, as cidades passaram a ser “vendidas” de modo semelhante, o que sugere que o espaço das cidades se realiza agora enquanto mercadoria.

A transformação das cidades em mercadorias vem indicar que o processo de mercantilização do espaço atinge outro patamar, produto do desenvolvimento do mundo da mercadoria, da realização do capitalismo e do processo de globalização em sua fase atual. A existência de um mercado de cidades, como um fenômeno recente, mostra a importância cada vez maior do espaço no capitalismo – a orientação estratégica para a conquista do espaço, que agora alcança cidades como um todo, postas em circulação num mercado mundial – evidencia a produção global do espaço social (SÁNCHEZ, 2001, p. 33).

O capitalismo só se realiza produzindo novos espaços, pressionados pelas exigências da acumulação, mediante sua própria lógica e estratégia à escala mundial. O capitalismo estendeu-se mundialmente e, ao mesmo tempo, constituiu novos setores de produção e de dominação: o cotidiano, o conhecimento, a arte e a

urbanização. Na produção desses espaços, operam diversos agentes e interesses combinados em diferentes campos políticos e arranjos territoriais para cada caso. Sánchez (2001) ainda ressalta que sujeitos, instituições, práticas e produtos circulam, de maneira relacionada, no âmbito de diferentes mercados, materiais e símbolos.

Novas estratégias constituem-se para dinamizar a reprodução do capitalismo na sua fase atual. A cidade-mercadoria constrói-se sob a égide do poder político dos governos locais, “perfila-se através dos processos de reestruturação urbana (como exigência da economia competitiva) e através da construção de imagem para inseri-la no mercado” (SÁNCHEZ, 2001, p. 33). Desse modo, a cidade, considerada uma mercadoria especial, incorpora novas estratégias especiais de promoção que se consolidam ao longo do tempo. No bojo desse processo, são produzidas representações da cidade que obedecem a uma determinada visão de mundo, criando-se novos discursos referentes à cidade, onde a imagem passa a ter importância fundamental enquanto instrumento de difusão e afirmação no cenário mundial. Para isso, a mídia terá um papel fundamental, será uma das principais difusoras desse processo.

É nesse quadro de mudanças que as cidades tornam-se o principal foco de discussão e de ações no sentido de inseri-las para a nova etapa de desenvolvimento do capitalismo com o processo de globalização. No bojo desse processo, o que iremos observar é a formulação de estratégias empresariais que emergem com o intuito de minimizar os problemas ocasionados pelo processo de globalização (FERNANDES, 2000), e, sobretudo, a elaboração de projetos de renovação urbana que visam a uma maior rapidez da reprodução do capital nas áreas mais antigas da cidade.

Assim, as cidades passam a ser essenciais no atual período histórico do capitalismo, fundamentais tanto para as relações em nível internacional, quanto para a vida cotidiana de seus cidadãos. Alvarez (2008), citando Castells e Borja (1996), ressalta que esses autores partem de uma concepção do papel fundamental das cidades diante do processo de globalização. Os autores apontam ainda as potencialidades que este novo momento histórico engloba no que diz respeito às cidades e destacam a necessidade de maior autonomia aos governos locais, no que denominam de protagonismo de cidades. Na visão de Castells e Borja, as cidades são atores políticos, questão que foi abordada pelos autores em relatório

apresentado na Conferência das Nações Unidas Sobre Assentamentos Humanos, conhecidos como Habitat II (ALVAREZ, 2008).

A Conferência promovida pela Organização das Nações Unidas, realizada em Istambul em julho de 1996, contou com a participação não apenas de chefes de Estado ou seus representantes, mas de líderes políticos locais, prefeitos, governadores e representantes da sociedade civil. No final da Conferência, os presentes firmaram o compromisso com a melhoria das condições de vida de toda a humanidade, por meio da constituição de políticas e ações que levassem às cidades e também às áreas rurais, moradias dignas, salubres e sustentáveis, sobretudo nos países não desenvolvidos. Esses processos poderiam se dar de forma solidária, por meio da troca de experiência entre os países e da transferência de tecnologia e financiamento de políticas públicas.

Na visão da autora, as concepções postuladas por Castells e Borja revelam que a crise se explicita enquanto uma crise teórica do pensamento sobre a cidade. E continua:

Em primeiro lugar, porque o acento sobre a cidade está no econômico e não no social; na cotidianidade que se fragmenta cada vez mais, sob o domínio da efemeridade e do valor de troca. Mesmo o econômico é reduzido à perda de eficácia nos processos de produção e circulação. Assim, a suposta dialética de ver a positividade na negatividade da crise é utilizada apenas para escamotear os processos reais que acompanham a trajetória da acumulação. E, neste sentido, a crise não é desvendada; ao contrário, é concebida como um 'fenômeno', decorrente da globalização, mas que pode ser superada pelo papel ativo dos governos e instituições locais, transformando as cidades em locais solventes, eficazes e capazes de atrair novos investimentos (ALVAREZ, 2008, p.110).

Nas últimas décadas do século XX, o que se constitui é a necessidade da realização de um ajuste urbano. Esse ajuste visou a potencializar o espaço enquanto uma mercadoria, sobretudo as cidades, de modo a transformá-las em bens solváveis, capazes de atrair investidores produtivos e viabilizar novos investimentos. As cidades brasileiras, dada a natureza, característica e complexidade que tomou o processo da urbanização periférica, fizeram com que este ajuste urbano incluísse políticas públicas de alcance restrito, ou seja, de amenizar a pobreza urbana e de oferecer uma maior oferta de serviços urbanos, além de grandes investimentos públicos e privados em fragmentos específicos da cidade.

No Brasil, o desencadeamento dessa política urbana data da década 1980, como já ressaltado, momento em que a economia mundial vivencia um processo de reestruturação econômica e de reajustamento social e político, como destaca David Harvey, em *Condição Pós-Moderna*:

Verifica-se, assim, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política. Esses serão os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo (...). A acumulação flexível, (...) é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 2000, p. 140).

Assim, o Brasil também conheceu a flexibilidade dos processos de trabalho: o mercado de trabalho passara por uma radical reestruturação, diante da volatilidade do mercado, aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, mudanças e estreitamento das relações dos poderes públicos e empresa privada. Nesse contexto, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do movimento sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente, visando a impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis.

Dessa forma, a cidade brasileira estará no âmago dessas mudanças. Embora saibamos que a cidade moderna sempre estivera associada à divisão social do trabalho e à acumulação capitalista, a partir da década de 70 e 80 do século XX, novas relações se estabeleceram entre a configuração espacial urbana e a produção e reprodução do capital. Nesta fase do capitalismo, a cidade, ela mesma, passa a ser gerida e consumida como mercadoria.

No Brasil, a sociedade restabelecia sua democracia e os municípios conquistavam maior autonomia política, fiscal e financeira. A Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, consagrou alguns princípios que consolidaria a elaboração das constituições estaduais, leis orgânicas municipais e planos diretores das cidades, documento esse de fundamental importância para o planejamento urbano. Com a abertura política, a partir de meados da década de 1980, os prefeitos ganham mais visibilidade – principalmente os das capitais – e passam a aliar uma

sólida base de arrecadação de tributos municipais e participação acrescida nos impostos federais e estaduais recolhidos em seus territórios.

A Constituição Federal, promulgada em 5 de Outubro de 1988, concedeu aos municípios os direitos: à auto-organização, regendo-se por meio de leis orgânicas próprias; autogoverno pela eleição do prefeito, do vice-prefeito e dos vereadores e à autoadministração, podendo instituir e arrecadar tributos, aplicar agendas, legislar sobre assuntos de interesse local, organizar e prestar serviços, e promover o ordenamento territorial (Arts. 29 e 30). Segundo Compans (2005), a descentralização administrativa do Estado brasileiro ampliou as competências dos municípios, dando-lhes maior autonomia política, fiscal e financeira. Essa transferência de responsabilidade foi acompanhada pelo aumento dos repasses de recursos estaduais e federais, bem como pela liberdade para instituir e arrecadar tributos próprios. Os municípios passaram a ter competências exclusivas na organização e na prestação dos serviços de transportes coletivos, na educação pré-escolar, no ensino fundamental e no ordenamento territorial.

Apesar disso, os municípios passam a concentrar os problemas advindos do processo de urbanização periférica que caracteriza as cidades brasileiras – tais como a crescente expansão urbana, o desemprego e a pobreza urbana, a proliferação de áreas insalubres, a distribuição desigual de equipamentos e serviços coletivos, a violência urbana e a decadência e desvalorização das áreas centrais.

Compans (2004) ressalta ainda que os governos municipais, mesmo com uma maior autonomia política e financeira, não conseguiram enfrentar sozinhos o agravamento dos problemas urbanos, sobretudo nos grandes centros, decorrentes da política econômica adotada até então:

a ascensão do neoliberalismo no plano nacional a partir de 1990, com a eleição de Fernando Collor para a Presidência da República, representou a substituição da agenda constitucional reformista pela agenda da inserção competitiva. Combinada à imposição da adoção de programas de ajuste fiscal por parte dos organismos financeiros internacionais, a hegemonia política neoliberal resultou na redução dos gastos sociais, afetando o financiamento público para a construção habitacional e para a infraestrutura urbana (COMPANS, 2004, p.16).

Diversos foram os fatores que contribuíram para que os municípios exercitassem com dificuldade suas competências: a política de ajuste fiscal do Governo Federal, que reduziu substancialmente o financiamento público destinado a investimentos sociais e a obras de infraestrutura urbana; a problemática situação

financeira dos Estados, em face da elevação da dívida pública interna; a falta de competência dos executivos municipais para efetuar convênios e captar recursos externos.

Por outro lado, se, durante muito tempo, a discussão acerca da questão urbana remetia a temas como o crescimento desordenado da cidade, a carência dos equipamentos urbanos, a reprodução da força de trabalho, o aumento da cidade ilegal, a nova questão urbana teria, agora, como problemática central a competitividade urbana, a cidade concebida enquanto mercadoria, enquanto empresa.

Assim, ao investigarmos as transformações por que vem passando o capitalismo e conseqüentemente a cidade, devido sobretudo às mudanças nas relações de trabalho, temos visto que, de forma geral, essas transformações associam-se a indícios de mudanças no espaço urbano onde novos paradigmas se constituem. No entanto, como afirma Leite (2006), nem sempre as práticas sociais que colonizam certos espaços se coadunam com os usos esperados e projetados para determinados fins. Sobretudo, quando os paradigmas, os modelos, os projetos e as ideias são impostos a realidades que não se harmonizam com as experiências desenvolvidas.

Nos últimos anos, as políticas de revitalização urbana têm sido adotadas enquanto uma das vertentes que visam a resolver os problemas enfrentados pelas áreas mais antigas da cidade. No entanto, supõe-se que essas políticas não têm conseguido superar as práticas urbanísticas tidas como convencionais, embora visem muito mais a adequar esses espaços às novas demandas do capitalismo em nível global do que atender às demandas da população local.

Como ressalta Alvaro Ferreira, podemos dizer que, no atual momento da produção do espaço urbano, tem se materializado uma urbanização banalizada:

pois a produção do espaço urbano tem-se realizado ultimamente, em grande parte das cidades, centrada em “modelos de sucesso internacional”, que visam a “revitalizar” as áreas centrais e portuárias, transformando-as em residenciais e de negócios para as classes médias e alta, e, além disso, que investem em políticas de atração da atividade turística. Para tanto, são idealizadas feiras, exposições, shows; cria-se toda uma infraestrutura voltada para o turismo, com bares, restaurantes e lojas etc. Uma total reprodução do mesmo, formas que se repetem independentemente de cada cidade (FERREIRA; ALVARO, 2011, p. 25).

Podemos dizer que a cidade de João Pessoa também será alvo dessa política e adotará esse ideário, principalmente e de maneira mais intensa, a partir dos anos 1990. A partir da análise do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, busca-se compreender o perfil dessas políticas urbanas, os conceitos e noções que as orientam, relacionando-as com a produção de novos espaços e com o tipo de imagem que se deseja para a cidade. O projeto de revitalização da cidade de João Pessoa, de um modo geral, pauta-se e se justifica pelo estigma da obsolescência do seu centro antigo, recorrente em várias cidades brasileiras que passaram por processos semelhantes.

Nesse sentido, o mundo da aquisição contínua de mercadoria, que assegura a reprodução do capital, refletir-se-á, assim, também na construção da cidade. No discurso do poder público, dos empreendedores imobiliários e até mesmo de arquitetos, nada antigo parece servir, sendo considerado, então, 'obsoleto', palavra que os arquitetos e promotores imobiliários costumam repetir para justificar as intervenções e as propostas de revitalização para a destruição de velhos edifícios, de antigas fábricas, galpões, moradias com duas, três ou mais décadas de antiguidade, como ressalta Horácio Capel (2011, p. 20): "Para eles, a destruição e a *tabula rasa* parecem constituir o ideal, para poder construir edifícios totalmente novos, com os quais ganharão dinheiro e prestígio".

Segundo Scocuglia (2004), os pontos de articulação entre as experiências e legislação nacionais e internacionais e a experiência de revitalização do patrimônio cultural em João Pessoa aproximam-se a partir do estabelecimento do Convênio de Cooperação Internacional entre o Brasil e a Espanha. Esse Convênio visou à elaboração do Estudo de Revitalização Integral do Centro Histórico de João Pessoa, iniciado em 1987, durando até 2002.

2.2 O convênio de cooperação internacional e o processo de revitalização do centro histórico de João Pessoa

Em 09 de maio de 1987, contando com esforços do então Ministro da Cultura, o paraibano e economista Celso Furtado, estabeleceu-se o Convênio de Cooperação Internacional, envolvendo o Governo do Brasil e da Espanha. A assinatura desse convênio integrou o Centro Histórico de João Pessoa ao Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Ibero-América. Mantido pela Agência

Espanhola de Cooperação Internacional (AECI), o convênio era formado entre o Governo do Brasil, por meio do Ministério da Cultura e do IPHAN; o Governo da Espanha, por meio da AECI; o Governo do Estado da Paraíba por intermédio do IPHAEP; e a Prefeitura Municipal de João Pessoa, como relata em entrevista a pesquisadora Sonia Gonzalez:

Celso Furtado, em visita à Paraíba, soube do estado de abandono em que se encontrava seu Centro Histórico. A preocupação veio do Ministro da Cultura, que a época era Celso Furtado, paraibano, soube de um programa que a Espanha começava a desenvolver junto com os países que ela colonizou, em comemoração aos 500 anos do descobrimento das Américas. (...) Consciente do processo de degradação que se encontrava o Centro Histórico de João Pessoa, (...) preocupado com a cultura, com a visão do que estava se perdendo aqui, trouxe esse programa pra cá e daí deu início a esse processo de revitalização (ENTREVISTA À PESQUISADORA EM 29/01/2012).

Em 13 de abril de 1987, em Brasília, estabeleceu-se o Termo de Cooperação entre o Ministério da Cultura, o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o Governo do Estado da Paraíba e a Prefeitura Municipal de João Pessoa. Em 07 de maio de 1987, o Jornal *A União* publica, sob o título *Espanha Participa de Plano para a Cultura da Paraíba*, uma reportagem sobre a assinatura do Convênio de Cooperação¹⁵. Na matéria jornalística, o Ministro das Relações Exteriores da Espanha, Francisco Fernandez Ordonez, ressalta a importância do convênio e seus objetivos:

O convênio tem como objetivo proceder à recuperação das raízes culturais comuns, pois entende que o estudo das raízes comuns constitui uma via importante de informações, entendimento e conhecimento recíprocos, assim como uma contribuição considerável ao resgate e à valorização do patrimônio edificado e urbanizado da Ibero-América, de importância e característica reconhecidas (JORNAL A UNIÃO, 07 de maio de 1987).

Nas palavras do ministro, ficava clara a importância que o convênio dispensava ao resgate do patrimônio cultural presente no Centro Histórico de João Pessoa, considerado símbolo das raízes culturais comuns que fortaleciam a

¹⁵ À frente do Governo do Estado estava Tarcísio de Miranda Buriti, político vinculado ao PMDB, professor e escritor, que permaneceu à frente do executivo paraibano entre 15 de março de 1987 e 15 de março de 1991. Seus mandatos foram marcados por grandes obras e incentivo à cultura, no entanto, pouco foi o apoio desse governo ao processo de revitalização em andamento e à Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa. À frente da Prefeitura Municipal de João Pessoa, encontrava-se Antonio Carneiro Arnaud, médico, vinculado ao mesmo partido do governador. A participação da prefeitura, no entanto, só irá se efetivar na década 1990, quando o governo passou a se interessar pelas ações que lhe dessem visibilidade política relacionada ao desenvolvimento do turismo.

identidade cultural entre o Brasil e a Espanha. Além desse aspecto, o pronunciamento do ministro adequava-se às concepções que as instituições nacionais e internacionais de cunho preservacionista defendiam naquele momento. Assim, por meio do resgate do patrimônio histórico, da memória e das tradições do lugar, contribuía-se para fortalecer os laços culturais que uniam essas duas nações.

A partir da assinatura desse convênio, o Centro Histórico de João Pessoa passa a ser objeto de uma política urbana e cultural que já vinha sendo adotada em vários centros históricos nacionais e internacionais. O discurso do poder público é o de que essas políticas buscam recuperar o patrimônio cultural para torná-lo passível de reapropriação por parte da população, mas, sobretudo, visando a adequá-lo às demandas do turismo. Assim, mediante o Convênio Brasil/Espanha, buscava-se agregar recursos potenciais para uma melhor inserção do Centro Histórico de João Pessoa no contexto da desregulamentação neoliberal da economia mundial.

Uma das características principais do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa foi a longa participação da Agência Espanhola de Cooperação Internacional-AECI¹⁶. Essa entidade vinha desenvolvendo vários programas de cooperação junto aos países ibero-americanos em comemoração aos 500 anos de descobrimento da América. No entanto, a principal intenção da Espanha com as intervenções da AECI será a atuação no continente latino-americano, por meio de práticas urbanísticas que adaptem esses espaços às demandas do capitalismo.

¹⁶ **Agencia Española de Cooperación Internacional (AECI)** fue creada por el Real Decreto 1527/1988, de 11 de noviembre, mediante la integración de diversos organismos autónomos y otras unidades orgánicas del Ministerio de Asuntos Exteriores. La última reestructuración se produjo en 2001, con la incorporación de la Dirección General de Relaciones Culturales y Científicas. Los órganos de gobierno de la AECI fueron modificados por Real Decreto 1141/1996, de 24 de mayo, que pasaron a estructurarse en torno a un Presidente, a su vez Secretario de Estado de Cooperación Internacional, un Secretario General y un Comité de Dirección. Los orígenes del Organismo se remontan al año 1946 con la fundación del Instituto de Cultura Hispánica, conservando, en todo momento, el carácter de organismo autónomo adscrito al Ministerio de Asuntos Exteriores. El primer cambio significativo en su estructura se produjo en el año 1976 al establecerse una Presidencia como órgano rector superior; y en 1977, la primera reestructuración y nueva denominación: Centro Iberoamericano de Cooperación, con nuevas funciones y atribuciones en materia de cooperación. El término cooperación fue el distintivo, a partir de entonces, en el nombre y la actividad toda del Organismo. Del periodo inicial, años 1940/50, datan la Biblioteca Hispánica y el sello Ediciones de Cultura Hispánica; ambos han propiciado una intensa e importante labor de difusión de la cultura española como lo atestiguan sus fondos y catálogos. Al nacimiento de la AECI, este fecundo trabajo sería ampliado con la incorporación de la Biblioteca Islámica “Félix María Pareja” (DOCUMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO HISTÓRICO).

Segundo Scocuglia (2004), o Convênio Brasil/Espanha foi muito importante para o processo de revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, pouquíssimas cidades tiveram esse respaldo. Ao mesmo tempo, a Espanha pleiteava sua entrada na Comunidade Econômica Europeia, assim, necessitava melhorar sua imagem, como ressalta Scocuglia:

Então, era como se fosse resgatar um pouco, transformar um pouco sua imagem, para melhorar sua imagem, por ter destruído o patrimônio nas Américas, onde eles atuaram, colonizaram, uma colonização desastrosa em alguns momentos, embora tenha deixado um legado em termos urbanísticos. João Pessoa tinha um patrimônio importante, identificado pelo IPHAN desde 1937, quando começou esse processo de criação do Iphan, já possuía toda uma legislação, que é muito avançada em alguns aspectos porque já inseria, arqueologia, patrimônio material e imaterial, a lei é a mesma desde 1937, até hoje ela é muito atual, agora a prática do Iphan é outra coisa.¹⁷

Dentre as primeiras atuações da AECl, estava a restauração do Convento de San Francisco, em Quito, e a elaboração do estudo de revitalização integral do Centro Histórico de Tlacotalpan, no México. A atuação da AECl, junto aos países ibero-americanos, se dá por intermédio da cooperação técnica e financeira, conforme relato da Coordenadora da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, Sonia Gonzalez, segundo a qual, a AECl, na sua atuação, não pretendia impor um projeto, nem um modelo a seguir, tampouco um processo de gestão: a agência buscava um intercâmbio de experiências e o fortalecimento das relações entre as culturas. Na visão de Sonia Gonzalez, a Espanha possuía conhecimentos em determinadas áreas vinculadas à preservação e à restauração de áreas históricas, principalmente as áreas ligadas à preservação do patrimônio cultural e restauração de monumentos, uma prática que nós, paraibanos, não dominávamos. Porém, não é isso que ficará explícito na atuação dos consultores internacionais espanhóis ao longo do processo de desenvolvimento do projeto de revitalização do centro histórico de João Pessoa.

Segundo Ana Mansilla, Assessora do Escritório Técnico de AECl no Brasil, a atuação da Agência se dá junto aos países em desenvolvimento na América Latina e apenas em alguns âmbitos, tais como patrimônio, turismo, pesca, meio ambiente e fortalecimento institucional. No caso do programa de patrimônio, a AECl atua em

¹⁷ Entrevista realizada em: 10 de agosto, 2015.

vários países da América Latina, e o elemento mais importante é a revitalização de centros históricos e a proposta das Oficinas Escolas, que consiste em oferecer formação básica e profissional aos jovens de baixa renda. No Brasil, essa experiência foi desenvolvida em João Pessoa e em Salvador. Atualmente, a AECI trabalha para sua expansão em outros Estados brasileiros.

Na concepção da AECI, dois foram os motivos que justificaram a atuação junto ao Centro Histórico de João Pessoa. Primeiro, a importância histórica entre as duas nações, tendo-se em vista que, no período colonial, o Reino Português esteve unificado ao Reino da Espanha, momento em que a capital da Paraíba passou a se chamar Filipéia de Nossa Senhora das Neves, em 1588, em homenagem ao rei Felipe II de Espanha. Segundo, a importância patrimonial do seu sítio histórico.

O discurso da Agência Espanhola de Cooperação Internacional é que o patrimônio cultural urbano é um bem de valor inestimável para as sociedades locais, um capital para a sociedade que, como tal, deve ser utilizado e desfrutado por todos. Este direito de uso e desfrute social traz implícita a obrigação, também social, de sua conservação. Logo, para essa instituição, o patrimônio cultural é considerado como fator capaz de gerar benefícios sociais de vários tipos, desde a formação de jovens na área da preservação e restauro, como a possibilidade de gerar emprego e renda para a população local por meio da indústria do turismo. Nesse processo, é dada prioridade aos bens culturais pertencentes, em termos temporais, à origem histórica comum ibero-americana, embora não seja um critério rígido, sendo mais importantes os valores culturais e históricos em escala mundial e os benefícios sociais implícitos (SCOCUGLIA, 2004).

Nesse sentido, o programa que a Espanha implantou e ainda está implantando nos países em desenvolvimento da América Latina foi incorporado como política pública para as áreas centrais das cidades Latino-Americanas. Essa política urbana já vinha sendo realizada no processo de revitalização dos centros históricos das cidades espanholas. Uma das principais características de seu ideário é a defesa do desenvolvimento cultural, mas, sobretudo, o desenvolvimento econômico e o planejamento estratégico dos centros históricos por parte dos governos locais.

Segundo Claudio Nogueira¹⁸, uma das principais singularidades do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa foi a participação efetiva da Agência Espanhola de Cooperação Internacional:

No caso do Centro Histórico de João Pessoa, a participação da cooperação espanhola, aportou uma consistência metodológica mais próxima de experiências estrangeiras na fase inicial do processo (1987), a continuidade no planejamento das ações e na gestão da área através da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa influi nas ações postas em prática, e o distanciamento de condicionantes políticos locais ao longo do processo contribuiu para torna-lo diferenciado em relação a outros processos de revitalização.

Essa também é a visão de Scocuglia, estudiosa do processo de revitalização do Centro Histórico de João Pessoa. Na perspectiva da autora, o Convênio Internacional Brasil/Espanha foi fundamental para a estruturação e execução do projeto de revitalização, tendo pouquíssimas cidades recebido um apoio nesse sentido. Além de dar assistência técnica, o Convênio Internacional de Desenvolvimento do Centro Histórico financiou grande parte das restaurações de monumentos, criou o Programa de Las Escuelas-Taller (Oficina Escola) e financiou membros da equipe técnica. Nesse sentido, podemos dizer que essa é uma das principais especificidades que aproximam a experiência europeia e a paraibana.

Para a elaboração do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, entre maio e novembro de 1987, foi constituída uma equipe multidisciplinar, denominada de Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, composta por técnicos de instituições municipais, estaduais e federais, para a realização dos primeiros estudos e levantamentos necessários à elaboração do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa. A Comissão Permanente do Centro Histórico foi coordenada pelos arquitetos: José Saia Neto, responsável pelo Escritório Técnico da Fundação Pró-Memória na Paraíba, e Maria Luiza Cerrillos, indicada pelo Instituto de Cooperação Ibero-americana – ICI. Posteriormente, esses coordenadores foram substituídos pelos arquitetos Amparo Gómez-Pallete, da Espanha e Hélyvio Polito, representando a regional do IPHAN (SCOCUGLIA, 2004).

No início desse processo, a AECl, por meio de seus consultores, acompanhava diretamente o trabalho da Comissão Permanente do Centro Histórico

¹⁸ Em entrevista à pesquisadora em: 09 de agosto, 2013.

juntamente com os arquitetos vinculados ao Governo do Estado e da Prefeitura Municipal. Os consultores internacionais da Agência Espanhola eram arquitetos, profissionais que possuíam conhecimento das discussões em torno das questões patrimoniais em todos os seus aspectos, discussões que eram estabelecidas em nível internacional e nacional. A equipe, apesar de se autodenominar multidisciplinar, era formada majoritariamente por arquitetos e apenas um geógrafo.

Segundo o Memorial Geral do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, o compromisso e a participação dos governos locais eram fundamentais no aporte de recursos humanos e técnico-financeiros. Scocuglia (2004) ressalta que, no início do processo de revitalização, o Governo do Estado e da Prefeitura Municipal tiveram uma participação marcada pela ambiguidade, atitude que refletia a concepção de patrimônio cultural e a preservação dos gestores à frente das instituições. Todavia, alguns membros da Comissão Permanente não compartilham dessa visão. Na visão de Claudio Nogueira, que, à época, era membro da Comissão Permanente do Centro Histórico e hoje se encontra à frente do IPHAN, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal sempre mantiveram uma participação no processo de revitalização do Centro Histórico de João Pessoa. Na visão do arquiteto, o que mudou foi a forma de participação ao longo do tempo. Em sua fase inicial (1987 -1997), ocorreu um processo capitaneado muito mais pelo Governo do Estado, tanto do ponto de vista da gestão do processo, por meio da Comissão Permanente do Centro Histórico, como das intervenções realizadas no centro histórico. Num segundo momento (1997 – 2005), há uma ampliação da participação da Prefeitura Municipal de João Pessoa, acompanhando as intervenções da Comissão Permanente, enquanto o Governo do Estado adota uma postura muito mais voltada para a gestão e o planejamento estratégico ligado ao desenvolvimento do turismo na área. A partir de 2005, a prefeitura assume a gestão do processo de revitalização, com a criação da Coordenadoria de Patrimônio Cultural (COPAC), e começa a assumir a gestão do centro histórico, enquanto temos uma retração na participação do Estado.

O técnico ainda ressalta que, independente do nível de participação do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal, a ação no âmbito da revitalização de áreas históricas ainda sofre da falta de entendimento de que a mesma não consiste apenas na restauração de monumentos, mas, principalmente, em uma estratégia de desenvolvimento urbano alicerçada no aproveitamento sustentável de um patrimônio

social edificado e urbanizado, mas subutilizado que, por “coincidência”, também tem uma significação cultural relevante. Ou seja, é uma ação muito mais do campo do desenvolvimento urbano que do cultural.

Na visão de Scocuglia (2004), o processo de revitalização do patrimônio cultural de João Pessoa passou, a partir da década de 1990, à semelhança da maioria dos processos adotados nos centros históricos de várias cidades:

À semelhança da maioria dos processos de *revitalização* do patrimônio cultural desenvolvido nas cidades brasileiras, a envolver cada vez mais parcerias públicas e privadas estando o poder público local representado pelas prefeituras e governos estaduais, através de suas Secretarias de Educação e Cultura. Estes projetos passaram também a ter vinculação com outros agentes financeiros nacionais e internacionais como, por exemplo, o Programa Integrado de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR.

No caso de João Pessoa, revitalizaram-se as edificações, largos, e praças representativos do final do século XIX e início do século XX, e da denominada Belle Époque. Um dos aspectos importantes do processo de revitalização de João Pessoa a ser ressaltado pela autora nesse processo é a criação da imagem de Centro Histórico que, até então, não era considerado pelo poder público nem pela população, tampouco pelos órgãos ligados à preservação do patrimônio. Esse reconhecimento só veio com o processo de revitalização da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves, em 1998, no bairro do Varadouro.

2.3 Noções, conceitos e modelos de intervenção urbana

No entanto, o processo de revitalização de João Pessoa tem dividido opiniões. Estudiosos do tema colocam em destaque conceitos que perpassam essas práticas, suas especificidades, sobretudo nas cidades dos países em desenvolvimento. Assim, inicialmente, caberia indagar até que ponto a denominada “revitalização” que ocorreu nas cidades dos países europeus e norte-americanos são comparáveis àquelas conduzidas em cidades como João Pessoa que, ainda que articuladas a processos de revitalização e inseridas na economia mundial, buscando capital e visibilidade nacional e internacional, não são cidades globais no sentido que Saskia Sassen (1991) conferiu ao termo. Para a autora, cidades globais, mais do que meros pontos nodais de coordenação dos processos, são locais particulares de produção de serviços especializados de que as organizações complexas

necessitam para conduzir uma rede dispersa espacialmente de fábricas, escritórios e serviços de vendas.

Até que ponto podem ser aplicadas em nossas cidades as intervenções urbanas denominadas pelos urbanistas e empreendedores urbanos como revitalização, que constituem apenas mera aplicação de paradigmas vigentes, exemplos extraídos de outros projetos, outras realidades, outras cidades? Em que medida esses paradigmas reescrevem, de fato, a história de localidades, seu traçado urbano, seus conflitos? As propostas de revitalização têm ocupado um importante lugar nas discussões sobre a dinâmica urbana na atualidade, dada a frequência e a abrangência com que essas práticas têm se disseminado. Esses processos têm sido caracterizados ao longo do tempo pela implantação de políticas públicas que interferem diretamente nas formas de organização e de desenvolvimento dos lugares alvo dessas políticas e, conseqüentemente, da sociedade (BRAGA; JUNIOR, 2009).

Segundo Silvana Rubino (2006), revitalização é um termo que se vulgarizou ao longo do tempo, perdeu o sentido original. O conceito, empregado pela Unesco em suas Normas de Quito de 1962, referia-se a ações de cidadania que pudessem paralisar ações destrutivas no espaço urbano. No entanto, foi na Conferência de Nairobi, em 1976, que o termo ganhou contornos mais nítidos, como parte de uma ação de salvaguarda que abrangia identificação, proteção, conservação, restauração, reabilitação e manutenção de conjuntos históricos. Assim, a revitalização, deveria:

manter as funções apropriadas existentes e em particular o comércio e o artesanato e criar outras novas que, para serem viáveis a longo prazo, deveriam ser compatíveis com o contexto econômico e social, urbano e regional ou nacional em que se inserem. (...) uma política de revitalização cultural deveria converter conjuntos históricos em pólos de atividades culturais e atribuir-lhes um papel essencial no desenvolvimento cultural das comunidades circundantes (IPHAN/MINC, 1995, p. 263-264).

A partir da década de 1960, as intervenções em sítios históricos com preexistências significativas introduzem o reconhecimento de valor histórico e cultural. Segundo Vasconcelos e Mello (2006), essa nova postura em relação ao meio ambiente construído indica, à época, uma atitude crítica referente às práticas precedentes de demolição de extensas áreas da cidade, para fins de expansão e/ou substituição de usos e edificações. É nesse contexto que os Planos Urbanísticos nos

Sítios Históricos passam a ganhar denominações sempre acompanhadas do prefixo *re*: renovação, reabilitação, revitalização, requalificação. Assim, a variedade na terminologia aplicada às práticas urbanísticas evidencia um elenco de metáforas que necessitam de uma melhor compreensão, para que entendamos como essas intervenções vêm sendo aplicadas ao longo das últimas décadas nas cidades brasileiras.

Vasconcelos e Mello (2006) percorrem as alterações nos significados dos termos e conceitos empregados nas práticas urbanísticas com base no estudo de algumas Cartas Patrimoniais datadas e na especulação sobre a origem histórica de um conjunto de termos relativos às práticas urbanísticas no espaço urbano, em especial aquelas que tratam de ações do poder público. Chegam, inicialmente, à conclusão de que, embora cada país utilize os termos e conceitos de maneira própria, utilizando suas próprias legislações patrimoniais e de acordo com seu contexto histórico, econômico, social e cultural, criando, inclusive, novos significados, observam-se tentativas de universalização não apenas da nomenclatura, mas, também, da tipologia dos projetos que os acompanham, dos procedimentos utilizados e das técnicas desenvolvidas.

Foram os procedimentos aplicados na medicina urbana que serviram como instrumento e base para as primeiras intervenções nas cidades desde o século XVIII, consolidando-se no século XIX. Com o aumento crescente da população urbana, a palavra de ordem era a higienização: surgiram, assim, os primeiros planos de renovação urbana:

O exemplo clássico é a reforma de Paris, realizada por Haussmann (1851-1870). Organizando a cidade em *arrondissements*, foram abertas largas avenidas, estendendo os limites do território urbanizado e destruindo grande parte da estrutura preexistente. No Brasil, assim como em outras capitais latino-americanas, exemplos semelhantes – guardadas as proporções de escala – são encontrados, como a reforma realizada pelo prefeito Pereira Passos no Rio de Janeiro (1903-1906), então capital do país (VASCONCELOS; MELLO, 2006, p. 56-57).

Segundo Frúgoli Jr. (2000 p.19), uma das principais referências à cidade moderna relativa às transformações no espaço urbano são as reflexões de Walter Benjamim: “há um consenso de que a modernização urbana está historicamente ancorada em seus primórdios na Paris da segunda metade do século XIX, cuja industrialização foi acompanhada pelo aumento populacional”. O autor continua a

sua reflexão, afirmando que esse processo foi “alimentado pelo enorme afluxo de camponeses desenraizados que passaram a compor a multidão urbana, numa cidade que sofreu uma intervenção planejadora de grande escala, com a criação do sistema de bulevares, sob o comando do barão de Haussmann”.

Deve-se ressaltar, acima de tudo, um novo modo de intervenção urbana, de grande escala para a época, com um papel inédito delegado ao urbanismo, cujo poder de atuação está ligado, no caso, tanto à sua inserção no império napoleônico, quanto à articulação de alianças estratégicas entre o poder público e setores do capital – incluindo o favorecimento da especulação imobiliária e do capital financeiro (FRÚGOLI, JR, 2000, p. 19).

Essas intervenções urbanas levaram a uma mudança considerável no uso do solo devido à instalação, na área central, de novos e sofisticados serviços, ligados quase sempre aos setores mais dinâmicos da economia urbana: comunicação, publicidade, gerenciamento, informática, além de abrigar as sedes das grandes corporações e instituições públicas. Os grandes centros comerciais, como *shopping centers*, e as redes de comércio e serviços nacionais e internacionais, expulsam os pequenos negócios de características tradicionais das áreas centrais. Consequentemente, a população moradora da área também é expulsa, sobretudo pela forte valorização imobiliária que acompanha esses processos (MARICATO, 2011).

Uma característica marcante é que a *renovação urbana* desfaz o laço dos habitantes da área “renovada” quando são removidos para outros lugares, quase sempre periferias distantes, carentes de infraestrutura urbana, desprovidas de todos os serviços urbanos. Além desse aspecto, morfologicamente, esse modelo rompe brutalmente com as características do tecido urbano anterior. Esse modelo foi próprio das ideias modernistas, como estão implícitas na Carta de Atenas (CIAM, 1933, *apud* IPHAN et al., 1995) e reforçadas por Le Corbusier dez anos depois, com suas ideias racionalistas de funcionalidade, monumentalidade e circulação. Le Corbusier influenciou várias gerações de urbanistas e, consequentemente, os projetos urbanísticos desenvolvidos ao longo do século XX, suprimiu a rua com seus conjuntos de quadras monótonas, a extinção da vida, a redução da cidade a dormitório, a aberrante funcionalização da existência (LEFEBVRE, 1999, p. 27).

A amplitude e a complexidade das expressões culturais, reconhecidas como patrimônio nos anos que se seguiram à década de 1930, levaram a organizações

internacionais, a exemplo do *International Council on Monuments and Sites* – ICOMOS, a elaborar cartas específicas, buscando construir critérios gerais para solucionar problemas relativos à preservação e à conservação desses novos reconhecimentos. Desse modo, especialistas de várias partes do mundo tentaram – e tentam até hoje – normalizar procedimentos. No entanto, com a proliferação cada vez maior de documentos similares, particularizados ou generalizantes, o que deveria auxiliar as ações urbanísticas em nível mundial acarretou a indefinição de termos e tipos de ação (VASCONCELOS; MELLO, 2006, p. 57).

A Carta de Veneza (1964) trouxe novos entendimentos, ampliou o conceito de monumento histórico: este, agora, não apenas restrito a exemplos isolados, seria ampliado, estendido a todo o conjunto representativo, mesmo considerado modesto, testemunho de evoluções, civilizações ou acontecimentos históricos. O *continuum* do tecido urbano passara, com a Carta de Veneza, a ser considerado como espaço merecedor de valorização. Encerrava-se, assim, a era das demolições, dos remembramentos, da terra arrasada. As intervenções passam a ser mais integradas e simultâneas, agora visando à retomada de atividades econômicas, como a recuperação física dos imóveis e a tentativa de manutenção da população de origem no habitat, ao menos era o que determinavam as novas normativas da Carta de Veneza.

Contudo, os novos planos nem sempre seguiram as recomendações estabelecidas. As grandes obras viárias nas cidades brasileiras, que ocorreram entre as décadas de 1950 e 1970, seguiram os mesmos modelos dos planos anteriores de renovação, qual seja, a destruição da morfologia urbana existente, com a remoção dos moradores e a demolição de áreas e edificações históricas importantes. E isso irá ocorrer em várias cidades da América Latina. Mesmo assim, a Carta de Veneza representou um avanço considerável na medida em que trouxe novos conceitos, procedimentos, difundidos até os dias atuais.

Ao longo dos anos, surgiu um elenco de termos com significados semelhantes: valorização, revitalização, reabilitação, requalificação. O termo *reabilitação*, que vinha se consolidando até se configurar como um dos aspectos fundamentais da conservação, foi muito utilizado, sobretudo quando as intervenções referiam-se à conservação. No texto da Convenção da Unesco, de 1972, o termo ‘restauração’ foi substituído e passou a ser aplicado tanto à arquitetura quanto ao urbanismo. Reabilitação é uma operação mais avançada que a simples melhoria no

habitat. Em 1995, um novo documento é elaborado, a Carta de Lisboa. A Carta de Lisboa, elaborada em 1995, no 1º Encontro Luso Brasileiro de Reabilitação Urbana em Lisboa, traz a definição e conceitos de técnicas de Reabilitação Urbana, constando os entendimentos de revitalização e requalificação como:

Revitalização Urbana: Engloba operações destinadas a relançar a vida econômica e social de uma parte da cidade em decadência. Esta noção, próxima da reabilitação urbana, aplica-se a todas as zonas da cidade sem ou com identidade e características marcadas.

Requalificação Urbana: Aplica-se sobretudo a locais funcionais da “habitação”, tratam-se de operações destinadas a tornar a dar uma atividade adaptada a esse local e no contexto atual (CARTA DE LISBOA, 1995).

Esse documento visa a nomear tipos de intervenções e direciona automaticamente para os temas urbanos. Mesmo assim, traz confusões e contradições semelhantes às outras cartas que a precederam. Nessa Carta, renovação urbana significa a ação que implica a demolição das estruturas morfológicas e tipológicas existentes numa área urbana degradada e a sua consequente substituição por um novo padrão urbano, com novas edificações (construídas seguindo tipologias arquitetônicas contemporâneas), atribuindo uma nova estrutura funcional a essa área. Hoje, essas estratégias desenvolvem-se sobre tecidos urbanos degradados¹⁹, aos quais não se atribui valor como patrimônio arquitetônico ou conjunto urbano a preservar. No entanto, curiosamente, nesse documento, essa definição foi incluída como uma das técnicas utilizadas para a reabilitação urbana. Assim, na Carta, são descritos os termos:

Reabilitação urbana – É uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, econômicas e funcionais, a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes; isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infraestruturas, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito; revitalização urbana – engloba operações destinadas a relançar a vida econômica e social de uma parte da cidade em decadência. Esta noção, próxima da reabilitação urbana, aplica-se a todas as zonas da cidade sem ou com identidade e características marcadas²⁰.

¹⁹ Tecidos urbanos que não receberam nenhum tratamento por parte do poder público durante anos e a sua consequente perda de função, dano ou ruína das suas estruturas físicas. Todavia, nas últimas décadas o poder público busca resgatar esses espaços com o objetivo de resgatar a área central das cidades, sobretudo, à sua função econômica por meio do resgate do patrimônio cultural para o uso do turismo.

²⁰ Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadelisboa1995.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

A definição dada à reabilitação, na Carta de Lisboa, aparece como uma estratégia de gestão urbana, induzindo, assim, seu significado como sinônimo de requalificação. Logo em seguida, o documento aproxima esse conceito da revitalização urbana. Porém, tanto na reabilitação, quanto na requalificação e na revitalização, está explícita a importância de atrair novas atividades econômicas e, com elas, dar nova vida às áreas consideradas decadentes da cidade.

Ao refletir sobre os significados dos diversos termos analisados por meio de algumas Cartas Patrimoniais, é possível delinear algumas considerações. O “Re” é uma estratégia que considera (ou finge considerar) a inclusão do tempo na análise do espaço, sem, contudo, explicitar um significado e uma metodologia para tal. O que iremos observar, ao longo desse processo, são as imprecisões de definição e da própria metodologia a ser adotada, que ajudam a camuflar as estratégias mercadológicas da ação do Estado e da iniciativa privada, como elementos promocionais de *marketing* urbano. Assim, o que se observa é que se misturam os conceitos, visto que esses foram transportados de um campo de conhecimento para outro. Além disso, temos que lidar, ainda, com a transposição desses termos de um país para outro por meio dos projetos urbanísticos.

Aspecto importante a ser ressaltado é o papel da cultura local em todas as nomenclaturas utilizadas. Seria essa cultura local possível de ser mantida, quando, nesses espaços, novos signos e imagens são estabelecidos? Diante desse contexto, não se pode esperar que qualquer um desses planos represente uma intervenção sem constrangimentos. O paraíso prometido pelos planos de revitalização, reabilitação, requalificação, reestruturação, etc., como ressalta Vasconcelos e Mello (2006, p.64), segue, ao longo da história, recebendo inúmeras injunções políticas e econômicas, que quase sempre vão de encontro “com questões importantes, como a propriedade da terra e do capital, nem sempre equacionadas de acordo com a visão mágica e o discurso fácil de que um projeto poderá garantir uma nova vida para uma determinada área”.

Desse modo, as várias nomenclaturas dadas aos planos de intervenções urbanísticas induzem a grandes contradições. Ao mesmo tempo, o poder público parece contribuir com essa indefinição, na medida em que cria novos termos, novos procedimentos, visando a manter o poder sobre as intervenções a serem realizadas nas áreas históricas da cidade, assim como, escolher quais as culturas a serem selecionadas e valorizadas, associando essa ação ao *marketing* político.

Carlos (2004) argumenta que a revitalização se instaura e ganha sentido neste processo de transformação, representando um modo de pensar praticamente a cidade. A intervenção nos lugares, por meio dos processos de revitalização/requalificação, aponta uma relação complexa entre o Estado e o espaço. No caso das cidades brasileiras de modo geral, em João Pessoa em particular, o processo de reprodução dos lugares, a partir dos projetos de revitalização urbana, tem sua fundamentação numa racionalidade que se impõe enquanto “processo autofágico”, em que a demolição dos lugares familiares, para a produção de novas formas urbanas, conseqüentemente, leva à segregação e à expulsão da população original para áreas cada vez mais distantes do centro histórico. Essas ações destroem ainda as referências históricas, culturais, como elementos definidores da identidade cidadã/cidade que sustenta a memória, pois impõe um novo tempo para a morfologia urbana, agora definida pela necessidade de produção do novo espaço dos serviços, do consumo, da reprodução do capital, de forma cada vez mais rápida.

Um dos aspectos da denominada revitalização é que os espaços objeto das intervenções caminham para a homogeneização, como ressalta Carlos (2004). Segundo a autora, a lógica da revitalização/requalificação urbana esvazia a dimensão da reprodução da vida que foge à racionalidade homogeneizante (imposta pela sociedade de consumo). Essas práticas urbanísticas negam a cidade enquanto lugar de realização dos desejos do cidadão, enquanto lugares apropriados para o uso, para o lazer. As políticas de revitalização visam ao consumo produtivo dos lugares da cidade, onde os lugares estão cada vez mais articulados ao mundo da mercadoria. Por isso, essas práticas, por meio dos discursos, buscam valorizar as tradições do lugar, sua cultura e memória, posto que se apropriam de suas especificidades e criam as possibilidades para a reprodução do capital.

Tarcísio Botelho, estudando o processo de revitalização urbana das cidades de Vitória, Fortaleza e São Luiz, ressalta que:

No cenário altamente competitivo da atual fase da economia de mercado, as cidades precisam se destacar através de um “diferencial” (a expressão tão cara aos defensores do *marketing*, inclusive o das cidades). A valorização da tradição e da cultura local tem sido um dos mais explorados. Mas, uma vez que o modelo difundido no mundo é o mesmo (os centros precisam se revitalizar para tornar as cidades competitivas), o que se observa em muitos casos é o comprometimento da diferenciação que existia em cada sítio, seja no aspecto cultural e dos usos e costumes locais, seja no plano urbanístico e arquitetônico (BOTELHO, 2005, p. 53).

Na fase atual da economia de mercado as formas urbanas se recriam constantemente, ganham novos sentidos, características e dimensões. As marcas do intenso processo de transformação no espaço urbano, em meio à constituição do processo de globalização da economia, estão impressas na paisagem de nossas cidades. Assim, a efemeridade das formas, produto dos modelos de intervenção adotado ao longo da história no espaço urbano, faz da cidade uma recriação constante.

Nas cidades brasileiras, em geral, os processos de revitalização se desencadearam por meio de duas vertentes: intervenções de natureza pontual, em que um objeto arquitetônico torna-se o principal protagonista, quando não o único, e intervenções de natureza socioespacial, em que a estruturação do espaço é determinada por objetivos maiores de inclusão social, revitalização econômica e preservação do patrimônio cultural (VARGAS; CASTILHO, 2006).

No Brasil, nos centros históricos de várias cidades, de início, ocorriam, em monumentos históricos, pequenas intervenções voltadas principalmente para a restauração desse patrimônio; paulatinamente, as propostas se tornaram mais complexas e articularam projetos de transformações das funções e de novos usos dos lugares que compõem esse espaço, objetivando a valorização imobiliária. Segundo Vainer (2000), esse modelo vem sendo difundido pela ação combinada de diferentes agências multilaterais (Banco Mundial, BID, Habitat, AECI) e de consultores internacionais, sobretudo os catalães²¹, cujo *marketing* principal é exaltar o sucesso da experiência de Barcelona.

Desse modo, os projetos de revitalização de áreas centrais, assim como os Planos Estratégicos, emergem no bojo dessa situação em que se encontravam as cidades no final do século XX, como também no aumento da competição entre agentes de Estados e municípios pela atração de investimentos, negócios e empresas.

O projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa utiliza o prefixo “re”, indicando um movimento de retorno, de resgate. Como esse prefixo é aplicado em projetos de intervenção urbana em áreas onde já existe uma vida cotidiana? Vasconcelos (2009, p. 58) ressalta que a variedade nas terminologias

²¹ À frente da experiência catalã, estão Jordi Borja e Manuel de Forn, que, por meio da consultoria Tubsá – Tecnologias Urbanas Barcelona S.A – realizaram o plano estratégico de Barcelona e Rio de Janeiro (não executado na sua totalidade), além da produção de textos e livros, divulgando as virtudes do novo plano (VAINER, 2000, p.75).

aplicadas às práticas urbanas configura um elenco de metáforas, de posturas, de tipos de ações, nas quais os significados são questões relevantes para o entendimento das intervenções, sendo esse o caso de João Pessoa. Por isso, segundo Vasconcelos (2009), é necessária a consulta às cartas patrimoniais²² para investigar os sentidos atribuídos às terminologias, os momentos em que os conceitos são utilizados, tendo sido os significados e as alterações das terminologias apresentados e definidos ao longo do tempo.

A terminologia utilizada nas propostas de intervenção do Centro Histórico de João Pessoa pode nos levar a esclarecer como a área é encarada pelos autores do projeto, elaborado pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico, tendo como um dos objetivos principais o resgate à história do lugar, à memória, à tradição e ao vínculo entre o rio Sanhauá e a cidade de João Pessoa, não considerando, no entanto, tais aspectos como documento na perspectiva de Motta (2000), ou seja, a cidade enquanto documento. Além, disso, afirma ainda levar vida a esse Centro Histórico – ou seja, se se deseja levar vida, é porque se considera que o Centro Histórico se encontra morto. A proposta visa ainda a transformar a situação de abandono econômico no qual se encontra a área, incentivar o desenvolvimento de novos usos e funções. Segundo Horácio Capel, revitalização e renovação são palavras – e políticas:

Que produzem às vezes inquietações, já que significam, frequentemente, destruir e construir. É claro que tais destruições ou renovações beneficiam as construtoras, os engenheiros, os arquitetos e os políticos, que inauguram e obtêm financiamento. Todavia, nem sempre contribuem para a melhoria da vida de todos os cidadãos.

Nessas políticas, frequentemente se esquece de construção de moradias para grupos populares, ao mesmo tempo em que se atende à demanda solvente, às classes médias e alta, que se beneficiam das localizações centrais ou litorâneas dos novos edifícios (CAPEL, 2011, p.20).

O projeto de revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, entretanto, não fala em proporcionar melhorias em termos estruturais para a manutenção dos usos sociais que já existem no local por meio da cultura e da história das comunidades tradicionais que aí residem, desconsiderando também a função

²² Cartas Patrimoniais consistem em documentos de recomendação ligados às temáticas de preservação de patrimônios culturais. Essas cartas estabelecem normas, procedimentos e conceitos que orientam ações de preservação, conservação e promoção de patrimônios culturais. Essas cartas são elaboradas em eventos e encontros nacionais e internacionais.

habitacional ali presente desde a década de 1940 e as formas de apropriação dos usos dos espaços pela população local.

Segundo Claudio Nogueira²³, a ação no âmbito da revitalização em João Pessoa ainda sofre da falta de entendimento de que a mesma não consiste apenas na restauração de monumentos isolados, na revitalização, mas, principalmente, em uma estratégia de desenvolvimento urbano alicerçada no aproveitamento sustentável de um patrimônio social edificado e urbanizado, mas subutilizado que, por “coincidência”, também tem uma significação cultural relevante, mas que nem sempre é levada em consideração pelo poder público.

2.4 O papel do Iphan e a política de revitalização no Brasil

Atualmente, os sítios históricos encontram-se integrados à economia global, no entanto, a inserção dos bens culturais do modo como os compreendemos hoje, no cotidiano das cidades, só passou a acontecer, de fato, após a década de 1970, quando a leitura sobre o processo de preservação, intervenção e uso dos bens culturais adquiriu novas conceituações. Scocuglia (2004) ressalta que, anteriormente, o enfoque sobre sítios históricos restringia-se aos critérios apenas estilísticos de restauro dos monumentos. As intervenções destinadas apenas à preservação possuíam um padrão que privilegiava o monumental e o nacional.

No Brasil, uma política preservacionista inserida no contexto de uma política cultural conduzida pelo Estado ocorreu a partir da década de 1930. Assim, podemos dizer que as políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil são relativamente recentes. Segundo a literatura sobre o tema, as primeiras iniciativas datam de 1937, com o Decreto-lei 25, de 30 de novembro, que criou o SPHAN (Serviço do Patrimônio e Artístico Nacional), primeiro órgão nacional de proteção ao patrimônio brasileiro, hoje denominado IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Segundo Corrêa (2012), o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional surge a partir de uma proposta de construção de um Estado burocrático, que buscava afirmar o aspecto “técnico e imparcial” das políticas de Estado. O órgão construiu suas diretrizes calcado em entendimentos que eram apresentados como

²³ Superintendente do IPHAN, entrevista em: 14 de abril, 2015.

desprovidos de influências políticas, mas impregnados de profundo estudo e conhecimento intelectual que embasariam suas decisões. Foram definidos os princípios constitucionais que atribuíram ao Estado a tutela dos bens culturais e instituída a figura jurídica do tombamento. A partir de então, o órgão ficou responsável pela delimitação do patrimônio nacional e, ao longo do tempo, passou por diversos níveis administrativos.

Segundo Lemos (2000), quando a primeira política federal de proteção patrimonial foi instituída em 1937, o texto que norteava as ações de preservação não fazia nenhuma referência à preservação dos sítios históricos. De acordo com esta lei, o patrimônio histórico e artístico nacional defendia apenas o que era considerado de valor patrimonial excepcional, ou seja, o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação fosse de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico; a cidade era valorizada apenas como monumento artístico, e definia-se o estilo barroco colonial como o autêntico patrimônio.

Assim, os trabalhos iniciais de preservação do patrimônio cultural no Brasil, realizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)²⁴, pautavam-se sobre a ideia de unidade nacional para a construção de uma nação moderna, segundo o projeto do Estado Novo (1937-1945), que se caracterizava pela centralização do poder e pelo nacionalismo. Esses trabalhos foram dirigidos inicialmente,

[...] por uma maioria de arquitetos modernistas, que identificavam edificações e sítios urbanos do período colonial como referência de uma única identidade para a nação, por acreditarem que aquela arquitetura representava a primeira expressão “autêntica” brasileira, o “abrasileiramento” das construções portuguesas. Ao mesmo tempo, ela seria a melhor fonte de inspiração para uma arquitetura moderna, de padrão internacional, desde que trouxesse a marca brasileira (...) Exemplares de outros períodos arquitetônicos também foram protegidos, em menor escala, como exceções, sempre em virtude de sua excepcionalidade ou como referências de fatos memoráveis da história, como determina o Decreto-lei 25 (MOTTA, 2000, p. 264).

O Decreto-lei 25 determinava que os sítios deveriam ter características coloniais uniformes que permitissem sua conceituação como obra de arte. A esse

²⁴ Ao longo da sua história, o IPHAN recebeu diversas denominações, no entanto, optou-se, neste trabalho, pela utilização de sua atual denominação.

critério, somava-se a exigência de que esses sítios também estivessem ameaçados pelo crescimento ou pelas transformações e desenvolvimento decorrentes do processo de urbanização. Além desses aspectos,

[...] as cidades deveriam ser como obras de arte acabadas, ou seja, “já prontas”, conforme referência feita a Ouro Preto pelo arquiteto Lúcio Costa, em 1939, em correspondência ao presidente do IPHAN. Pode-se dizer, em síntese, que os centros urbanos eram selecionados para tombamento na medida em que estivessem economicamente esvaziados e mantivessem unidade de estilo. Na inexistência dessa unidade, os sítios urbanos eram desconsiderados – e eram preferencialmente selecionadas as edificações barrocas ou coloniais de caráter monumental em seu interior (MOTTA, 2000, p. 265).

o Iphan surge realmente com esse papel de proteger os elementos formadores da identidade nacional como se entendia na época. Mas, o que eu falo é que nas primeiras décadas do século XX havia uma demanda menor de atuação do órgão porque que de certa forma a própria cidade e os bens se mantinham na sua forma original, nas suas funções originais, menos pressões sobre a cidade e os bens culturais. Assim, não é à toa que você irá encontrar uma cidade como Ouro Preto no século XX quase que intacta. E isso acontecia na maioria dos casos, um exemplo é o caso de João Pessoa que até a década de 1970 a cidade continuava como sempre esteve. A sua vida social, política e religiosa ainda se concentravam no centro.²⁵

Além desses aspectos, a ornamentação que compunha os edifícios construídos nas cidades brasileiras no século XIX era considerada pelo órgão como espúria, estilos importados que não contribuíam para a história nacional. Assim, eram selecionadas apenas as áreas urbanas com uma determinada unidade de estilo – setecentista – e fora da ameaça do desenvolvimento urbano.

O Iphan determinava ainda que as obras de restauração deveriam subtrair dos edifícios, prédios históricos e igrejas, os frontões, as ornamentações e intervenções de períodos posteriores, que foram resultantes de reformas e intervenções sofridas ao longo do tempo. Para completar, as construções de prédios contemporâneos deveriam ter feições coloniais, visando à manutenção desse modelo. Nesse sentido, por décadas, o critério a ser seguido era a estética com base num estilo para que o sítio se constituísse em referência nacional. Podemos dizer que João Pessoa não foge à regra. Segundo Claudio Nogueira, os primeiros tombamentos na Paraíba foram realizados pelo IPHAN, ainda na década de 1930. São bens isolados, e um dos exemplos é a Igreja da Misericórdia na rua Duque de Caxias e a Fortaleza de Santa Catarina, no município de Cabedelo, isso ao longo do

²⁵ Entrevista com Claudio Nogueira Superintendente do Iphan Paraíba em: 16 de maio, 2014.

século XX²⁶. Em 1982, houve a delimitação do Centro Histórico de João Pessoa pelo Iphaep, órgão ligado ao Estado. Até então, o Iphan tinha protegido os bens isolados – em 2006 foi que o Iphan reconheceu uma parte que era tombamento estadual como tombamento federal. O Iphan também havia tombado vários monumentos no Estado.

Segundo Motta (2000), só a partir da década de 1970, o conceito de patrimônio amplia-se, iniciando o que a autora denomina como *período intermediário*. O patrimônio passa a servir como apoio à luta pela manutenção de um meio ambiente urbano menos adensado, contra a especulação imobiliária:

Embora essa luta fosse o principal motor das mudanças no Brasil, também as lutas travadas internacionalmente pelo respeito à diversidade cultural no pós-guerra e o despertar de um interesse para o uso do patrimônio por seu potencial econômico – especialmente por meio da indústria do turismo – influenciaram as transformações que se iniciaram no período. Essas lutas proporcionaram o envolvimento de novas instituições estaduais e municipais com o tema da preservação, assim como de profissionais de diversas disciplinas (MOTTA, 2000, p.266).

Nesse contexto, em 1973, foi criado o Programa de Cidades Históricas (PCH), que, considerando o viés desenvolvimentista do governo brasileiro, possuía, na sua base, a relação do desenvolvimento econômico e a preservação do patrimônio cultural. O Governo Federal via no PCH a retomada do desenvolvimento econômico; a cultura e o patrimônio significavam nichos importantes, e era uma solução apontada nas discussões internacionais, como se pode observar nas Normas de Quito, resultantes de encontro do Departamento de Cultura da Organização de Estados Americanos (OEA), em 1967, no Equador. Nesse sentido, na concepção dessas instituições, o aproveitamento econômico do patrimônio cultural poderia se realizar pela atividade turística. Segundo a referida norma, além de enfrentar o desafio de dinamizar a economia dos centros históricos, o turismo também era um meio de democratização da cultura que garantiria o acesso a grandes parcelas populacionais (CORREA, 2012).

²⁶ Capela do Engenho da Graça, 0045-T-38; Casa do Erário, 0828-T-70; Convento e Igreja de São Francisco, 0063-T-38; Fábrica de Vinho Tito Silva, 1054-T-82; Fonte Pública do Tambiá, 0127-T-38; Igreja da Misericórdia, 0103-T-38; Igreja da Ordem Terceira do Carmo, 0043-T-38; Igreja da Ordem Terceira de São Francisco 0042-T-38; Igreja do Mosteiro de São Bento, 0063-T-38; Ruínas da Casa da Pólvora, 0155-T-38; Ruínas da Igreja Nossa Senhora dos Navegantes, 0041-T-38 (quando tombado fazia parte de João Pessoa, mas atualmente se situa no município de Cabedelo). Informações disponíveis no Portal do Iphan, em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3263>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

Até 1969, a maioria dos processos de tombamento era solicitada por iniciativa do Iphan. Motta (2000) *apud* Fonseca (1997) ressalta que, ao longo do tempo, esse quadro inverteu-se, com apenas 13% dos processos sendo abertos por iniciativa do Iphan e o restante por prefeitos e políticos, além das associações, grupos locais, instituição de cunho cultural e instituições representativas de funcionários que ocupavam imóveis no centro histórico das cidades. Assim, o grande avanço desse período foi a associação das questões pertinentes à preservação com a qualidade de vida na área histórica da cidade. Uma nova concepção constituiu-se, a ideia de *ambiência*. Essa concepção permitiu a inclusão de outros estilos, que, no passado, foram rejeitados pelo processo de preservação, revogando-se, a partir daí, a primazia de um único estilo (barroco/colônia) na composição do patrimônio cultural brasileiro.

Assim, os sítios históricos só seriam objeto de preocupação e de ações preservacionistas em 1973, quando foi implantado no país o primeiro programa preservacionista voltado exclusivamente para a proteção de sítios históricos – Programa de Cidades Históricas – porém, na prática, o programa pouco avançou, pois reproduziu os critérios de seleção e valorização patrimonial que já eram praticados desde a década de 1930; as intervenções realizadas limitaram-se à restauração de edifícios e monumentos isolados. Em João Pessoa, o Programa Cidades Históricas beneficiou apenas o Convento de Santo Antônio e a Casa da Pólvora (VITAL, 2007).

Mesmo se reconhecendo os avanços no processo de tombamento e nas concepções do Iphan, ainda predominava a ideia de valoração de uma estética, como também de uma unidade estilística no interior de cada conjunto urbano, rejeitando-se, ainda, alguns exemplares distintos do estilo e da época selecionados. Desse modo, a estética modernista havia sido ultrapassada, mas

[...] permanecia o mesmo entendimento do que é um *bem cultural*, conceito atribuído pela escolha de determinada estética e em razão da materialidade dos objetos – ainda se desconsiderando, portanto, os aspectos informativos dos produtos culturais, seus significados e a capacidade de informarem sobre as condições de sua produção. O mesmo tipo de recorte, ou atribuição de valor patrimonial adotado pelo Iphan, foi seguido pelos recém-criados órgãos estaduais e municipais ligados a preservação (MOTTA, 2000, p. 266).

Porém, ao longo do tempo, verificaram-se avanços na forma de entendimento do processo de preservação. Mesmo assim, os avanços obtidos ainda não eram

suficientes para resolver os problemas causados pela força do intenso processo de urbanização generalizada que pressionava os centros históricos já tombados e o entorno dos monumentos, levando a novas reflexões, na década de 1980, que resultaram no entendimento do patrimônio enquanto documento.

Na concepção de cidade-documento, os trabalhos, pesquisas e preocupações acerca da preservação foram estruturados na distinção da materialidade dos objetos e das informações que pudessem conter. Esse era considerado um avanço, na medida em que essas abordagens usavam concepções pautadas na nova historiografia, tendo como referência autores como Marc Bloch e Le Goff, e exemplos de leituras do território e do tecido urbano pautados na experiência italiana.

Somente a partir de 1980 é que os sítios históricos passaram a ser objeto de uma política de preservação mais sistemática e contundente, como ressalta Vital (2007). Mudanças conceituais significativas passam a tratar o patrimônio cultural por meio de novas perspectivas. O patrimônio cultural ganha novo papel na sociedade contemporânea e na economia mundial. O foco da preservação começou a se deslocar dos monumentos e edificações históricas isoladas para a cidade ou parte dela, um bairro, uma rua, uma praça, etc. O valor estético e monumental deixou de ser critério mais importante, e outros foram acrescentados, a exemplo da capacidade do patrimônio de informar sobre os processos históricos e culturais do lugar e do modo de vida das pessoas, além de ser passível de utilização para a economia local.

Segundo Motta (2000, p. 267), no Iphan, o arquiteto Luís Fernando Franco foi o fundador dessa nova perspectiva quando elaborou o parecer sobre o tombamento de Laguna, em 1984, documento editado recentemente no Caderno de Documento do Iphan. Iniciava-se, assim, a possibilidade de valoração dos sítios históricos como documentos, ou seja, agora seriam considerados os vestígios do processo de ocupação do território nacional, como também novas leituras a partir das informações contidas na configuração do espaço.

Essa perspectiva representou um rompimento com a valoração tradicional anteriormente adotada que era estritamente visual, fachadista ou das características eminentemente estilísticas. A partir daí, estabeleceram-se novas linhas de trabalho, leituras e intervenções que possibilitavam outras maneiras de valoração dos bens culturais e dos sítios históricos. Esses bens eram considerados fontes documentais,

e os estudos buscavam, agora, a leitura de novos significados contidos em suas formas. Como ressalta Motta (2000, p. 267), “Ampliavam-se, dessa maneira, as possibilidades de apropriação do bem cultural como referência de identidade, independentemente de uma determinada estética”.

Essa concepção proporcionava novas possibilidades de valoração dos sítios, reconhecendo-os como lugares de importância singular por abrigar a história e a identidade das sociedades, lugares socialmente produzidos, onde se acumulavam vestígios culturais que documentam a trajetória das sociedades locais. É importante ressaltar que algumas instituições estaduais e municipais criadas nesse período iniciaram trabalhos com essa perspectiva, rompendo, assim, com o tratamento meramente físico do patrimônio, ou seja, um tratamento que se fazia exclusivamente sobre a materialidade dos bens culturais.

No entanto, muito embora essa experiência tenha rompido com a visão tradicional de valoração do patrimônio e tenha deixado um legado importante para o Iphan, para a continuidade de trabalhos que ainda são desenvolvidos junto às equipes técnicas do Iphan, a aplicação da noção de cidade-documento vem, nas últimas décadas do século XX, sendo enfraquecida pela adesão do poder público à política neoliberal, ligada ao desenvolvimento da indústria do turismo e ao processo de globalização em curso.

Scocuglia (2004), referindo-se a João Pessoa, destaca que outro ponto de mudança na política do patrimônio, na década de 1980, refere-se ao processo de descentralização da intervenção do Estado nos sítios históricos:

[...] no sentido de que essas políticas passaram a se vincularem cada vez mais, após 1980, aos poderes locais aos programas de financiamento transnacionais ou de empresas privadas. Surgiram experiências singulares e diversas, dando uma complexidade maior à temática da preservação e da revitalização, sobretudo, a partir do momento em que passou a constar como um dos itens das estratégias de desenvolvimento. Essa postura foi condizente com as discussões teórico-conceituais relativas à prática de salvaguarda dos bens culturais em nível internacional registrados nos documentos resultantes dos principais encontros, congressos e seminários realizados, sobretudo pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização dos Estados Americanos (OEA) e pelo conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) (SCOCUGLIA, 2004, p. 28).

De fato, ocorreu uma ruptura no padrão de intervenção estatal nas áreas históricas, fenômeno que não se deu apenas em nível conceitual, mas, também, nos instrumentos e nos níveis de intervenção. Foi a partir dessa ruptura que surgiram as

novas bases que possibilitaram a emergência de experiências municipais de revitalização no Brasil. No bojo desse processo, cresceu o número de cidades que passaram a buscar o reconhecimento oficial de sua importância como bens do patrimônio cultural pelas instituições nacionais e internacionais responsáveis, estabelecendo, assim, novos convênios e mantendo os já existentes com instituições de cunho governamental e não governamentais, com empresas privadas, além dos agentes financiadores transnacionais (SCOCUGLIA, 2004).

O fundamental a ser destacado nesse período é a preparação do patrimônio cultural para consumo visual pelo poder público, com o aval, muitas vezes, das instituições que deveriam protegê-lo do jogo do mercado. Para Motta (2000), essa concepção dada ao patrimônio cultural resulta no que a autora considera como um retrocesso quanto às possibilidades de preservação do patrimônio urbano referentes às conquistas no campo conceitual e das ações de preservacionistas, implementadas na década de 1980.

Dessa forma, no final da década de 1980, o Centro Histórico de João Pessoa passou a ser alvo de ações de preservação, ações ainda tímidas, restritas às intervenções de caráter pontual e localizadas. Seguindo uma tendência nacional, João Pessoa é que adere, na década de 1990, ao programa da AECI de revitalização de centros históricos e toma vulto no cenário nacional. No Brasil, foram realizados investimentos consideráveis, principalmente em cidades com forte potencial turístico e de interesse histórico. Destacam-se, neste contexto, as experiências de revitalização consideradas pioneiras, como as de São Luís no Maranhão; do Rio de Janeiro, com o Projeto Cores da Cidade; Salvador, com o Pelourinho, e João Pessoa, com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional, tendo o patrimônio adquirido uma importância incontestável para o processo de revitalização dos centros históricos.

Esse novo ideário passa a fazer parte do discurso dos poderes públicos e incorpora-se em definitivo aos discursos e práticas patrimoniais e urbanísticas locais. Essas políticas buscam adequar o patrimônio às demandas da indústria do turismo. Desde então, não somente os poderes públicos passaram a se interessar mais pelas questões patrimoniais, como também o setor privado da economia, que começou a perceber, no patrimônio cultural, um nicho interessante para a reprodução do capital nos centros históricos.

Segundo Leite (2007), referindo-se ao Bairro do Recife Antigo, mais do que a preocupação com a preservação da memória e das tradições, a política patrimonial de revitalização está disposta a tudo para adaptar e otimizar o desempenho econômico dessa área, visando, sobretudo, a dinamizar a reprodução do capital na mesma. Essa realidade também permeará o projeto de revitalização do Centro Histórico de João Pessoa. O reconhecimento dos sítios históricos como áreas de valor inestimável para a história e a memória da cidade, muitos entendidos como patrimônio nacional, deu-se, em parte, devido ao reconhecimento da importância econômica desses espaços para a indústria do turismo, em muitas cidades brasileiras, e tem atraído a atenção de investidores e usuários para as novas potencialidades do uso econômico do local.

Pode-se dizer, também, que as experiências brasileiras, de modo geral e João Pessoa em particular, pautaram-se em modelos internacionais. Foram as experiências consideradas exitosas nas cidades europeias: Londres, Barcelona, Paris, Madrid, e nas cidades norte-americanas: Baltimore, São Francisco, New York, que serviram de inspiração para nossos empreendedores e urbanistas passarem, paulatinamente, a adotar a preservação e a revitalização do patrimônio urbano como estratégia para a dinamização dos centros históricos. Evidente que as experiências nacionais em muito se diferenciam das experiências internacionais, no entanto, a essência é a mesma, ou seja, as cidades necessitam se capitalizar para serem bem vendidas.

Em João Pessoa, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional trouxe a experiência que desenvolveu junto às cidades espanholas. As ações da Comissão Permanente de Desenvolvimento tinham como base a pesquisa histórica e o objetivo de promover o “desenvolvimento” da área, orientada pela AECI. De acordo com essa perspectiva, por meio da recuperação de áreas dotadas de valor histórico e da proposição de novos usos seria possível desencadear a prosperidade econômica da região, do modo como ocorreu em cidades espanholas como Barcelona, já o desenvolvimento social viria como uma consequência do progresso econômico.

Conforme ressalta Gonçalves (2014, p.33):

Segundo os entrevistados, essas ações eram guiadas tomando como princípio a promoção do patrimônio cultural enquanto uma “estratégia de desenvolvimento”, ou seja, buscava-se, através das ações de restauração de monumentos, a interface com outros programas de financiamento locais ou nacionais (não necessariamente voltados à questão do patrimônio

cultural), com o objetivo de aliar à questão monumental outros elementos que viessem a promover desenvolvimento socioeconômico da cidade. As ações de intervenção consistiam em restauração de monumentos isolados, recuperação de áreas e proposição de usos aos “espaços recuperados”.

No Brasil, grandes empresas e entidades privadas, como a Fundação Roberto Marinho, o Grupo Moreira Sales, a Companhia Vale do Rio Doce, Tintas Coral, e empresas públicas, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, têm investido na preservação e na revitalização do patrimônio cultural nos centros históricos de algumas cidades. Os projetos também receberam apoio financeiro e logístico de instituições financeiras nacionais e internacionais, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI).

Estava em curso, portanto, uma nova forma de produção do espaço urbano. Essas práticas espaciais constituem uma tendência mundial e consistem em uma clara estratégia de *marketing* econômico, cultural e político, como ressalta Arantes (2000, p.155), “desenvolvido com o objetivo de promover as cidades como sítios competitivos na disputa por recursos materiais e simbólicos, no interior dos fluxos globais”.

Nesse contexto, os projetos urbanos e patrimoniais impõem a recriação das áreas consideradas históricas das cidades, com o patrimônio embelezado e cenarizado, tornando-se, desse modo, espetacularizado. Assim, como ressalta Guy Debord (1997), essa sociedade em que reinam as modernas condições de produção, apresenta-se como uma imensa acumulação de espetáculo. Paradoxalmente, no mercado da revitalização, recursos investidos vêm preponderantemente do poder público, mas seus benefícios são cada vez menos públicos. Poucos são os que podem pagar para usufruir desse patrimônio e pelos serviços oferecidos nos bares e restaurantes muitas vezes ali instalados.

Nas últimas décadas do século XX, muito tem sido escrito sobre a construção ou a invenção do patrimônio pelo Estado. Segundo Motta (2000), o patrimônio, seja ele artístico, histórico ou cultural, é o resultado de uma escolha diante de objetivos e projetos específicos. Por isso:

A escolha de um determinado patrimônio, assim como as opções para seu tratamento, não são atos desinteressados: dependem do ponto de vista da seleção, do significado que se deseja atribuir aos objetos e do uso que se quer fazer deles. São ações inseridas em contextos históricos,

socioeconômicos e culturais específicos, que também devem ser observados para seu entendimento (MOTTA, 2000, p. 260).

A autora salienta, também, que, no que se refere ao patrimônio urbano, essa escolha ainda é mais difícil e complexa, tendo-se em vista que os sítios urbanos são objetos culturais históricos e socialmente construídos. Ao longo do tempo, esses espaços acumulam vestígios e expressões do processo de construção política, das transformações socioeconômicas, adaptações urbanísticas, apropriações e reapropriações sofridas ao longo da história. Assim, a paisagem urbana dos sítios históricos modifica-se, expressa as relações que aí se constituíram, sucederam-se, conformaram-se.

Outro aspecto importante é que sua “construção ou invenção” como patrimônio, *pelo poder público*, “é uma das formas possíveis de apropriação dos sítios, uma forma de apropriação que lhes atribui significados e valores especiais, distinguindo-os como representações simbólicas, como monumentos e como documentos” (MOTTA, 2000, p. 260).

Nas últimas décadas do século XX, com o processo de globalização da economia e da cultura, especialmente nas grandes cidades, o poder público tem tirado vantagens das novas identidades, significados e símbolos, que vêm sendo forjados em sua relação com o mercado de consumo. Nessa perspectiva, o patrimônio tem sido tratado como mercadoria ou como atrativo para o consumidor, apoiando os valores e ideais que estão sendo ditados pelo capital especulativo, ao que Motta (2000) denominará de *modelo globalizado*.

Nas políticas e nos projetos de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, a preocupação com a preservação do patrimônio adquiriu destaque especial, sendo essa uma das especificidades dessas políticas, pelo menos no discurso. Estrategicamente, a noção de preservação, estimulada pela necessidade de se ressignificar o conceito de patrimônio cultural na contemporaneidade, entra na ordem do dia enquanto estratégia no processo de reprodução espacial.

O que se observará é que a política cultural dirigida ao patrimônio, atualmente, vem acompanhada das novas estratégias de *marketing*, ou mesmo, como ressalta Jeudy (2005), de *branding* urbano. Jeudy refere-se à realidade francesa e aos problemas relativos às estratégias utilizadas por essa política nesse país. No Brasil, essa política tem mobilizado governos, consultores internacionais e

o capital privado, tendo em vista o fervor recente pelo culto ao passado, a preservação e o resgate das tradições, na perspectiva de novos investimentos.

Governos locais, que até então pouco se preocupavam com a preservação do seu patrimônio, passam a investir no resgate e na conservação dos seus monumentos, áreas históricas e objetos. Segundo Paola Berenstein (2005), as cidades, principalmente os centros históricos e seu patrimônio, passam a sofrer as cirurgias reparadoras, as práticas colonizadoras, os cenários criados para atender às exigências do modelo internacional extremamente homogeneizador:

Este modelo visa basicamente ao turista internacional – e não o habitante local – exige um certo padrão mundial, por exemplo, segue a mesma lógica de homogeneização. Ao preservar áreas históricas, de forte importância cultural local, utiliza normas de intervenção internacionais que não são pensadas nem adaptadas de acordo com as singularidades locais. Assim, esse modelo acaba tornando todas essas áreas – em diferentes países, de culturas das mais diversas – cada vez mais semelhantes entre si. Seria um processo de museificação urbana em escala global: e os turistas acabam visitando as cidades do mundo todo como se visitassem um único e grande museu (JEUDY, 2005, p.27).

No Brasil, uma das características dessa política pública na contemporaneidade tem sido a utilização do patrimônio como conteúdo diferenciador das várias experiências de revitalização (BOTELHO, 2005). O patrimônio histórico, as tradições locais e a cultura popular, assim como outros elementos, têm sido utilizados para reforçar os aspectos culturais dos espaços históricos das cidades brasileiras.

A preocupação com o patrimônio adquiriu destaque na contemporaneidade, a ponto de se afirmar hoje como um processo em curso de patrimonialização, como ressalta Jeudy (2005), sobretudo nas cidades europeias. O autor discute as questões pertinentes ao patrimônio na França, país que já possui uma tradição na área da preservação. Mesmo assim, o fervor pelo patrimônio enfrenta dilemas que, no curso da gestão urbana, provocam a busca de estratégias e novas formas de gestão diante do processo de globalização. O primeiro dilema é que, se o patrimônio não dispõe de um estatuto à parte, se ele se torna uma mercadoria como as outras, perde seu poder simbólico para a sociedade.

Não obstante, essa ideia confronta-se com as imposições do próprio capitalismo na sua fase atual, ou seja, por um lado, os patrimônios não podem ser tratados como produtos de *marketing*, mas, por outro, no movimento de reprodução

capitalista, não existe desenvolvimento cultural sem comercialização, consumo e produto. O que se observa é que as estratégias preservacionistas tendem a se adequar às novas determinações de um mundo em constante processo de mudanças, em que o patrimônio é chamado a cumprir sua “função social”, ou seja, a transmissão das tradições, a visibilidade pública dos objetos, dos locais, dos relatos fundadores da estrutura simbólica de uma sociedade, mas sem perder de vista o desenvolvimento econômico.

Em João Pessoa, não será diferente. As experiências de revitalização do seu Centro Histórico colocam o patrimônio como elemento de fundamental importância para a realização desse processo. No entanto, essas ações pouco têm contribuído, de fato, para a conscientização do poder público e do cidadão na preservação desses espaços, assim como para a melhoria da qualidade de vida da população que reside na área. No nosso entendimento, essas experiências vêm promovendo a utilização do patrimônio cultural, ambiental e edificado como isca cultural para o turismo enquanto estratégia de desenvolvimento econômico, como ressalta Otília Arantes (2000). Isso ocorre em um momento em que se intensifica o processo de globalização da economia e de acirramento da competição entre os agentes econômicos e políticos das cidades na atração de novos mercados, investimentos e consumidores.

Nesse sentido, quando se trata de planejamento urbano e, em especial, de intervenções em áreas consideradas de valor patrimonial, os processos deveriam ser específicos para cada caso, não existindo um modelo ou padrão a ser seguido, haja vista que condicionantes intrínsecos, como as características históricas do lugar, a sua significação cultural, a dinâmica socioeconômica, a estrutura de gestão, a disponibilização de fontes de financiamentos, a priorização de políticas públicas, e a possibilidade de inter-relacionamento com programas de governo de outros setores, fazem com que cada sítio defina um processo específico de revitalização.

Neste contexto, pesquisas recentes (VAINER, 2000; ARANTES, 2000; ZUKIN, 1996, 2000), demonstram que, apesar das singularidades encontradas em cada sítio histórico, nas condições do seu patrimônio e no modo como estão sendo apropriados, as propostas se assemelham, sobretudo, quanto à forma de viabilidade econômica e político-urbana. O mais grave, nesse processo, é que as práticas urbanísticas que buscam colonizar esses espaços por meio do uso do patrimônio cultural nos sítios históricos quase sempre não se coadunam com os usos dados

pelos seus usuários, pela tradição do lugar e pela memória de seus antigos moradores. Um exemplo emblemático é o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, que prevê, entre outras intervenções, a retirada dos moradores das regiões do Porto do Capim e da Vila Nassau e sua posterior relocação para áreas próximas à área onde ocorreriam as intervenções. A remoção das casas, dos estabelecimentos comerciais, escola e igrejas é necessária para a construção de uma grande arena de eventos, para a realização de feiras, shows e demais atividades culturais. O projeto prevê também restauração dos antigos casarões e desenvolvimento de turismo náutico. Todas as ações são pautadas num discurso de interesse público, dignidade habitacional, preservação ambiental e resgate do “vínculo entre rio e cidade”, questão que trataremos no terceiro capítulo desse trabalho.

Quanto ao segundo dilema, a questão em pauta é que a cidade será apresentada como ator e, ao mesmo tempo, objeto de uma ação estratégica por parte dos poderes públicos, aderindo a uma gestão de corte empresarial, passando os atrativos do lugar e o patrimônio cultural, especialmente, a ser a mercadoria comercializada pela indústria do entretenimento e do turismo, voltada quase sempre para a atração de investimentos públicos que reforcem a representação desses espaços no imaginário de seus cidadãos e consumidores.

Segundo Henri Acselrad, a cidade é redescoberta como espaço de ação dramática, onde as *best practices* – as práticas propugnadas pelas agências multilaterais – alegam querer resgatar a identidade da cidade para um cidadão apaixonado por um passado de glória e um futuro radioso:

A identidade das cidades torna-se assim cada vez mais um instrumento de legitimação dos operadores políticos que pretendem resgatá-la não mais como circunscrita a seu tempo presente, mas como referente a um passado de glória e a um futuro radioso. Para alguns, estaria em curso uma mudança na natureza das cidades, marcada pela competição crescente entre lugares e pela maior importância que a representação estaria assumindo em relação ao próprio objeto que representa (ACSELRAD, 2005, p.12).

O grande problema que se coloca diante dessas práticas é que, entre o jogo das representações e a reconfiguração prática do próprio objeto, não se deveria estabelecer uma hierarquia de importância, como ressalta o próprio Acselrad. O grande desafio, na atualidade, é entender as relações que hoje podem explicar, ao

mesmo tempo, o sentido da reconstrução simbólica da identidade desses espaços centrais e os processos sociais e materiais que lhes estão subjacentes.

Salvador, Rio de Janeiro, Recife, São Luís e João Pessoa são exemplos emblemáticos. Nessas experiências, o princípio maior é a defesa e a necessidade de se resgatar a identidade da cidade por meio do seu patrimônio urbano, discurso esse recorrente em praticamente todos os projetos de revitalização urbana. Esse discurso se tornou um instrumento de legitimação dos promotores políticos e empreendedores imobiliários que dizem pretender resgatar a cidade para o “cidadão”. Observa-se, assim, um esforço realizado pelos promotores políticos para a “fabricação de consensos” em torno do reconhecimento do discurso sobre a decadência, o declínio e a desvalorização do centro, visando, sobretudo, à despolitização da política urbana (ARANTES, 2000).

Predomina, assim, a alegação de que é preciso dar novos sentidos e usos ao patrimônio cultural, mas, principalmente, reanimar economicamente as atividades de comércio e serviços que ali se encontram, utilizando como recurso o dinamismo cultural e turístico de uma área de valor histórico, artístico e ambiental de grande importância. Os gestores e urbanistas alegam também que, apesar da necessidade de tentar resgatar a riqueza sociocultural dos centros urbanos tradicionais, valorizando os monumentos, os espaços públicos de ruas, praças e largos, é necessário reconhecer que o patrimônio urbano não pode ser alvo apenas da contemplação, ele precisa ser intensamente usado, apropriado pelo cidadão, pois a melhor receita para sua preservação é o seu uso permanente.

Segundo Gonçalves (2014), os processos de atribuição de valor aos patrimônios nacionais podem ser pensados por meio de referenciais distintos daqueles que compõem o Projeto da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa. Técnicos vinculados ao Iphan questionam a proposta para a revitalização do Antigo Porto do Capim, pois consideram a cidade, enquanto um espaço socialmente construído, passível de sofrer modificações, julgando que as referências culturais dos moradores do Porto do Capim e da Vila Nassau devem ser respeitadas e procuram maneiras de viabilizar, técnica, legal e politicamente, a permanência da população na área. Esses técnicos questionam, sobretudo, se a construção de uma arena de eventos de concreto seria uma intervenção apropriada num projeto de preservação do patrimônio cultural em uma área histórica, às margens de um rio e seu mangue.

Kara-José (2007), estudando o processo de revitalização do Centro de São Paulo, por meio das políticas culturais, ressalta que, nas propostas de intervenção para a área central das cidades brasileiras, identifica-se que grande parte das iniciativas liga a recuperação do patrimônio histórico à recuperação da dinâmica urbana do centro, introduzindo, dessa maneira, o tema da revitalização e da deterioração no cenário nacional, realidade essa que se aproxima – mesmo com diferenciações – dos estudos sobre as cidades norte-americanas e europeias.

Segundo Vargas e Castilho (2006, p. 3), os conceitos de deterioração e de degradação urbana nas políticas de revitalização estão frequentemente associados à perda de sua função, ao dano ou à ruína das estruturas físicas, ou ao rebaixamento do nível do valor das transações econômicas do Centro Histórico. No caso de João Pessoa, o que iremos observar é que o discurso da deterioração dos exemplares arquitetônicos em determinadas partes do Centro Histórico também estará presente e definirá a política de revitalização.

2.5 O Urbanismo enquanto ideologia urbana e o processo de revitalização

O processo de revitalização dos sítios históricos, nas últimas décadas do século XX, embasado por meio de projetos urbanísticos, constitui um tema do urbanismo contemporâneo, pós-moderno, e enquadra-se no que David Harvey denominou “o pós-modernismo nas cidades” (1989, p. 69). As novas concepções urbanísticas pautarão, nesse contexto, suas ações em operações pontuais, fragmentadas, em detrimento da ideia de cidade como um todo, como defendiam os urbanistas filiados às ideias modernistas. O que se verá é um conceito de cidade onde predominará um tecido urbano fragmentado, “um “palimpsesto” de formas passadas superpostas umas às outras e uma “colagem” de usos correntes, muitos dos quais podem ser efêmeros”, como ressalta Harvey (1989, p. 69).

Assim, na direção oposta do planejamento modernista, a vertente pós-moderna, sobretudo na década de 1970, principalmente nas metrópoles mundiais, criam-se noções como tecido urbano fragmentado, cidade-colagem, empório de estilos, termos utilizados para justificar que a cidade que se constituía não poderia mais ser pensada, conduzida, projetada e gestada, senão por partes, aos pedaços. Em geral, são projetos urbanos em áreas centrais ou espaços consolidados em períodos anteriores, quase sempre estigmatizados como espaços degradados,

violentos e decadentes. Esses projetos, utilizando nomenclaturas nem sempre claras, no seu discurso, visam a dar nova visibilidade à paisagem, novos usos ao patrimônio, novas funções ao espaço, na tentativa de viabilizar novas dinâmicas sociais e econômicas para essas áreas. Realidade que só iremos observar em João Pessoa a partir da década de 1990, com as devidas mediações e especificidades.

O discurso do poder público e dos agentes imobiliários sobre o declínio das áreas centrais tem impulsionado essas práticas e serve, inclusive, para justificar essas intervenções urbanas. Paradoxalmente, a sensação que se tem quando se fala em revitalização, reabilitação, requalificação, reestruturação, etc. é que a idade de ouro das cidades voltou, como ressalta Bidou-Zachariasen (2006), tendo como elemento principal essa cidade estigmatizada, com as ruínas de um patrimônio cultural até então pouco visualizado e valorizado.

Outro aspecto importante é o poder e o papel que o urbanismo adquiriu no século XX como instrumento de ação estatal, como ressalta Alvarez (2008). Concebido em meio à crença de que teria condições para solucionar os problemas relativos à crise da cidade e ao poder de emancipação da modernização capitalista e do progresso, o urbanismo do século XX vislumbra a utilização da arquitetura como instrumento de transformação social. Nascido enquanto especialidade técnica, mas que se quer científica, o urbanismo se configura como prática e ideologia sobre a cidade (LEFEBVRE, 1999).

Alvarez, citando Souza (2002), ressalta que se deve fazer uma distinção entre planejamento urbano e urbanismo. O planejamento urbano envolve a realização de diagnósticos e perspectivas de projetar a cidade ou parcelas da cidade para o futuro, esse planejamento se dá através de ações, políticas, mobilidade e acessibilidade urbana, além das intervenções no espaço urbano, desencadeando a elaboração de planos que visam a preparar a cidade para o futuro. Por isso, como argumenta Alvarez (2008, p.120), o planejamento urbano é, necessariamente, interdisciplinar. Quanto ao urbanismo, podemos defini-lo como uma parte do planejamento urbano, que se refere ao desenho urbano e diz respeito ao trabalho e a interesses do arquiteto que, “devido à natureza de sua formação, deve criar as soluções no plano territorial, que envolvam a melhoria da qualidade de vida, através das técnicas e materiais disponíveis, além do senso estético”.

Na realidade, o urbanismo vai muito além disso, encobrindo a gigantesca estratégia capitalista, como ressalta Lefebvre: "Ele dissimula seus traços

fundamentais, seu sentido e finalidade. Ele oculta, sob uma aparência positiva, humanista, tecnológica, estratégia do capitalismo: o domínio do espaço” (LEFEBVRE, 1999, p.141).

Carlos (2004), referindo-se à revitalização e às intervenções urbanísticas, ressalta que esse processo constrói uma ideia abstrata da cidade enquanto símbolo do moderno, vendida no mercado enquanto imagem de uma cidade bem administrada:

[...] enquanto, no plano do planejamento, faz-se tabula rasa da prática sócio/espacial. Nessa direção, a cidade se reduz ao seu quadro físico, passível de intervenção, calando o cidadão e transformando-o em usuário de meios de consumo coletivo. Essas transformações ocorrem no seio do processo de constituição mundial e da construção da cidade enquanto norma (CARLOS, 2004, p. 112).

Na perspectiva desse novo urbanismo, se é que podemos nos expressar dessa maneira, os projetos de revitalização/requalificação visam à revalorização do solo urbano que muda o uso do espaço pela imposição do valor de troca, quase sempre expulsando da área alvo de intervenção aqueles que não podem pagar por ela, como tem sido observado nos centros históricos de algumas cidades brasileiras: Salvador, Recife, São Paulo, Fortaleza, João Pessoa. Na realidade, esse tipo de intervenção produz a assepsia dos lugares, a higienização desses espaços, visto que o “degradado” é sempre o que aparece, na paisagem urbana, como o feio, o sujo, o pobre, o marginal, o que necessita ser afastado, exigindo sua substituição pelos cenários criados e a espetacularização, como ressalta Carlos (2004). É nessa perspectiva que os processos de revitalização ganham força no cenário nacional brasileiro. Em João Pessoa, não será diferente. Fazendo-se as devidas mediações, o processo de revitalização de João Pessoa traz na sua essência esse ideário.

O Projeto de Revitalização da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves traz essa ideologia na sua essência. Podemos dizer que esse é um processo de colonização do espaço urbano, que se efetua na área mais antiga da cidade, por meio dos projetos urbanísticos, ocasionando a transformação da sua paisagem urbana. Lefebvre ressalta que:

É assim que se pode falar de uma colonização do espaço urbano, que se efetua na rua, pela imagem, pela publicidade, pelo espetáculo dos objetos: pelo “sistema de objetos” tornados símbolos e espetáculo. A uniformização do cenário, visível na modernização das ruas antigas, reserva aos objetos (mercadorias) os efeitos de cores e formas que os tornam atraentes. Trata-se de uma aparência caricata de apropriação e de reapropriação do espaço

que o poder autoriza quando permite a realização de eventos nas ruas: carnaval, bailes, festivais folclóricos. Quanto à verdadeira apropriação, a da “manifestação” efetiva, é combatida pelas forças repressivas que comandam o silêncio e o esquecimento (LEFEBVRE, 1999, p.29).

Podemos dizer, assim, que esse urbanismo pensa a cidade enquanto quadro físico – onde o cidadão é reduzido a um montante populacional, ou a consumidor voraz, usuário de serviços – e não enquanto prática socioespacial em que o cidadão descobre e se descobre na cidade. Nesse sentido, as intervenções urbanísticas, efetuadas pelo poder público, modificam ou recriam o desenho espacial da cidade para atender as demandas das classes sociais solváveis:

As “mudanças espaciais”, que confere um novo traçado à cidade, representam uma ação pré-orientada, que redireciona o desenvolvimento econômico da sociedade, de modo a realizar ou atingir alvos concebidos pelas classes dirigentes, que se apresentam como necessidade da sociedade como um todo. Elimina-se, na ação dos planejadores, dos urbanistas, dos experts do espaço, a necessidade de benfeitorias em áreas periféricas, onde predomina a concentração de população de baixa renda. Grandes investimentos são feitos nas áreas centrais da cidade, com a justificativa de que aí se concentram as atividades que geram riqueza para toda a sociedade e, assim, benefícios para todos e não apenas para os que usam esses locais específicos. Na ação intervencionista do Estado, filtra-se, seleciona-se o que e onde agir, colocando em evidência algumas áreas da cidade que passam a ser consideradas de suma importância para o todo social. O privilégio de determinadas áreas, em detrimento de outras, que praticamente são “esquecidas” ou ignoradas, acaba por reduzir ou simplificar a vida às necessidades que são apontadas pelo Estado como imprescindíveis à sociedade, e que, na maior parte das vezes, podem ser resolvidas através de soluções técnicas (ALVES, 1999, p. 29).

No entanto, o que deveria nortear o urbanismo e sua prática é a necessidade de se conceber a cidade enquanto espaço público que possui referências simbólicas comuns e significativas aos habitantes, é essa a concepção que deveria nortear o urbanismo atual e a ação dos líderes políticos e sociais, mas, sobretudo, dos gestores. O urbanismo revelou-se, assim, uma técnica/ideológica a serviço da mercantilização do espaço, criando o que Harvey (2006) denomina de enclaves de valorização no interior da cidade. A sua força, enquanto estratégia capaz de atrair investimento, dar visibilidade à cidade e viabilizar a construção de uma identidade, foi, nas últimas décadas do século XX, associada à perspectiva de transferir para o poder local a responsabilidade pelo crescimento econômico, tornando-o negociador e empreendedor de investimento, de modo que as cidades passaram a ser consideradas a escala geográfica de maior importância no capitalismo globalizado (ALVARES 2008).

É neste contexto que compreendemos o surgimento dos projetos de renovação urbana em várias cidades mundiais. As primeiras experiências iniciam-se na década de 1970, tomando maior ênfase em décadas seguintes e estendendo-se até os dias atuais em cidades da Europa, Estados Unidos e América Latina, como: Battery Park, em Nova York, o Docklands, em Londres, o Raval, em Barcelona, Puerto Madero e o bairro de La Boca, em Buenos Aires e o Corredor Cultural, no Rio de Janeiro. Fazendo-se as devidas mediações, as intervenções da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves, assim como o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, em João Pessoa, seguem o mesmo modelo adotado nas cidades citadas acima. Essas experiências partem do pressuposto de que antigas áreas e núcleos históricos, áreas que possuíam um potencial patrimonial relevante, instaladas em locais dotados de fácil acessibilidade e infraestrutura urbana, abrigavam a possibilidade de potencializar o mercado imobiliário e atraíam novos investimentos, negócios e serviços, realidade que se expressa, sobretudo, nas grandes metrópoles mundiais, mas também nas cidades médias:

Tais experiências se intensificaram concomitantes à globalização da economia e ao acirramento da competição entre cidades na atração de novos mercados e investimentos, apontando para a importância dos diferenciais entre as mesmas e para o turismo como estratégia de desenvolvimento econômico. Pesquisas recentes indicam que apesar das peculiaridades, os projetos se assemelham quanto à forma de viabilidade econômica das propostas. Na maioria, foram obtidos investimentos vultuosos em cidades com forte potencial turístico e de interesse histórico e em áreas marcadas por períodos anteriores de apogeu de uma atividade econômica e/ou política (SCOCUGLIA, 2004, p. 20).

Desde a década de 1960, os centros das cidades europeias e norte-americanas já haviam sido alvo de iniciativas por parte do poder público e da iniciativa privada de políticas urbanas, embora, em cada continente, o processo nem sempre possuía a mesma ênfase e a mesma aceitação. Na Europa, onde a fuga das classes média e alta para os subúrbios não fora tão marcante como nos Estados Unidos, um conjunto de fatores contribuiu para disseminar a ideia do retorno ao centro, intensificado, sobretudo, nas décadas de 1970 e 80. Na Europa, principalmente, a experiência desenvolvida no centro das cidades italianas, o pressuposto que norteou a intervenção foi a associação da preservação e a reabilitação do patrimônio à participação e à inclusão social, financiadas pelo poder público.

Nas cidades americanas²⁷, mas também na Inglaterra, o pressuposto que norteou as intervenções no centro foi a revitalização econômica, alicerçada na associação do capital público e privado, buscando a produção e a reprodução do capital na área central. Jane Jacobs, em seu livro *Morte e Vida de Grandes Cidades*, em 1961, posicionava-se contra os modelos urbanísticos adotados pelos urbanistas ortodoxos modernos que teriam provocado o esvaziamento das áreas mais antigas das cidades e, por meio de projetos de intervenção, pregavam uma recuperação dos usos da rua e dos espaços públicos das grandes cidades norte-americanas. Na visão da autora, esse modelo contribuía ainda mais para a segregação e a desigualdade social no âmbito do espaço urbano.

Essas práticas urbanísticas utilizam o discurso do resgate de antigos trechos portuários, sítios históricos e trechos urbanos tidos como deteriorados, degradados ou estagnados; o resgate de bairros tradicionais que no passado tiveram uma importância fundamental para o desenvolvimento da cidade, mas, que, ao longo do tempo, perderam sua força, tornaram-se obsoletos. Esse é um discurso que irá imperar entre urbanistas, consultores e gestores, os quais alegam que esses espaços perderam, ao longo dos anos, vitalidade e eficiência e, por isso, é necessário revitalizá-los. Vale salientar que podemos enxergar nesses projetos os impactos positivos em relação aos objetivos a que se propuseram. Os projetos de renovação urbana serviram também como contraponto à política da terra arrasada, até então predominante no campo do urbanismo, responsável por um intenso e irreversível processo demolitório, que fez desaparecer grande parte da história, memória e da alma de importantes cidades, principalmente a partir da segunda metade do século XX.

Esses projetos visam a introduzir também novos parâmetros de desenvolvimento urbano, centrados em discursos de promoção da cidade enquanto vitrine, e defendem que só por meio do resgate do significado histórico, econômico, social, cultural e simbólico embutido nas cidades, principalmente nos centros

²⁷ Segundo Botelho (2005), as experiências vividas pelas grandes cidades norte-americanas são bastante uniformes. Essas cidades sofreram um grande esvaziamento dos seus centros com o intenso processo de suburbanização, agravado pelas grandes intervenções urbanísticas que se realizaram ao longo do século e que deterioraram ainda mais esses espaços urbanos. Segundo esse autor, foi ainda em decorrência das diversas mudanças no planejamento, nas políticas urbanas e, sobretudo, nos interesses do capital imobiliário que os centros tradicionais foram perdendo sua característica de centralidade para outras áreas. Nos anos 1960, muitos autores apontavam para as novas transformações que se processavam nos centros das grandes cidades norte-americanas e algumas metrópoles europeias.

históricos, seria possível resolver a crise da cidade. Essas intervenções revelam-se como uma das principais estratégias do poder público, na tentativa de alavancar investimentos da iniciativa privada e das agências internacionais, buscando incrementar o potencial turístico das cidades, sua importância no cenário nacional e internacional, mas, sobretudo, potencializar o mercado imobiliário e atrair novos investimentos.

O capital imobiliário e o poder público local tornaram-se grandes parceiros nesse processo. O capital imobiliário beneficia-se com a valorização dos imóveis nas áreas históricas, e o poder público buscou a valorização positiva da imagem da cidade para a captação de investimentos externos destinados ao desenvolvimento da economia urbana. Nesse período, o planejamento de mercado e as técnicas de *marketing* urbano (*city marketing*) serão adotados.

Há uma grande diferença de orientação entre planejamento tradicional e o de mercado. Isto é, o planejamento tradicional, orientado para a oferta, visa à investigação dos entraves, das possibilidades físicas e do ambiente construído (projeto urbano). O Planejamento de Mercado é mais orientado para a demanda, em que as cidades e as possíveis mudanças no contexto urbano são consideradas, do ponto de vista dos consumidores, atuais e potenciais, como ressalta (VARGAS; CASTILHO, 2006, p. 32).

O exemplo mais emblemático foram as obras para as Olimpíadas de 1992, em Barcelona. Essa intervenção, além de promover uma completa transformação das suas áreas portuárias deterioradas e abandonadas, tornou-se mundialmente conhecida, e as áreas, cobiçadas pelos agentes produtores do espaço urbano. A partir de movimentos reivindicativos desde 1970, iniciou-se uma série de intervenções pontuais, centradas, sobretudo, na melhoria dos espaços públicos e na construção de equipamentos intrabairros. O porto do Moll de La Fusta (1987), projetado pelo arquiteto Manuel de Solà-Morales, e a área dos Jogos Olímpicos de 1992 consistiram em elementos catalizadores do processo de reestrutura urbanística da cidade. Assim, um dos objetivos principais do período (1980-2000), manifesto, sobretudo, em discursos políticos, foi criar ou recuperar a base econômica das cidades para gerar emprego e renda, preocupação antes da alçada do poder central que se desloca, paulatinamente, para o poder local. Nesse processo, unem-se os setores públicos, o capital privado, principalmente os empreendedores imobiliários e as agências internacionais.

Na América Latina, essa política ainda não está concretizada. A partir de 1990, verifica-se que uma expressiva parcela da sociedade civil, intelectuais e artistas vêm defendendo o retorno de várias atividades funcionais ao centro histórico de suas cidades. É interessante observar que, nessas cidades, as noções de centro histórico e de preservacionismo são predominantes nessas políticas. Segundo Vargas e Castilho (2006), em 1997, observa-se a institucionalização de uma rede de cidades da América Latina e Caribe com centros históricos em recuperação, visando à revalorização das áreas centrais históricas. Assim, foram alvo dessas políticas: Recife, São Luís, São Paulo, Quito, Buenos Aires, Lima, Bogotá, Havana, Rio de Janeiro, Salvador e João Pessoa. Grande parte dessas cidades receberam recursos das agências multilaterais, Banco Mundial, BID, Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI) e foram auxiliadas pelas consultorias internacionais. As agências multilaterais, sobretudo o Banco Mundial e o BID, representam os interesses políticos e hegemônicos do capitalismo global, definindo, para os países em desenvolvimento, políticas macroeconômicas que, contraditoriamente, alimentam as desigualdades socioespaciais e subordinam politicamente os estados nacionais dos países periféricos (ALVAREZ, 2008).

No Brasil, também iremos observar intervenções e projetos recentes em áreas históricas, orientados por estratégias que visam à apropriação para o consumo visual, envolvendo o enobrecimento e seu uso como produtos, caracterizando o que pode ser denominado de *modelo globalizado*, como ressalta Lia Motta:

Embora incidam sobre as áreas mais antigas das cidades e utilizem a argumentação da preservação, as novas intervenções têm como resultado a apropriação cenográfica dos espaços sem a preocupação de considerar as cidades como objeto socialmente construído e seu patrimônio como fonte de conhecimento (MOTTA, 2000, p. 258).

Assim, um novo panorama tem se constituído nas últimas décadas do século XX no país, promovido pelas políticas urbanas dos governos federal, estaduais e municipais, em alguns casos, com o apoio da iniciativa privada e, em outros, com agências multilaterais, como a AECI, em João Pessoa-PB. São exemplos desse novo panorama os grandes projetos desenvolvidos pelo Programa Monumenta/BID, promovido pelo Ministério da Cultura (MinC), visando à aplicação de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) nas cidades tombadas pelo

governo federal. Além desses exemplos, pode ser citado o Projeto Cores da Cidade, de iniciativa privada, que envolve a Fundação Roberto Marinho e fabricantes de tintas, associados a diversos governos municipais para a sua aplicação em centros históricos (MOTTA, 2000).

Em João Pessoa, a intervenção da Praça Anthenor Navarro e a do Largo de São Frei Pedro Gonçalves representaram um marco importante do processo de revitalização do Centro Histórico, ações que se aproximaram das experiências de outras cidades brasileiras, pois se adotava em nosso centro histórico a ideia de que, pintando as fachadas, estava em curso um processo de construção de uma nova imagem do lugar. Trata-se de intervenções emblemáticas por serem as primeiras a envolver órgãos públicos e empresas privadas, produzindo mudanças consideráveis na paisagem urbana e proporcionando novas formas de socializações no centro antigo. Até então, todas as intervenções do processo de revitalização haviam sido financiadas pela Agência Espanhola Cooperação Internacional – AECI, em parceria com o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de João Pessoa²⁸.

Apesar de todo o investimento, a revitalização da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves, em termos de estratégia para o processo de intervenção no centro histórico, pouco contribuiu para uma maior rapidez da reprodução do capital na área. O que mudou, na realidade, foi a dimensão dos projetos, que se tornaram, nesse período, mais amplos e complexos, além da sua ampla e intensa divulgação nos meios de comunicação e agências de publicidade para dinamizar a indústria do turismo.

O modelo urbanístico adotado em João Pessoa no final dos anos de 1980 e início da década de 1990 também pode ser observado nos projetos de revitalização de outras capitais do Nordeste. Segundo Gonçalves (2014), as transformações no trato com o patrimônio, as novas concepções e paradigmas ligados ao *marketing* urbano, o surgimento de novos agentes financiadores e a presença dos consultores internacionais interessados no desenvolvimento turístico configuram-se enquanto diretrizes presentes em áreas centrais e sítios históricos de várias cidades brasileiras, como: Pelourinho, em Salvador; Rua do Bom Jesus, em Recife; bairro da Ribeira, em Natal; Praia de Iracema, em Fortaleza.

²⁸ Segundo dados do Informe Geral 1987-1995, elaborado pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico, João Pessoa, 1987.

Impulsionados por essas intervenções locais politicamente bem-sucedidas e no rastro de interesses vinculados ao desenvolvimento turístico surgiram na esfera federal vários programas que trouxeram novas fontes de financiamento para projetos de preservação e introduziram novos atores nos processos locais em andamento colocando no centro da cena patrimonial agências financeiras nacionais e multilaterais, além de parceiros internacionais (SANT'ANA, 2003, p. 156).

Na concepção dos governos locais essas intervenções visam adequar seus centros históricos ao turismo e lazer, buscando alcançar público e colocar, rapidamente, as cidades no cenário nacional. Todas essas mudanças desenrolam-se em um cenário global de hegemonia e receituário neoliberal, em que a cidade passa a ser considerada vitrine para ser vendida no mercado nacional e mundial. O Centro Histórico de João Pessoa também será alvo desse ideário e, pouco a pouco, irá se integrando a essa lógica de gestão. Evidente que, com as devidas mediações, na medida em que é considerada uma cidade de porte médio, esse processo ocorrerá de forma mais lenta. Mesmo assim, os procedimentos, a lógica e a conduta são semelhantes ao processo que ocorre no processo de revitalização de outras cidades brasileiras.

Esse ideário estará presente nas primeiras ações desenvolvidas pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de Joao Pessoa²⁹, em 1987. Assessorados pelos arquitetos da AECI e pelos membros do escritório técnico do IPHAN, uma das primeiras ações foi a delimitação da área de estudo, uma poligonal para estudo e atuação da Comissão Permanente. No início, a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico e os assessores da AECI decidiram atuar apenas no perímetro de 117 hectares da área tombada em nível estadual, onde estão compreendidos os bairros do Varadouro (Cidade Baixa) e parte do Centro (Cidade Alta), que correspondem à ocupação urbana da cidade, de

²⁹ Equipe de Trabalho do Estudo de Revitalização Integral do Centro Histórico de João Pessoa – Paraíba – Maria Luisa Cerrillos: Arquiteta Diretora Local, Instituto de Cooperação Ibero-America –, José Saia Neto: Arquiteto Diretor Local, Ministério da Cultura; Eliane de Castro: Arquiteta, representando a Secretaria de Planejamento do Governo do Estado Paraíba; Gilberto de Almeida: Arquiteto, membro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba-IPHAEP; Umbelino Peregrino: Arquiteto, representando a Secretaria de Turismo do Município; Humberto Melo: Advogado e Historiador, Município; Maristela de Souza Ferreira: Engenheira de Meio Ambiente, Superintendência de Desenvolvimento do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Paraíba; Nahya Maria Lyra Caju, Arquiteta, Coordenadoria de Planejamento do Município; Francisco de Assis Costa, Arquiteto, Coordenadoria de Planejamento do Município; Cristiane Gross Schinke, Arquiteta, Coordenadoria de Planejamento do Município; Valdeci Brito do Nascimento, Desenhista; Jussier Monteiro da Silva, Desenhista, Secretaria de Educação da Paraíba; Roberto Lúcio Sales Neves, Datilógrafo, Secretaria de Planejamento da Paraíba; Rivaldo da Silva Santos: Auxiliar, Secretaria de Finanças do Município.

sua fundação até a primeira década do século XX. Destes 117 hectares, 64.12 hectares correspondem a quadras edificadas, 17.10, a praças e áreas livres e 30.80, a vias de circulação.

Segundo Claudio Nogueira³⁰, a delimitação realizada pela Comissão Permanente de Desenvolvimento foi necessária porque, à época, era impossível elaborar um projeto de revitalização que abrangesse todo o perímetro delimitado pelo IPHAEP. Então, selecionou-se um trecho que hoje corresponde, precisamente, à área de tombamento federal. No bojo desse processo, a Comissão Permanente realizou estudos dos bens existentes na área. Esses estudos contribuíram para a criação de normativas e dos marcos reguladores, ação imprescindível para a preservação da área. Durante os estudos e levantamentos, na visão da Comissão Permanente do Centro Histórico, detectou-se a defasagem dos conceitos e da demarcação do Centro Histórico, levando a Comissão Permanente a propor ao IPHAEP uma nova delimitação e regulamentação para o Centro Histórico (CASTRO, 2006). Assim, em 2004, a área delimitada pelo IPHAEP foi reformulada pelo decreto estadual nº 25.138, passando a Comissão Permanente do Centro Histórico a atuar em todo o perímetro tombado como Centro Histórico de João Pessoa, que possui uma superfície de 410 hectares e 6.453 edificações.

Para o perímetro delimitado, foram realizados os primeiros estudos históricos da área que compreendia a cidade baixa e a cidade alta, e definidas normas de proteção para nortear a fiscalização dos órgãos competentes. Nesse contexto, ainda foram elaborados inventários da área, os primeiros estudos de tipologia, assim como as primeiras diretrizes de planejamento para a realização das intervenções.

Além desse levantamento, a Comissão Permanente realizou ainda o levantamento das condições socioeconômicas da área, as condições ambientais do Centro Histórico, o levantamento e o cadastramento dos edifícios de valor histórico e arquitetônico. Após essas medidas, definiu-se a área física de intervenção prioritária do Projeto de Revitalização do Centro histórico de João Pessoa. A metodologia utilizada para o desenvolvimento dos estudos realizados foi a mesma adotada pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional nos estudos de restauração e revitalização-requalificação dos Centros Históricos espanhóis, conforme nos explicou Sonia Gonsalez³¹, Coordenadora da Comissão Permanente de

³⁰ Entrevista em: 09 de agosto, 2013.

³¹ Em entrevista à pesquisadora em: 20 de junho, 2012.

Desenvolvimento do Centro Histórico. Essa metodologia foi repassada à Comissão Permanente pelos consultores contratados pela AECI – Maria Luiza Cerrilhos e o arquiteto brasileiro José Saia Neto. Na concepção desses consultores, era necessário realizar o inventário da área:

Um Centro Histórico não pode ser considerado em nenhum momento como um conjunto teatral de aparências externas. Seu estudo, se se persegue um objetivo de revitalização integral, não de sua epiderme, não admite aspectos parciais, sua economia, seus problemas sociais e de habitação, suas atividades etc., são fatores inseparáveis frente a uma programação e planificação para seu futuro (PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO, 1987, p.09).

O estudo diagnosticou as condições da área urbana e as condições ambientais do Rio Sanhauá, no Varadouro, de sua vegetação de mangue. Apesar de todos os estudos realizados, a Comissão Permanente de Desenvolvimento deu pouca visibilidade aos problemas sociais e à qualidade de vida das comunidades que residem na ribeira do rio Sanhauá: Porto do Capim, Vila Nassau, Frei Vital e XV de Novembro. Após o levantamento, a supracitada comissão concluiu o seguinte diagnóstico:

O Centro histórico de João Pessoa encontra-se dentro dos limites de uma área urbana muito consolidada, como zonas homogêneas distintas, afetadas por problemas concretos e diferenciados: aumento, com características de invasão, dos usos comerciais em mais de dois terços de sua área edificada; abandono do uso residencial que, atualmente, só se encontra no entorno dos edifícios históricos da cidade alta; escassíssimo equipamento cívico assistencial; predomínio da propriedade privada da edificação e dos alugueis como regime de ocupação, com graves problemas de falta de vínculo da população inquilino com as edificações, em sua maioria comerciantes (...). Outro problema é o processo continuado e acelerado de ruptura e destruição da imagem urbana (demolições, alterações etc.) com zonas especialmente negativas, onde, por concentração de problemas (usos, abandono, ruínas, invasões etc.), acumulam-se alarmantemente os fatores de deterioração (Memorial Geral do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, 1987, p. 165).

Verificou-se que um dos problemas mais graves que o Centro Histórico de João Pessoa enfrentava era o processo de obsolescência de sua infraestrutura e perda progressiva do seu patrimônio edificado. Além disso, a perda gradual da sua função residencial e a saída contínua de atividades econômicas para outras centralidades mais bem-dotadas de infraestrutura urbana (estacionamento,

mobilidade urbana mais adequada, meios técnicos mais avançados, etc.) contribuíram para o arrefecimento da área.

O estudo realizado pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico resultou na produção de um diagnóstico contendo os seguintes documentos: histórico da área, estudo de tipo das edificações, estudo socioeconômico, normativas de proteção do Centro histórico de João Pessoa, cadastro técnico, plano de proposta para áreas verdes, níveis de intervenção nas edificações e na estrutura urbana, zoneamento e uso do solo, proposta de áreas verdes livres, área de pedestre e reordenação viária.

Todo o levantamento realizado foi sistematizado pela equipe e utilizado para a elaboração das 26 intervenções consideradas prioritárias. Por intervenções prioritárias, designavam-se apenas os monumentos e exemplares em risco, além das mudanças na legislação e nas restrições de usos. Além desses documentos, a Comissão Permanente produziu ainda um plano de trabalho específico para as vinte e seis intervenções consideradas prioritárias. O plano de etapas era composto pelas seguintes intervenções:

01 Praça São Francisco, 02-Horto São Francisco, 03-Pç Dom Adauto, 04-Conjunto Carmelita, 05- Rua D. Pedro I, 06-Pç Dom Ulrico, 07- Rua Vigário Sarlem, 08- Igreja de São Bento, 09-Rua General Osório, 10- Casa dos Azulejos, 11- Pça Anthenor Navarro, 12- Largo de São Frei Pedro Gonçalves, 13- Rua Pe. Antonio Pereira, 14- Lad de S. F. P. Gonçalves, 15- Antigo Hotel Globo, 16-Prédio Nº 2, 17- Antiga Alfandega, 18- Fábrica Tito Silva, 19-Pç Rio Branco, 20- Av. Miguel Couto, 21- Rua Duque de Caxias, 22- Pç Vidal de Negreiros, 23- Pç 1917, 24- Pç João Pessoa, 25- Pç Venâncio Neiva, 26- Ribeira do Rio Sanhauá (COMISSÃO PERMANENTE, 1987, p. 54).

Segundo os consultores e a Comissão Permanente do Centro Histórico, essas intervenções eram essenciais para o resgate desse patrimônio cultural, enquanto uma tentativa de recompor a paisagem urbana que marcara os primórdios da formação da cidade até meados do século XIX, além de contribuir para a integração do rio com a cidade, ligação que fora perdida ao longo do século XX com o crescente processo de urbanização e expansão urbana.

Conforme orientação da AECI, as obras de recuperação e revitalização deveriam ser concluídas em 1992, ano que marcava a comemoração dos 500 anos de descoberta da América. Segundo membros da Comissão Permanente, por problemas decorrentes da falta de apoio logístico e financeiro do Governo do Estado

e da Prefeitura Municipal, além dos conflitos com segmentos da população local, representados, em sua maioria, pelos comerciantes da Rua Maciel Pinheiro e da Praça Anthenor Navarro, as obras de revitalização, na sua primeira fase, estenderam-se por, aproximadamente, dez anos (1987-1996).

Na experiência de revitalização do Centro Histórico de João Pessoa definiram-se duas fases de atuação sobre o patrimônio na capital e forma diferentes de articulação entre os atores. Na primeira fase seguindo um modelo utilizado pelos órgãos nacionais de patrimônio, foram privilegiados os monumentos em risco e a criação de normativas restringindo usos e descaracterizações. Revelam-se, desde então, os conflitos entre gestores do projeto de revitalização do centro, usuários, e comerciantes próximos às áreas de intervenção (SCOCUGLIA, 2004, p. 24).

O processo de revitalização do Centro Histórico de João Pessoa constituiu-se de intervenções de caráter pontual, em que se privilegiaram exemplares isolados e monumentos históricos mais representativos da história da cidade e da arquitetura nacional. Assim, na primeira fase, restauraram-se igrejas, monumentos, praças e exemplares isolados. Essas ações ocorreram na parte da cidade denominada de Cidade Alta. Na visão da Comissão Permanente do Centro Histórico, a importância arquitetônica e cultural dos imóveis e os respectivos estados de arruinamento e degradação em que se encontravam tornaram-se os critérios básicos para a escolha dos exemplares a serem recuperados.

2.6 A revitalização da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves e o consumo da paisagem

Podemos dizer que a segunda etapa do processo de revitalização do Centro Histórico de João Pessoa inicia-se em 1998, também de modo pontual, como ressalta Scocuglia, com a revitalização da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves, além de outros trechos do antigo Bairro do Varadouro (Cidade Baixa). Situada no núcleo da cidade baixa, no Varadouro, entre as ruas Padre Antônio Pereira e João Suassuna, sendo ponto de chegada das ruas Maciel Pinheiro e da Areia, e servindo de entrada para o Largo de São Frei Pedro Gonçalves, a Praça Anthenor Navarro surgiu em 1930, quando o Decreto nº 1.629 de 1º de fevereiro de 1930, aprova o projeto de alargamento da Rua Maciel Pinheiro e prolongamento da Rua Gama e Melo e a desapropriação por utilidade pública dos prédios e terrenos atingidos por essa intervenção. A área foi escolhida por

representar aspectos importantes da história e da memória da cidade, mas de modo algum representa o nascedouro da cidade, como divulgou o poder público por meio de um intenso marketing junto às agências de turismo da cidade.

Sua construção é resultado das reformas urbanísticas que sofreu a cidade nas três primeiras décadas do início do século XX, quando a Capital paraibana, buscando seguir o exemplo de outras capitais brasileiras, como Rio de Janeiro, Recife e Fortaleza, adere ao ideário racionalista do urbanismo moderno. Scocuglia, referindo-se à cidade no início do século, ressalta:

Havia a vontade política de transformação da imagem de cidade provinciana em cidade moderna, com largas avenidas para automóveis, com viadutos, prédios administrativos de linhas arquitetônicas que seguiam as tendências internacionais em voga durante as primeiras décadas do século XX (SCOCUGLIA, 2004, p. 135).

Assim, é dentro do espírito modernizador da época que ela é criada. Sua edificação possibilitou um melhor acesso ao Largo de São Frei Pedro Gonçalves e ao antigo Porto do Capim, como também possibilitou o acesso à margem direita do rio Sanhauá que, antes de sua abertura, era realizado por um antigo beco situado ao lado da Igreja de São Frei Pedro Gonçalves.

Na década de 1930, a área foi alvo de intervenção urbanística. Inicialmente, a Praça Anthenor Navarro teve seu casario modernizado, com a substituição de velhos sobrados comerciais oitocentistas por edificações que começavam a adotar alguns elementos da arquitetura de vanguarda oriunda das cidades europeias – os estilos *art-nouveau* e *art-décor*. Sua inauguração, em 24 de abril de 1933, representou um marco importante na história urbana da cidade, tendo-se em vista que a mesma foi resultado das intervenções urbanas que se processavam no país, durante a década de 1930, feitas por arquitetos e urbanistas convidados pelo poder público, com o intuito de aproximar a sociedade pessoense do modelo de cidade que imperava na modernidade.

A revitalização da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves, em 1998, atribuiu novas dimensões ao Centro Histórico de João Pessoa, ganhando, assim, novo fôlego. Tendo como motivação as repercussões das experiências do Pelourinho, em Salvador, Bahia (1991), e, sobretudo, do Bairro do Recife, em Recife, Pernambuco (1992), tentava-se repetir, em João Pessoa, o que havia ocorrido com os centros históricos dessas metrópoles, ou seja, transformar o patrimônio cultural em objeto de consumo, lazer e entretenimento. Buscava-se,

mediante a “revitalização” da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves, dinamizar o turismo no Centro Histórico.

Para a realização dos trabalhos de restauração dos casarões oitocentistas da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves, foram contratadas empresas privadas, construtoras especializadas em trabalho de preservação. Ocorreu, também, a contratação dos serviços terceirizados de equipe de arqueólogos da Fundação Seridó, do Estado de Pernambuco, assim como a contratação de uma equipe de consultoria para elaboração de projetos-piloto e obtenção de financiamento junto aos investidores internacionais.

Segundo Scocuglia (2004), só a partir de 1997, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal passaram a ter uma atuação mais efetiva junto à Comissão Permanente, fato que não vinha ocorrendo desde a assinatura do convênio. A atuação do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal só foi ampliada quando ocorreram as políticas federais de captação de recursos voltados, sobretudo, para o desenvolvimento do turismo. Tais verbas eram advindas de agentes financeiros internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por meio do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE).

O Prodetur-NE – Programa de Ação para o desenvolvimento do Turismo no Nordeste Brasileiro – foi implantado em 1992 por iniciativa do governo federal, junto aos governos estaduais, visando financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento –BID. Para isso foi obtido um crédito especial do governo federal, no BNDS, para a iniciativa privada que quisesse investir no setor e nesse programa. A estratégia do Prodetur se fundamenta, pelo menos no discurso, no tripé: iniciativa privada, governo e população, e ainda na chamada regionalização, que são pólos, corredores turísticos no Nordeste entendidos como capazes de privilegiar a inter-relação entre os estados. Esta política de turismo como fator de desenvolvimento teve início no Brasil com a implantação do Plantur – Plano Nacional de Turismo (1992), cujo fundamento é diversificação e a distribuição geográfica da infraestrutura concentrada nas regiões sul e no Sudeste. A redistribuição se daria através de pólos de desenvolvimento integrados, em novas áreas, associados à expansão de infraestrutura, estradas, aeroportos, etc.. Há uma expectativa de que assim seja ampliada a receita cambial e que o turismo passe a ser um dos principais produtos de exportação do país (SCOCUGLIA, 2004, p.24).

O Prodetur foi um programa governamental que teve forte influência nas ações da Comissão Permanente do Centro Histórico. A partir da definição das áreas turísticas prioritárias, eram propostas intervenções públicas que seriam implantadas

de forma que o turismo viesse a constituir uma verdadeira alternativa econômica geradora de emprego e renda.

Segundo informações que constam no Relatório Final do Projeto Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é responsável por 60% do valor total de financiamento do PRODETUR NE/PB. Segundo Helena Tavares Gonçalves (2014), o investimento desse programa no desenvolvimento turístico em João Pessoa elencou atrativos naturais e culturais que deveriam ser levados em consideração, foram eles: sol, mar, sítio histórico e ecologia. O programa na área do patrimônio histórico investiu 3,95 % do orçamento total. As intervenções urbanísticas tinham como principais objetivos: recuperar o patrimônio histórico; incrementar a realização de eventos na área; estimular o crescente fluxo de visitantes por meio das agências de turismo e da propaganda governamental; criação de negócios na área para a geração de oportunidades de renda. Segundo o Relatório Final do Prodetur/NE em 2005, acerca do projeto de revitalização:

Verifica-se que as metas estabelecidas na concepção do Projeto foram em parte atingidas, ou seja, foi gerado um fluxo de visitantes que transbordou por todo entorno e monumentos vizinhos. Houve também um significativo incremento no que diz respeito à realização de eventos. Deve-se, ainda, ressaltar que no entorno das intervenções, observa-se o início da procura de imóveis para novos investimentos privados, principalmente em equipamentos de apoio ao turismo, decorrentes dos trabalhos de revitalização, respondendo de maneira satisfatória às expectativas do programa. As informações disponíveis não detectam a criação de oportunidade de renda para a população da comunidade do antigo Porto do Capim, entretanto, é provável que alguma melhoria tenha ocorrido, em face da geração de um novo fluxo de visitantes e turistas (BANCO DO NORDESTE, Relatório Final Prodetur/NE, 2005, p. 65).

Todavia, segundo depoimento dos moradores do Porto do Capim, poucos foram os moradores que conseguiram trabalhar nos bares e restaurantes que se instalaram na Praça Anthenor Navarro e no Largo de São Frei Pedro Gonçalves. Não houve, por parte do poder público, um treinamento, um investimento no sentido de preparar a comunidade, por isso, ela não foi inserida no projeto.

Segundo o Relatório Final do Prodetur (2005), “as informações disponíveis não detectam a criação de oportunidade de renda para a população da comunidade do antigo Porto do Capim, entretanto, é provável que alguma melhoria tenha ocorrido, em face da geração de um novo fluxo de visitantes e turistas”. Será que podemos reconhecer que apenas com o aumento de um novo fluxo de visitantes e

turistas a vida dos moradores do Porto do Capim iria melhorar? Não é necessário muito esforço para responder a essa questão, basta chegar ao Porto do Capim e à Vila Nassau para encontrarmos a resposta.

O processo de revitalização da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves passa a ser uma estratégia de afirmação da cidade no cenário nacional do turismo. Cresce, nesse período, a participação dos governos estaduais, das administrações municipais e da iniciativa privada nas ações de revitalização por todo o país:

Recife e Salvador são as grandes vitrines dos projetos de revitalização do Nordeste. No bairro do Recife Antigo, diversos casarões foram restaurados para dar lugar a empreendimentos privados como bares e restaurantes, voltados para lazer e turismo. Para transformar o Pelourinho em cenário urbano de recuperação foram realizadas desapropriações e novas intervenções financiadas com recursos oriundos do poder público e de fontes internacionais. Outras cidades nordestinas incorporaram a concepção de revitalização. Em Fortaleza, a Prefeitura construiu uma obra de grande impacto na zona portuária, o Centro Cultural Dragão do Mar, um dos símbolos da recuperação de áreas deterioradas da cidade. Em São Luís, o centro histórico abriga diversos sobrados dos séculos XVII e XIX¹³, em revitalização. O poder público estadual é um importante articulador desse processo (LEANDRO, 2006, p.35).

O principal objetivo do projeto de revitalização da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves, segundo o discurso da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico, foi promover a revitalização e a reestruturação urbana da área, recuperar o casario em seu entorno, mas, sobretudo, liberar a área do uso abusivo do automóvel, consolidando-a como um espaço de atração turística e destinado às atividades de lazer e de diversão. Visava-se à produção de uma nova imagem que atraísse para seu entorno novos tipos de uso e formas de ocupação econômicas.

A sua intervenção em 1998 constituía a possibilidade de atrair novas atividades de comércio e serviços que continuamente vinham se deslocando do Centro para outras partes da cidade. Visava-se, ainda, a adequá-la a novos usos e formas de apropriação. A sua revitalização é uma estratégia governamental de aproveitamento do espaço público, para o entretenimento e o lazer, mas, sobretudo, serviu como área de preservação e permanência de práticas culturais para a dinamização da atividade turística.

Figura 7: Praça Anthenor Navarro após o processo de revitalização com as fachadas dos prédios pintadas pelo Programa Cores da Cidade
Fonte: Acervo da Comissão Permanente do Centro Histórico, 1997.

A revitalização da Praça Anthenor Navarro, na visão de Socuglia (2004), representou o processo de *Reinvenção do Centro Histórico de João Pessoa*. Até então, em João Pessoa, não se falava no Centro Histórico, nem mesmo os órgãos de preservação se referiam à área como Centro Histórico. Foi a partir dessa intervenção que os órgãos de preservação, os moradores, transeuntes, comerciantes passaram a se referir à área como Centro Histórico de João Pessoa.

Ao longo do processo de revitalização da Praça Anthenor Navarro, foram investidos inúmeros esforços do poder público, por meio da parceria com o capital privado, Tintas Coral, Brenan, para a utilização da área como palco de eventos culturais. Todavia, a Praça Anthenor Navarro é uma intervenção da década de 1930 e não representa a área de fundação da cidade. Ao longo do processo de revitalização da Praça Anthenor Navarro, foram investidos inúmeros esforços do poder público para divulgar a cidade nos catálogos de agências de turismo e agência de viagens, tendo sido realizado um verdadeiro marketing da área, visando a desenvolver o turismo na área. No discurso da Comissão Permanente, a principal intenção foi despertar a atenção, o olhar curioso da população para as questões pertinentes ao patrimônio cultural e sua preservação por meio da cultura. Na visão de Arantes (2000), esse processo está envolto de um significado cultural:

Não há experiência ou artefato que não se apresente investido de um significado cultural qualquer, que por isso mesmo passa por instâncias definidoras de sua natureza. Tudo é passível de associação simbólica, possui referências a práticas e tradições locais – valores esquecidos e reativados por essa nova voga cultural (...). Trata-se obviamente de políticas compensatórias, visando à “inclusão” cultural dos excluídos social e economicamente. Ao mesmo tempo, uma tal acumulação de “capital simbólico” redundará numa expansão das instituições e num retorno material nada desprezível para os produtores culturais – seja eles Estados ou empresas (como dizia Jack Lang, ex-ministro francês dos *Affaires Culturelles*: “A cultura é o nosso petróleo”) (ARANTES 2001, p.142).

Assim, no processo de revitalização da Praça Anthenor Navarro, no atual estágio do capitalismo, a cultura faz parte das estratégias governamentais, em todos os níveis, à direita e à esquerda. Hoje, mais do que nunca, tem-se verificado um reconhecimento crescente do valor da cultural para a economia das cidades, como ressalta Featherstone:

[...] os diversos caminhos diretos e indiretos pelos quais a presença de instituições, atividades culturais e uma sensibilidade geral para os modos como o realce, a renovação e o redensolvimento das fachadas culturais, da trama e do espaço vivido das cidades rendem benefícios. A consciência de que as indústrias da cultura, como editoras, gravadoras, radiodifusão e turismo, pode desempenhar um papel cada vez maior nas economias nacionais e locais cresceu ao lado da expansão geral da produção e do consumo de bens simbólicos nas sociedades ocidentais contemporâneas (FEATHERSTONE, 1995, p.148).

Além desses aspectos, o capital cultural também se expressa em formas específicas, como a cultura popular – música, o folclore, os parques temáticos, os cenários criados, os sítios históricos – passando a ser considerada legítima e conquistando prestígio e ascensão na hierarquia simbólica. Assim, ao longo dos últimos anos, observamos a ascensão de velhos bairros tradicionais, áreas antigas da cidade – que, no passado, estavam relegados ao abandono e à obsolescência – tornarem-se lugares atrativos, produtores de capital cultural, agora elevados à condição respeitável de objetos de observação turística, local de entretenimento e lazer.

Segundo Claudio Nogueira³², a cultura representa um elemento fundamental no processo de revitalização do centro histórico de João Pessoa:

Em qualquer processo de revitalização, a cultura tem um papel relevante, notadamente na dinamização dos centros históricos. No caso de João Pessoa, acho que tivemos duas formas de participação bastante interessante: a primeira através da recuperação dos eventos e festejos

³² Entrevista realizada em: 12 de junho, 2014.

populares e tradicionais, a exemplo do “Folia de Rua” que a partir de 1997 passou a utilizar o centro histórico como um dos principais palcos para os blocos carnavalescos, e a segunda foi com o engajamento de artistas e produtores culturais na discussão do processo de revitalização e na ocupação da própria área, quer seja com alguns ateliês/moradia ou com a utilização de espaços e edificações para suas expressões artísticas. Quanto às leis de incentivo à cultura, elas tiveram pouca participação direta no processo de revitalização, tendo contribuído com o financiamento de alguns projetos culturais de iniciativa de artistas locais.

Lentamente, com o processo de revitalização, vemos a paisagem da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves se transformar. Os casarões da década de 1930 tiveram suas fachadas restauradas com cores fortes e chamativas (recurso que já havia sido empregado nos casarões da rua do Bom Jesus no Bairro do Recife Antigo), restauração que teve a participação da iniciativa privada, basicamente, com a parceria da Fundação Roberto Marinho, via projeto Cores da Cidade. Outros imóveis tiveram seu interior reformado para se adequar às novas demandas do processo de revitalização – surgindo, assim, os bares, ateliês, restaurantes que iriam comandar a vida cultural do Varadouro. Segundo Vital (2007), entre o período de 1998-2002, as edificações que compunham o patrimônio arquitetônico da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves receberam novos usos, particularmente relacionados às atividades de lazer e diversão, visando a atender às demandas da indústria do turismo em João Pessoa.

Repetiu-se em João Pessoa não só a estratégia de pintar fachadas com cores fortes, mas também as parcerias entre os órgãos públicos e privados, incluindo-se os pequenos empresários instalados na Praça Anthenor Navarro [...]. Firmou-se assim, desde o período de 1997-2002, nova imagem, narrativas e usos no centro histórico. Em todas as notícias dos jornais locais, recorria-se à imagem da origem da cidade e à ideia de que o patrimônio cultural passaria de abandonado e em ruínas para algo dinâmico, vivo, com cores e efervescência cultural. Esta seria a forma que possibilitaria transformar aquele patrimônio em mercadoria nova e explorá-lo para o consumo cultural e turístico (SCOCUGLIA, 2010, p. 49).

Aos poucos, a dinâmica da praça foi se modificando, e a circulação de veículos ao redor da praça foi inviabilizada. A partir desse momento, apenas um lado da praça seria utilizado para a circulação de pedestres. A calçada foi reconstituída, os canteiros, recuperados, os bancos, reparados, e o busto de Anthenor Navarro, restaurado. As atividades comerciais que não se adequavam à área foram transferidas para ruas próximas à praça. O prostíbulo que, por décadas, funcionou em um dos casarões antigos foi transferido para a Rua da Areia, sua presença na

área, na visão dos idealizadores da revitalização, não se adequava às novas funções e usos que lhe foram impostas pelo processo de revitalização.

Segundo Sonia Gonzalez, a intervenção na Praça Anthenor Navarro foi a primeira e única ação que envolveu o capital público e privado. Segundo a Coordenadora, a busca de parceria com a iniciativa privada foi uma ação difícil. Diferente das experiências de outras cidades brasileiras, o processo de captação de recurso junto à iniciativa privada em João Pessoa foi pontual:

Realmente, nós fomos buscar a iniciativa privada, nós falamos com representantes das Tintas Coral em João Pessoa, falamos na época com a Cimepar, com o Grupo Brennand, apresentamos o projeto à Prefeitura Municipal de João Pessoa e a outros órgãos públicos, como a Saelpa, isso já com as parcerias privadas asseguradas. As parcerias privadas foram fundamentais para a revitalização da praça e representou a primeira e única ação onde o capital privado esteve envolvido. Esta foi a primeira e única parceria com a iniciativa privada que a Comissão Permanente conseguiu realizar em vinte anos de trabalho.³³

Foi a partir do Programa Cores da Cidade que as fachadas dos prédios que compõem o acervo patrimonial da Praça Anthenor Navarro ganharam cores fortes e chamativas, seguindo o modelo de revitalização do Bairro do Recife. Na essência desse processo, estava a ideia de se criar uma nova imagem e uso para a Praça Anthenor Navarro, principalmente transformá-la, juntamente com o Largo de São Frei Pedro Gonçalves, em lugar de lazer e de consumo cultural para aqueles que poderiam pagar para consumir nos bares, ateliês e lojas que ali se instalariam no decorrer do tempo.

O efeito mais evidente desse processo foi a revalorização da paisagem constituída por elementos históricos, como o patrimônio arquitetônico; esse processo atribuiu à paisagem urbana contemporânea novos sentidos no campo do consumo cultural. Repetia-se, no Centro Histórico de João Pessoa, a mesma tendência que se disseminou no final do século XX, em outras cidades brasileiras.

A revitalização da Praça Anthenor Navarro foi uma ação difícil, pois exigiu da Comissão Permanente negociação com o poder público e os comerciantes da área. Ainda segundo a Coordenadora, a principal dificuldade foi a falta de apoio da Prefeitura Municipal de João Pessoa que, à época, não se envolveu efetivamente no processo de revitalização, a tal ponto de os recursos que haviam sido disponibilizados, em 1987, pela Agência Espanhola Cooperação Internacional

³³ Sonia Gonzalez, entrevista realizada em: 16 de maio, 2013.

(AECI) para a revitalização da Praça Anthenor Navarro tiveram que ser devolvidos, na medida em que a Comissão Permanente não recebeu, a tempo, o apoio da Prefeitura Municipal de João Pessoa para a retirada de um posto de gasolina que funcionava na Praça à época.

Essa providência dependia da aplicação da legislação municipal, já que a área em que o posto de gasolina encontrava-se estava dentro das Zonas Especiais de Preservação, espaço definido como Centro Histórico pelo IPHAEP. Assim, a permanência de um posto de gasolina na área tornava inexecutável a ação de revitalização.

Outro motivo que dificultou o trabalho da Comissão Permanente foi a falta de consciência sobre a importância desse patrimônio por parte dos comerciantes que possuíam negócios nas ruas situadas nas imediações da Praça Anthenor Navarro. Desse modo, temendo atrapalhar seus negócios, posicionaram-se contra o processo de revitalização da Praça Anthenor Navarro, gerando vários embates entre com os técnicos da Comissão Permanente.

Segundo relato de Sonia Gonzalez, os comerciantes chegaram ao ponto de realizar a queima de pneus em plena praça e agredir verbalmente os arquitetos e a Coordenadora da Comissão Permanente, com o intuito de inviabilizar o processo de revitalização. Também pressionaram a prefeitura municipal, por intermédio dos políticos conservadores – muitos deles proprietários de imóveis na área delimitada de preservação histórica – para não aderirem ao Projeto de Revitalização.

Entretanto, em 1997, o posto de gasolina faliu, e sua estrutura se deteriorou. O que restou do posto passou a representar um perigo para os que circulavam pela área. A partir desse evento, a Comissão Permanente procedeu à elaboração do projeto piloto da Praça e à captação de recursos junto a Prefeitura Municipal, que se interessou pelo projeto e resolveu investir na revitalização e requalificação do espaço, conforme ressalta Scocuglia (2004b).

Figura 8: Praça Anthenor Navarro, em 1996, com o posto de gasolina que impediu por anos o processo de revitalização da área

Fonte: Acervo Comissão Permanente do Centro Histórico, 1987.

A Praça Anthenor Navarro e o Largo de São Frei Pedro Gonçalves, para esses governos, tornaram-se os ícones do processo de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa. Acreditava-se que a revitalização da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves transformaria a realidade econômica, social e cultural do bairro do Varadouro. Segundo Gonçalves (2014), um dos resultados da política de entretenimento:

As intervenções de Restauração do Antigo Hotel Globo (1995), Revitalização da Praça Anthenor Navarro (1998) e Revitalização do Largo e Ladeira São Frei Pedro Gonçalves (2002) representaram a estratégia de se promover o uso de espaços dotados de valor histórico enquanto espaços de entretenimento. (...) As estratégias utilizadas nas três ações de intervenção foram basicamente a restauração de fachadas de um casario da década de 1930 e 1940, representantes do estilo arquitetônico *art déco* e construção de praças voltadas ao convívio social. Nessas praças foram investidos inúmeros esforços do poder público, através de parcerias público-privadas, para a utilização do espaço como palco de eventos artísticos. A intensão foi despertar o olhar da população para a questão do patrimônio cultural através do entretenimento, como esclarece Cícero Lucena, prefeito da cidade em 1997, em uma notícia de jornal cujo título foi “A vez de João Pessoa”: Vamos repetir a mesma façanha do Recife Velho, inteiramente resgatado para o desfrute e convívio cultural da comunidade pernambucana e dos milhares de turistas que se maravilham com a transformação lá operada.³⁴

³⁴ JORNAL, Correio da Paraíba. *A vez de João Pessoa*. João Pessoa, 08 de Março de 1997.

Vale salientar que as estratégias do poder público resultaram num fenômeno de efervescência cultural na área revitalizada, tendo sido abertos diversos bares e casas de show, ateliês, boates. Além disso, as praças contavam com manifestações festivas que faziam parte da Agenda Cultural da FUNJOPE. Dentre as atividades festivas que passaram a fazer parte do “Calendário Cultural do Centro Histórico”, podemos citar: o Folia de Rua, prévia do carnaval de rua; o Carnavarró, o carnaval da Praça Anthenor Navarro; encerramento do bloco carnavalesco Cafuçu (que se apresentava, originalmente, em bairros praieiros de João Pessoa, passando a desfilar na Praça Dom Adauto, na Cidade Alta, terminando sua festividade da Praça Anthenor Navarro); Centro em Cena, festivais de artes plásticas, literatura, teatro, dança, fotografia, cinema e vídeo; Arraial do Varadouro, Festa de São João; o Festival de Quadrilhas, Auto de Deus, espetáculo cênico da Semana Santa. Além das atrações financiadas pela prefeitura, existia a opção de se consumir entretenimento nos ambientes privados, como bares e casas de show, frequentados pelo público que podia pagar por esses serviços (GONÇALVES, 2014).

Todavia, segundo Roseane Mendes, representante da Associação dos Moradores do Porto do Capim à época, percebeu-se que os mesmos não foram beneficiados com as ações de intervenção na área. Na época em que a praça era palco de atividades culturais, shows ao vivo, financiados pela Fundação de Cultura de João Pessoa (FUNJOPE), em que o bar Paraíba Café recebia os frequentadores que podiam pagar e consumir nas suas dependências, o cenário do centro histórico se transformava. A FUNJOPE montou um calendário de eventos e, dentre as atividades culturais, uma das mais importantes era a Folia de Rua, prévia carnavalesca que ocorria todos os anos na Praça Anthenor Navarro, depois que a mesma foi revitalizada.

Rossana Hollanda, presidente da Associação de Mulheres do Porto do Capim, relata, no seu depoimento, que, no início do processo de revitalização da praça e do largo, os moradores do Porto do Capim, Vila Nassau, Frei Vital e XV de Novembro subiam a Ladeira do Largo de São Frei Pedro Gonçalves para catar latinhas. Os moradores colocavam seus carrinhos para vender churrasquinho ao redor da praça, enquanto suas crianças circulavam pela praça e pelo largo, entre as mesas. Na medida em que esse fluxo se intensificava, os empresários com negócios na área cobravam dos poderes públicos iniciativas no sentido de intimidar esse comércio informal que se constituía.

Durante aproximadamente quatro anos (1997-2000), a Praça e o Largo foram palco de atividades culturais. À noite, nos finais de semana, esses espaços atraíam uma clientela interessada em consumir as atividades culturais promovidas pelo poder público municipal, com a participação da iniciativa privada, buscando reforçar a imagem de lugar público, promotor de sociabilidades e encontros. Repetia-se, em João Pessoa, um processo que marcava a paisagem de outras cidades brasileiras:

Repetiu-se em João Pessoa não só a estratégia de pintar fachadas com cores fortes, mas também as parcerias entre os órgãos públicos e privados, incluindo-se os pequenos empresários instalados na Praça Anthenor Navarro [...]. Firmou-se assim, desde o período de 1997-2002, nova imagem, narrativas e usos no centro histórico. Em todas as notícias dos jornais locais, recorria-se à imagem da origem da cidade e à ideia de que o patrimônio cultural passaria de abandonado e em ruínas para algo dinâmico, vivo, com cores e efervescência cultural. Esta seria a forma que possibilitaria transformar aquele patrimônio em mercadoria nova e explorá-lo para o consumo cultural e turístico (SCOCUGLIA, 2010, p. 49).

A partir da iniciativa de alguns empresários do ramo de entretenimento, convencidos pelo poder público municipal da viabilidade de negócios na área, foram surgindo os bares, boates e restaurantes, ateliês, lojas de confecção, antiquários e galeria de arte. Os empresários achavam que aqui ocorreria o mesmo processo que se desenvolvia na Rua Bom Jesus, no Bairro do Recife, onde uma gama de serviços e negócios no ramo do entretenimento transformaria o bairro em ponto de encontro de uma classe média ávida por cultura e lazer.

Segundo Bob Zacara³⁵, empresário ligado ao ramo da cultura, no ano de 1990, o então prefeito Cícero Lucena, em conversa com empresários do ramo de entretenimento na Prefeitura Municipal de João Pessoa, estimulava a ida desses empresários para a Praça Anthenor Navarro:

Na época, o prefeito era o atual senador Cícero Lucena, que prometeu mundos e fundos, que a gente fosse que ia ser maravilhoso. Pra você ter uma ideia, nós alugamos o imóvel na praça em março, inauguramos o bar em junho, e a segunda parte em julho, porque a pequena obra que estava sendo feita na Praça Antenor Navarro não terminava. Eu fui a pessoa que mais lutei que mais empresários fossem para lá. Era a única pessoa que queria concorrência. Eu queria a concorrência porque a pessoa que estava acostumada a ir para a praia, chegava lá e, graças a Deus, o bar de início, como todas as coisas de João Pessoa acontece muito, no começo todo mundo quer ir, todo mundo quer conhecer e depois a

³⁵ Roberto Zacara é empresário do ramo de serviços. Foi um dos primeiros empresários do ramo de lazer e entretenimento a se instalar na Praça Anthenor Navarro. Teve e ainda tem uma participação efetiva da vida cultura de João Pessoa. Atualmente, trabalha na Secretaria de Turismo da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

coisa vira. Mas graças a Deus durante os seis primeiros meses o bar era lotado e a gente não tinha um concorrente. Caso algum consumidor chegasse e dissesse assim: o Paraíba Café não tem lugar, mas eu vou para outro bar aqui mesmo na praça. Meu carro já está estacionado, tudo bem. Não houve essa coisa. Só depois de alguns anos começou a surgir, porque apareceu o Engenho do Chop, apareceu a boate Intoca. Apareceu em frente à gente um ateliê que tinha um barzinho dentro que era o Furta Cor. Depois que a Santa Cruz abriu um outro bar ali vizinho a Associação Comercial, aí a coisa começou a acontecer um pouco, e quando as coisas acontecem e não há um policiamento que regule as histórias aí o que acontece? Outra coisa, a marginalização chega, os marginais chegam. A gente tinha o pessoal do Porto do Capim que ganhava uma granazinha em tomar conta dos carros que estacionavam nas imediações da praça, mas o marginal foi mais forte. Então, essa coisa, como não tinha policiamento naquela área, a área foi se deteriorando novamente, essa é a realidade.³⁶

Assim, pouco a pouco, a praça e o largo foram se transformando em lugar de encontro e diversão noturna. Os casarões restaurados, a presença de pessoas da classe média, o movimento de automóveis ao redor da praça e os flanelinhas indicando os locais para estacionar. Esse movimento já indicava o enobrecimento das antigas edificações, estas pareciam ficar mais distantes do cotidiano dos moradores do centro histórico.

Figura 9: Festa de Carnaval na Praça Anthenor Navarro
Fonte: SECOM, 2007.

Durante a semana, é comum nos depararmos com os olhares curiosos dos turistas levados pelas Agências de Turismo, com suas câmeras em punho

³⁶ Roberto Zacara, entrevista realizada em: 09 abril, 2012.

registrando as fachadas restauradas da Praça Anthenor Navarro, do Largo de São Frei Pedro Gonçalves e da Igreja de São Frei Pedro Gonçalves. Essa cena pode ser registrada em várias cidades brasileiras, especialmente aquelas que tiveram seu Centro Histórico revitalizado.

Figura 10: Turistas na Praça Anthenor Navarro.

Fonte: Regina Celly Nogueira da Silva, 2014.

Scocuglia (2004) ressalta que os poderes públicos locais utilizaram o patrimônio local como instrumento de propaganda da cidade e de programas eleitorais, visando ao apoio político da população e à visibilidade pública:

Utilizam a tradição não apenas como relíquia, mas como cenário e elemento central das estratégias de marketing das administrações municipal e estadual, enquanto *image-making* de um estado e de instituições modernas que seguem as principais tendências nacionais e internacionais, de competição entre cidades pela retraditionalização de seu passado através da transformação dos mesmos em *relíquias* e em mercadorias (SCOCUGLIA, 2004, p. 124).

Outra característica importante a ser ressaltada é que, embora se atribuísse, no documento do projeto de revitalização, grande importância às medidas de integração e participação da população do centro histórico, à problemática da preservação e ao processo de revitalização, o que observaremos é que essa ação será posta em segundo plano pela Comissão Permanente e pelos órgãos responsáveis pelo patrimônio nos mais de vinte anos de revitalização. Só a partir de 1991, com a criação da Oficina Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural em

João Pessoa, ocorrerá um trabalho em nível mais educativo/formador da consciência da importância da memória, do saber/fazer, da tradição (SCOCUGLIA, 2004).

Nesse sentido, a intervenção na Praça Antenor Navarro e no Largo de São Frei Pedro Gonçalves, representaram uma estratégia para a valorização turística e imobiliária do Centro Histórico, tendo produzido mudanças consideráveis na paisagem urbana e gerado novas formas de sociabilidades, mesmo assim, não conseguiram diminuir as assimetrias que demarcavam espacialmente as desigualdades sociais do lugar, nem seu esvaziamento noturno, como ressalta Scocuglia:

[...] rompido apenas pelos bares e bordéis que proliferavam nas antigas ruas como a Rua da Areia, Rua da Republica, Rua Maciel Pinheiro e, em menor grau, dissimuladas, na Pra Anthenor Navarro e no Largo de São Frei Pedro Gonçalves, correspondente a imagem de lugar perigoso que ainda o caracteriza (SCOCUGLIA, 2004, p. 127).

Segundo Gonçalves (2014, p. 41), no período do final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, o Centro Histórico tornou-se área de lazer, entretenimento e consumo. Todavia, essa efervescência, paulatinamente, tende a diminuir, e “o que se percebe é que se criaram espaços de sociabilidades efêmeras, pois o que gradativamente voltou a ocorrer com o passar dos anos foi um novo “esvaziamento” do local”. Essa é uma questão que necessitaria de mais aprofundamento. Por que, apesar de todo o investimento na área, a mesma passa por um processo de esvaziamento?

As festas já não eram tão frequentes, os bares e casas de show fechavam, reabriam e fechavam as portas novamente. Atualmente as festas ocorrem esporadicamente e os bares e casas de show não conseguem se manter por um longo período de tempo; o público frequentador passou a consumir entretenimento em outros espaços da cidade. Claro que a Praça e o Largo continuam sendo lugares de encontro e convívio social. Na região há prédios de administração pública, ONGs, sede de grupo de teatro e comércio local. O próprio Iphan/PB se localiza neste espaço. Porém, os esforços para transformar a área num cenário, num palco preparado para uma espécie de “consumo cultural”, não se manteve por um longo período de tempo (GONÇALVES, 2014, p.41).

Ao contrário de cidades turísticas, como Fortaleza, Recife e Salvador, João Pessoa não conseguiu desenvolver, nas últimas décadas, a mesma política de incentivo ao turismo e de formação de uma imagem de cidade voltada ao lazer e ao entretenimento. Mesmo com o projeto de revitalização do seu Centro Histórico, João

Pessoa ainda está se integrando ao roteiro turístico do Nordeste do Brasil, apesar do esforço do poder público e da iniciativa privada em reverter esse quadro.

2.7 A construção do consenso e o planejamento estratégico no centro histórico de João Pessoa

As intervenções no Centro Histórico de João Pessoa foram inspiradas em paradigmas de transformar áreas marítimas, margens de rios, sítios históricos em espaços para o desenvolvimento do turismo, do lazer, criando uma nova geografia da cidade que tem redundado na homogeneização da paisagem urbana.

Assim, ao longo da década de 1990, foram organizados *workshops*, reuniões e fóruns visando à construção de consenso para o desenvolvimento desse modelo, o Planejamento Estratégico e o fortalecimento do processo de revitalização do Antigo Porto do Capim. Esses encontros buscavam a participação da sociedade civil para a concepção das ideias e o planejamento das ações, conforme relata Claudio Nogueira, atual Superintendente do IPHAN. Como resultado desses eventos, no ano de 2001, foi elaborado o Plano Estratégico, que surgiu para complementar o Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, elaborado em 1987.

Uma das potencialidades do processo foi, e ainda é, a participação de diversos atores sociais na discussão das ações e do próprio planejamento de ações, a exemplo do Workshop “Construindo o futuro” (2000), com uma ampla representação da sociedade civil e que, entre outros resultados, apresentou, de forma concatenada, a visão da sociedade sobre a revitalização através da publicação dos resultados dos trabalhos realizados em quase seis meses de discussão organizada, e que no ano seguinte subsidiou a criação da Associação Centro Histórico Vivo (ACHERVO) que passou a ser a personificação jurídica deste fórum. Outro exemplo, aplicado numa discussão específica, foi o “Fórum de Construção de Parcerias para o Desenvolvimento Socioeconômico do Porto do Capim” (2005) onde a comunidade da área e agentes públicos e privados puderam dialogar sobre as ações previstas para a área que, além de possibilitar a troca de informações, resultou ações paralelas voltadas para a comunidade a exemplo projeto “Folia Cidadã”.³⁷

Segundo depoimento de Rozeane da Silva Mendes, membro da Associação das Mulheres do Porto do Capim, a participação da comunidade deu-se de modo pontual. Poucas eram as pessoas da comunidade que realmente participavam dessas reuniões. Quando da realização do Workshop “Construindo o futuro” (2000), a comunidade foi convidada e participou das discussões, porém a Comissão

³⁷ Entrevista realizada em: 12 de setembro, 2012.

Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico já havia definido as diretrizes, procedimentos e conteúdo e o modelo de gestão do centro histórico:

Todas as vezes que tem reunião, Sonia Gonzalez chama a comunidade, convida a comunidade, a representação da comunidade, o pessoal do Centro Histórico, sempre que tem, ela chama. A participação é opinião, o que a gente acha, como teve uma oficina, tudo sobre o projeto do Porto do Capim, como é, como não é, as condições, as vantagens, e a gente participou por três dias, foi um fórum. Mas você acha que a participação de alguns membros da comunidade representa a comunidade?..³⁸

Segundo o Senhor Sebastião Camelo:

Eu fui convidado algumas vezes, foi para o fórum porque na época eu fazia parte da Associação Centro Histórico Vivo (ACHERVO). Na época do prefeito Cícero Lucena, quando teve uma reunião com o BID, que veio pra cá justamente pra resolver esse problema do Centro Histórico, nesse tempo, nós ainda participamos das reuniões. Mas esses governos que veio agora, eu mesmo não participei de nenhuma reunião. A gente não participa. A Senhora acha que duas pessoas apenas representa a comunidade? Agora se a gente aqui faz um grupo grande de dez, quinze, vinte pessoas que assiste e acompanha a reunião e passa para a comunidade, aí, sim, podemos dizer que participamos das reuniões. Agora como é que eu e Rozeane apenas vamos representar a comunidade, vai passar para a comunidade coisas que muitas vezes a gente não entende direito?..³⁹

Segundo a Comissão Permanente em depoimento à pesquisadora, o workshop e o fórum visavam à ampliação da participação de outros sujeitos (artistas, comerciantes, moradores, estudantes universitários, arquitetos). Mesmo assim, os esforços não foram suficientes para uma efetiva integração da população que reside no bairro do Varadouro ao processo de revitalização. Na visão da Comissão Permanente, a participação nas reuniões representava a inclusão efetiva da comunidade do Porto do Capim, Vila Nassau e Frei Vital ao processo de revitalização. Esperava-se que, com a participação de novos sujeitos no processo de revitalização da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves e com a realização do Workshop e do Fórum de Parceria, as condições da área melhorassem e, conseqüentemente, reduzissem as assimetrias que demarcavam especialmente as desigualdades sociais do bairro, diminuindo o estigma de lugar perigoso e violento que foi construído ao longo do tempo (SCOCUGLIA, 2004).

³⁸ Entrevista realizada em: 27 de agosto, 2012.

³⁹ Entrevista realizada em: 20 de junho, 2014.

Em alguns momentos, houve realmente uma participação mais efetiva dos comerciantes que possuíam negócios nas imediações da praça, sobretudo de organizações e associações representativas de segmentos da sociedade civil – artistas, comerciantes, membros da Associação Paraibana de Imprensa (API), a Associação Comunitária do Porto do Capim, a Associação Comercial da Paraíba e a Câmara de Diretores Lojistas. No entanto, essa participação deu-se de forma muito pontual e esporádica. Nunca houve uma participação efetiva dessas entidades no processo de elaboração do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa. Essas entidades eram convocadas apenas quando se fazia necessário o aval da sociedade civil.

Não podemos deixar de mencionar que, a partir do final da década de 1990, evidenciou-se certo interesse de diversas instituições públicas, privadas e ONGs pelo tema da preservação do patrimônio histórico e cultural. A partir dessa década, verifica-se o fortalecimento da ideia de que a revitalização do Centro Histórico possibilitaria a retomada do desenvolvimento econômico da área, sobretudo vinculado à dinamização da cultura e dos aspectos potencializadores da indústria do turismo.

Constatava-se, assim, o interesse pelos problemas relativos ao Centro Histórico, bem como o conhecimento das péssimas condições sociais dos seus moradores. O poder público acreditava que apenas a captação de recursos junto a agências internacionais e ao Ministério da Cultura resolveria os problemas relativos ao Centro Histórico. Poucas foram as ações efetivas de criação de emprego e renda, visando a amenizar os problemas sociais e econômicos da área. Segundo o Presidente da FUNJOPE, Lau Siqueira:

O Poder Público passou a esperar apenas por financiamentos estrangeiros, o que, convenhamos, é trocar a realidade pelo sonho. Nas últimas décadas, as administrações precisariam ter colocado ali, pelo menos, uma ação capaz de impulsionar a economia do lugar. No entanto, depois de praticamente décadas de esquecimento, somente agora se começa a pensar na viabilidade do centro.⁴⁰

O Centro Histórico ganha uma aparência caricata de apropriação e de reapropriação do espaço forjada pelo poder público. Essa ideologia está posta no projeto de revitalização, sob o argumento de ser uma proposta de natureza

⁴⁰ Entrevista realizada em: 29 de julho, 2007.

democrática e propulsora de transformações sociais, principalmente as de inclusão. Essas práticas visam a dissimular as questões de natureza política, as desigualdades sociais, que estão na essência desse processo.

Ainda que um dos objetivos do Projeto de Revitalização seja a inclusão da população que reside no Centro Histórico, o que iremos observar é que, em grande parte dessas experiências de revitalização, a população que vive e reside no entorno tem sido pouco considerada, mesmo quando é consultada, o é apenas para legitimar uma ação que já está definida. Em documento oficial, a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico reafirma a participação da sociedade civil no processo de revitalização:

A participação da Sociedade Civil no processo de gestão do Centro Histórico legitima as ações previstas, ao mesmo tempo em que serve de elemento de controle e acompanhamento constante, possibilita o engajamento da população nas intervenções previstas e a atração de investimentos para o desenvolvimento econômico e social. Outro aspecto a considerar é que através desta participação facilita-se o processo de validação das propostas apresentadas na medida em que a partir da sociedade estas propostas foram estabelecidas. Neste sentido, desde 1997 que a comissão vem aprofundando o diálogo com a sociedade, ao mesmo tempo em que incentiva a sua auto-organização (PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO VARADOURO E PORTO DO CAPIM, 2005).

Segundo a Comissão Permanente do Centro Histórico e a Agência Espanhola Cooperação Internacional (AECI), de 2001 a 2005, buscou-se realizar um conjunto de ações com o intuito de estabelecer um diálogo entre os representantes públicos, agentes privados e a população que reside na área, visando ao Planejamento Estratégico de Gestão e ao Acompanhamento das ações de revitalização no bairro do Varadouro e no Porto do Capim. Assim, na visão dos técnicos da Comissão Permanente de Desenvolvimento, essas ações evidenciavam a necessidade do diálogo entre os atores sociais envolvidos nesse processo, posto que, para esses técnicos, o projeto de revitalização só teria condições de se realizar e ter sucesso com o apoio e a participação efetiva desses agentes sociais.

Assim, em junho de 2000, no Hotel Globo, da Associação Centro Histórico Vivo – ACHERVO, organizou-se o *Workshop Construindo o Futuro*, a partir de uma parceria entre o IPHAN, a Comissão Permanente do Centro Histórico e o SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba.

Figura 11: Workshop Construindo o Futuro

Fonte: Comissão Permanente do Centro Histórico, 2000.

O *Workshop Construindo o Futuro* para o centro histórico de João Pessoa objetivava a construção de estratégias para estancar a crise econômica na área antiga da cidade. Visava-se a construir ferramentas de desenvolvimento econômico mediante um pacto entre todas as instâncias de representação e poder da/cidade, para a construção de medidas negociadas com a participação efetiva da Prefeitura Municipal de João Pessoa, o Governo do Estado e as entidades não governamentais.

Visava-se, sobretudo, a reunir diversos agentes públicos e representantes da sociedade civil para realizar discussões sobre a situação do centro histórico de João Pessoa. Assim, foram quatro meses de discussão, período em que os participantes se reuniram, semanalmente, nas dependências do Hotel Globo ou na Associação Comercial, para elaborar o diagnóstico da área, utilizando uma metodologia em que se elencavam as perspectivas de futuro para a área e os obstáculos que teriam que ser enfrentados para a realização do Plano de Ação. A partir dessas reuniões e discussões, foi-se amadurecendo a ideia de se criar uma associação de amigos do centro histórico, uma representação da sociedade civil que tratasse dos problemas relativos ao centro histórico, surgindo, assim, a ACHERVO.

Pensava-se que, por meio da realização do *Workshop Construindo o Futuro*, seria possível a adoção de mecanismos de desenvolvimento sustentável e de reaquecimento cultural da área. A primeira iniciativa da ACHERVO foi buscar apoio

financeiro junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O financiamento objetivava a realização de uma pesquisa comparada e mercadológica, buscando uma orientação de rumo para o desenvolvimento da área, pois os dados a serem levantados trariam informações atualizadas de diversas experiências de revitalização no país e em países vizinhos. A pesquisa deveria ter início em 2001, e a entidade responsável pela sua execução seria o SEBRAE.

A segunda estratégia foi a convocação do SEBRAE para a condução do processo de estrutura de um Plano de Ação. Para a produção desse Plano de Ação, utilizar-se-ia a metodologia participativa, por meio dos grupos temáticos formados pelos representantes do Governo do Estado, Prefeitura Municipal de João Pessoa, Associação Comercial, Comissão Permanente, ACHERVO, participantes da comunidade do Porto do Capim e outras entidades representativas da sociedade civil.

Nesse sentido, em 2001, a equipe técnica que Coordenava o Projeto de Revitalização de João Pessoa e a Agência Espanhola realizaram também a Oficina de Planejamento Participativo do Monumenta, procurando conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico aliadas a desenvolvimento econômico e social. Trata-se de um programa estratégico do Ministério da Cultura, de conceito considerado inovador. As ações são realizadas em cidades históricas protegidas pelo Iphan. Sua proposta é de agir de forma integrada em cada um desses locais, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto, além de atividades de capacitação de mão de obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos. O Monumenta, que conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o apoio da Unesco, procura garantir condições de sustentabilidade do Patrimônio. Objetivo a ser alcançado com a geração de recursos para o equilíbrio financeiro das atividades desenvolvidas e que mantenham conservados os imóveis da área do projeto, facilitando, com isso, a manutenção das características originais dos bens, sem que sejam necessários futuros aportes de recursos públicos. Uma das estratégias para atingir essa meta é estabelecer novos usos para os imóveis e monumentos recuperados. No entanto, apesar da realização da oficina, João Pessoa não foi contemplada com recursos do Monumenta.

Outra iniciativa de Planejamento Estratégico para o Centro Histórico de João Pessoa foi a realização, em 2005, do *I Fórum de Construção de Parcerias para a Promoção do Desenvolvimento Socioeconômico do Porto do Capim*.

Figura 12: I Fórum de Construção de Parcerias para a Promoção do Desenvolvimento Social e Econômico do Porto do Capim

Fonte: Comissão do Centro Histórico de João Pessoa, 2005.

O I Fórum de Construção de Parceria ocorreu no período de 09 e 10 de junho de 2005, na casa Lúcio Lins, no Prédio 2, no Largo de São Frei Pedro Gonçalves, organizado pela Arquidiocese da Paraíba, IPHAN e EACI. Essa ação recebeu o apoio de uma gama de instituições: Ministério da Cultura, Ministério do Turismo, Caixa Econômica Federal, Secretaria do Patrimônio da União, Governo do Estado, Prefeitura Municipal de João Pessoa, Comissão do Centro Histórico de João Pessoa, Instituto dos Arquitetos do Brasil-PB e Casa de Cultura Lúcio Lins. O evento foi coordenado por Dom Aldo Di Cillo Pagotto, representando a Arquidiocese da Paraíba, e Eliane de Castro M. Freire, representante do IPHAN.

Segundo o Relatório Final do I Fórum, o mesmo objetivava realizar um esforço conjunto para se criarem as condições econômicas, institucionais e políticas necessárias, visando a desenhar um modelo cooperativo de ação que envolvesse setores públicos, privados, organizações não governamentais e voluntárias, objetivando construir os canais para viabilizar o *Projeto de Revitalização do Varadouro e do Antigo Porto do Capim* que, na visão da Comissão Permanente, representava uma iniciativa pioneira que deveria ser ampliada para outros setores do Centro Histórico de João Pessoa. Na visão da Comissão Permanente, essa ação assume importância primordial para a promoção da população do Porto do Capim no processo de revitalização da área.

Segundo o Relatório Final do I Fórum de Parceria, visava-se, com o Projeto de Revitalização do Porto do Capim, a assegurar as condições de habitabilidade aliadas ao componente sustentável de desenvolvimento social, cultural e econômico. Assim, era objetivo do I Fórum, diante das dificuldades para a realização dessa intervenção, estabelecer parcerias para a implementação de ações e programas, no sentido de atingir o desenvolvimento dessa importante área histórica e ambiental da nossa cidade.

Segundo Gonçalves (2014), naquela ocasião, a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico apresentou aos moradores do Porto do Capim o Projeto de Revitalização, por meio da palestra realizada pelo arquiteto Claudio Nogueira “*Revitalização do Varadouro e do Antigo Porto do Capim*”. Na visão da Comissão Permanente, essa era uma oportunidade para a participação dos moradores ribeirinhos no processo de revitalização. No entanto, no que consta do documento *Relatório Final do I Fórum de Construção de Parcerias*, o evento teve caráter apenas informativo. O projeto já estava pronto desde 1997, e os moradores foram apenas convidados a ouvir e esclarecer dúvidas sobre o que já havia sido determinado alguns anos atrás, como ressalta Eliane Castro, superintendente do IPHAN à época:

A comunidade do Porto do Capim é hoje o maior núcleo residencial na área delimitada como centro histórico da cidade com aproximadamente 1000 habitantes. Deve, portanto, merecer uma atenção especial e urgente. O Projeto de Revitalização do Varadouro e Antigo Porto do Capim foi elencado desde 1987 ao lado de mais 26 ações do Plano de Intervenções Estratégicas no centro histórico. No entanto, foi há aproximadamente 10 anos que a concepção da ideia foi intensificada com 3 anos iniciais de exaustivas pesquisas, incluindo neste processo, a participação da

comunidade residente (RELATÓRIO FINAL DO I FÓRUM DE CONSTRUÇÃO DE PARCERIA PARA A PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PORTO DO CAPIM, 2005, p.13).

Foi para essa proposta que a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado da Paraíba buscaram a captação de recursos junto aos agentes privados e agências internacionais. As estimativas de custo em 2005, quando da elaboração do Projeto de Revitalização do Antigo Porto Capim, eram de R\$ 33.818.941,40 para sua realização. No entanto, até o momento, o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim não foi realizado, devido a muitos fatores, como a falta de financiamento e mudanças na gestão governamental, tanto estadual como municipal. A promessa para a realização do projeto, embora tenha sido elaborada em 1997, até hoje, dezessete anos depois, ainda apresenta as mesmas diretrizes e metas que norteiam as intervenções.

Porém, atualmente, o maior impasse enfrentado pelo poder público é a remoção da comunidade do Porto do Capim, Vila Nassau, Frei Vital e XV de Novembro para as imediações da Praça Anthenor Navarro. Esse tem sido um dos mais graves conflitos enfrentados pela Copac e pela comunidade, questões sobre as quais trataremos no terceiro capítulo desse trabalho, quando apresentaremos o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim e as razões para as resistências ao projeto por parte da Comunidade do Porto do Capim e Vila Nassau. O projeto de revitalização do Antigo Porto do Capim prevê a retirada dos moradores das regiões do Porto do Capim e Vila Nassau e sua posterior realocação para espaço próximo à área onde ocorrerão as intervenções. A remoção das casas, dos estabelecimentos comerciais, escola e igrejas é necessária para a construção de uma grande arena de eventos, para a realização de feiras, shows e demais atividades culturais. O projeto prevê também restauração dos antigos casarões e desenvolvimento de turismo náutico. Todas as ações são pautadas num discurso de interesse público, dignidade habitacional, preservação ambiental e resgate do “vínculo entre rio e cidade” (GONÇALVES, 2014).

Em primeiro lugar, podemos afirmar que foi a partir de 1987, com o estabelecimento do Convênio de Cooperação Internacional entre o Brasil e a Espanha, que se iniciou um programa de gestão do patrimônio cultural em João pessoa. As políticas urbanas não consideravam as referências simbólicas

fundamentais para a identidade do cidadão, que se manifestam na paisagem urbana de diversas maneiras, mas, que, em geral, estão ligadas a formas arquitetônicas ou aos traçados urbanos, associados às origens e aos antepassados da cidade, como igrejas, ruas, largos, praças, prédios públicos, becos, monumentos, e que são espaços estratégicos, seja do ponto de vista de funcionalidade, seja por seus referenciais socioculturais (TRINDADE JUNIOR; AMARAL, 2006).

O Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, com as devidas mediações, foi inspirado em projetos de renovação urbana que se definiram na Europa. Embora apresente características urbanísticas próprias e condições diferenciadas, podemos afirmar que, na sua essência, o mesmo incorpora a lógica dos investidores do mercado imobiliário e financeiro. Esse processo revela-se quando essas ações produzem espaços nos quais as intervenções estéticas, paisagísticas e fachadistas visam à valorização do seu Centro Histórico, mas não beneficia a população que reside na área e nas imediações.

O projeto, de modo geral, pauta-se e justifica-se pelo estigma do abandono, da deterioração e do esquecimento do centro histórico, discurso recorrente nos projetos de revitalização em diversas cidades brasileiras que desenvolveram experiências semelhantes. A primeira questão a ser colocada é que o controle das áreas mais antigas da cidade nunca deixou de ser importante, ainda que esses espaços estejam obsoletos e tenham mudado as suas funcionalidades, sendo responsabilidade dos agentes públicos que o controlam, bem como as práticas e os usos cotidianos que aí se materializam.

Na realidade, não se vive de maneira generalizada um esvaziamento do Centro Histórico, como argumenta o poder público, visando a desenvolver políticas de revitalização para a valorização econômica e imobiliária da área. “Trata-se, sobretudo, da necessidade de definir novas funcionalidades, novas formas de controle e novos usos e demarcados por relações de poder que incluem uma nova imagem e um novo discurso sobre a cidade a partir de seus centros urbanos principais” (TRINDADE JUNIOR; AMARAL, 2006, p. 76).

Assim, dominar esses espaços representa não apenas uma vantagem material, mas também o domínio de toda uma simbologia, pois são ainda áreas altamente estratégicas para o exercício da dominação (VILLAÇA, 1998). Os Centros Históricos, quando são alvos das políticas de revitalização, tornam-se atrativos e caros, pois supõem grandes e pesados investimentos do capital privado e do poder

público. Essas ações marcam esses espaços, dão novas dimensões, buscam novos fluxos, tanto econômicos quanto simbólicos, capazes de dinamizá-los, com fortes apelos turísticos.

Ao analisarmos os documentos que compõem o Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, observamos que a proposta segue a tendência de revitalização que se disseminou pelos centros históricos das cidades brasileiras, em que as intervenções buscam a revitalização de áreas consideradas degradadas, com a incorporação de elementos patrimoniais e naturais às tradições, em que o apelo aos valores específicos do lugar e da história está presente visando ao desenvolvimento econômico da área. Essas propostas dizem respeito a uma perspectiva bastante acentuada e difundida nos dias atuais em experiências que convergem para discursos muito similares, ainda que as cidades e, em especial, seus centros históricos, sejam diversos e plurais. No entanto, apesar da preocupação com a memória e a tradição do lugar, na prática, o projeto pouco se refere à história e às tradições da comunidade que reside na mesma. No caso dos moradores ribeirinhos do Porto do Capim e da Vila Nassau, poucas são as referências à cultura dessas comunidades, às festividades, à religiosidade, ao cotidiano, muito menos suas demandas sociais são incorporadas.

A metodologia adotada foi a mesma que os consultores espanhóis utilizaram em seus centros históricos, pautada em ações que buscavam trabalhar questões patrimoniais aliadas ao planejamento e à gestão urbana, capaz de promover o desenvolvimento socioeconômico local. O modelo adotado em João Pessoa, no final dos anos de 1980 e início da década de 1990, também pode ser observado em outros centros históricos de cidades brasileiras, como as experiências realizadas no Pelourinho, em Salvador, e na Rua do Bom Jesus, em Recife. Além disso, estabeleceram-se parcerias com o financiamento para a realização de ações patrocinada pela AECI e pelo PRODETUR, por meio do BID, e programas de incentivo ao turismo.

Essas intervenções – que produziram espaços muito semelhantes destinados ao turismo e lazer – alcançam estrondosos sucesso de público e colocam, rapidamente, as cidades onde foram executadas em evidência no cenário nacional [...] Impulsionados por essas intervenções locais politicamente bem sucedidas e no rastro de interesses vinculados ao desenvolvimento turístico surgiram na esfera federal vários programas que trouxeram novas fontes de financiamento para projetos de preservação e introduziram novos atores nos processos locais em andamento colocando no centro da cena patrimonial agências financeiras nacionais e multilaterais, além de parceiros internacionais (SANT'ANA, 2003, p. 156).

Esses espaços, ligados às novas estratégias de planejamento urbano, correm o risco de ser reembalados. Essas políticas se voltam para as cidades que têm certa carga de tradição em sua história, e, de alguma forma, com a memória relativamente preservada, essas políticas buscam o resgate da área a partir de sua revitalização. As estratégias utilizadas pelo Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, mesmo adotando um discurso do resgate da tradição e da memória, estavam voltadas para a promoção e o incentivo das dinâmicas econômicas que compunham o centro histórico, de maneira que os momentos de encontro e convívio entre trabalhadores do comércio formal e informal, transeuntes, as pessoas que ocupam as praças, os moradores dessa região, não foram considerados enquanto sociedade que utiliza e transforma esse espaço cotidiano.

Outro elemento importante no processo de revitalização do centro histórico diz respeito à concepção fragmentária de cidade que as intervenções representam. Apesar de alegarem resgatar a representatividade e a simbologia desse espaço e da cultura local, isto é feito de maneira deslocada de um projeto de cidade total. Ao contrário das concepções modernistas em que se pensava a cidade como totalidade, o que se verifica na revitalização de João Pessoa são intervenções pontuais, em que as obras de revitalização urbana são pensadas a partir de pequenos fragmentos do centro histórico.

Na medida em que essas paisagens tornam-se cada vez mais programadas e formatadas, valoriza-se muito mais a forma, a estética, o desenho e as fachadas, tornando-os cada vez mais homogêneos, em detrimento das singularidades, espontaneidades e vivências cotidianas do/no lugar. Observamos, assim, que esses espaços tornam-se ainda mais seletivos e enobrecidos do ponto de vista do consumo e da frequência de seus usuários, voltados principalmente para uma demanda solvente (FRÚGOLI JR, 2006).

Fazendo-se as devidas mediações, podemos afirmar que o projeto de revitalização de João Pessoa enquadra-se nessa perspectiva, pois apresenta superposições de formas espaciais e um tecido fragmentado, e os destinatários das imagens promocionais produzidas pela política de revitalização desses espaços pressupõem uma variada população, que inclui, principalmente, empresários que possuem negócios na área, políticos que se utilizam da imagem da cidade para a propaganda política, turistas que buscam no patrimônio e na paisagem urbana o consumo do lugar e intelectuais que frequentam a área para o lazer e o

entretenimento, tratando-se, assim, de um público heterogêneo, portador de culturas e códigos diferentes de comunicação. Além disso, essas formas de intervenção consideram os apelos culturais como uma estratégia de controle presente nas políticas de revitalização.

No caso da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves, as estratégias utilizadas nas intervenções foram, basicamente, a restauração de fachadas de um casario do período compreendido entre as décadas de 1930 e 1940, representantes do estilo *art déco* e construção de praças voltadas ao convívio social, ao lazer e ao entretenimento. Segundo o Projeto de revitalização, visava-se, principalmente, a restauração dos imóveis de valor históricos para o resgate da memória e história da cidade. De acordo com essa perspectiva, acreditava-se que, por meio da recuperação da área dotada de valor histórico e da proposição de novos usos, seria possível resolver os problemas enfrentados pelo centro histórico, e o desenvolvimento social viria como consequência do progresso econômico.

Uma das características do projeto é a ênfase no desenvolvimento turístico do Centro Histórico. João Pessoa seguirá as mesmas estratégias de gestão das cidades que passa a ser influenciada e reordenada nessa perspectiva, adotando procedimentos de *marketing* visando ao mercado turístico nacional. Tavares ressalta que:

Nesse contexto, organismos internacionais têm definido a ideia de planejamento estratégico por vários países da América Latina. Podemos destacar também as consultorias internacionais, principalmente aquelas inspiradas no modelo de Barcelona. Tal modelo surgiu na década de 1980 e criou a ideia de “cidade-empresa-cultural”. Fazendo da metrópole catalã uma espécie de paradigma do urbanismo, “as intervenções foram orientadas para posicioná-la como cidade competitiva mediante a autopromoção publicitária do seu *citymarketing*” (GONÇALVES, 2014, p.35).

Além desses aspectos, em linhas gerais, o projeto de revitalização não se articula com projetos sociais, seja do ponto de vista da habitação social, que não foi contemplado nas propostas de intervenção, seja do ponto de vista do circuito inferior da economia urbana, muito presente no centro histórico, que, a exemplo da habitação social, não ganha visibilidade nos documentos que compõem o projeto de revitalização.

Nesse sentido, ainda que essas preocupações constem dos documentos dos *workshops* e fóruns sobre o centro histórico, como, por exemplo, o *I Fórum de*

Construção de Parcerias para a Promoção do Desenvolvimento Social e Econômico do Porto do Capim:

A proposta de revitalização do Porto do Capim se baseia prioritariamente em três vertentes: a relocação dos moradores na mesma área, mas com toda a mobilidade e infraestrutura; a capacitação dos moradores através dos próprios recursos culturais, históricos e econômicos da área; e a geração de emprego e renda, fomentando uma economia sustentável para a comunidade. Em 2004, de acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (Iphaep), foi feita uma nova delimitação do local, quando ficou constatado que o Porto do Capim abrange uma área de 410 hectares, com 6.443 imóveis e, aproximadamente, mil moradores (I FÓRUM DE CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DO PORTO DO CAPIM, 2005, p.65).

Até o momento, pouco foi feito nesse sentido. A ausência de ações efetivas se expressa na paisagem urbana e na dinâmica socioespacial do centro histórico. A estratégia de investir capital público na qualificação do espaço com o objetivo de atrair o capital privado parece ter fracassado. Esse modelo de gestão urbana fracassou em tentar transformar uma área pública que servisse aos interesses do capital privado. Fracassou, também, na tentativa de imprimir novos usos aos espaços, sem levar em consideração as dinâmicas de sociabilidade da comunidade que aí reside.

Alguns usos “desejáveis”, no entanto, permanecem na Praça Anthenor Navarro e no Largo São Frei Pedro Gonçalves até hoje, como, por exemplo, ONGs ligadas à cultura, companhias de teatro, um coletivo cultural, o IPHAN, uma editora e alguns comerciantes. No entanto, esses estabelecimentos não provocam um fluxo intenso de visitantes nem turistas na área. Por fim, mesmo com o grau de investimento público e privado na área, o estigma do abandono e da deterioração continua forte no discurso dos agentes institucionais e de grande parte da população que a frequenta.

CAPÍTULO III: CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES EM TORNO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO ANTIGO PORTO DO CAPIM

Desvendar as nuances de um processo de revitalização parece-nos uma perspectiva não apenas oportuna como indispensável para se entender como essas políticas têm, nas últimas décadas, reinventado lugares, fortalecido centralidades, recriado tradições, mas também produzido contradições no espaço urbano. A proposta de Revitalização do Antigo Porto do Capim insere-se nessa perspectiva. Tradicionalmente considerada como local de nascedouro da cidade de João Pessoa, a área tem seu projeto de revitalização marcado pela promoção do seu patrimônio cultural, ressaltado enquanto objetivo de desenvolvimento econômico, tendo o turismo e a indústria de eventos como estratégias econômicas principais. De acordo com essa perspectiva, por meio da recuperação de áreas dotadas de valor histórico e da proposição de novos usos, seria possível desencadear a prosperidade econômica da região. Já o desenvolvimento social viria como uma consequência do progresso econômico. Para seus promotores públicos, o intuito é também reforçar a centralidade cultural do centro histórico, utilizando a imagem, a memória e as tradições do Antigo Porto do Capim.

As políticas de revitalização em nível nacional têm se caracterizado pela constante captação de fluxos de capital, seja dos consumidores – quando se trata dos próprios cidadãos ou turistas – seja de investidores. O que temos observado é que as novas políticas urbanas vêm acompanhadas pelos mecanismos de marketing urbano, buscando criar cenários urbanos para o consumo, por meio de “discursos que permitam manter a harmonia social e a “ideologia do crescimento”, a fim de atenuar os possíveis conflitos sociais derivados das crises socioeconômicas resultantes da transformação espacial” (ROBIRA, 2001, p. 436). A autora ressalta ainda que esses mecanismos e discursos foram sendo construídos sobre a ideia de que as transformações urbanas produzem crescimento econômico e, desse modo, criam novos postos de trabalho, reforçam a identidade urbana facilmente consumível e assimilável por meio do consumo de objetos e *slogans* identitários.

Nesse contexto, o patrimônio tem sido utilizado enquanto produção social, construído por meio de discursos, conceitos e metodologias, que estabelecem regras e normas que dão forma às práticas de preservação num dado momento. Além desses aspectos, nesse processo, passam a entrar em circulação na

sociedade determinadas ideias, imagens e objetos que refletem um tipo específico de visão e noção sobre o patrimônio, bem como determinam práticas de preservação, intervenção e gestão que, por sua vez, revelam os interesses políticos e econômicos além dos critérios técnicos que as ordenam (GONÇALVES, 2014).

As ações propostas pelo Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim estão vinculadas ao processo de promoção do patrimônio enquanto estratégia de desenvolvimento:

essas ações eram guiadas tomando como princípio a promoção do patrimônio cultural enquanto uma “estratégia de desenvolvimento”, ou seja, buscava-se, através das ações de restauração de monumentos, a interface com outros programas de financiamento locais ou nacionais (não necessariamente voltados à questão do patrimônio cultural), com o objetivo de aliar à questão monumental outros elementos que viessem a promover desenvolvimento socioeconômico da cidade. As ações de intervenção consistiam em restauração de monumentos isolados, recuperação de áreas e proposição de usos aos “espaços recuperados” (GONÇALVES, 2014, p. 33).

Segundo Gonçalves (2014), trabalhar com a temática do patrimônio cultural não é apenas um trabalho de preservação de referências culturais ou de promoção das mesmas. É necessário entender a importância da apropriação dessas referências por parte da população, fator decisivo para o andamento de uma boa política de gestão do Centro Histórico. Desse modo, é preciso um esforço por parte dos agentes institucionais em compreender qual é a relação que se estabelece entre um determinado bem cultural e os sujeitos sociais, questão que os projetos de revitalização pouco têm levado em consideração. É necessário entender como uma comunidade tradicional apropria-se desse espaço, vive o lugar, desenvolve suas atividades econômicas, visto que é por meio da compreensão dessa relação que se torna possível o respeito às referências culturais dos indivíduos, cidadãos e da sociedade.

Para desenvolver essa análise, abordamos, especificamente, neste capítulo, as singularidades, nuances e contradições do Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, que faz parte do Plano de Intervenção Estratégica do Centro Histórico de João Pessoa, desenvolvido pela Comissão de Desenvolvimento do Centro Histórico, resultante do Convênio de Cooperação Brasil/Espanha. Segundo Gonçalves (2014), desde a década de 1990, existem intervenções previstas para a área de entorno do Centro Histórico de João Pessoa, onde se localizam o Porto do Capim, Vila Nassau, Frei Vital e XV de Novembro, quatro núcleos de habitação

urbana de populações de baixa renda, que se constituíram desde a década de 1940. Tais ações configuram um projeto denominado “Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim”, elaborado pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa e Agência Espanhola de Cooperação Internacional, 1997.

Até o momento algumas ações já foram executadas no bairro do Varadouro, na cidade baixa, pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico como: a restauração do Antigo Hotel Globo (1995), a intervenção da Praça Anthenor Navarro (1998), a revitalização do Largo e da Ladeira de São Frei Pedro Gonçalves (2002), a revitalização da Faixa de Domínio da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU (2002), a restauração da Igreja de São Frei Pedro Gonçalves (2002), as restaurações do Prédio Nº 02 do Largo de São Frei Pedro Gonçalves (2002) e da Antiga Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva e Cia (2002) e a intervenção na Rua Maciel Pinheiro. Importante evidenciar que as intervenções previstas para a região do Porto do Capim e demais comunidades foram adiadas devido a diversos fatores, como falta de financiamento e mudanças de gestões governamentais, tanto estaduais quanto municipais. Mesmo, assim, a promessa de requalificação para a área continua até os dias atuais, e, embora o projeto tenha sido elaborado em 1997, até hoje, dezessete anos depois, ainda são as mesmas diretrizes e metas que norteiam as intervenções que estão para acontecer.

Todavia, a análise voltar-se-á para a compreensão das relações de tensões e conflitos presentes nos diferentes usos sociais do local e nas formas de apropriação do espaço por meio do projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, assim como as dinâmicas de negociação entre os agentes que participam do processo de gestão e organização do Centro Histórico e seu entorno, como a COPAC/PMJP/IPHAN, mais precisamente nos casos das áreas urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau, duas localidades em áreas ribeirinhas que estão no entorno do Centro Histórico tombado da cidade.

3.1 A origem do porto e os conflitos em torno de sua construção

Localizado às margens do rio Sanhauá, no bairro do Varadouro, o Antigo Porto do Capim constitui o local de origem da cidade, único porto do Estado até o início do século XX. Ao longo dos séculos, o Porto do Capim ou Porto do Varadouro,

como também era denominado à época, foi se consolidando como uma importante área comercial, voltado, sobretudo, para o escoamento da produção local. Essa condição perdurou até a segunda metade do século XIX quando, em decorrência do processo de assoreamento dos rios Paraíba e Sanhauá, provado pela expansão descontrolada da produção canavieira (GONÇALVES, 2007) e pelo crescimento das cidades às suas margens, houve o comprometimento da navegação de embarcações de grande porte nos mesmos. Todavia, desativado na década de 1930, o porto foi utilizado, durante séculos, como entreposto comercial, estando a sua importância no fato de o mesmo abrigar, no início da colonização, as atividades econômicas da época. Nesse espaço, encontram-se prédios de valor histórico que marcam a história da cidade, como a antiga Superintendência da Alfândega, localizada na Rua Visconde de Inhaúma:

O Porto do Capim e a região do Varadouro estiveram ligados não só a economia da cidade, mas também a do Estado, não por ter exercido diretamente papel de grande amplitude no setor produtivo, mas inegavelmente porque foi o principal entreposto da região, fazendo a conexão do interior com outros Estados, quando inexistiam ou eram precaríssimas as estradas e predominavam o transporte por embarcações (PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA, 1987, p.09).

A obra de construção do Porto do Varadouro, popularmente conhecido como Porto do Capim, para a época, era considerada um grande e ousado empreendimento. Segundo Gonçalves (2014), em 1920, o projeto de construção do Porto do Varadouro, como era denominado à época, foi aprovado pelo então presidente Epitácio Pessoa, assinando-se contrato, no mesmo ano, com a empresa inglesa C. H. Walker & C. Ltda., que seria responsável pela construção do porto na capital. Segundo Joffily (1983), a construção do Porto da Capital, que nunca será concluída, esteve envolta em denúncias de corrupção política e desvio do erário público. Mesmo assim, diante da pressão dos políticos e comerciantes da cidade, o poder público fez com que fosse escolhido o local onde seria construído o novo porto, mais moderno, dotado de uma infraestrutura mais arrojada, que possibilitasse o escoamento da produção vinda do interior do Estado, que, até então, era feita pelo porto de Recife. A construção do porto destruiu grande parte dos manguezais que existiam às margens do rio Sanhauá. Na Figura 13, veem-se as dragas utilizadas para a construção do porto, em 1922. A realização do projeto atendeu a interesses

políticos particulares, pois, desde o início das obras, constatou-se a inviabilidade de construção de um porto no rio Sanhauá.

Figura 13: Bacia do Rio Sanhauá com a Draga Parahyba Bate-Estacas e Cabrea Flutuante, de 60 ton. Parahyba d/N 10.2.22. A imagem registra a Bacia do Rio Sanhauá e a presença de dragas em atividade, em 1922, quando já haviam sido iniciadas as obras de construção do Porto da Capital.
Fonte: Acervo do CPDCHJP.

Assim, logo no início das obras, estudos realizados pelo engenheiro Artur Harley, funcionário da empresa inglesa, ressaltavam a inviabilidade da construção do Porto no Varadouro. Devido a aspectos de engenharia e das próprias condições do rio Sanhauá, o Porto do Varadouro não tinha capacidade para receber navios de grande porte, o que resultou na inviabilidade do exercício das funções de escoamento de produção e, por consequência, de permanência do porto. Indicando que a construção do porto deveria ser em Cabedelo, município vizinho a João Pessoa, e não na capital, o parecer dos engenheiros não foi favorável ao citado empreendimento no Varadouro. Nas Figuras 14 e 15, observam-se as obras para a construção do porto, para a qual se destruiu grande parte do manguezal que ali existia.

Figura 14: Vista Geral do Cáes (Sic). PARAHYBA. 1922. A imagem registra o local onde seria construído um porto moderno, cujo projeto de construção e o respectivo orçamento já haviam sido aprovados em 15 de dezembro de 1910. **Fonte:** Acervo do CPDCHJP.

Figura 15: Construção do Cáes Provisório (Sic). PARAHYBA. 1922. A foto registra a paisagem portuária no momento de construção do Cais provisório Porto do Capim no ano de 1922, as instalações de apoio ao porto e o leito do rio Sanhauá. **Fonte:** Acervo do CPDCHJP.

Com a desativação das atividades portuárias, o Porto do Capim viu sua função comercial arrefecer. Além disso, em decorrência da expansão do comércio em direção à Cidade Alta, onde novos equipamentos públicos e bancários foram se instalando, a partir da década de 1930, e com o processo de modernização e

urbanização, o poder público passa a investir cada vez mais nas situações urbanas. Diante desse processo, a região do Porto do Capim perdeu sua condição de centro mercantil, como ressalta Scocuglia:

O bairro do Varadouro, até a década de 1940, abrigava, predominantemente, usos ligados às atividades portuárias, ao comércio, à habitação e ao lazer. A construção de um novo porto, na cidade de Cabedelo, zona metropolitana de João Pessoa, bem como a urbanização do entorno do Parque Solon de Lucena, abertura e pavimentação da Av. Eptácio Pessoa acelerou o processo de expansão urbana em direção às praias. Acarretou, posteriormente, o abandono e a transferência gradual das atividades comerciais, institucionais e de moradia no sentido centro-praia. Iniciou-se um processo de estagnação dos bairros centrais e, em especial, do bairro do Varadouro (hoje conhecido como o maior bairro da Cidade Baixa) onde permaneceram alguns trechos ocupados por habitações de classe médias e baixas, convivendo com espaços deteriorados, bares e casas de prostituição frequentados à noite por boêmios e intelectuais. Nesse mesmo período, entre as décadas de 1940 e 1970, ocorreu a consolidação da comunidade Porto do Capim formada, em geral, por famílias de pescadores, situada nas vizinhanças do antigo atracadouro, então abandonado (SCOCUGLIA, 2010, p. 82).

Desse modo, à medida que o projeto de construção do Porto do Capim foi paulatinamente abandonado, passou a ocorrer um crescente processo de esvaziamento e desvalorização imobiliária da área, de modo que esse espaço e as instalações desativadas passaram a ser ocupadas por famílias de trabalhadores braçais, cujas atividades estavam ligadas à construção do Porto do Capim. Famílias de pescadores ribeirinhos que viviam nas imediações do rio Sanhauá e Paraíba começam a ocupar a área, tornando-a o local de sua habitação. Assim, a desativação do Porto do Capim ocasionou “a ocupação do espaço por uma população advinda das camadas pobres da sociedade, principalmente famílias trabalhadores do antigo porto, que ali desenvolveram um núcleo residencial” (GONÇALVES, 2014, p. 17).

Mesmo assim, a área ainda abrigou, por muitas décadas, uma gama de atividades comerciais e até hoje continua sendo uma referência do centro antigo. Um exemplo dessa realidade é a Rua Visconde de Inhaúma. No passado, essa rua era considerada uma das artérias mais expressivas da cidade e até hoje preserva, em sua paisagem urbana, elementos da história da cidade, permanecendo armazéns e edificações antigas, inclusive, construções do século XVII, que serão restauradas com o processo de revitalização em curso.

Segundo Rodrigues (1961 apud ARAUJO, 2006), a Rua Visconde de Inhaúma, desde sua origem, destacou-se como uma das artérias mais expressivas

da cidade. Nessa rua, concentrava-se um movimentado comércio, com grande sortimento de mercadorias, havendo bons armazéns de estivas, algodão, açúcar, couros e sal e ainda algumas fábricas, conforme é possível constatar pelos fragmentos das memórias registradas de Walfredo Rodriguez:

[...] Passemos à Rua “Visconde de Inhaúma” que em tempos remotos se chamou dos “Ferreiros”, [...] Já no fim dessa, esquinando com a Rua do “Zumbi”, funciona a “Saboaria Paraibana” de Lemos Moreira e Monte; é um grande prédio construído em 1888 [...] Naquele sobrado, ali, na Ladeira de S. Frei Pedro Gonçalves, de n.º 26, acha-se instalada a fábrica de cigarros e charutos, pertencente a Joaquim Gomes de Freitas. [...] Continuando a subida da rua, quero mostrar-lhe a Fábrica de Cigarros “Planeta”, no piso térreo do sobrado de três andares [...] Junto a esse sobrado vemos outro, contudo de um só andar, no térreo está o “bilhar do Comércio” (RODRIGUES, 1961, pp. 48-50 apud ARAUJO, 2006).

Segundo a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico (CPDCHJP), a rua Visconde de Inhaúma abriga um conjunto de atividades econômicas, como: armazéns, marmorarias, depósitos, oficinas mecânicas e madeireiras, atividades que pouco se adequam à importância histórica da mesma. Ao longo dos anos, a rua teve sua estrutura edificada bastante degradada pelo tipo de uso, pelo descaso dos proprietários que possuem negócios na área, mas, sobretudo, pela falta de investimento público, alimentando o processo de degradação sociourbana, justificando, assim, a revitalização da mesma.

Um dos graves problemas enfrentados pela área é o uso inadequado dos imóveis históricos por essas atividades econômicas, mas, sobretudo, pela inexistência de manutenção por parte do poder público em infraestrutura, sendo este, inclusive, um fato bastante comum, não apenas na área do Antigo Porto do Capim, mas em todo o Centro Histórico de João Pessoa. “Apenas as médias e grandes empresas conseguem manter os imóveis, e mesmo assim muitos não respeitam princípios básicos da preservação das características tipológicas dos edifícios, alterando por completo seus interiores e até mesmo suas fachadas” (CAVALCANTE, 2009, p.99).

Foi a partir desse processo de esvaziamento e desvalorização imobiliária que a área e as instalações desativadas passaram a ser ocupadas por famílias de pescadores ribeirinhos e pelos ex-trabalhadores do porto, que se viram desempregados com o encerramento das suas atividades e com a decadência da atividade comercial na área.

Desta forma, ao longo das últimas sete décadas a comunidade se consolidou e se enraizou, mantendo um forte vínculo cultural com o rio e com o mangue, seja por meio das atividades de pesca e de lazer, seja perpetuando os rituais religiosos e festivos que acontecem no local. O mangue, inclusive, voltou a existir na área depois que a comunidade ali se instalou, pois antes havia sido literalmente devastado para atender às necessidades do Porto. No entanto, é importante perceber, à luz das imagens da época, que o local onde hoje se situa a comunidade já havia sido completamente devastado para a atender às necessidades do Porto. No entanto, é importante perceber, à luz das imagens da época, que o local onde hoje se situa a comunidade já havia sido completamente devastado para a implantação do Porto, aterrando parte da área de proteção e do mangue.⁴¹

Gonçalves (2014) ressalta, ainda, que o Porto do Capim hoje também se configura como região predominantemente residencial, sendo possível encontrar, nas suas ruas, uma população vivendo uma vida de bairro, contando com a presença de um pequeno comércio local, escola pública, igrejas e associação de moradores, pequenas bodegas, bares e fiteiros, que atendem à demanda dessa população. Muitos dos antigos moradores continuam a exercer sua atividade econômica ligada à pesca como complemento do sustento familiar, de modo que um pescador pode ser, ao mesmo tempo, um vendedor ambulante, um sapateiro, um biscateiro. A autora explica que, no caso de ribeirinhos urbanos contemporâneos, essas ocupações profissionais e esses bicos temporários são muito fluidos nesses espaços de vida cotidiana. Há também moradores que exercem outras profissões, sendo a localização de suas casas fundamental para a movimentação, deslocamento e continuidade de suas atividades econômicas, como também para o desenvolvimento de suas relações cotidianas.

Um aspecto interessante a ser ressaltado é que a região do Porto do Capim está na área central da cidade, muito próxima da estação ferroviária e rodoviária, estruturas fundamentais para a movimentação desses moradores para outras partes da cidade. Dessa maneira, o local pode ser entendido através de suas diversidades, como espaço heterogêneo, misturado ao comércio informal que fica nas suas imediações. A área não pode ser entendida apenas como uma “comunidade de pescadores”, apesar de existirem pessoas que residem no Porto do Capim e na Vila Nassau, que relacionam parte de suas atividades econômicas ao rio, através da pesca, da construção de canoa, da produção da mariscada, como Dona Penha,

⁴¹ Relatório de Violações aos Direitos Humanos Porto do Capim. Centro de Ciências Jurídicas, Departamento de Ciências Jurídicas – Santa Rita-pb, Centro de Referência de Direitos Humanos, UFPB, 2015, p.7.

moradora da comunidade há 50 anos, que no seu quintal cria galinhas e faz mariscada.

Nesse sentido, a comunidade mantém um processo histórico de ocupação, uso e vivências com um território tradicional, com largas evidências sobre a sua importância para a preservação do próprio patrimônio histórico da cidade. Evidente que algumas famílias se encontram em zonas de risco e necessitam ser retiradas para uma área mais segura. No entanto, grande parcela da comunidade ribeirinha do Porto do Capim e da Vila Nassau tem manifestado o interesse em permanecer em seu território tradicional. Na realidade, percebemos que o que mais preocupa os representantes da comunidade é, compreensivelmente, não somente “onde”, mas também “como” os grupos de moradores serão reinstalados, uma vez removidos de suas atuais moradias. Até que ponto lhes será possível preservar sua “territorialidade”.

3.2 O projeto de revitalização do antigo porto do capim e suas especificidades

O Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim começou a ser elaborado pela Comissão Permanente a partir de 1997. O projeto representa a última ação do Plano de Intervenções Estratégicas do Centro Histórico de João Pessoa, todavia, por se constituir em uma intervenção complexa e necessitar de um considerável volume de recursos, a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico não conseguiu, à época, parcerias para a realização do projeto. Com o término do Convênio Brasil/Espanha no fim dos anos 2000, as ações da Comissão Permanente ficaram prejudicadas, principalmente devido à falta de financiamento para a realização das ações de revitalização previstas.

Segundo Sonia Gonzalez, Coordenadora da Comissão Permanente, em 1997, a revitalização da ribeira do rio Sanhauá, desde o início do processo de revitalização, foi uma das intervenções mais importantes de todo o Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa. No entanto, ainda não foi realizada, por ser uma intervenção muito emblemática, complexa, na medida em que mexe com os comerciantes da área e o cotidiano da comunidade Porto do Capim, Vila Nassau, Frei Vital e XV de Novembro, instalada na área há mais de setenta anos, o que exige um considerável volume de recurso. Em depoimento para essa

pesquisa, Sonia Gonzalez ressalta que as discussões para a elaboração do projeto se iniciam em 1997:

Foi somente em 1997, que os estudos e as pesquisas para a elaboração do projeto de revitalização do Porto do Capim foram aprofundadas e as nossas discussões se tornaram mais intensas. Nós víamos a necessidade de se fazer alguma coisa para essa área, uma área importante para a história da cidade. A comunidade foi convidada para as discussões, várias foram as reuniões, oficinas e fóruns, onde os moradores do Porto do Capim tomaram conhecimento do que estava sendo proposto, mais você sabe como são as coisas, a participação é difícil, mesmo assim, muitas pessoas participaram, pessoas que têm comércio na área, pessoas que estão preocupados com o Centro Histórico.⁴²

Desse modo, a promessa de requalificação para a área continua até os dias atuais. Dezesete anos depois, na visão das instituições que gerem o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim hoje, COPAC/IPHAN/PMJP, essa ainda é uma das intervenções mais importantes a ser realizada no Centro Histórico de João Pessoa. Dentre os objetivos da proposta, está a ideia de transformar a área num grande polo turístico, por meio da construção de uma Praça de Eventos – Praça Porto do Capim – e da construção de dois píers flutuantes para o atracamento de embarcações turísticas para o desenvolvimento do turismo náutico.

Na visão do poder público, a construção da praça possibilitará a realização de shows, feiras e demais atividades culturais de grande porte, servirá também para proporcionar ao turista a contemplação do rio Sanhauá, que hoje se encontra escondido pelas casas das comunidades Porto do Capim, Vila Nassau e XV de Novembro, sendo esse o discurso desses gestores para a remoção da comunidade. Nesse sentido, a principal justificativa para a revitalização da área é o resgate do vínculo entre o rio e a cidade, mas, sobretudo, a necessidade do resgate histórico da área.

Nesse sentido, um dos empecilhos para a realização do Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim é a retirada da população ribeirinha que reside na área há mais de setenta anos e sua remoção para uma área próxima de onde ocorrerão as intervenções. Segundo os membros da COPAC/IPHAN/PMJP, a remoção das casas, estabelecimentos comerciais, escola e igrejas é necessária para a construção da praça de eventos. Segundo Gonçalves (2014), todas as ações do Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim são pautadas num discurso

⁴² Sonia Gonzalez, entrevista realizada em: 23 de março, 2012.

de interesse público de uma área tombada em nível federal, que traria dignidade habitacional para as famílias que residem na área, assim como a preservação ambiental do mangue e o resgate do vínculo entre rio e cidade. A autora ressalta ainda que, para os gestores, “Os argumentos que buscam legitimar as ações de remoção estão baseados na questão da impossibilidade de implantação de esgotamento sanitário na área e na situação ilegal das ocupações que foram construídas em terras da União” (GONÇALVES, 2014, p. 18-19). Ao mesmo tempo, questionamo-nos se a construção de uma grande Praça de Eventos numa área de preservação ambiental também não seria uma agressão ao meio ambiente. Questionamo-nos também se a remoção de uma comunidade tradicional não seria um desrespeito às tradições, à memória e à cultura dessas comunidades, sobretudo quando se defende a preservação do patrimônio cultural do Centro Histórico de João Pessoa.

Em 2000, a Comissão Permanente de Desenvolvimento, o SEBRAE, a Arquidiocese da Paraíba e o IPHAN promoveram o *Workshop* “Construindo o Futuro”. O evento contou ainda com a participação de representantes de mais de 30 entidades de diversos segmentos da sociedade local, órgãos públicos, organizações da sociedade civil, empresas, entidades de classes, entidades educativo-culturais, organizações religiosas, instituições financeiras, pessoas físicas, etc. O processo de discussão do *Workshop* “Construindo o Futuro” foi centrado em quatro temas principais: infraestrutura física, desenvolvimento econômico, desenvolvimento cultural e educação básica e cidadania, objetivando construir uma visão da sociedade sobre as intervenções no Centro Histórico, especificamente no Porto do Capim. Além, disso, o evento visou ainda a promover o engajamento de diversos atores no processo de revitalização da área, principalmente a população do Porto do Capim.

Este Planejamento Estratégico objetivou construir, para o Centro Histórico de João Pessoa, uma visão de futuro, foi inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial. O Planejamento Estratégico, segundo seus defensores, deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem as cidades hoje submetidas às mesmas regras, condições e desafios em que estão as empresas (VAINER, 2000, p.76). Para isso, utilizou uma metodologia na qual identificou obstáculos e possibilidades para o processo de revitalização e definiu ações

estratégicas e prioritárias na revitalização. Das 85 ações estratégicas definidas, 19 estão relacionadas à Revitalização do Antigo Porto do Capim.

Assim, segundo o Relatório Final do *Workshop* "Construindo o Futuro", em 2000, ocorre uma significativa mobilização de instituições públicas e da sociedade civil, tendo sido debatidas as estratégias para o processo de Revitalização do Antigo Porto do Capim. O *Workshop* visou principalmente a compreender a visão da sociedade sobre esse processo, mas, sobretudo, serviu como estratégia para a construção do consenso em torno da ideia do processo de Revitalização do Antigo Porto do Capim. Assim, o trabalho consistiu em:

atestar a legitimidade e o acerto de um processo indispensável para manutenção e redimensionamento das atividades, econômicas, culturais, habitacionais e de revitalização da área (...) estancar a crise econômica na área, permitindo, como consequência, a adoção de mecanismo de desenvolvimento sustentável e de reaquecimento cultural desse setor (WORKSHOP CONSTRUINDO O FUTURO, 2001, p. 05).

A construção do consenso não se limitou a isso. Em 2001, realizou-se a “Oficina de Planejamento Participativo” do Programa Monumenta, realizada pelo Ministério da Cultura e pelo IPHAN, definindo-se uma matriz de planejamento atualizada para a revitalização do Centro Histórico, com os seguintes resultados esperados: (1) patrimônio arquitetônico restaurado, valorizado e conservado; (2) espaços públicos, articulados, recuperados, valorizados e conservados; (3) sociedade engajada na revitalização e no desenvolvimento sustentável do patrimônio cultural; (4) gestão democrática, compartilhada, eficiente, continuada e fortalecida, e (5) utilização socioeconômica cultural da área do projeto otimizada. Novamente, aparece a identificação de uma setorização para o planejamento/intervenção para a área, desta vez, chamada de “corredor cultural”, para a Cidade Baixa e Cidade Alta e de “eixos de integração” entre os dois corredores. Novamente, elenca-se o Porto do Capim como um dos projetos estratégicos mais importantes, agregando agora a ideia de implantação de um parque ecológico para o Estuário do Rio Paraíba e Sanhauá.

Todavia, foi no âmbito do PRODETUR, em 2001, que se deu a elaboração do "Plano Estratégico de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa", no qual foram elaboradas as diretrizes, metas e linhas de financiamento, que seriam adotadas no Planejamento Estratégico, para as quais se delineou um conjunto de ações a serem desenvolvidas, sobretudo as que seriam implementadas no Projeto

de Revitalização do Antigo Porto do Capim. A partir da definição das áreas turísticas prioritárias, eram propostas intervenções públicas que seriam implantadas, de forma que o turismo viesse a constituir uma verdadeira alternativa econômica geradora de emprego e renda para a área. Segundo Claudio Nogueira, um dos elaboradores do Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, membro da Comissão Permanente de Desenvolvimento à época e atualmente Superintendente do IPHAN-Paraíba, a partir desses eventos e programas é que a Comissão Permanente elabora o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim:

Assim, com as diretrizes do Estudo de (1997), os cenários formulados no Workshop (2000), as conclusões da Oficina do Monumenta (2001) e as linhas, metas e ações do Plano Estratégico-PRODETUR (2001), são consolidadas pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico o "Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim". É bom lembrar que, outros aspectos relacionados à área, como habitação ou a geração de emprego e renda para a área, não são o foco deste plano, haja vista a competência institucional da Comissão Permanente, mas foram apontados no sentido de que deveriam ser discutidos e aprofundados no âmbito de outras políticas públicas. Em alguns aspectos, a exemplo da habitação, chegou-se a esboçar propostas que deveriam servir de base para estas outras políticas.⁴³

No I Fórum de Construção de Parcerias para a Promoção do Desenvolvimento Social e Econômico do Porto do Capim, em 2005, o projeto é apresentado ao poder público e à sociedade civil. O Fórum é aberto pela Arquidiocese da Paraíba, que vê o projeto como forma de dinamizar o Centro Histórico:

Dias 09 e 10 de junho 2005 foi realizado o Fórum de revitalização do Porto do Capim, como parte importante de um projeto de maior porte, contemplando o revigoramento de todo o centro histórico de João Pessoa. O que mais move os parceiros que tocam a parada, é não apenas a reconstrução do harmonioso conjunto arquitetônico e paisagístico, como também o reaproveitamento de espaços de incomparável beleza e utilidade para o turismo. Esses itens se inserem num contexto maior de inclusão social das pessoas que possam morar e trabalhar nesses espaços privilegiados, como personagens prioritários dando vitalidade a todo o projeto que é tão oportuno quanto grandioso e ousado.

Observamos a realidade na qual vive grande parte da população que evadiu-se do centro histórico da cidade. Ainda há 150 famílias que por lá sobrevivem de maneira precária, entre a pobreza e a quase exclusão. O Fórum prioriza os antigos moradores, entendendo que devem não só morar por morar, mas viver com dignidade, com garantias de sustento por um trabalho digno. Assim torna-se urgente alavancar recursos para assentar as famílias no local, recriando as devidas condições de trabalho e renda. Para isso serão capacitados os moradores, com atenção especial aos adolescentes e jovens.

⁴³ Claudio Nogueira, entrevista realizada em: 19 de fevereiro, 2014.

O I Fórum visou, sobretudo, a subsidiar a discussão sobre: (a) as questões legais e fundiárias do Porto do Capim, (b) infraestrutura urbana para a área; (c) o problema da habitação social (d) capacitação e geração de emprego e renda para a população que reside no Porto do Capim. Todavia, para os membros da Comissão Permanente, o evento configurou uma oportunidade para a participação dos moradores do Porto do Capim no processo de revitalização. Porém, no que consta no documento “Relatório Final do I Fórum de Construção de Parcerias para a Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social do Porto do Capim”, o evento teve caráter apenas informativo. Membros da Comissão do Centro Histórico apresentaram aos moradores da citada área o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, por meio da palestra apresentada pelo arquiteto Claudio Nogueira, que, à época, era membro da Comissão Permanente “A Revitalização do Varadouro e do Antigo Porto do Capim”.

Para o poder público, por meio do Planejamento Estratégico, seria possível estancar a crise que afeta o centro tradicional de João Pessoa. Assim, fazendo-se as devidas mediações, podemos nos pautar nas considerações de Robira (2001), quando, referindo-se às questões pertinentes ao Planejamento Estratégico, ressalta que:

Entre o discurso e a prática do planejamento está a gestão pública dos planos urbanísticos, o que supõe constante negociação com os diferentes agentes econômicos e sociais para solucionar o conflito de interesses, em especial econômicos, derivados da colocada em prática dos planos urbanísticos (...). O planejamento, posto em prática pelas administrações públicas na década de 1990, apresenta-se como solução aos problemas de gestão pública inerentes aos rápidos processos de transformação urbana, derivados, por sua vez, da intensificação da globalização do capital (ROBIRA, 2001, p.435).

Segundo a Comissão Permanente, o Planejamento Estratégico buscou traçar três linhas estratégicas de atuação no Centro Histórico de João Pessoa: Centro Histórico: Turístico e Cultural; Centro de Oportunidades e Referência de Qualidade de Vida. Para a revitalização da área, será necessário o investimento nessas três linhas de atuação, através da consolidação turística, cultural e econômica:

CENTRO HISTÓRICO: TURÍSTICO E CULTURAL, baseando-se em:

Recuperação do Porto do Capim: através da intervenção no espaço público e no conjunto urbano, podendo ser também em monumentos isolados existindo a possibilidade de adequação para novos usos.

Importância do Rio Sanhauá: dentro da história econômica da cidade desde sua fundação, como também pela preservação do meio ambiente sendo ele uma paisagem natural diferenciada dentro do Centro Histórico de João Pessoa.

Turismo Cultural: podendo-se implantar na área roteiro turístico para a visitação dos monumentos tombados onde num raio de 1.300 m pode-se encontrar cerca de 8 a 10 edifícios tombados além do núcleo urbano recuperado constituído pela Praça Anthenor Navarro e Largo de São Frei Pedro Gonçalves.

Ecoturismo: através do Turismo Náutico tendo o Rio Sanhauá como o seu principal produto, a ideia é a realização de passeios que liguem o Centro Histórico de João Pessoa a outros setores importantes da região como a Fortaleza de Santa Catarina, patrimônio tombado, e o porto de Cabedelo.

CENTRO HISTÓRICO: CENTRO DE OPORTUNIDADES, entende-se que a partir da consolidação dessas medidas conseguir-se-á aumentar algumas atividades produtivas que já se encontram no local e incrementá-las resultando nas seguintes ações:

- Aumento qualitativo das unidades comerciais e diversificação da oferta instalada;
- Implantação de centros de serviços como, por exemplo, a rua do cidadão;
- Implantação de organizações não governamentais, que em troca da concessão de áreas para se instalarem, realizem ações para a promoção do centro histórico. Para que isso aconteça é de fundamental importância a atração de investidores e da população através de incentivos aplicados ao centro histórico como:

Programa de apoio às atividades produtivas;

Programa de adoção de incentivos fiscais/tributários

CENTRO HISTÓRICO: REFERÊNCIA DE QUALIDADE DE VIDA:

- Iniciativas que buscam a melhoria dos serviços, da infraestrutura, como também, formas para se chegar a um desenvolvimento econômico e social para a área beneficiando aqueles que dela usufruem.
- Consolidação no assentamento da população que reside atualmente na área;
- Ampliação da oferta residencial destinada a outras classes sociais buscando assim a sustentabilidade e dinamização econômica e social do centro histórico.

É necessário para o êxito das propostas a execução dos seguintes eixos de atuação:

- Qualificação dos Serviços Urbanos Ampliada: buscando-se a redução da criminalidade no centro histórico, a recuperação ambiental do Rio Sanhauá, a melhoria da infraestrutura urbana e a implantação do Programa de Moradia intitulado de Moradouro.
- Conservação e Valorização do Conjunto Histórico: alguns pontos presentes neste eixo de atuação já foram realizados como a revitalização do Largo e da Praça Anthenor Navarro, ficando ainda para serem executadas a delimitação visual do perímetro do centro histórico, a implantação do Projeto de Revitalização do Porto do Capim, a atualização do plano de preservação e gestão do centro histórico e a recuperação de conjuntos urbanos significativos como o da Rua da Areia e da Rua João Suassuna, estando esta última em vias de ter alguns de seus imóveis recuperados através de sua inserção no Programa Moradouro (CAVALCANTE, 2009, p. 93-94).

Todas as ações expostas acima levam a interesses mercadológicos, nos quais a ação política dos cidadãos é reduzida pela “eliminação” do conflito e das condições de exercício de cidadania, assim como a miséria é redefinida como

problema apenas paisagístico. O Estado passa a estabelecer parcerias público-privadas, as quais, ao atenderem a interesses particulares ou de grupos empresariais, obrigam o cidadão a assumir os interesses privados como se fossem interesses públicos. “A sociedade, em sua diversidade, contradições e conflitos, dá lugar a uma nova sociedade: a do empreendedorismo do consenso. A política é banida da cidade competitiva e pacificada” (VAINER, 2002, p. 95).

Segundo Vainer, esse é o modelo que vem sendo difundido no Brasil e na América Latina pela ação combinada de diferentes agências multilaterais (BIRD, HABITAT, AECI) e de consultores internacionais, sobretudo os espanhóis. Como ressalta Claudio Nogueira, Superintendente do IPHAN-Paraíba, referindo à Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico (CPDCHJP), para quem estava de fora da atuação da Comissão, o Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa parecia apenas uma sequência de obras e projetos isolados. No entanto, as ações baseavam-se numa estrutura de Planejamento Estratégico estabelecido ainda em 1987, quando da sua criação e da qual resultava, entre outras ações, as obras e projetos realizados. Além desse aspecto, ressalta-se a AECI, cuja participação, segundo o arquiteto, foi fundamental para o processo de revitalização do Centro Histórico de João Pessoa.

Assim, o Planejamento Estratégico, posto em prática pelas administrações públicas na década de 1990, apresenta-se como solução aos problemas de gestão pública inerentes aos rápidos processos de transformação urbana derivados da intensificação da globalização do capital (ROBIRA, 2001, p.435). Segundo Ferreira (2011), ao discutirmos as transformações ocorridas nas áreas históricas de várias cidades do mundo, percebe-se que algumas delas tornaram-se exemplo de sucesso para os gestores de outras localidades.

Para Ferreira (2011, p. 192), “Tudo isso parece perigoso, pois há fortes críticas que partem da academia da própria cidade de Barcelona. No entanto, parece que a palavra transformação exerce grande fascínio nos governantes”. Esses gestores procuram reproduzir as mesmas ideias, projetos, paradigmas nas cidades que governam, sem levar em consideração as especificidades locais, seus cidadãos, necessidades e contradições. Ferreira (apud MUÑOZ, 2008, p.163) fala de “um processo de ‘brandificação’ do espaço urbano e, sobretudo, da própria imagem da cidade”.

O Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim aproxima-se das experiências em nível nacional, cujos projetos visam a alterar a imagem da cidade. Em síntese, pode-se afirmar que, na essência, a cidade é uma mercadoria de luxo destinada a um grupo de elite de potenciais compradores. Talvez o mais importante no momento seja perguntar a quem essas transformações beneficiam.

Para as instituições envolvidas no desenvolvimento do projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, a intervenção traria, ao menos no discurso, grandes benefícios para a área, sobretudo para seus moradores. Na visão desses técnicos, os moradores ganhariam uma grande área de lazer, moradias dignas e serviços públicos de qualidade. Será? Na visão de Cavalcante (2009), o projeto devolveria à cidade uma dinâmica cultural perdida, uma área para a contemplação do rio, e, além disso, a retirada da população da margem do rio Sanhauá contribuiria para a melhoria da qualidade de vida dessa comunidade:

A transformação do Porto do Capim em uma importante área de lazer e cultura dentro do Centro Histórico de João Pessoa tem o propósito de entregar a população um espaço para a diversão, contemplação e para realização de grandes eventos. Esta retomada para a área do Rio Sanhauá também vem com intuito de devolver a cidade ao rio, ao seu ponto inicial e para isso inclui-se no projeto a construção de infraestrutura necessária para o aproveitamento do turismo histórico e cultural e do ecoturismo, além de promover a educação ambiental, através da retirada da população residente nas áreas ribeirinhas, e a revitalização do rio, com a transformação das áreas de mangue do estuário do Rio Paraíba em parque ecológico (CAVALCANTE, 2009, p. 96).

Mas será que teria sucesso uma proposta que não leva em consideração a comunidade e seus anseios? Será que as intervenções não deveriam ocorrer, considerando o valor que os lugares possuem como referências para as pessoas que aí vivem? A partir de nossa pesquisa, entendemos que, no Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, de modo geral, não houve a participação efetiva da comunidade e demais associações representativas dos vários segmentos interessados na formulação e execução dos planos, dos programas e projetos de desenvolvimento voltados para o centro histórico. Os moradores e demais segmentos da sociedade civil participaram das reuniões, dos eventos, promovidos pela Comissão Permanente, AECI e IPHAN, mas apenas para a apreciação do projeto, criando-se o consenso para a execução do mesmo. No entanto, o projeto de revitalização já se encontrava em andamento, desde 1997,

elaborado pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico e a Agência Espanhola Cooperação Internacional.

Pelas entrevistas realizadas com os moradores do Porto do Capim, os mesmos afirmam que a população nunca foi convidada a participar da elaboração do projeto. A presidente da Associação de Moradores, à época, Sra. Rozeane Mendes, alega que participou dos eventos organizados pela Comissão Permanente, AECI, IPHAN e Arquidiocese da Paraíba, mas, quando questionada sobre a participação da comunidade na elaboração e execução do Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, a entrevistada alega que não houve essa participação. Disse, ainda, que o projeto não contempla as reivindicações reais dos moradores, ou seja, a permanência da comunidade na área:

todas as vezes que tem reunião, ela chama, representação da comunidade, o pessoal do Centro Histórico, sempre que tem eles chamam. A participação é opinião, o que a gente acha, como teve uma oficina, tudo sobre o projeto do Porto do Capim, como é, como não é, as condições, as vantagens, e a gente participou de três dias, foi um fórum, mas foi apenas para apresentar o projeto (...) Cada um tem sua opinião né, agora a comunidade fica assim sem entender, às vezes não quer participar, “não, eu não vou porque aquilo não existe, esse projeto não vai acontecer”, ficam essas dificuldades, é um projeto de muita dificuldade, porque, na comunidade uns aceitam, outros não aceitam, uns querem sair e outros não querem sair, aí querem saber como vai ser, aí é uma coisa muito difícil.⁴⁴

O projeto de revitalização propõe a retirada dos moradores do Porto do Capim e da Vila Nassau e sua realocação para uma área nas imediações do próprio Porto do Capim. A ação contrapõe-se às determinações patrimoniais atuais em termos de política de preservação e promoção de patrimônios culturais, como a Carta de Xi'an e a Carta de Petrópolis. A retirada de moradores para a construção de uma arena de eventos, a exemplo de várias experiências semelhantes que já ocorreram em outros centros históricos brasileiros, parece totalmente equivocada, como, por exemplo, o caso do Bairro do Recife, em Recife. No entanto, a proposta já passou por várias redefinições ao longo do tempo. Os moradores vivem, permanentemente, a incerteza da remoção de suas casas, estabelecimentos comerciais, escola e igrejas, mas, sobretudo, o apagamento da sua história, da sua cultura. Para os técnicos da COPAC/IPHAN/PMJP, isso parece não ter nenhuma importância, visto que a remoção é necessária para a construção de uma grande arena de eventos e de dois píers para o desenvolvimento de turismo náutico, o que trará emprego e renda para

⁴⁴ Rozeane Mendes, entrevista realizada em: 21 de setembro, 2013.

a comunidade. Assim, as intervenções urbanísticas são pautadas num discurso de interesse público, dignidade habitacional aos moradores do Porto do Capim e da Vila Nassau, assim como a preservação ambiental e resgate do “vínculo entre rio e cidade”.

Para os técnicos da Coordenadoria de Patrimônio Cultural de João Pessoa-COPAC, órgão ligado à Prefeitura Municipal de João Pessoa, se, por um lado, essa espera de dezessete anos foi ruim para a dinâmica do processo de revitalização da área, por outro, fez com que a equipe acompanhasse a experiência em outras cidades e as consequências desse processo em vários centros históricos. Todavia, na nossa análise, os técnicos da COPAC, mesmo acompanhando as experiências de outros sítios históricos, os erros e acertos dessas experiências, como a do Pelourinho, em Salvador, onde ocorreu a expulsão dos moradores tradicionais da área objeto de revitalização, e no Bairro do Recife Antigo, em Recife, onde a área vem sofrendo um intenso processo de *gentrification*, parece não ter compreendido ainda que esse modelo pouco se adequa à realidade das cidades nordestinas. Fazendo-se as devidas mediações, o modelo adotado em João Pessoa parece não fugir à regra. Não se diferencia das recorrentes práticas de promoção do patrimônio cultural enquanto mercadoria para o turismo, por meio da realização de eventos em áreas requalificadas, com o discurso de que essas ações trariam para a área o desenvolvimento urbano. Nesse sentido, utiliza-se das “estratégias que incluem o uso de cores vivas e chamativas nas fachadas, técnica de iluminação, a introdução no espaço de novos objetos, transformando esses lugares complexos em peças publicitárias de si próprias e de seus promotores e patrocinadores”, conforme destaca Leandro:

Com ênfase no desenvolvimento turístico, as estratégias de gestão das cidades passam a ser influenciadas e reordenadas, adotando procedimentos de marketing em busca de alcançar uma inserção no mercado turístico mundial. Nesse contexto, organismos internacionais têm difundido a ideia de planejamento estratégico por vários países da América Latina. Podemos destacar também as consultorias internacionais, principalmente aquelas inspiradas no modelo de Barcelona. Tal modelo surgiu na década de 1980 e criou a ideia de “cidade-empresacultural”. Fazendo da metrópole catalã uma espécie de paradigma do urbanismo, “as intervenções foram orientadas para posicioná-la como cidade competitiva mediante a autopromoção publicitária do seu citymarketing” (LEANDRO, 1987, p. 42).

Ao se preservar o patrimônio cultural de áreas históricas, de grande importância histórica e cultural local, utilizando normas e procedimentos de intervenção internacionais que não são pensadas nem adaptadas de acordo com as singularidades locais, cai-se no que Jeudy (2005) chamou de estetização urbana ou museificação urbana. Esse modelo tende a tornar todos os centros históricos – em diferentes partes do mundo, de culturas das mais diversas – cada vez mais parecidos entre si. O caso de João Pessoa não será diferente, as fachadas coloridas dos prédios na Praça Anthenor Navarro nos remeterão aos casarios do Pelourinho em Salvador e aos exemplares arquitetônicos do Bairro do Recife em Recife.

Em praticamente todas as experiências analisadas – Salvador, Recife, Fortaleza, Aracaju João Pessoa – a justificativa para as intervenções nas áreas históricas eram as condições em que se encontravam esses espaços no momento da revitalização. Para gestores e empreendedores imobiliários, esses lugares encontravam-se em uma situação de grande comprometimento físico e social: lugares pouco povoados ou subutilizados, construções em situação de risco, usos inadequados. Outro aspecto que impera nas análises sobre o processo de revitalização das cidades brasileiras é a ideia de resgate da memória e da tradição, por meio apenas da restauração das fachadas de sobrados oitocentistas, reurbanização de praças e largos, restauração de igrejas de valor histórico inestimáveis, combinando, inclusive, intervenção patrimonial e requalificação dos usos da cidade e melhorias da infraestrutura urbana.

Além disso, esses programas de intervenção visam, sobretudo, à reestruturação econômica dessas áreas. Alegam que a revitalização criará condições para a atração do turismo e de atividades de lazer e diversão. Partem de uma concepção de mercado que implica uma gestão mista entre Estado e iniciativa privada na maneira de intervir nesse patrimônio, enquanto mercadoria cultural. O grande problema dessa prática, ou dessa lógica, conforme ressalta Leite (2007), é o sentido político que ganha o lugar ao tornar o cidadão um consumidor. Lefebvre (2008), em *A Revolução Urbana* ressalta a maneira como o neocapitalismo do consumo mostra sua força ao colonizar o espaço urbano:

É assim que se pode falar de uma colonização do espaço urbano, que se efetua na rua pela imagem, pela publicidade, pelo espetáculo dos objetos: pelo “sistema dos objetos” tornados símbolos e espetáculo. A uniformização do cenário, visível na modernização das ruas antigas, reserva aos objetos (mercadorias) os efeitos de cores e formas que os tornam atraentes. Trata-

se de uma aparência caricata de apropriação e de reapropriação do espaço que o poder autoriza quando permite a realização de eventos nas ruas: carnaval, bailes, festivais folclóricos. Quando a verdadeira apropriação, a da “manifestação” efetiva, é combatida pelas forças repressivas, que comandam o silêncio e o esquecimentos (LEFEBVRE, 2008, p. 29).

Esses processos modificam as dinâmicas do lugar, introduzem novos usos e contrausos, como ressalta LEITE (2007), geram novas relações entre as atividades que se instalam nesses espaços – quase sempre ligadas ao turismo e ao lazer – e a vida cotidiana de seus habitantes, além de contribuírem para destruir atividades tradicionais que aí se encontravam, esses aspectos pouco são pensados pelos projetos de revitalização.

Os projetos de revitalização contribuem, então, conforme Motta (2000), para o desaparecimento das referências culturais do centro histórico como *lugar*, em virtude da atuação do poder público, acabando por apoiar modelos de preservação que não abrangem os “tempos de atribuição de valor, do conhecimento e da apreensão dos significados do sítio histórico como lugar” (MOTTA, 2000, p. 258). Isso significa que os critérios de intervenção adotados por esses projetos contrapõem-se aos valores atribuídos pela comunidade local ao lugar, incentivando uma apropriação do patrimônio voltada para o mercado de consumo, desprezando os processos de conhecimento e valor documental que o sítio histórico adquiriu e proporcionou ao longo dos tempos.

Dentre os principais objetivos do Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, está a proposta de transformar o Antigo Porto do Capim num polo turístico, por meio da promoção de uma grande Arena de Eventos e da contemplação da Natureza, a construção de um Píer para o desenvolvimento do Turismo Náutico, como já ressaltado anteriormente. Parece estar explícita a intenção de transformar aquele espaço num polo de atração turística, havendo o desejo de que um novo público, de camadas sociais economicamente mais elevadas, turistas, pessoas solváveis, passem a frequentar o local. Poderíamos pensar que os gestores públicos estão promovendo o “enobrecimento” daquele espaço.

As intervenções recentes em áreas históricas vêm promovendo processos de enobrecimento do espaço em algumas cidades brasileiras sobretudo as grandes metrópoles, como Rio de Janeiro e São Paulo – é o movimento de retorno da classe média ao centro histórico para o consumo e o lazer. O conceito de gentrificação, elaborado por Ruth Glass em 1964, quando a socióloga constatou algumas

mudanças na dinâmica populacional em bairros centrais londrinos, por meio do uso de imóveis de áreas centrais degradadas e ocupadas pela classe trabalhadora, que foram reabilitados, o que ocasionou a apropriação dessas áreas renovadas por uma classe média que substituiu os moradores antigos. O termo *gentrification* tomou proporções mundiais e passou a caracterizar o processo de segregação socioespacial desencadeado por reformas urbanas de reabilitação.

Todavia, a realidade das cidades brasileiras é muito diferente daquela observada por Ruth Glass. O modelo adotado pelas cidades brasileiras não se adequa à perspectiva clássica discutida Ruth Glass em 1964. No nosso caso, observamos que esses espaços tornam-se ainda mais seletivos e enobrecidos do ponto de vista do consumo e da frequência de seus usuários, voltados principalmente para uma demanda solvente, como ressalta Frúgoli Junior (2006). Podemos dizer que a *gentrification*, no nosso caso, aproxima-se das ideias de Frugoli Junior, quando este autor ressalta a *gentrification* por consumo e frequência, por meio de estratégias que visam à apropriação do patrimônio cultural para o consumo de uma classe média alta, ávida para consumir “cultura”. Mesmo, assim, essa efervescência cultural foi muita rápida e durou muito pouco no Bairro do Varadouro, ocorrendo sobretudo na Praça Anthenor Navarro. Mas é impossível não reconhecer que os modelos adotados pelos projetos de revitalização criaram, assim, uma nova forma de usar os centros históricos, através da valorização do bem cultural enquanto produto de mercado.

Quando se referem à população residente na área, os gestores do projeto de revitalização alegam que o objetivo principal é dotar o lugar de condições dignas de habitabilidade, segurança, infraestrutura, contribuindo, além disso, para o desenvolvimento econômico e social das populações existentes, que, somadas ao incentivo à fixação de novas habitações em outras partes do Centro Histórico, promoverão a criação de um substrato de ocupação permanente desta área, com classes sociais de maior poder aquisitivo, criando o que denominamos de *gentrification*. No projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, essa ideia pode não estar explícita, mas guarda na sua essência esse processo. Assim, o não investimento nas áreas históricas da cidade pelo poder público pode estender-se como estratégia para manter esses espaços abaixo de sua possibilidade de obtenção de renda, sendo essa uma estratégia do poder público para garantir que,

no futuro, a área se torne um espaço voltado para o capital imobiliário, o lazer e o entretenimento por meio dos projetos de revitalização (ROBIRA, 2013, p. 438).

É evidente que o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim tenha a intenção de transformar aquele espaço num polo de atração turística, havendo o desejo de que um novo público, de camadas sociais econômica e intelectualmente mais elevadas, passe a frequentar e consumir as belezas do lugar, visando ao enobrecimento da área. Na visão de Gonçalves (2014), por mais que o poder público deseje o enobrecimento do Porto do Capim, esse modelo parece não se adequar a nossa realidade:

Em João Pessoa, assim como as experiências em outras cidades brasileiras, por mais que fosse um desejo do poder público qualificar espaços degradados da cidade, buscando a redefinição dos usos, a captação de recursos privados, como também cooptar um público frequentador e consumidor específico, não verificamos a ocupação desses espaços por uma “elite intelectual”, uma “elite econômica” ou uma “classe artística”. Ademais, o Projeto de Revitalização que está em vias de ser executado, parte do princípio de que naquele espaço há apenas degradação, um lugar cheio de problemas, então justifica-se construir uma grande arena de concreto para apagar da história que ali houve a presença de moradores economicamente pobres, que mancharam a imagem de um espaço urbano onde se vende importância histórico-cultural (GONÇALVES, 2014, p.157).

Quando analisamos o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, observamos que pouca atenção foi dispensada às comunidades que residem na área. O poder público, por meio do projeto de revitalização, busca trazer o progresso e o enobrecimento para o centro histórico e, “com essas ações, procura contagiar, com outras estratégias complementares, iniciativas de empreendimentos privados”, acreditando que, “conseguindo não só fazer dessa região um ponto centralizador das dinâmicas econômicas locais” (ALVES, 1999, p. 70), trará vida cultural ao lugar, como se, no Porto do Capim, não houvesse um cotidiano, uma cultura, uma história.

No entanto, essas ações têm desprezado as referências culturais construídas pela comunidade ao longo do tempo e inseridas no espaço urbano. O Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, não leva em consideração os seguintes aspectos: a história de vida da comunidade, os valores que estão fortemente arraigados nos laços de amizade e vizinhança, a pescaria do caranguejo nos mangues do Rio Sanhauá, a construção de canoas, o acervo de arquitetura vernacular, referenciado pelas casas das famílias, amigos e demais moradores da comunidade que ajudaram a construir histórias que vêm passando de geração em

geração. Na realidade, a principal preocupação das instituições (COPAC⁴⁵, IPHAN, PMJP) é com a remoção da comunidade para outra área do centro histórico, de modo que possam dar andamento à construção da Arena de Eventos e dos píers voltados ao turismo náutico:

Podemos perceber que, segundo os elaboradores do projeto, a população do Porto do Capim seria um entrave para a aplicação do projeto. Pois, se é preciso “devolver o rio à cidade”, isso significa que os moradores ribeirinhos não são considerados “sociedade”, é como se a presença desses moradores impossibilitasse o acesso ao rio por parte de outros cidadãos. Esta diretriz fica muito clara num dos itens apresentados, que trata da “reurbanização da área atualmente ocupada pela favela (antigo cais do porto), transformando-a em praça para eventos e contemplação” (GONÇALVES, 2014, p.49).

Desse modo, os moradores do Porto do Capim representam um empecilho à construção de uma Praça de Eventos e demais equipamentos urbanos para o polo turístico que se pretende construir com o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim. Podemos dizer que essa é a ideia com que as propostas de revitalização do Porto do Capim trabalham, em relação ao contingente de moradores do local. Não há interesse na manutenção destes moradores, visto que seu perfil socioeconômico não se adequa às expectativas sobre os prováveis frequentadores da área refuncionalizada. Durante décadas, o poder público pouco investiu na área, e, para a Prefeitura Municipal de João Pessoa, a comunidade do Porto do Capim e da Vila Nassau apenas inviabilizam a paisagem do rio Sanhauá e poluem suas águas. Essa comunidade nunca recebeu os serviços de infraestrutura necessários para uma vida urbana digna. Mas, agora, com o projeto de revitalização, o poder público promete trazer boas condições de habitabilidade para os moradores. A área abriga uma população ribeirinha que reside neste local desde a década de 1940, quando o porto foi desativado.

A existência do Porto e sua posterior desativação provocou, entre as décadas de 1940 e 1970, a ocupação do espaço por uma população advinda das camadas pobres da sociedade, principalmente famílias de trabalhadores do antigo porto, que ali desenvolveram um núcleo residencial. Com o decorrer dos anos, famílias de pescadores passaram a habitar a mesma área. O local hoje se configura como região predominantemente residencial, contando com a presença de um pequeno comércio local, escola pública, igrejas e associação de moradores. Muitos dos antigos moradores continuam a exercer sua atividade econômica ligada à pesca

⁴⁵ A Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa (COPAC-JP) é um órgão vinculado à Secretaria de Planejamento, criado pela Lei 11.459/08.

como complemento do sustento familiar, de modo que um pescador pode ser, ao mesmo tempo, um vendedor ambulante. No caso de ribeirinhos urbanos contemporâneos, essas ocupações profissionais e bicos temporários são muito fluidos. Há também moradores que exercem outras profissões, nas quais a localização de suas casas é fundamental para a movimentação, deslocamento e continuidade de suas atividades econômicas, como também para o desenvolvimento de suas relações cotidianas (GONÇALVES, 2014, p.17).

Essa população tem sofrido a pressão do processo de revitalização em curso e a ameaça constante de remoção. Mesmo com o discurso do poder público de que é necessário inserir a comunidade no processo de revitalização, os técnicos alegam que não é possível a permanência da população na área onde será construída a praça de eventos e busca remover a comunidade para um espaço nas imediações da praça. Para os técnicos da Prefeitura Municipal vinculados à preservação do patrimônio cultural que gestam o projeto, um dos grandes problemas é justamente o remanejamento dos moradores, posto que a proposta é colocar 500 famílias em uma área de 20.000 m², área pertencente ao Patrimônio da União. Ainda segundo os técnicos, os apartamentos possuem 42 m², sendo este um dos problemas da proposta, uma vez que o levantamento realizado constata o aumento do número de famílias residindo no Porto do Capim.

Na perspectiva de alguns técnicos, esta remoção devolverá ao local uma configuração espacial compatível com o lugar, devolvendo à população de João Pessoa a visibilidade para o Rio Sanhauá, integrando-o novamente à cidade. A Arena de Eventos será utilizada pelo poder público para a realização de shows, festas, feiras e atividades culturais. Pelo projeto de revitalização, a praça visa, sobretudo, à atração de novos investimentos privados para atender às demandas das classes média e alta que, segundo os responsáveis pelo projeto, devem frequentar a área e consumir, trazendo, conseqüentemente, novo dinamismo econômico ao Porto do Capim.

Na primeira versão do projeto de revitalização, de 1997, seria necessária a remoção dos moradores das áreas ribeirinhas para a construção da praça de eventos do Porto do Capim, que teria 19.500 m². Nessa proposta, a relocação da população residente seria para uma área próxima à praça de eventos, desse modo, as habitações de interesse social com 42m² seriam construídas ao lado da praça e próximas ao rio Sanhauá. A primeira justificativa dada pelos técnicos da Comissão Permanente para a remoção da população é o fato de as casas se encontrarem em

condições insalubres de moradia, construídas sobre aterros às margens do rio Sanhauá, com baixos padrões construtivos de habitação. A localização dessas casas nas áreas ribeirinhas, além de trazer riscos à população, vem causando a degradação ambiental do referido rio. Os técnicos ressaltam, ainda, questões relativas ao solo e à infraestrutura. Para os técnicos, não seria possível instalar uma rede de esgotamento sanitário, o que impossibilitaria a permanência da comunidade na área. Outra justificativa apresentada pelos técnicos seria a de que os moradores estão em situação de ocupação irregular, em terras da União e em áreas de aterros precários e de preservação ambiental, o que legalmente, inviabilizaria a permanência da comunidade na área. Porém, como ressalta Gonçalves (2014, p. 50), “ironicamente, no que consta do projeto, a arena de eventos seria construída justamente no lugar onde se encontram as residências, ou seja, em terras da União, em área de aterro precário, em área de mangue, às margens do rio Sanhauá”.

Segundo os técnicos da Comissão Permanente, essas comunidades se encontram em uma área onde incidem leis patrimoniais da União, leis de preservação ambiental e do patrimônio cultural, entre as quais podemos citar o Decreto-Lei nº 25 de 1937, o Plano Diretor da Cidade de João Pessoa e o Código Florestal Brasileiro. Além disso, para o poder público, a poluição do rio Sanhauá e a “destruição” do seu manguezal devem-se ao aumento da população que reside na área, que foi se aglutinando ao longo dos anos, além do fato de a comunidade jogar seus resíduos domésticos nesse ecossistema:

Os moradores da "favela do Porto do Capim" encontram-se abrigados em condições precárias em termos higiênicos, sanitários, de saúde pública e ambiental. O assentamento em área de patrimônio é caracterizado como uma invasão, como uma ocupação ilegal e irregular, mas apesar desta situação seus moradores reclamam o direito de propriedade de seus imóveis, e alguns se sentem ameaçados pelo projeto que busca a remoção da população para outra área (CAVALCANTE, 2009, p.106).

A autora ainda destaca que:

Com a transferência prevista para unidades de habitações multifamiliares a serem construídas nas proximidades, o projeto procura evitar a exclusão da população da área e proporciona a mesma os benefícios que a intervenção trará para o local (CAVALCANTE, 2009, p.106).

Na visão dos técnicos da Comissão Permanente, remover a população da área ribeirinha para um espaço mais adequado de habitabilidade, visa a

proporcionar melhores condições de vida à população do Porto do Capim. Os técnicos ressaltam que, nos projetos de habitação social desenvolvidos pela SEMHAB, está prevista a construção de espaços destinados à prática de esporte e lazer, além de posto de saúde, posto policial nas imediações, ou seja, toda uma infraestrutura que proporcione melhores condições de vida à população. Além disso, o projeto ainda visa a desenvolver estratégias para a comunidade continuar a realizar suas atividades ligadas ao comércio local. Gonçalves (2014, p.51) destaca que “desde 1997 os moradores do Porto do Capim convivem diariamente com a ameaça iminente de serem obrigados a deixar suas residências”, modificando a rotina doméstica do lugar “que na prática consiste em trocar suas casas por pequenos apartamentos localizados em algum espaço da cidade”.

Na década de 1990, a Secretaria Municipal de Habitação Social (SEMHAB) realizou um cadastro do número de casas, famílias e moradores por residência no Porto do Capim e na Vila Nassau. Essa ação desencadeou o aumento da população na área, pois as promessas de que moradores do Porto do Capim e da Vila Nassau seriam contemplados com a construção de habitações populares provocaram a chegada de novos moradores na área. Essas pessoas instalaram-se em precárias condições de habitação, ocupando galpões e prédios históricos abandonados, onde permanecem até hoje, habitando esses espaços.

Na realidade, a iminência de instalação do projeto de Revitalização vem desnudar uma situação que não é própria apenas do Porto do Capim. A grande carência de moradias é um problema social que se evidencia diariamente nos noticiários jornalísticos, em todas as capitais brasileiras.

Eu morava como minha mãe aqui no Porto do Capim antes de casar. Depois que casei, vim morar no galpão porque não tínhamos onde morar. Antes de morar aqui no galpão, isso era abandonado, tinha muito drogado. Quando eu vim pra cá, meu irmão morava aqui, ele fez uma coisa bem improvisada. Atualmente, moram 35 famílias divididas em três galpões, quase todas as famílias vieram depois. Esses galpões têm dono, eles já estiveram aqui, mas nunca mais voltaram. Aqui as condições de vida é médio, o problema maior é o esgoto, o esgoto vai pra maré, o cano entope e aí é um problema. Aqui tem muitas goteiras. No passado, quando chovia, inundava tudo, eu corria pra casa da minha mãe. Meu marido tá desempregado e aí colocamos uma vendinha em casa. Aqui todo mundo tem um bico. Quanto ao projeto de revitalização, se for pra morar em apartamento pequeno, eu tenho três filhos, tenho um negócio, com esse negócio, dá pra gente ir se virando. Agora se for pra a gente ir pra uma casa é bem melhor, tem espaço pra se colocar um comércio (ENTREVISTA COM MORADORA DO GALPÃO, EM 18/03/2014).

Vale ressaltar que os moradores cadastrados oferecem resistência a deixar suas casas, seus quintais, suas galinhas, seus tanques de criação de caranguejo, suas referências culturais. Essas pessoas fazem parte dos primeiros grupos familiares que ocuparam a área na década de 1940 e desejam permanecer na mesma. Os novos moradores, aqueles que ocuparam os galpões e prédios históricos abandonados e que não constam do cadastro realizado pela SEMHAB não serão contemplados, mesmo assim, permanecem na comunidade e sonham com a possibilidade de aquisição da habitação popular.

Diante dessa realidade, que se arrasta há vários anos, alguns moradores deixam de investir na reforma de suas casas e na melhoria de suas condições de habitação, pelo fato de que, em algum momento, poderão ser obrigados a sair do lugar onde vivem. Por outro lado, outros moradores, principalmente os idosos, não acreditam que o projeto de revitalização do Antigo Porto do Capim venha a se realizar e permanecem realizando reformas em suas casas. São essas pessoas que manifestam o desejo de continuar no local e que não admitem abandonar suas residências e suas formas de relação com o lugar para reiniciar a vida em outro ambiente (GONÇALVES, 2014).

Enquanto os moradores do Porto do Capim sentem-se ameaçados pelo processo de revitalização em curso e estão preocupados com suas relações cotidianas, com suas relações de vizinhança, com seus quintais, com as pequenas atividades econômicas do lugar, mas, sobretudo, com a manutenção do seu modo de vida, os gestores públicos responsáveis pelas intervenções de revitalização tentam justificar suas ações argumentando que visam à melhoria das condições de vida dessas comunidades através do desenvolvimento econômico da área.

Assim, fica claro que o valor de uso definido pelos moradores do Porto do Capim entra em choque com o valor de troca imposto pelos gestores públicos que estão à frente do processo de revitalização, pois os discursos do poder público ressaltam a importância do turismo para o desenvolvimento econômico da cidade, selecionando alguns espaços enquanto significativos para essa atividade. A cidade transforma-se em mercadoria a ser vendida, em um mercado cada dia mais competitivo (VAINER, 2000).

3.3 O patrimônio cultural do porto do capim e o modelo globalizado

Tomando como critério as considerações de Motta (2000), o patrimônio cultural do Antigo Porto do Capim estaria comprometido a um “*modelo globalizado*”, que desconsidera a cidade como fonte de conhecimento, em benefício de uma apropriação cenográfica, para o consumo visual (MOTTA, 2000, p. 258). A partir dessa concepção, questiona-se a validade dos critérios de intervenção no espaço urbano que despreza aquilo que é referência cultural, que é mais genuíno para a comunidade local e seu significado como *lugar*.

No nosso entendimento, a realização das intervenções representa a conquista de importante parcela do espaço, ocupado há anos por uma população de baixa renda (as comunidades do Porto do Capim), para ser lançado no mercado enquanto espaço de lazer, entretenimento e consumo, no intuito de fortalecer a indústria do turismo e do entretenimento, para investidores, visitantes e usuários solventes à cidade, facilitando sua venda. Neste contexto, o Estado, em parceria com as agências internacionais, como o BID, AECI e o capital privado, por meio do projeto de revitalização, visa à realização da reprodução do capital. Carlos (2001, p. 16), referindo-se ao modo como o capitalismo gera contradições em seu próprio processo de realização na atualidade, ressalta que:

A mobilização do espaço tornou-se frenético o fluxo de capital, produzindo a destruição dos antigos lugares em função da realização de interesses imediatos em nome de um presente programado e lucrativo, trazendo como consequência a mudança nos usos e funções de áreas que passam a fazer parte, novamente, do fluxo do valor de troca. Desse modo a organização do processo de reprodução do capital, em escala cada vez mais ampliada, impõe seus efeitos sobre a estrutura urbana, que se apresenta como expressão do estágio de desenvolvimento das forças produtivas em que a concentração espacial dos recursos corresponde a uma necessidade ditada pela exigência da acumulação.

Assim, a criação de uma praça de eventos, ou, como denominam os moradores do Antigo Porto do Capim, “o concretão”, para atividades de lazer e entretenimento, irá interferir na dinâmica urbana da área, produzindo um novo polo de atração do capital, que redimensionará o fluxo das pessoas no espaço, por meio das mudanças no uso, criando novas demandas para a área, mas, sobretudo, a produção de uma racionalidade homogeneizante inerente ao processo:

que não se realiza apenas produzindo objetos/mercadorias, mas a divisão e organização do trabalho, modelos de comportamento e valores que induzem ao consumo, revelando-se como norteadores da vida cotidiana. Desse modo, esta se apresenta, tendencialmente, invadida por um sistema regulador, em todos os níveis, que formaliza e fixa as relações sociais, reduzindo-as a formas abstratas (CARLOS, 2001, p.18).

Podemos dizer, ainda, que o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim inscreve-se em um conjunto de estratégias políticas, imobiliárias e urbanísticas, que tem se desenvolvido na atual etapa do capitalismo, com orientação para a reprodução espacial, convergindo para a segregação e a hierarquização no que irá transformar a vida urbana, o cotidiano, reorientando usos, estruturas e funções do lugar, como ressalta Carlos.

Parece não haver dúvida de que a cidade se reproduz, continuamente, como condição geral do processo de valorização gerado pelo capitalismo no sentido de viabilizar os processos de produção, distribuição, circulação, troca e consumo e, com isso, permitir que o ciclo do capital se desenvolva e possibilite a continuidade da produção, logo sua reprodução (...) A ação do Estado – por intermédio do poder local – ao intervir no processo de produção da cidade reforça a hierarquia de lugares, criando novas centralidades e expulsando para a periferia os antigos habitantes, criando um espaço de dominação. Com isso, impõe sua presença em todos os lugares, agora sob controle e vigilância (seja direta ou indireta). Nesse nível de realidade o espaço produzido assume a característica de fragmentado (em decorrência da ação dos empreendedores imobiliários e da generalização do processo de mercantilização do espaço), homogêneo (pela dominação imposta pelo Estado ao espaço) e hierarquizado (pela divisão espacial do trabalho) (CARLOS, 2001, p.15).

O Estado aparece como o grande gerenciador, administrador e transformador da cidade, que, por meio de intervenções urbanísticas, busca conquistar importantes parcelas do espaço (ALVES, 1999). “O Estado, por meio do poder local, age estrategicamente no espaço, objetivando a reprodução das relações sociais capazes de permitir a continuidade do processo de acumulação no momento atual” (CARLOS, 2001, p.17). No bojo desse processo, ganha contorno a contradição entre as estratégias adotadas pelo Estado e os usos do espaço pelos moradores, transeuntes e usuários. Assim, considerada uma das intervenções mais complexas e emblemáticas, por ser uma proposta que exige um grande conjunto de ações urbanísticas e um grande volume de recursos, o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim traria profundas metamorfoses ao plano da realização da vida cotidiana dos moradores do Porto do Capim. Abaixo, imagens com a proposta de intervenção no Antigo Porto do Capim.

Figura 16: Intervenções propostas pelo Projeto de Revitalização do Porto do Capim

Fonte: Acervo da Comissão Permanente de Revitalização, 2005.

Figura 17: Perspectiva da Praça de Eventos e demais intervenções propostas pelo Projeto de Revitalização do Porto do Capim. Praça de Eventos

Fonte: Acervo da Comissão Permanente de Revitalização, 2005.

A Figura 16 mostra a Proposta Urbanística divulgada durante o I Fórum de Construção de Parcerias para a promoção do Desenvolvimento Social e Econômico do Porto do Capim. Na visão dos técnicos da Comissão Permanente, esse evento objetivou buscar condições econômicas, institucionais e políticas, visando ao resgate do Antigo Porto do Capim, mas, sobretudo, à inserção da população residente na área no processo de revitalização. Segundo membros da comunidade, em entrevista para esta pesquisa, o I Fórum de Construção de Parcerias apresentou a proposta de revitalização, tendo contribuído pouco para a inclusão da comunidade no debate.

Figura 18: Perspectiva da Arena de Eventos e do Píer para Turismo Náutico do Projeto de Revitalização do Porto do Capim, na versão projectual de 2008
Fonte: Acervo da Comissão Permanente de Revitalização, 2005.

O que iremos constatar é que essas intervenções tendem a dissipar a consciência urbana, no momento em que o lugar adquire um sentido diverso, novo, fragmentado, “em função do processo de implosão que impõe mudanças nos hábitos e comportamentos, dissolve antigos modos de vida, transformando as relações entre as pessoas, bem como reduzindo e redefinindo as formas de apropriação do espaço” (CARLOS, 2001, p. 18-19). Essas ações expulsam os moradores das ruas, aliás, destroem a rua, eliminam as calçadas, na medida em que impedem os moradores de colocar suas cadeiras nas calçadas do Porto do Capim para a conversa e a troca de informação ao cair da noite. As crianças não brincam

mais nas suas ruas, provavelmente perdem o sentido que tinha a brincadeira na rua, na calçada, no largo. Assim, como ressalta Carlos, “em ambos os casos o corpo, torna-se inerte, reduz-se aos olhos e mãos” (CARLOS, 2001, p. 18-19).

Essas intervenções alteram também as relações diretas que foram construídas, ao longo dos anos, pelos moradores da comunidade, por meio do estabelecimento de novos acordos, visto que as relações de troca modificam-se, distanciando os agentes da relação. Assim, as antigas vendas, mercearias, botequins, fiteiros e bodegas serão substituídos por relações de compra formais e pelo *ticket* da máquina registradora. As antigas atividades econômicas presentes na comunidade tendem a desaparecer. Esse pequeno comércio que permite o estabelecimento de uma relação próxima entre os moradores e os proprietários de negócios na comunidade e que também serviam como locais de possíveis encontros, trocas de informação, lazer e entretenimento tendem a desaparecer com o processo de intervenção. O que temos analisado é que os projetos de revitalização trazem profundas mudanças no cotidiano do lugar, “de um lado, transformações que se estabelecem no plano do vivido, o lugar como momento de reprodução da vida, e, de outro, a mundialidade que se constitui em determinados padrões”, como ressalta (CARLOS, 2001, p. 21).

Nesse sentido, os projetos de revitalização promovem o lugar para além de suas fronteiras, buscando, a todo momento, desenvolver uma imagem positiva apoiada na oferta de uma boa infraestrutura e de serviços (comunicação, serviços econômicos, oferta cultural, segurança) que exerçam atração para os prováveis investidores.

No projeto de Revitalização do Porto do Antigo Porto do Capim, a noção de referência cultural não considera outros olhares sobre a comunidade e o sítio histórico, e as intervenções urbanas propostas pelo poder público desconsideram as especificidades locais em prol do discurso do progresso e desenvolvimento da área, desestabilizando drasticamente o modo de vida de seus usuários e moradores. No caso de João Pessoa, a futura construção de uma Praça de Eventos, que resultará na derrubada de várias casas de arquitetura vernácula, é um exemplo disso. A intervenção tende, ainda, a empobrecer a sociabilidade do lugar. Todavia, apesar de os técnicos da Prefeitura Municipal de João Pessoa alegarem que o projeto visa a resgatar o mangue, o rio e a navegabilidade, como a construção de uma Praça de Eventos de concreto pode não empobrecer a paisagem natural do lugar? Mesmo

degradado por receber os dejetos depositados pela comunidade do Porto do Capim, o rio e seus manguezais representam um elemento morfológico fortemente apropriado pela população ribeirinha. Até os dias atuais.

A geógrafa Aracy Farias Silva⁴⁶ ressalta que, caso o projeto de revitalização do Antigo Porto do Capim venha a ser realizado, irá interferir em toda a malha urbana do bairro do Varadouro, influenciando o trânsito, o comércio e a prestação de serviços, gerando também novas demandas, visto que uma das ações é a criação de polos de desenvolvimento comercial e turístico e do restabelecimento do fluxo fluvial no Rio Sanhauá. Além disso, a intervenção irá remover as três comunidades que se encontram, há décadas, às margens do rio Sanhauá, sendo tal remoção uma das maiores agressões à história e à memória da cidade.

Esse projeto de revitalização prevê, entre outras intervenções, a retirada dos moradores das regiões do Porto do Capim e Vila Nassau e sua posterior realocação para área que passa por várias redefinições ao longo do tempo. A remoção das casas, estabelecimentos comerciais, escola e igrejas é necessária para construção de uma grande arena de eventos. O projeto prevê também restauração dos antigos casarões e desenvolvimento de turismo náutico. Todas as ações são pautadas num discurso de interesse público, dignidade habitacional, preservação ambiental e resgate do “vínculo entre rio e cidade”. Os argumentos que buscam legitimar as ações de remoção estão baseados na questão da impossibilidade de implantação de esgotamento sanitário na área e na situação ilegal das ocupações que foram construídas em terras da União (GONÇALVES, 2014, p.20).

Segundo os técnicos da COPAC, a ideia não é apenas realizar uma intervenção que beneficie os comerciantes e empresários atuantes na área. Para eles, busca-se beneficiar a comunidade do Porto do Capim e os pequenos negócios. Segundo a arquiteta Rosangela Toscano⁴⁷, a preocupação com a questão social sempre esteve muito presente dentro de todo o processo: “preservar a comunidade próxima à área após a revitalização sempre foi uma das metas”, ressalta a arquiteta e membro da Coordenadoria de Patrimônio Cultural de João Pessoa – COPAC. E complementa: “não desejamos repetir exemplos como em Salvador e Recife, onde o processo de revitalização expulsou grande parte da população em prol de um desenvolvimento turístico. Essa ideia é totalmente descartada”. No entanto, quando, por meio de entrevistas, os moradores do Porto do Capim foram questionados sobre a possibilidade de o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim trazer

⁴⁶ Entrevista realizada em: 17 de abril, 2013.

⁴⁷ Entrevista realizada com a arquiteta em: 20 de janeiro, 2015.

melhorias para a comunidade, nossas análises constataram que, pelas informações disponíveis através das entrevistas, não ocorreu a criação de oportunidade de renda para a população da comunidade do antigo Porto do Capim. Poucos foram os benefícios. Muito pelo contrário, na época de efervescência dos eventos na Praça Anthenor Navarro e no Largo de São Frei Pedro Gonçalves, os vendedores ambulantes, quase todos moradores da comunidade do Porto do Capim e imediações, foram expulsos pelos comerciantes da área com a ajuda da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Assim, que benefício foi esse que o Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa trouxe, de fato, para essa comunidade, carente de todos os serviços básicos?

Por praticamente 17 anos, o processo de Revitalização do Antigo Porto do Capim ficou parado. No início de 2010, as discussões sobre o Projeto foram retomadas por meio dos recursos do PAC Sanhauá⁴⁸. O discurso do Prefeito Ricardo Coutinho era “Dignidade às famílias e o rio à cidade, o projeto pretendia a “revitalização” (devolver a vida) de 11 km do rio Sanhauá e previa a construção de unidades mínimas de habitação de interesse social (42 m²)” aos moradores do Porto do Capim e da Vila Nassau.

3.4 O Programa de Aceleração do Crescimento - PAC Sanhauá e PAC Cidades Históricas

Em 13 de março de 2010⁴⁹, no bairro do Varadouro, o Prefeito Ricardo Coutinho anunciou o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC “Vale Sanhauá: dignidade às famílias e o rio à cidade”. E o Jornal da Paraíba divulga a assinatura do PAC Sanhauá por meio da matéria, cujo título foi “A assinatura da Ordem de Serviço, pelo prefeito Ricardo Coutinho, acontece às 17 h, em frente ao galpão do Curtume, na rua Frei Vital com a Visconde de Inhaúma”. No projeto, seriam beneficiadas as Comunidades Porto do Capim, Frei Vital, Praça 15 de

⁴⁸ O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), iniciado em 2007, é uma iniciativa do Governo Federal coordenada pelo Ministério do Planejamento que promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país. Em 2011, o PAC entrou na sua segunda fase, com o mesmo pensamento estratégico, aprimorado pelos anos de experiência da fase anterior, mais recursos e mais parcerias com estados e municípios. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>>. Acesso: 19 mai. 2015.

⁴⁹ JORNAL DA PARAÍBA. Programa de Aceleração do Crescimento-PAC “Vale Sanhauá: dignidade às famílias e o rio à cidade”. Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/cidades/noticia/37528_pac-vale-do-sanhaua-beneficia-297-familias-do-varadouro>. Acesso em: 06 abr. 2015.

Novembro, Trapiche e Vila Nassau. Segundo a matéria do Jornal, o programa iria beneficiar 297 famílias que residiam às margens do rio Sanhauá e se encontravam em situação irregular. O projeto iria “revitalizar” 11 km do rio Sanhauá e ainda previa a construção de unidades de habitação de interesse social, apartamentos com 42 m², visando ao atendimento das populações que estão às margens do rio, em situação de risco, motivo pelo qual deveriam ser removidas, na visão dos técnicos da COPAC/PMJP.

Figura 19: Em 13 de março de 2010, no bairro do Varadouro, o Prefeito Ricardo Coutinho anunciou o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC “Vale Sanhauá: dignidade às famílias e o rio à cidade”.

O Programa de Aceleração do Crescimento foi lançado no início do segundo Governo Lula e inaugurou uma nova fase na política econômica dessa gestão, estabelecendo um conjunto de regras, compromissos de ação e diretrizes de governo, objetivando o crescimento econômico de 5% ao ano para o período de 2007 a 2010.

Dividido em três eixos de infraestrutura: logística (rodoviária, ferroviária, portuária, hidroviária e aeroportuária), energética (geração e transmissão de energia elétrica, petróleo, gás natural e energias renováveis) e social e urbana (Luz para Todos, saneamento, habitação, metrô, recursos hídricos), na visão do governo, o programa constituiu-se em um passo de grande impacto, destinando-se a reverter o

quadro de desigualdade social e territorial presente em grande parte das cidades brasileiras (CAVALCANTE, 2009), resultado do intenso processo de urbanização generalizada que se processou nas últimas décadas.

Estas ações fazem parte de uma política pública de mudança da imagem da cidade pelos órgãos públicos estaduais e municipais, sobretudo municipais, dentro de uma estratégia que visa, por meio das intervenções urbanas, a dar novos usos e funções ao espaço urbano, sobretudo aos sítios históricos, alegando querer dotar esses espaços de melhores condições urbanas. Porém, no Brasil, esse patrimônio urbano não se transformou em uma mercadoria imobiliária altamente disputada. Nas grandes cidades, nas metrópoles, a reutilização desses patrimônios restringiu-se aos setores que sofreram intervenção via poder público e capital privado. Nas pequenas e médias cidades, essas políticas adquiriram feições e rumos diferentes, dependendo do grupo político que está à frente do processo de revitalização dos sítios históricos. Segundo Claudio Nogueira, Superintendente do IPHAN-PB, essas administrações sofrem constantes modificações quando novas gestões assumem:

Atualmente, temos que o Município assumiu a liderança do processo de revitalização do Varadouro e Porto do Capim, tendo a Coordenadoria de Patrimônio Cultural (COPAC) sucedido a CPDCHJP na condução dos estudos. Além disto, dentro do âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-Cidades Históricas), dada a abrangência de objetivos e de possibilidades de financiamento, foi possível uma composição de financiamentos que deverá viabilizar a execução das intervenções. Em princípio se integra ao processo três linhas: PAC Sanhauá e PAC da Mobilidade, ambos no âmbito do Ministério das Cidades e o PAC Cidade Históricas (PAC-CH), no âmbito do IPHAN. O primeiro possibilitará os investimentos na área da habitação e desenvolvimento social, o segundo nos aspectos viários e de transportes e o terceiro na requalificação de edificações, espaços urbanos e áreas naturais. Existe ainda a colaboração de outras fontes de financiamento em ações específicas e de menor montante de financiamento.⁵⁰

Na visão dos técnicos da COPAC/PMJP, o PAC Sanhauá⁵¹ objetivava revitalizar os Rios Jaguaribe e Sanhauá. Para esses técnicos, a realidade dos

⁵⁰ Claudio Nogueira, entrevista realizada em: 28 de setembro, 2013.

⁵¹ É importante ressaltar que as diretrizes que norteiam o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim não são consenso entre os agentes que formam a equipe técnica atual do Iphan/PB, tampouco a aplicação do PAC Sanhauá. Porém, foram consenso na época de elaboração do projeto em questão, quando a equipe era menor e a maioria dos técnicos havia recebido cursos de capacitação oferecidos na Espanha, tendo a visão de planejamento estratégico como uma ação de vanguarda da época. Ao trabalhar com a temática de patrimônios culturais, os órgãos de preservação fazem uma apropriação do conceito de “cultura” que enfatiza um tipo de entendimento conceitual em detrimento de outros, principalmente quando “cultura” passa a ser instrumentalizada

moradores do Porto do Capim encaixa-se nas diretrizes gerais utilizadas para a seleção dos projetos do PAC para a urbanização de favelas. O investimento da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) e do Governo Federal nas obras será de R\$ 8.640.536,81, e a previsão para a conclusão é de 18 meses. Outros R\$ 147.897,19 serão aplicados no Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS), que será realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes), durante o período de 27 meses, com as 297 famílias a serem beneficiadas.

Segundo os técnicos da COPAC, essas famílias serão remanejadas da Comunidade Porto do Capim para unidades habitacionais que serão construídas em dois terrenos que estão sendo disponibilizados pela Superintendência do Patrimônio da União da Paraíba, a 100 e 300 metros da área de origem. Cada apartamento terá uma área construída de 42,77 m², com sala, dois quartos, banheiro, cozinha e área de serviço. As famílias também continuarão tendo acesso aos mesmos serviços e equipamentos de que dispunham em seu local de origem.

Para a COPAC/PMJP, a Comunidade Porto do Capim é considerada Área de Preservação Permanente (APP) com suas construções levantadas em aterros sobre o mangue, sendo, por isso, necessária a remoção da população. Segundo os técnicos, “O processo de ocupação foi iniciado na primeira metade do século XX, no local onde deveria ser construído o porto da cidade de João Pessoa, e onde se ergue a Cidade Antiga, com construções tombadas pelo Patrimônio Histórico”. Destacam, ainda, que, “Além do fato dos imóveis serem construídos em uma localidade que não lhes pertence legalmente, pois é de propriedade da União, os moradores sofrem com riscos de inundações e desabamentos por estarem sobre o manguezal que foi aterrado” e que o PAC Sanhauá, desde sua concepção, buscou privilegiar a participação ativa da comunidade:

Acreditamos que as questões que dizem respeito aos interesses da população e são objeto da ação governamental, devem ser discutidas,

enquanto uma espécie de ferramenta a serviço do desenvolvimento econômico na formulação de políticas públicas.

Assim, devido às diferentes posições referentes às ações de intervenção no Porto do Capim e da Vila Nassau, a equipe técnica do Iphan/PB decidiu se reunir para debater os diferentes pontos de vista estabelecidos. Durante essas reuniões, porém, fato era que a posição dos técnicos que se colocavam a favor da revitalização, a equipe técnica que participou da elaboração do projeto dizia estar respaldada por estudos técnicos desenvolvidos pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa. Já os técnicos que defendiam a permanência da população na área do Porto do Capim não contavam ainda com estudos técnicos na construção de suas argumentações, mas com as experiências vivenciadas através do projeto Memórias Ribeirinhas.

concebidas e planejadas a partir da ação conjunta entre o governo e a comunidade, buscando a promoção de ações afirmativas que contribuam para as mudanças sócio-econômicas das famílias, o pleno exercício da cidadania e a formação de uma nova consciência ambiental, para ter sustentabilidade, destacou a coordenadora.⁵²

Na contramão dos argumentos colocados pelo referido coordenador, membros da comunidade alegam que não foram consultados sobre o Programa PAC Sanhauá, mostrando-se surpresos com o montante de recursos e destacando que esses programas, apesar de defenderem a participação da comunidade, quase sempre não os consultam. Para os moradores do Porto do Capim, os programas do governo não deveriam ocorrer sem considerar o valor que as comunidades tradicionais dispensam aos lugares onde vivem, sem considerar as tradições dessas comunidades e o valor que os lugares têm como referências para as pessoas, que lhes dão um sentido de pertencimento a um lugar, com base em sua cultura e história.

No mês de maio de 2014, a comunidade do Porto do Capim recebeu a visita do Superintendente do IPHAN, Senhor Claudio Nogueira. A reunião ocorreu no Bar da Penha e contou com a participação dos moradores e membros de movimentos sociais, UFPB, fundações, coletivos culturais, ONGS, que apoiam a luta da comunidade. A reunião objetivou esclarecer como funciona o PAC-Cidades Históricas. Segundo a Associação de Mulheres do Porto do Capim, o Superintendente do IPHAN explicou, passo a passo, todo o processo do PAC Cidades Históricas, omitindo, no entanto, a responsabilidade do IPHAN no processo, assegurando que o papel dessa instituição é de apenas elaborar parecer do projeto para a Prefeitura Municipal de João Pessoa. Segundo a professora Gonçalves, a ida do superintendente à comunidade foi um avanço:

De fato, foi um avanço inegável a participação do Superintendente do IPHAN-PB, Cláudio Nogueira, no Porto do Capim, para discutir o PAC-Cidades Históricas com a comunidade, seus apoiadores e com outras pessoas mobilizadas pela questão. Ele foi a primeira pessoa que, oficialmente, tratou do assunto (PAC-Cidades Históricas) com esse público. E isso, ao mesmo tempo que é motivo de nossa satisfação, também serve para alimentar o nosso protesto em relação à forma como tudo que refere ao Porto do Capim tem sido tratado pelas autoridades públicas (prefeito municipal, secretários responsáveis pelo PAC-Cidades Históricas, os ex-superintendentes do IPHAN-PB, COPAC e por aí vai), ou seja, sem nenhum

⁵² JORNAL DA PARAÍBA. PAC do vale do sanhauá beneficia 297 famílias do varadouro. Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/cidades/noticia/37528_pac-vale-do-sanhaua-beneficia-297-familias-do-varadouro>. Acesso em: 06 abr. 2015.

respeito, sem nenhuma disponibilidade para ouvir a comunidade, sem nenhuma tentativa de estabelecimento de um diálogo honesto.⁵³

A fala do superintendente é contraditória, visto que o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim teve o IPHAN como uma das instituições parceiras do Convênio Brasil/Espanha, como também pessoas da equipe técnica e da chefia da unidade na Paraíba enquanto autores do projeto, as bases nas quais foram elaborados o projeto em questão, os propósitos, características e objetivos a serem alcançados pelas ações de intervenção. O próprio atual Superintendente do IPHAN, Claudio Nogueira, foi um dos autores do projeto em 1998. Regina Celia Gonçalves, historiadora e professora da Universidade Federal da Paraíba, presente na reunião, ressalta ainda:

em primeiro lugar me pareceu óbvio - e coloquei esta questão ao próprio Superintendente durante os debates - que a estratégia adotada por ele para se apresentar na reunião foi a de fazer-nos crer que a ÚNICA responsabilidade do IPHAN nos PAC (não só no Cidades Históricas, mas também no PAC-Sanhauá e no PAC-Mobilidade Urbana) é a de apreciar os projetos apresentados pela Prefeitura, avaliando-os segundo critérios técnicos, e aprová-los ou desaprová-los. Na verdade, sabemos que o papel do IPHAN vai muito além disso. A Superintendência tem um papel político relevante e prova disso é o fato de que as reuniões com os representantes da Prefeitura, com secretários e com os órgãos do patrimônio ocorreram com regularidade ao longo do ano de 2013 (e talvez continuem a ocorrer em 2014 sem que estejamos informados) e sabemos que, nelas, foram tratados vários aspectos relativos aos PAC. A comunidade do Porto do Capim e seus apoiadores solicitaram, por escrito, acesso a essa discussão, mas não teve sequer resposta. Enfim, é certo que existe diálogo permanente do IPHAN com a Prefeitura sobre esse processo. Um diálogo a que os cidadãos pessoenses não tem acesso. Portanto, não podemos nos iludir achando que ao IPHAN cabe apenas uma apreciação técnica quando o projeto for apresentado.⁵⁴

A Associação de Mulheres do Porto do Capim encaminhou ofício ao Senhor Ruy Leitão, solicitando a participação de representantes da comunidade nessas reuniões, para o qual não tiveram resposta até o presente momento. A intenção da comunidade era participar das discussões acerca do PAC - Cidades Históricas. A comunidade se manifestou de forma muito contundente quanto à sua discordância em relação ao processo e em relação ao projeto de remoção. Diga-se, de passagem, que o citado projeto não é conhecido oficialmente, pois a sonegação das informações, que deveriam ser públicas, continua. O que se sabe é aquilo que,

⁵³ Carta da Professora Regina Célia Gonçalves postada no *facebook* Porto do Capim em Ação em: 27 de maio, 2014.

⁵⁴ Idem.

através de várias ações alternativas, a representação comunitária e seu grupo de apoio conseguiu obter, sempre informalmente. Cláudio Nogueira apresentou algumas informações importantes (sobre como funciona o PAC, a legislação que o regulamenta, o calendário das ações, as ações que serão realizadas na cidade de João Pessoa).

Na reunião com a comunidade o Senhor Claudio Nogueira afirmou que a comunidade teria apenas duas saídas: a regularização fundiária junto à Superintendência do Patrimônio da União (já que se trata de área da União) e o reconhecimento como comunidade tradicional, não havendo tempo hábil, segundo o superintendente, para nenhum dos dois procedimentos. Claudio Nogueira argumentou ainda que:

Ao mesmo tempo deixou claro que não considera que a comunidade Porto do Capim tenha características tradicionais. Ou seja, deixou a entender que a única solução para os moradores é a de aceitar passivamente a sua remoção para prédios de apartamento em área próxima, cedendo lugar para a construção da grande Arena de Eventos.⁵⁵

No mês de maio de 2014, uma equipe da Secretaria Municipal de Habitação realizou o cadastro das famílias residentes na comunidade, numerando as casas dos moradores, sem maiores explicações à comunidade. No mês de junho de 2014, outra equipe esteve na Fábrica de Gelo (área de entrada da comunidade), onde residem 10 famílias, no sentido de autorizar a sua remoção para o Bairro das Indústrias até o mês de setembro. Essas famílias fazem parte da comunidade. A proposta de habitação social apresentada pela PMJP é totalmente inadequada à realidade do Porto do Capim. Todos os moradores residem em casas que, em sua maioria, são melhores e maiores do que as moradias do projeto apresentado pela prefeitura. De acordo com levantamentos feitos pela Associação das Mulheres do Porto do Capim, das 500 famílias que moram na comunidade, apenas 200 vivem em situação de risco. Segundo Rossana de Holanda, presidente da Associação das Mulheres do Porto do Capim:

Há quem realmente precise sair de casa por morar em situação precária. Mas o restante não necessita sair e não quer sair. Pois vive bem onde está, tem casas maiores do que as oferecidas pela prefeitura, carregadas de memórias afetivas de até 5 gerações, com quintais onde cultivam suas

⁵⁵ Disponível em: <<https://www.facebook.com/PortoDoCapim/photos/a.509526939098211.135982.460.622680655304/776911145693121/>>. 28 mai. 2015.

plantas e criam seus animais, próximo ao rio de onde muita gente tira seu sustento.⁵⁶

No dia 30 de junho de 2014, a Prefeitura Municipal de João Pessoa entregou ao IPHAN o projeto da Arena de Eventos e o Memorial Descritivo do Projeto Habitacional (a construção no terreno da antiga Proserv). Neste mesmo período, a Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal lançou Edital para licitação da execução das obras do Projeto Parque Ecológico. O Edital não foi disponibilizado no site da prefeitura, o que deveria ser feito. A comunidade só teve acesso ao Edital pela intercessão da Assessoria Jurídica do Centro de Referência de Direitos Humanos da UFPB.

Nesse sentido, a aplicação do Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, nos moldes em que foi concebido pela Comissão Permanente, defende as obras de revitalização do PAC Sanhauá e PAC- Cidades Históricas. Os técnicos da COPAC afirmam que essa intervenção e a do Vale do Rio Jaguaribe proporcionarão melhores condições de vida às populações que vivem às margens do rio Jaguaribe e Sanhauá e ressaltam, ainda, que mais de 20% da população existente na cidade será beneficiada direta ou indiretamente por essas intervenções. Segundo a Secretária de Habitação Social, Socorro Gadelha, aqueles que residiam em habitações subnormais na região poderão usufruir de moradia digna, e a população em geral poderá usufruir de espaços renovados que funcionarão para o lazer, a cultura e o turismo, segundo os técnicos da PMJP, conforme ressalta Cavalcante:

Os moradores da "favela do Porto do Capim" encontram-se abrigados em condições precárias em termos higiênicos, sanitários, de saúde pública e ambiental. O assentamento em área de patrimônio é caracterizado como uma invasão, como uma ocupação ilegal e irregular, mas apesar desta situação seus moradores reclamam o direito de propriedade de seus imóveis, e alguns se sentem ameaçados pelo projeto que busca a remoção da população para outra área.

Com a transferência prevista para unidades de habitações multifamiliares a serem construídas nas proximidades, o projeto procura evitar a exclusão da população da área e proporciona a mesma os benefícios que a intervenção trará para o local (CAVALCANTE, 2009, p. 105).

Esse discurso reforça as intenções de remover a comunidade do Porto do Capim. A justificativa dos poderes públicos municipais para a intervenção “era que as casas se encontram em condições insalubres de moradia, construídas sobre aterros às margens do Rio Sanhauá, com baixos padrões construtivos de habitação,

⁵⁶ Jornal Contraponto. Paraíba, 22 a 28 de maio de 2015.

em terras da União”. Reforça, ainda, que a localização dessas casas nas áreas ribeirinhas, além de trazer riscos à população, vem causando a degradação ambiental do referido rio.

Ou seja, para a Prefeitura Municipal de João Pessoa, a situação de abandono e deterioração em que se encontra a área é culpa dos moradores, por despejarem seus detritos no rio, e não do poder público, que não dotou esse espaço de condições dignas de habitabilidade. Segundo Gonçalves (2014), as ações previstas nessas intervenções não traduzem uma visão atualizada de uma adequada política de gestão em centros históricos. A remoção da população ribeirinha configura uma política de higienização social, enobrecimento da área para o turismo e a cultura de eventos.

técnicos favoráveis à aplicação do Projeto de Revitalização nos moldes em que foi concebido, prevendo a remoção da população e a construção da arena de eventos, alegaram que mesmo que a “comunidade” esteja morando no espaço desde a década de 1940, eles estão em área irregular, ocupando terras públicas. Mesmo que a situação de posse pudesse ser regularizada, restaria o problema do esgotamento sanitário, pois seria impossível a instalação de rede de tratamento de esgoto numa área tão próxima ao rio. Outro argumento em defesa do projeto de revitalização foi a questão de que os recursos públicos para a execução da construção das habitações já estavam empenhados pela prefeitura municipal de João Pessoa (GONÇALVES, 2014, p.62).

A proposta habitacional decidiu unir, no mesmo desenho urbano, usos residencial, comercial e de lazer, implantando equipamentos comunitários, a fim de proporcionar às residências uma “boa infra-estrutura”, na concepção da Secretaria Municipal de Habitação. Para as pessoas que possuíam comércio na região, foram pensados espaços de comércio que serão construídos dentro do conjunto habitacional, evitando, assim, a mudança econômica na vida delas.

Quando realizado o primeiro cadastramento no Porto do Capim, chegou-se ao número de 297 unidades habitacionais necessárias para abrigar a comunidade, porque a contagem feita pelos técnicos da Secretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de João Pessoa não se resumia ao número de residências existentes no local, que, na época, era de cerca de 160 a 180 habitações, e sim ao número de famílias que ali residiam.

Em entrevista realizada com Rosangela Toscano⁵⁷, técnica da COPAC, uma das preocupações da PMJP é a permanência da população nas unidades habitacionais, e, para tanto, “soluções são buscadas para se realizar o controle das propriedades através de um formato que tente impedir a especulação imobiliária”. No decorrer dos anos, muitas famílias foram residir no Porto do Capim, principalmente após a divulgação de projetos de habitação social na área. Porém, segundo a SEMHAB, serão beneficiadas apenas aquelas famílias que foram cadastradas pelo programa e que participaram de todo o processo de discussão e decisões.

Segundo Cavalcante (2009), um dos problemas enfrentados pela Secretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de João Pessoa (SEMHAB) é a alocação do número de famílias na área proposta. Assim, como o terreno escolhido não teria as dimensões necessárias para a habitação horizontal, primou-se pela verticalização “leve”, de forma a não causar grandes impactos na configuração espacial da região. A acessibilidade foi pensada tanto nos espaços públicos (urbano) como no privado (unidade habitacional).

Foram pensados para as unidades habitacionais três tipos diferentes de tipologia: Térreo+1, Térreo+2 e Tipo Duplex, além de apartamentos projetados para portadores de necessidades especiais e idosos. Como a área escolhida para realocação da comunidade não se encontra exatamente dentro do perímetro do centro histórico, sua tipologia não chegará a afetar o conjunto edificado existente, evitando assim incompatibilidades tipológicas.

Figura 20: As residências de tipologia duplex serão no total de 19 unidades habitacionais presentes na área 01 e terão cerca de 40 m² por unidade habitacional

Fonte: Cavalcante (2009, p.110).

⁵⁷ Entrevista realizada em: 20 de junho, 2014.

Figura 21: A tipologia Térreo+1 também se encontra na área 01 de deslocamento da população e totaliza o número de dezesseis unidades habitacionais, apresentando cada uma delas 39,57 m²

Fonte: Cavalcante (2009, p.111).

Figura 22: A tipologia Térreo+2 é a que possui mais unidades habitacionais e se apresenta nas áreas 01 e 02 de deslocamento da população. Com um total de 81 (oitenta e uma) unidades na área 01 e 33 (trinta e três) unidades na área 02, totalizando um número de 114 (cento e catorze) unidades habitacionais. Esta tipologia também abrigará as unidades adaptadas para portadores de necessidades especiais e idosos, com uma área de 42,34 m² cada

Fonte: Cavalcante (2009, p.112).

Em 18 de agosto de 2014, ocorreu uma reunião entre a Associação de Mulheres do Porto do Capim, o Centro de Referência em Direitos Humanos e a Senhora Maria do Socorro Gadelha, atual Secretária Municipal de Habitação. Segundo a Secretária, os recursos já haviam chegado, e existia o intento de realização do projeto habitacional para a relocação da comunidade, com recursos oriundos do Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal. Segundo o

Centro de Referência de Direitos Humanos, o referido projeto habitacional estaria em processo de discussão interna e em fase inicial de implementação pela Prefeitura, e, conforme repassado (extraoficialmente), a proposta do município é colocar as pessoas para morarem em apartamentos agora de 49m².

No entanto, a Associação de Mulheres do Porto do Capim, órgão representativo da comunidade, desde 2010, tem argumentado pela recusa à proposta da prefeitura, alegando preferir que a comunidade continue no local onde se encontra atualmente. A proposta da Prefeitura Municipal de João Pessoa “tem obtido ampla rejeição dos moradores, os quais reivindicam a manutenção de sua situação territorial atual, uma vez que, para além do valor comercial dos imóveis, reconhecem vínculos afetivos com o espaço” (RELATÓRIO DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS, 2015, p.9).

O problema colocado em relação ao projeto de habitação pela Associação de Mulheres justifica-se pelo fato de não ter havido nenhuma forma de participação popular na elaboração da proposta, o que tem gerado um sentimento de insatisfação e desrespeito em relação à comunidade. O que se observa é que o poder público está imbuído da ideia de que, com esse projeto de habitação, é possível revitalizar a área e requalificar todo o tecido social.

O discurso dos técnicos da Secretaria Municipal de Habitação Social (SEM HAB) é que a área de deslocamento encontra-se em uma região estruturada, possuindo infraestrutura e circulação viária. Próxima à área, também se encontram ruas que recebem as linhas de transporte coletivo urbano, possibilitando aos moradores uma melhor acessibilidade. No interior dos blocos, não será permitida a entrada de veículos, estando as vagas de estacionamento dispostas no exterior do conjunto. Segundo Gonçalves (2014), essa tem sido uma questão polêmica:

Na primeira versão do projeto, de 1997, seria preciso a remoção dos moradores das áreas ribeirinhas para a construção da Praça Porto do Capim (19.500 m²). Nessa proposta a realocação da população residente seria em área próxima à praça de eventos. Como podemos verificar (...), as “habitações de interesse social” (42m²) seriam construídas ao lado da praça e próximas ao rio. Nessa versão também estavam previstas a construção de espaços destinados à prática de esporte e lazer, assim como aparato para a comunidade continuar a desenvolver suas atividades ligadas ao comércio local. Porém, com o passar dos anos, o Projeto de Revitalização do Porto do Capim passou por diversas redefinições; a arena de eventos continuou sendo a base principal do projeto, já as áreas previstas para a construção das habitações populares passaram por várias proposições. De modo que, até esta data, não foi definido onde serão construídas as casas populares (GONÇALVES, 2014, p.50).

Em 22 de agosto de 2013, foi divulgado nacionalmente o resultado dos projetos aprovados para financiamento através do Programa PAC 2 Cidades Históricas, sendo a maior parte dos recursos destinada a obras a serem realizadas no Porto do Capim e na Vila Nassau, entre elas, a construção da Praça de Eventos e a requalificação das vias de acesso à região ribeirinha. Uma das especificidades do PAC 2 Cidades Históricas foi aliar as experiências dos programas anteriores a uma política transversal, envolvendo Ministério da Cultura, Ministério das Cidades, Ministério da Educação e Ministério do Turismo, agências financiadoras, como BNDES e Caixa Econômica Federal, primando pela participação da sociedade em todas as etapas de formulação e execução dos Planejamento Estratégico.

Na visão do Governo Federal, o programa PAC Cidades Históricas é uma importante conquista e consolida significativos resultados obtidos a partir do incremento das políticas culturais em nosso país, em especial, da implementação do Programa Monumenta, o qual promoveu impactos muito positivos para as comunidades de 26 municípios beneficiados. Ampliar a abrangência dessa estratégia de desenvolvimento, para posicionar o patrimônio cultural como eixo indutor e estruturante, é o objetivo do PAC Cidades Históricas, que atuará, inicialmente, em 44 cidades, de 20 estados da federação, com a disponibilização total de R\$ 1,9 bilhões de reais até 2015, sendo R\$ 1,6 bilhões para obras públicas. Os outros R\$ 300 milhões estão destinados a uma linha de crédito para proprietários de imóveis de cidades tombadas pelo IPHAN.

Gonçalves (2014) ressalta que a trajetória histórica da gestão do patrimônio cultural de João Pessoa está em conexão com o que ocorria em outros sítios históricos. Porém, é esse mesmo projeto de revitalização, elaborado em 1997, que está em vias de ser executado em 2013, através do financiamento do PAC Cidades Históricas. Todavia, este programa foi elaborado no sentido de aliar as experiências dos programas anteriores a uma política transversal, envolvendo Ministério da Cultura, Ministério das Cidades, Ministério da Educação e Ministério do Turismo, agências financiadoras, como BNDES e Caixa Econômica Federal, primando pela participação da sociedade em todas as etapas de formulação e execução dos planos de ação, aspectos que o PAC Sanhauá não contemplava.

Essa nova proposta objetivava reverter o subaproveitamento do potencial econômico e simbólico do patrimônio urbano existente nos sítios históricos tombados para a geração de renda, de novos empregos, de agregação social e de

afirmação de identidades. Além, disso, para posicionar o patrimônio cultural como eixo indutor e estruturante, e com o objetivo de contribuir para o ordenamento e o planejamento estratégico do crescimento urbano, assim o PAC Cidades Históricas, além de promover ações de reabilitação de imóveis e requalificação de espaços urbanos tombados, também viabiliza ações de saneamento ambiental, de melhoria do transporte público e implantação de habitações sociais, caso do Porto do Capim e da Vila Nassau, intervindo em processos que minimizem a obsolescência do sítio histórico, visando, ainda, a contribuir para amenizar os processos de esvaziamento populacional e funcional dos centros históricos, colaborando para a reversão de quadros de subutilização imobiliária e de infraestrutura urbana instalada (IPHAN, 2009). Como objetivos e estratégias de ação, o projeto ressalta ainda a:

Inclusão das cidades históricas e seu entorno nas ações da agenda social do Governo Federal, viabilizando as condições necessárias de infraestrutura urbana e social. Garantir ações de saneamento ambiental, melhoria do transporte e mobilidade urbana, habitação de interesse social e regularização fundiária, segurança cidadã, territórios da cidadania (IPHAN, 2009, p.22).

Foi divulgada no dia 22 de agosto de 2013 a lista das cidades e obras contempladas pelo PAC 2 Cidades Históricas, e as ações devem ser desenvolvidas num prazo máximo de três anos. Em João Pessoa, dentre os projetos aprovados pelo Programa para o Porto do Capim, estão:

1-Restauração da antiga Superintendência da Alfândega – Centro de Cultura Popular. Investimento de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais);

2- Restauração da Antiga Fábrica de Gelo – Centro de Apoio a Eventos e Visitantes. Investimento de R\$ 525.000,00 (quinhentos e vinte e cinco mil reais);

3-Requalificação do Antigo Cais do Porto – Arena de Eventos e Cultura. Investimento de R\$ 16.185.000,00 (dezesseis milhões e cento e oitenta e cinco mil reais);

4-Requalificação das vias de Acesso à Arena de Eventos e Cultura. Investimento de R\$ 4.740.000,00 (quatro milhões e setecentos e quarenta mil reais);

5-Implantação do Parque Ecológico do Rio Sanhauá. Investimento de R\$ 15.120.000,00 (quinze milhões e cento e vinte mil reais) (GONÇALVES, 2014, p.87-88).

Gonçalves (2014) destaca, ainda, que, dentre as obras contempladas, estão todas as propostas elaboradas pela Comissão de Desenvolvimento do Centro

Histórico, desde 1997, formando o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim. No total, serão investidos no projeto recursos do PAC 2 Cidades Históricas da ordem de R\$ 37.870.000,00 (trinta e sete milhões e oitocentos e setenta mil reais). Segundo Claudio Nogueira, Superintendente do IPHAN, João Pessoa foi uma das cidades mais contempladas com o PAC Cidades Históricas:

Para João Pessoa, dentre aquelas ações do APPC⁵⁸, foram priorizadas pelo Município e pelo IPHAN diversas ações, entre elas a revitalização da Ribeira do Rio Sanhauá, que totalizaram quase 107 milhões de reais, tendo sido aprovadas pelo GEPAC 11 ações que somam perto de 51 milhões, sendo que 06 destas ações estão diretamente ligadas à Ribeira do Rio Sanhauá e ao Porto do Capim, 02 estão no seu entorno imediato e apenas 03 estão na Cidade Alta. Foi precisamente a aderência e integração destas ações e o seu potencial de desenvolvimento local que fez com que o GEPAC as aprovasse em detrimento de outras ações, bem como tenha priorizado João Pessoa no aporte de recursos em relação ao seu porte e do Centro Histórico. A Paraíba, entre 20 Estados contemplados, foi o 8º em recurso, e João Pessoa, entre as 44 cidades contempladas, foi a 7ª a receber mais recursos, à frente de cidades como São João Del Rey, Ouro Preto, Diamantina, Sabará, São Miguel das Missões e Goiás Velho, possivelmente pela coerência das ações relacionadas ao Porto do Capim.⁵⁹

Em 2010, a Universidade Federal da Paraíba, por meio de uma equipe de professores dos Cursos de História, Arquitetura e Geografia, implantou, na comunidade, alguns programas de extensão, que resultaram num projeto arquitetônico de requalificação daquela área. A equipe, composta pelos alunos e professores de Arquitetura da UFPB, apresentaram à comunidade uma proposta de moradia mais moderna que prevê o aumento da área do imóvel, tanto nas casas como nos apartamentos previstos. No caso das casas, elas ainda serão agrupadas em unidade de vizinhança, com áreas externas compartilhadas, assim como é hoje em muitos espaços do Porto do Capim. Além disso, para as casas que permaneceram em pé, por não estarem em risco, o projeto prevê ainda requalificação desses imóveis, instalação de rede de esgoto, painéis de aquecimento solar, cobertura impermeável, além de espaços adequados para a instalação dos serviços (saúde, educação, segurança, lazer). Assim, já em lugar de uma Arena de Eventos, pensou-se num espaço mais humanizado, que não agrida o mangue e que tenha espaço ainda para equipamentos esportivos e pontos de comércio para os próprios moradores, contemplando também as exigências de salubridade.

⁵⁸ Acordo de Preservação do Patrimônio Cultural (APPC).

⁵⁹ Claudio Nogueira entrevista realizada em: 28 de setembro, 2013.

Senhor Fernando Milanez, o representante do prefeito de João Pessoa e Coordenador da COPAC/JP, em reunião no IPHAEP, afirmou que o Projeto da COPAC/IPHAN/PMJP já fora apresentado à Presidente da República, Dilma Roussef. Colocou que a cidade espera há mais de vinte anos a realização desse projeto e que os “cidadãos” não podem mais esperar. A que cidadãos Senhor Fernando Milanez se refere? Provavelmente, não deve conhecê-los. Argumentou que João Pessoa precisa de uma área grande destinada a eventos no centro histórico, utilizou, como modelo de comparação, o Marco Zero, em Recife, e o Pelourinho, em Salvador. Assim, para o Coordenador da COPAC, a construção de uma Praça de Eventos é muito mais significativa para a cidade do que a preservação da história de uma população ribeirinha.

Segundo Gonçalves (2014), motivados pela necessidade de garantir o reconhecimento, a valorização, o respeito e as referências culturais da população residente no Porto do Capim e na Vila Nassau, localizados no Centro Histórico de João Pessoa, especificamente do Porto do Capim e da Vila Nassau, protegidos pelo título de patrimônio pelo Iphan e pelo Iphaep, técnicos da Superintendência do Iphan na Paraíba perceberam a necessidade urgente de revisão do Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, resultante do Convênio de Cooperação Brasil/Espanha, tendo em vista a possibilidade iminente de sua execução com recursos previstos em 2012 no PAC Sanhauá e PAC Cidades Históricas.

3.5 Dossiê: proposta de requalificação das áreas urbanas do porto do capim e da vila nassau

No caso do Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, a Comissão Permanente de Desenvolvimento defende o argumento de que é preciso resgatar a história do lugar por meio do “vínculo entre o rio Sanhauá e a cidade”. As intervenções previstas para o Porto do Capim e a Vila Nassau têm o objetivo de remeter à ideia de porto, que tal área tem “vocaço para ser um porto” e de que é preciso recuperar a mata ciliar, que, na viso da Comissão Permanente de Desenvolvimento, tem sido degradada pela comunidade que ocupa a rea h setenta anos. Alm, disso, a Comissão Permanente defende ainda a remoo da comunidade da rea, para que a mesma seja revitalizada. Essa proposta gerou, no interior do prprio IPHAN, posies contrrias, levando a produo de um Grupo de

Trabalho para a análise do Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim. Do trabalho desse grupo, resultou o Dossiê: Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau.

O grupo surge como Grupo de Trabalho Porto do Capim e Vila Nassau, composto por técnicos do Iphan que, preocupados com o destino dessa comunidade tradicional, mas, sobretudo, pelo desrespeito aos seus valores, referências culturais e vivências no/do lugar, elaboram o supracitado Dossiê, visando, assim, a analisar o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, suas irregularidades e inadequações propostas para a área. O principal objetivo é propor conceitos e intervenções alternativas para a requalificação do Porto do Capim e da Vila Nassau, buscando a conciliação dos interesses do projeto original da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico, elaborado em 1997, com as necessidades e anseios da população residente no local e as legislações nacionais e internacionais.

Segundo Gonçalves (2014), a equipe⁶⁰ foi formada por técnicos, estagiários da unidade do Iphan da Paraíba, pesquisadores do Programa do Mestrado Profissional do Iphan e professores colaboradores da Universidade Federal da Paraíba. O grupo de trabalho, através de visitas técnicas, pesquisas sobre o plano diretor da cidade, referências em cartas patrimoniais, Constituição Federal, legislação ambiental, legislação patrimonial, estudos sobre o desenvolvimento de turismo comunitário, entrevistas com moradores, pesquisa sobre a viabilidade de instalação de estações elevatórias de tratamento de esgoto, assim como uma argumentação interdisciplinar pautada nas áreas das Ciências Sociais, Geografia, História, Arquitetura, Urbanismo, Arqueologia e Meio Ambiente, elaborou um Dossiê com uma “Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e Vila Nassau” (GONCALVES, 2014).

O GT discorda da construção de uma arena de eventos na área. Argumenta que isso em nada remete à ideia do antigo porto do Varadouro e que o projeto de revitalização proposto pela Comissão Permanente de Desenvolvimento é um

⁶⁰ O Grupo de Trabalho ficou constituído pelos técnicos do Iphan/PB Emanuel Oliveira Braga (Ciências), Silva (Arqueologia) e Maria Olga Enrique Silva (Psicologia), pelos bolsistas do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural do Iphan, Helena Tavares Gonçalves (Ciências Sociais), pelas estagiárias do Iphan, Natália Azevedo (Arquitetura e Urbanismo) e Suelen Andrade (História), e pelos consultores do Laboratório de Recursos Hídricos do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade Federal da Paraíba, professores de engenharia, Gilson Barbosa Athayde Júnior e José Reynolds Cardoso de Melo.

equívoco, pois não prevê recuperação ambiental da vegetação remanescente do mangue, uma vez que pretende consolidar uma grande Arena de Eventos, um concretão, no lugar onde se encontram hoje as genuínas casas dos moradores ribeirinhos que vivem na área desde a década de 1940. Segundo os técnicos do Gt Porto do Capim e Vila Nassau, na realidade, o vínculo rio/cidade sempre existiu, sobretudo quando se estabeleceu a relação entre moradores e o lugar. O que precisa ser revisto são as noções, conceitos e visão de patrimônio cultural que constam da essência do Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim.

Apesar de tal projeto apresentar o Iphan como uma das instituições parceiras do Convênio Brasil/Espanha, como também pessoas da equipe técnica e da chefia da unidade na Paraíba enquanto autores do Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, as bases nas quais foram elaborados o projeto em questão, os propósitos, características e objetivos a serem alcançados pelas ações de intervenção não são consenso na atual conjuntura da Superintendência⁸. Existe uma parte da equipe técnica que acredita que os processos de atribuição de valor aos patrimônios nacionais podem ser pensados por meio de referenciais distintos daqueles que compõem o Projeto da Comissão. Consideram a cidade enquanto um espaço socialmente construído, passível de sofrer modificações, julgam que as referências culturais dos moradores do Porto do Capim e Vila Nassau devem ser respeitadas e procuram maneiras de viabilizar, técnica, legal e politicamente a permanência da população na área (GONÇALVES, 2014, p.19).

Na visão dos técnicos que compõem o GT, é necessária uma tomada de posição institucional que respeite os valores culturais da comunidade. Segundo Gonçalves (2014), o grupo de trabalho intitulado “GT Porto do Capim e Vila Nassau” foi instituído pela Portaria nº 01/2012, de 5 de março de 2012, da Superintendência Estadual do Iphan na Paraíba, com o objetivo de problematizar a questão do Porto do Capim e da Vila Nassau, analisar o Projeto de Revitalização da Comissão e propor um conceito e uma intervenção alternativa para a requalificação da área, buscando a conciliação dos interesses do projeto original com as necessidades e anseios da população residente no local e as legislações nacionais e internacionais. Assim, foi elaborado um Dossiê:

Este Dossiê é o resultado técnico das atividades do Grupo de Trabalho Porto do Capim e Vila Nassau, instituído pela Portaria nº. 01/2012, de 05 de março de 2012, da Superintendência Estadual do Iphan na Paraíba. Durante um mês, os integrantes do GT realizaram pesquisas documentais e arquivísticas, vistorias técnicas, reuniões, consulta a especialistas, proposta de um novo desenho urbano e chegou a um diagnóstico da situação atual e à Proposta de Requalificação para as Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau, ora apresentada. Ressalte-se, por fim, que o Grupo buscou

todo o aporte técnico necessário para reversão da situação proposta anteriormente e o respeito à legislação patrimonial e ambiental vigente.⁶¹

Assim, como já argumentado anteriormente O Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim propõe a retirada da população do Porto do Capim e da Vila Nassau de suas residências e estabelecimentos comerciais e remoção para outro local do Centro Histórico. Os técnicos do Iphan que compõem o GT questionam se não haveria uma possibilidade para preservar as referências culturais da comunidade que reside no Porto do Capim e na Vila Nassau de uma intervenção tão desrespeitosa que desconsidera seu presente, sua história, suas vivências. Diante dessa realidade, o GT Porto do Capim e Vila Nassau propôs a elaboração de um Dossiê, por meio de todas as referências culturais da área para que o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim possa ser repensado.

O Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim é exemplo de uma política antidemocrática e higienista, antes mesmo de ser concretizada, conforme ressalta o Relatório de Violações aos Direitos Humanos Porto do Capim elaborado pelo Centro de Referência da Universidade Federal da Paraíba:

Conforme denunciam os moradores, lideranças comunitárias, movimentos sociais, urbanistas, acadêmicos e defensores de direitos humanos envolvidos na questão. Em que pesem as sucessivas iniciativas de aproximação da Associação de Mulheres do Porto do Capim e da Comissão Porto do Capim em Ação a população local nunca foi consultada dos procedimentos administrativos em execução e nem participou de nenhuma fase de elaboração do projeto, em completa desatenção a diversos imperativos legais.⁶²

Neste contexto, um dos primeiros elementos que denunciam as irregularidades e violações aos direitos humanos presentes na proposta de Revitalização do Antigo Porto do Capim é o processo de tombamento da área. No ano de 2002, foi encaminhada ao IPHAN a solicitação de tombamento nacional do Centro Histórico de João Pessoa, por meio da ACHERVO, associação de amigos do centro histórico, uma representação da sociedade civil que tratava dos problemas relativos ao Centro Histórico, na visão dessa instituição:

Tombar esse universo, restrito geograficamente, mas amplo em sua ação sinérgica, é a materialização dos avanços, percalços, erros e acertos de um

⁶¹ DOSSIÊ: Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas e do Porto do Capim e da Vila Nassau, IPHAN, João Pessoa, 2012.

⁶² Relatório de Violações aos Direitos Humanos Porto do Capim. Centro de Referências em Direitos Humanos da UFPB, 2015, p.4.

pólo tão antigo quanto a própria memória nacional possa alcançar. Além de tudo, é lindo de se ver. O rio invade a *urbs* e o casario penetra o mangue, num espetáculo de rara plasticidade, cuja preservação passa, necessariamente, por uma regulamentação federal. Assim, impõe-nos a obrigação em pleitear um tombamento nacional.⁶³ (IPHAN, 2007, p.3)

O processo de tombamento federal recebeu o número 1501-T-02. Em 2005, a Superintendência do IPHAN da Paraíba recebeu, por meio do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), orientações técnicas para realizar adequações na proposta de tombamento. Como resultante do processo, foi delimitada, em 2007, a seguinte poligonal de tombamento:

Figura 23: Poligonal de tombamento federal. Em amarelo, a área de preservação rigorosa, e, em azul, a área de delimitação de entorno. Em vermelho, destaque para a área do Porto do Capim e da Vila Nassau

Fonte: Acervo da Divisão Técnica do Iphan-PB (Mapa elaborado por Carla Moraes e Emanuel Braga sobre imagem de satélite do Google Earth).

⁶³ MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Processo de Tombamento nº 1.501-T-02*, Volume I “Centro Histórico de João Pessoa, Estado da Paraíba”. IPHAN, [2007], [p.3].

Segundo Gonçalves (2014, p. 38), em 2009, o Centro Histórico de João Pessoa foi inscrito nos seguintes livros do Tombo: Livro de valor Histórico e no Livro de valor Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Gonçalves argumenta, ainda, que, através dos estudos da documentação do IPHAN, podemos perceber que diversas foram as tentativas de se delimitar uma área de proteção ao patrimônio cultural edificado, como também de criação daquilo que, espacial e simbolicamente, faria parte da área do Centro Histórico da cidade. Todavia, a autora destaca que:

Nesse processo, curioso é perceber que toda a narrativa que justifica o tombamento da área está baseada na relação entre o Rio Sanhauá e a cidade de João Pessoa, pois a cidade nasceu às margens desse rio, porém, se olharmos com o mínimo de atenção à delimitação das áreas tombadas, constataremos que nem as margens e nem o rio se encontram na área de proteção rigorosa. As margens do Rio Sanhauá estão na área de entorno do perímetro e o rio, de extrema importância histórica para o surgimento da cidade, não conta com nenhum tipo de proteção nos aspectos da legislação patrimonial, contradizendo a própria argumentação institucional.

Segundo o processo de tombamento:

O Centro Histórico de João Pessoa mantém significativo potencial em sua paisagem natural, perenizando o vínculo existente entre o Rio Sanhauá e a cidade... A identidade paisagística que se relaciona com o meio físico e seus elementos hidrológicos, topográficos e biológicos, compreendendo uma paisagem natural e construída ratificam o valor do Centro Histórico de João Pessoa como um conjunto a ser objeto de reconhecimento nacional.⁶⁴

O Porto do Capim e a Vila Nassau situam-se, dentro do perímetro do Centro Histórico protegido pelo Iphan, em uma área que foi definida no tombamento como entorno do sítio. Para um melhor entendimento dessa questão, vale ressaltar que, um sítio histórico, respaldado pela legislação federal, divide-se, de praxe, em poligonal de tombamento e poligonal de entorno. A área de tombamento refere-se a um conjunto de coisas delimitado de forma clara e precisa, sobre o qual incidem os efeitos legais determinados no Decreto-Lei nº. 25/1937, sendo o principal deles a permanência – conservação – da coisa tombada (GONÇALVES, 2014, apud RABELLO, 2009, p.79): “ao se tombar o núcleo histórico de uma cidade, estarão sob a tutela do poder público os prédios, ruas, a vegetação que adere ao solo, os adereços fixados nos prédios, enfim, a paisagem urbana constituída de imóveis”.

⁶⁴ MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Processo de Tombamento nº 1.501-T-02*, Volume I “Centro Histórico de João Pessoa, Estado da Paraíba”. IPHAN, [2007], [p.31].

Desse modo, a área de entorno funciona como uma zona de transição e amortecimento de impactos típicos do crescimento das cidades sobre a poligonal do tombamento propriamente dito, de proteção mais rigorosa, onde se deverá salvaguardar a ambiência do sítio protegido. Embora seja notória a anterioridade e indiscutível a ocupação urbana seiscentista do Porto do Capim, o trecho de ocupação da população ribeirinha foi excluído, estrategicamente, do perímetro da poligonal de tombamento, situando-se apenas como poligonal de entorno (GONÇALVES, 2014).

A Declaração de Xi'an, que trata da conservação de entornos edificados, define que:

O entorno de uma edificação, um sítio ou uma área de patrimônio cultural se define como o meio característico seja de natureza reduzida ou extensa, que forma parte de – ou contribui para – seu significado e caráter peculiar. [...] A definição do entorno requer compreender a história, a evolução e o caráter dos arredores do bem cultural. Trata-se de um processo que deve considerar múltiplos fatores, inclusive a experiência de aproximação ao sítio e ao próprio bem cultural [...] Tais fontes incluem acervos documentais e arquivos, descrições artísticas e científicas, histórias orais e conhecimentos tradicionais, as opiniões das comunidades locais e daquelas relacionadas ao bem, assim como uma análise das perspectivas visuais. As tradições culturais, os rituais, as práticas espirituais e os conceitos, assim como a história, a topografia, os valores do meio natural, os usos e outros fatores contribuem para criar o conjunto de valores e dimensões tangíveis e intangíveis do entorno. A definição do entorno deve conjugar harmoniosamente seu caráter, seus valores e sua relação com o bem cultural (DECLARAÇÃO DE XI'AN, 2005).

A delimitação do perímetro de proteção do Centro Histórico de João Pessoa definido pelo Iphan da Paraíba, em concordância com os parâmetros técnicos da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico, parece refletir uma astúcia política que não vê com bons olhos a presença de uma “comunidade de baixa renda” dentro de um perímetro de proteção patrimonial. Essa postura técnica não condiz com as atuais recomendações internacionais e nacionais voltadas para as políticas de gestão de patrimônio, excluindo dos limites do tombamento relevantes elementos que constituem importância ao sítio histórico, entre eles, a comunidade ribeirinha que reside na área há mais de setenta anos.

Gonçalves (2014, p.26) ressalta também, em âmbito nacional, a Carta de Petrópolis, resultante do I Seminário Brasileiro para a Preservação e Revitalização de Centros Históricos, realizado pelo Comitê Brasileiro do Icomos em Itaipava, ainda

na década de 1980. A Carta estabeleceu os princípios básicos, as noções, para as ações de intervenção em centros históricos, entre os quais, destacamos:

II. O SHU [Sítio Histórico Urbano] é parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes, num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação, devendo os novos espaços urbanos ser entendidos na sua dimensão de testemunhos ambientais em formação.

III. A cidade enquanto expressão cultural, socialmente fabricada, não é eliminatória, mas somatória. Neste sentido, todo o espaço edificado é resultado de um processo de produção social, só se justificando sua substituição após demonstrado o esgotamento do seu potencial social-cultural. Os critérios para avaliar a conveniência desta substituição devem levar em conta o custo sócio-cultural do “novo”.

V. Sendo a polifuncionalidade uma característica do SHU, a sua preservação não deve dar-se às custas da exclusividade de usos, nem mesmo daqueles ditos culturais, devendo, necessariamente, abrigar os universos do trabalho e do cotidiano, onde manifestam as verdadeiras expressões de uma sociedade heterogênea e plural. Guardando essa heterogeneidade, deve a moradia constituir-se na função primordial do espaço edificado, haja vista a flagrante carência habitacional brasileira. Desta forma, especial atenção deve ser dada à permanência no SHU, das populações residentes e das atividades tradicionais, desde que compatíveis com a sua ambiência (CARTA DE PETRÓPOLIS/ICOMOS, 1987).

No nosso entendimento, mesmo considerando que o tombamento do Centro Histórico de João Pessoa foi solicitado por uma entidade que atua no incentivo à proteção e promoção do referido sítio, a Associação Centro Histórico Vivo (ACEHRVO), conforme ressaltado anteriormente, consideramos que o pedido parece não ter atendido aos valores patrimoniais, ou seja, a proteção da relação cidade-rio, o mangue e, sobretudo, a ocupação histórica do Porto do Capim e da Vila Nassau. Essa história não foi levada em consideração, apesar de, no discurso, estar presente. Mesmo assim, se levou em consideração nos perímetros de proteção, como se ressaltou no Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim. Importante também salientar é que a poligonal de tombamento é um reflexo técnico/ideológico da posição do Iphan:

uma vez que o rio Sanhauá foi excluído da definição do perímetro, enquanto o mangue e o Porto do Capim figuram apenas no entorno do sítio tombado, embora seja perfeitamente plausível e legal a inclusão de elementos da natureza nas poligonais de proteção, havendo exemplos vários na história da instituição.⁶⁵

⁶⁵ DOSSIÊ: Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e Vila Nassau, IPHAN, 2012, p 19.

Segundo o Dossiê Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau, para a elaboração da contraproposta do Grupo de Trabalho Porto do Capim e Vila Nassau, o grupo empreendeu uma série de reuniões, pesquisas e atividades, a fim de elaborar uma justificativa conceitual e uma contraproposta para a área objeto da Proposta de Requalificação (que, no projeto anterior, está caracterizada como “arena de eventos”). As principais ações desenvolvidas pelo grupo foram: as vistorias técnicas realizadas pelo GT para reconhecimento da área; levantamento das condições de vida da comunidade; identificação da morfologia de ruas, quadras e edificações; a infraestrutura existente; os avanços das edificações sobre a área de proteção ambiental, bem como, na medida do possível, os usos e costumes da população residente e sua relação com a paisagem do lugar, foram essenciais para desmistificar a visão que alguns técnicos do Iphan tinham da área.

Esta visita foi importante para alguns membros do GT, porque dissipou vários mitos e pressupostos até então sempre mencionados pelos técnicos interessados na instalação de uma arena de eventos naquele local e por entes governamentais nas reuniões e documentos consultados, como o de que “as habitações desta área da cidade não possuem condição alguma de moradia”. Pelo contrário, deparamo-nos com alguns imóveis em bom estado de conservação, com condições de habitabilidade e moradia satisfatória (imagens 14 a 16), sendo o maior problema infraestutural a inexistência de saneamento básico. E constatamos também a recém-construída igreja evangélica Batista (imagem 17), a igreja Assembleia de Deus (imagem 18) e a capela católica (imagem 19), em fase de conclusão, que comprovaram que, a despeito de todo o discurso institucional e político em prol da retirada completa daquela população e relocação para outra área da cidade, as pessoas continuam expendendo recursos próprios, construindo e consolidando suas práticas religiosas, cotidianas e de sociabilidade como se dali não fossem se mudar.⁶⁶

Com estes dados, levantamentos e inventários (pesquisados em diferentes fontes), confirma-se o quanto o Porto do Capim e a Vila Nassau estão consolidados como comunidade diversificada, repleta de referências culturais e vitalidade urbana. Podemos dizer que essas áreas têm características de “espaço residencial”, fundamental para a salvaguarda das dinâmicas sociais que trazem mais vida ao Centro Histórico de João Pessoa.

⁶⁶ DOSSIÊ: Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e Vila Nassau, IPHAN, 2012, p 38.

3.6 O empoderamento dos moradores em defesa do lugar

Uma das entidades que desenvolve trabalhos junto à comunidade (ações de educação patrimonial com as crianças, por meio do universo artístico, como música, teatro, dança, fotografia, vídeo) é a Fundação Cia. da Terra, vinculada ao projeto “Subindo a Ladeira”. Foi o contato com as crianças, com as brincadeiras infantis nos ensaios do Subindo a Ladeira, que a equipe do projeto percebeu, na fala das crianças, a recorrente angústia e as dúvidas sobre o destino da comunidade e o problema da remoção de suas moradias para outra área do centro histórico. Gonçalves (2014) ressalta:

A Fundação via os meninos reclamando “não tia, não tenho expectativa de vida, porque a gente vai sair, a gente não vai planejar nosso futuro aqui, porque vai sair.” Aí o pessoal da Fundação sentiu essa necessidade de se mobilizar com os moradores, informar e trazer informações para os moradores. Como lutar, como se mobilizar, e já tinha o trabalho Subindo a Ladeira, né! E aí veio dessa necessidade que eles conheceram pelas crianças que faziam as oficinas. De tanto reclamar que ia sair, eles vieram saber que história era essa e aí encontrou com Roseane, Cida, Verônica que estão desde o início da formação da Comissão e até hoje acompanham a gente. A formação da Comissão mesmo veio através da necessidade da comunidade com esse projeto, porque não se tinha informação nenhuma, era sempre...Hoje também não se tem tanta resposta, mas era sempre coisas muito vagas e que acabavam tirando o sono dos moradores. Hoje eles se sentem um pouco mais tranquilos, eu acredito, porque pelo fato de não ter essa confusão de informação, ou de saber que a gente tá correndo atrás da informação.⁶⁷

A partir dos encontros para organizar as atividades do Projeto Subindo a Ladeira, os representantes da Fundação Cia Da Terra travaram contato com a comunidade e os problemas enfrentados no cotidiano, estabelecendo uma relação de parceria e confiança. Nos primeiros encontros, o objetivo foi discutir a situação daquele corpo social, as dificuldades enfrentadas, a iminência da remoção, a importância das relações de vizinhança, parentesco e confiança que existia e ainda existe nesse lugar, aliadas à noção de território e aos vínculos comunitários:

Nos primeiros encontros o objetivo foi discutir a iminência da remoção, a importância das relações de vizinhança e parentesco aliadas à noção de território, assim como o planejamento de ações para fortalecer vínculos comunitários. O trabalho tinha como objetivo despertar o empoderamento político dos moradores, mostrando possíveis formas de organização social, essa mobilização inicial foi conduzida por educadores da Fundação Cia da

⁶⁷ Entrevista realizada por Helena Tavares Gonçalves com a representante da Comissão de Mulheres do Porto do Capim em ação, Rossana Holanda em: 22 de outubro, 2013.

Terra, que já tinham experiências e vivências em outros movimentos sociais. O modelo escolhido para organização coletiva dos moradores foi a formação de uma comissão. Atualmente a Comissão Porto do Capim em Ação é formada por dez mulheres, responsáveis pela mediação entre o poder público e a comunidade. No momento das reuniões, que acontecem semanalmente no Bar da Penha no Porto do Capim, são pensadas e discutidas estratégias para obter formas de diálogo com poder público (Prefeitura, Secretaria de Habitação, Secretaria de Meio Ambiente, Defesa Civil, Ministério Público, Câmara dos Vereadores, Iphan) (GONÇALVES, 2014, p. 112).

A cada reunião, o vínculo entre a Fundação e a comunidade era fortalecido. Os laços se consolidavam, e a ideia de organizar uma agenda de ações para serem realizadas pela Comissão Porto do Capim em Ação se fortalecia. O trabalho tinha como objetivo despertar o empoderamento político dos moradores, mostrando possíveis formas de organização social. Essa mobilização inicial foi conduzida por educadores da Fundação Cia da Terra, que já tinham experiências e vivências em outros movimentos sociais (GONÇALVES, 2014, p.111).

Esses encontros foram muito importantes para a comunidade, pois proporcionaram aos moradores que expressassem suas preocupações, angústias e medos em relação ao Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim a descoberta do seu poder de mobilização, fortalecendo-se para enfrentar o poder público. Na medida em que essa relação de confiança se consolidava, a comunidade via, na Fundação, a possibilidade de um canal de obtenção de noções sobre o projeto de revitalização, como apoio para estabelecer um diálogo franco com o poder público e recolher mais informações sobre a “revitalização”.

A partir desse encontro os moradores passaram a se reunir semanalmente. Assim surgiu um grupo mobilizado, formado por moradores e educadores da Fundação Cia. da Terra. O grupo, que iniciou suas atividades em 2010, recebeu o nome de Comissão Porto do Capim em Ação (nome escolhido pelos moradores). Os moradores mobilizados têm em comum esclarecer o que de fato está previsto pela prefeitura e demais órgãos públicos em relação à ameaça de remoção. Além de buscar esclarecimentos sobre os projetos de intervenção previstos para a área, procuram meios de evitar a destruição do bairro. As reuniões contam com a colaboração de alguns agentes externos, principalmente estudantes e professores universitários (GONCALVES, 2014, p. 111).

Segundo Gonçalves (2014), diante das ameaças de remoção com o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, surgiu a Comissão de Mulheres Porto do Capim em Ação. Esta comissão luta pela defesa de uma identidade territorial e pelo reconhecimento daquele território enquanto parte indissociável do conjunto de

referências culturais materiais e imateriais locais, reivindicando o direito a esse lugar da cidade. A Comissão não luta apenas pelo direito ao espaço físico, mas, sobretudo, pela cultura tradicional da comunidade. Assim, segundo Gonçalves, nesse processo:

uma das ações mais marcantes da Comissão é a busca de estabelecer diálogo com o poder público, não apenas no sentido de obter esclarecimentos sobre o projeto previsto, mas também na luta em se reivindicar formas de diálogo e a participação dos moradores nos processos de elaboração dos futuros planos de intervenção. Nesse sentido, as mulheres que formam a Comissão, juntamente com o apoio de professores da Universidade Federal da Paraíba e educadores da Fundação Cia da Terra se colocam em uma posição de confronto com o poder público. Essa organização política insere os moradores ribeirinhos de forma ativa no debate sobre os modelos de habitação e sobre planos de revitalização previstos para a área (GONÇALVES, 2014, p.152).

Essa foi uma estratégia encontrada por essas mulheres para mobilizar a comunidade a lutar por seus direitos. O principal objetivo dos encontros na época era discutir formas de estratégias, ações e articulação política para obter do poder público esclarecimentos e informações acerca dos projetos de intervenção previstos para área do Porto do Capim e da Vila Nassau. Essas mulheres são trabalhadoras, donas de casa, aposentadas, estudantes, que procuram organizar eventos locais, com o objetivo de mobilizar os demais moradores da área em ações de luta pela permanência da comunidade no local.

Figura 24: Associação de Mulheres do Porto do Capim, Parte do Grupo de mulheres que formam a Comissão Porto do Capim em Ação: Wilma do Nascimento Costa, Maria da Penha da Silva, Rozeane da Silva Mendes, Clara Regina Timba dos Santos, Adriana de Lima, Rossana Marlene de Holanda, Maria Aparecida Lima (Cida), Verônica Lima de Carvalho.

Fonte: Acervo Comissão de Mulheres Porto do Capim em Ação, 2014.

Buscam também parcerias com políticos locais e instituições comprometidas com os movimentos sociais urbanos, na tentativa de conseguir melhorias estruturais para o bairro (como creche, posto de saúde, ampliação da escola, segurança pública). Desde a sua criação, a Comissão de Mulheres conta com o apoio de alguns professores e estudantes universitários, que participam das reuniões e colaboram na articulação dos movimentos de reivindicação e que, por sua vez, desenvolvem pesquisas acadêmicas e projetos socioculturais na área (GONÇALVES, 2014, p.23).

Figura 25: Reunião da Comissão Porto do Capim em Ação, em julho de 2013
Fonte: Acervo Comissão Porto do Capim em Ação.

Assim, a organização política da Comissão Porto do Capim em Ação surge como uma resposta política ao poder público, uma vez que um determinado espaço da cidade passa a ser reivindicado como de direito legítimo de um certo grupo social, tendo em vista que se trata de uma área de proteção patrimonial, tombada, sob responsabilidade do Iphan, enquanto um órgão que deve preservar e mobilizar esforços para atender às reivindicações que surgem na esfera da sociedade civil organizada, em defesa de suas referências culturais. Caso contrário, o Iphan/PB irá realizar uma política de gestão baseada no que apenas o “olhar técnico” de determinados agentes institucionais julga ser adequado, em vez de realizar uma política pública patrimonial por meio do documento, do inventário, a partir da compreensão daquilo que é importante para os usuários daquele espaço.

A Comissão das Mulheres do Porto do Capim organiza eventos locais com fins de fortalecimento dos vínculos comunitários. As festas anuais organizadas pela Comissão são: Carnaval, Festa de São João, Raízes do Porto e Procissão de Nossa Senhora da Conceição.

Um dos problemas enfrentados pela supracitada comissão é o processo de mobilização da comunidade. Trabalha fora grande parte das mulheres que integram a comissão. Elas passam o dia fora de seus lares e, à noite, necessitam cuidar da casa, do marido e dos filhos, e isso, muitas vezes, inviabiliza a ida delas à reunião. Por outro lado, muitos moradores não participam da reunião porque não acreditam que o projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim se realizará. Segundo Gonçalves (2014), a maior dificuldade de mobilização da comunidade também está relacionada ao fato de que a Comissão Permanente de Desenvolvimento divulgou o projeto de revitalização publicamente aos moradores, pela primeira vez, em 1997. Assim, anos se passaram, e, até o momento, nada aconteceu:

Anos se passaram e a promessa de efetivação dos planos de intervenção continuam, porém os moradores continuam na mesma situação, isso provocou três tipos de postura entre os moradores: existem aqueles que acreditam que em algum momento terão que sair, mesmo contra a vontade, pois estão em situação irregular. Há aqueles que acreditam o projeto nunca será executado, devido ao tempo em que os moradores esperam pelo início das obras. O terceiro grupo são aqueles que acreditam que o projeto pode acontecer a qualquer momento e por isso tentam se organizar politicamente para obter informações sobre as ações previstas, buscam diálogo com órgãos institucionais e tentam articular ações de resistência e mobilização política junto aos demais moradores (GONÇALVES, 2014, 113).

Assim, a mobilização dos moradores é difícil, porque, muitas vezes, eles não desejam sair de casa depois de um dia de trabalho. Depois, a comunidade tem dificuldade de entender o que realmente está acontecendo. Porque até mesmo a linguagem que o poder público usa para dialogar com os moradores não é uma linguagem fácil. Nas poucas vezes em que o poder público esteve na comunidade, nunca trouxe uma proposta pronta, nunca explicou claramente o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim nem a proposta de habitação social. Isso ocasiona angústia e insatisfação na comunidade

Segundo Helena Tavares, em março de 2013, o prefeito da cidade de João Pessoa fez uma visita ao Porto do Capim, por meio da articulação política da Comissão Porto do Capim em Ação com um vereador local:

Nesse evento ele percorreu a rua Porto do Capim e seguiu até o trapiche, depois caminhou até o Bar da Penha, onde acontecem as reuniões. Lá uma das integrantes entregou nas mãos do prefeito um documento solicitando uma audiência e também uma cópia do ofício encaminhado ao Iphan solicitando informações detalhadas sobre a Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e Vila Nassau.

A autora ressalta ainda que em 2 abril de 2013:

A audiência com o prefeito aconteceu (...). A reunião foi marcada para as quatro horas da tarde, no gabinete do prefeito. Todas as mulheres da Comissão Porto do Capim em Ação estavam presentes. Ficamos aguardando o prefeito chegar, a reunião começou às 18 horas. De início fomos avisadas de que apenas quatro pessoas poderiam participar da reunião, devido à falta de espaço na sala. Porém todas as mulheres fizeram questão de entrar e não se incomodaram em ter que acompanhar a reunião em pé. Na mesa central da sala sentaram-se o prefeito, o vereador responsável em articular a reunião, dois educadores da Fundação Cia. da Terra, eu, um representante da Ong SOS Patrimônio e três mulheres da Comissão Porto do Capim em Ação. O restante das pessoas acompanharam a reunião em pé, ou sentados em algumas cadeiras colocadas ao fundo da sala (GONCALVES, 2014, p.119).

Segundo Helena Tavares Gonçalves (2014), a reunião começou com a fala do vereador Fuba, agradecendo a atenção do prefeito Luciano Cartaxo e passando a palavra para Rossana Hollanda, representante da Comissão de Mulheres. Rossana Hollanda falou que a intenção da reunião era informar ao prefeito que os moradores do Porto do Capim e da Vila Nassau gostariam de discutir de maneira conjunta o projeto PAC Sanhauá e PAC Cidades Históricas e que gostariam também de participar da construção do projeto. Na ocasião, Rossana Hollanda também informou ao prefeito a existência de um projeto elaborado pelo Iphan que contempla ações de exploração turística na área, sem a necessidade de retirar os moradores do local. O prefeito disse que os planos são transformar o Porto do Capim em um importante polo de turismo e de tecnologia. Comprometeu-se a abrir diálogo com os moradores do Porto do Capim e da Vila Nassau, por meio da Secretaria de Habitação Municipal.

Figura 26: Prefeito de João Pessoa, Luciano Cartaxo, recebendo ofício da Comissão de Mulheres do Porto do Capim, solicitando audiência entre prefeitura e moradores

Fonte: Acervo Comissão Porto do Capim em Ação, 2013.

Na visão de Rossana Hollanda, representante das mulheres, a reunião representou apenas um protocolo. Uma justificativa por parte do poder público. A representante das mulheres alegou ainda que o prefeito ouviu a comunidade apenas para dizer que era um gestor democrático e ouvia as reivindicações da comunidade. Mas, na visão dela, não ocorreu um diálogo mesmo. Nessa reunião, ficou determinado que a comunidade iria ficar em contato constante com a Secretária de Habitação, a Senhora Socorro Andrade. Entretanto, essa determinação não se realizou. Segundo Rossana Hollanda, a Secretaria sempre apresenta um prazo para apresentar a proposta de habitação social, mas nunca cumpre. Em entrevista a Helena Tavares em 2013, no Bar da Penha, no Porto do Capim, Rossana Hollanda destaca:

Inclusive na reunião com o prefeito, ele falou que não seria o que a comunidade queria que fosse e nem seria o que a prefeitura queria também, então ficaria no meio termo. Só que não está havendo esse meio termo. Não tem conversa. O projeto não está sendo desenvolvido com a comunidade. É o que eu sempre digo, eles apresentarem o projeto para a comunidade não quer dizer que a comunidade participou do desenvolvimento do projeto. E foi isso que foi pedido na reunião com o prefeito: que a comunidade participasse do desenvolvimento do projeto. Não está havendo isso.

Através de entrevistas e depoimentos, podemos constatar que os moradores do Porto do Capim e da Vila Nassau manifestam o desejo de continuar morando em suas residências atuais, em suas casas, com quintais, jardins e áreas de convivência familiar, onde possam criar seus animais. Fica claro que os moradores não estão ali porque “foram jogados” ou porque aquele foi o lugar “que sobrou para eles morarem”, como afirmou a Secretária Adjunta de Planejamento Municipal (Seplan/PMJP), em reunião que ocorreu no Iphaep, em 2014. Além disso, as mulheres da Comissão não estão desatentas diante das estratégias do PMJP, percebem claramente a estratégia política utilizada pelos gestores públicos ao negar informações aos moradores sobre o que está previsto sobre seus destinos. A postura da COPAC/PMJP/IPHAN, quando dissimula informações e não fornece esclarecimentos, visa a desmobilizar a comunidade. Essas instituições visam a surpreender os moradores, inviabilizando a mobilização da comunidade.

Segundo Gonçalves (2014), dentre as ações desencadeadas pela Comissão de Mulheres do Porto do Capim, diversos eventos foram articulados, mas aqueles julgados pelas representantes da Comissão como os mais significativos foram: Sessão Especial na Câmara de Vereadores de João Pessoa; Reuniões com a Secretaria de Habitação, uma na comunidade e uma na sede da secretaria; Visita do Prefeito à Comunidade; Reunião da Comissão Porto do Capim em Ação no Gabinete do Prefeito; Reunião com a Superintendente do Patrimônio da União, Eventos Culturais Ocupe Porto do Capim, Subindo a Ladeira, Festa de Nossa Senhora da Conceição e Festa de São João.

A sessão na Câmara dos Vereadores teve uma visibilidade muito importante para a comunidade porque mostrou para os vereadores as condições de vida da comunidade do Porto do Capim e da Vila Nassau. A sessão serviu também para apresentar à Câmara a comunidade que vive na área há mais de setenta anos. Além disso, denunciou a pouca atenção do poder público à área (educação, saúde, segurança pública) e revelou a ilegalidade do Projeto do Antigo Porto do Capim.

Rossana Hollanda lamentou que poucos vereadores estivessem presentes na plenária e que também muitos moradores não puderam comparecer por estarem em seus trabalhos. A postura dos vereadores demonstra a falta de compromisso com os problemas da cidade de modo geral, e em particular com as comunidades carentes. Mesmo assim, a sessão teve um resultado muito gratificante para a comunidade do Porto do Capim e da Vila Nassau. A luta da comunidade teve uma

visibilidade maior, e a sessão serviu para fortalecer a luta, a resistência, a mobilização. Ajudou também a motivar a Comissão de Mulheres a continuar lutando pelos direitos da comunidade. A Comissão de Mulheres escutou o pronunciamento de alguns representantes das secretarias municipais que estavam presentes, que, na visão de Rosana Hollanda foram absurdas, descontextualizadas, preconceituosas, sem fundamento. Os vereadores desconheciam a realidade do Porto do Capim e da Vila Nassau e desconheciam também o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim.

O Ocupe o Porto do Capim, realizado em 22 de maio de 2013, foi um evento muito interessante. Ocorreu no turno da tarde e mobilizou várias entidades, o Coletivo Mundo, a Fundação Cia da Terra, alunos e professores da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Estadual da Paraíba e outras entidades comprometidas com a lutas da comunidade. Um momento importante do Ocupe o Porto do Capim foi o debate na escola. Através do post tv, a palestra da professora Regina Célia pôde ser assistida ao vivo em vários lugares do país. Além, disso, o Ocupe o Porto do Capim promoveu uma grande programação cultural, com ciranda, apresentações culturais, bazar, artistas da terra. Em 31 de agosto de 2013, um sábado ensolarado, foi realizada a atividade Raízes do Porto, em comemoração ao aniversário da cidade de João Pessoa. A ocasião também teve como intuito o envolvimento dos moradores, amigos, parceiros e simpatizantes na luta a favor da permanência da comunidade e da requalificação da área. A programação teve início com o bazar comunitário e seguiu com shows e apresentações dos grupos de dança do Porto do Capim.

Em dezembro de 2013, a Comissão Porto do Capim em Ação tornou-se Associação de Mulheres do Porto do Capim, organização jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, o que torna possível buscar apoio, colaboração, parcerias ou contratação de serviços para empreender ações nas áreas de saúde, trabalho, meio ambiente, cultura, educação, moradia e qualidade de vida, atendendo a interesses e necessidades legítimas dos moradores da Comunidade, além de formalizar parcerias e convênios com órgãos governamentais, autarquias e órgãos do terceiro setor para a realização de ações, programas e atividades, de acordo com os objetivos e finalidades da Associação (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DO PORTO DO CAPIIM, 2013).

No último dia 9 de maio de 2015⁶⁸, o Porto do Capim foi o cenário de mais uma ação de fortalecimento da identidade ribeirinha e de luta pelos direitos territoriais dos moradores. Quem participou do “Evento Porto do Capim em Ação” pôde confirmar a riqueza dos elementos tradicionais da comunidade, o rico mosaico cultural em meio à diversidade cultural da cidade.

Contando com a adesão de diversos segmentos da sociedade civil, coletivos culturais, instituições e indivíduos de diversas localidades da grande João Pessoa, o “Porto do Capim em Ação” mobilizou centenas de pessoas em apoio à causa da resistência cultural dos ribeirinhos e de sua permanência no local que ocupam há pelo menos 70 anos. Na ocasião, movimentos sociais e instituições posicionaram-se publicamente em favor da luta dos moradores do Porto do Capim pela permanência em seu território tradicional.

Esse foi um dos momentos mais importantes no evento cultural Porto do Capim em Ação organizado pela Associação de Mulheres da Comunidade Porto do Capim, juntamente com o Museu do Patrimônio Vivo de João Pessoa. A comunidade Porto do Capim conta com o apoio de vários movimentos e instituições, o que vem fortalecer a nossa luta. Além das instituições citadas na matéria abaixo, contamos com o apoio do Movimento João Pessoa que Queremos, com a Associação Paraibana dos Amigos da Natureza, com o instituto Soma Brasil, Movimento Cultural Varadouro. A nossa página no Facebook, é de muita importância para mostrar nossa luta e denunciar a nossa situação. Temos 1.927 pessoas acompanhando a página. Hoje queremos lançar uma campanha, um pedido, que cada uma das pessoas que seguem a nossa página, não apenas “curta”, mas deixe um comentário, fazendo deste espaço também um canal de discussão, de apoio. E aqueles que defendem o direito de nossa comunidade, por favor, compartilhem para que possamos alcançar mais pessoas.⁶⁹

⁶⁸ Disponível em: <<http://www.museudopatrimoniiovivo.com/#!/Instituicoes-apoiam-a-cao-dos-moradores-do-Porto-do-Capim/c1aag/554ff08a0cf298b2d3aad999>>. Acesso em: 11 mai. 2015.

⁶⁹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/PortoDoCapim?fref=ts>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

Figura 27: Associação das Mulheres do Porto do Capim recebendo a Certidão de Comunidade Tradicional do Museu do Patrimônio Vivo em 09 de maio de 2015, no Evento Porto do Capim em Ação

Fonte: Associação das Mulheres Porto do Capim.

Enquanto grafiteiros davam um novo rosto aos Muros do Curtume, em uma tenda branca, armada pelas associações que apoiaram o evento, foram expostas fotos do Porto do Capim e demais comunidades que compõem a área, fotos dos moradores e do seu cotidiano. Além, disso, diversos documentos de apoio aos moradores foram apresentados aos presentes. Em nome da Associação de Mulheres do Porto do Capim, Verônica Lima apresentou o texto do abaixo-assinado proposto pela comunidade, que está circulando na Internet por meio da plataforma Avaaz.

Figura 28: Grafiteiros desenvolvendo atividade no Muro do Curtume no dia do Evento Porto do Capim em Ação

Fonte: Associação das Mulheres Porto do Capim

Representando o programa de extensão da UFPB “Abrace o Porto do Capim”, projeto que foi colocado em primeiro lugar em nível nacional no edital PROEXT, do Ministério da Educação do Governo Federal, a Professora da UFPB Araci Almeida apresentou um manifesto em que diversos especialistas posicionam-se favoráveis a um projeto mais participativo e que vise à efetiva requalificação da área, rejeitando a ideia de remoção compulsória dos moradores.

O ativista Gabriel Moura, membro do Conselho Estadual de Cultura do Estado da Paraíba, realizou a leitura da moção de apoio à comunidade, que será votada na próxima reunião ordinária do órgão. O Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba apresentou o Relatório de Violações aos Direitos Humanos do Porto do Capim, encaminhado ao Ministério Público Federal, em que o ente denuncia abusos e ilegalidades cometidos pela Prefeitura Municipal de João Pessoa e pelo IPHAN no processo de implantação do PAC-Cidades Históricas no Porto do Capim e na Vila Nassau.

Em meio àquele ato de resistência política, o Museu do Patrimônio Vivo emitiu Certidão reconhecendo a área da comunidade do Porto do Capim como um Território Tradicional Ribeirinho e recomendando aos governos municipal, estadual e federal a garantia da permanência da população que compõe a comunidade no local, bem como o compromisso com a salvaguarda das práticas tradicionais culturais e de seus modos de vida.

Vale lembrar que o desacordo com o projeto de remoção dos moradores proposto pela prefeitura não se limita a instituições locais. Em julho de 2014, a Associação Brasileira de Antropologia emitiu nota de repúdio ao IPHAN, chamando atenção para a necessidade de reconhecimento pelo poder público das formas de apropriação dos espaços pela população local, considerando a intervenção limitada e elitista, sem consonância com a visão contemporânea das políticas públicas de gestão dos centros históricos.

Os participantes do evento puderam prestigiar a tradicional mariscada do Porto e contemplar a beleza natural do rio Sanhauá. Além do Coletivo Grafiti Paraíba, o evento contou ainda com a apresentação da Capoeira Angola Palmares, do projeto Subindo a Ladeira, Xote das Meninas, Grupo Raízes, DJ Kylt, a ciranda improvisada de Dona Maria e terminou ao som do forró de Valentim, estimado sanfoneiro do Porto do Capim.

Dessa maneira, podemos ressaltar que as ações culturais desenvolvidas pela Associação de Mulheres do Porto do Capim significam a luta pela defesa de sua identidade territorial, construída ao longo da história do lugar. Significam também a luta pelo reconhecimento do território enquanto parte indissociável do conjunto de seus referenciais culturais locais, reivindicando o direito à cidade. Além dessas ações, a Associação de Mulheres, por meio do documento “Por um Projeto Sustentável para a Comunidade Porto do Capim (Varadouro - Centro Histórico) João Pessoa-Paraíba”, Para: Exma. Sra. Presidente da República Dilma Rousseff/Exmº Sr. Marcos Alexandre de Queiroga – representante do Ministério Público Federal na Paraíba/Exmº Sr. Bertrand Asfora - Procurador Geral do Ministério Público da Paraíba/Exmº Sr. Luciano Cartaxo - Prefeito de João Pessoa, reivindica:

não podemos concordar com a perspectiva de que, no Porto do Capim, não existe vida e que, portanto, seja necessário “revitalizá-lo”. Este lugar é nosso, foi por nós mantido vivo, ao longo de todos esses anos, e nele pretendemos permanecer. Não se pode “revitalizar” o que já é vivo. O patrimônio de um povo não pode ser mensurado apenas pelas construções

de “pedra e cal” que existem nos lugares, ou seja, o patrimônio arquitetônico é importante, sem dúvida, mas não pode prescindir da existência dos agrupamentos humanos, que também, e principalmente, são históricos. Sendo assim, através desse documento, vimos respeitosamente solicitar aos Poderes Públicos responsáveis que: a) o projeto de revitalização elaborado em 2007 para a área do Porto do Capim, seja substituído por um novo projeto, elaborado com a participação dos moradores, adequando-se aos tempos atuais e a imperiosa necessidade de não desconstruir a estrutura de uma comunidade tradicional, buscando manter no local as habitações que não estão em área de risco, e removendo as que se encontram em área de risco para locais bastante próximos e em condições que respeitem a dignidade do ser humano; b) que o projeto elaborado leve em consideração o conceito de desenvolvimento sustentável, possibilitando infraestrutura adequada e qualidade de vida aos moradores c) que sejam realizados estudos e/ou a emissão dos laudos antropológico, arqueológico e ambiental necessários para que qualquer projeto seja realizado na área em questão; d) que seja incorporado ao projeto as atividades de turismo comunitário dando sustentabilidade aos moradores; e) que seja criada uma Comissão para a discussão de um novo projeto com a participação direta de representantes legítimos (moradores) da Comunidade, e realizada a experiência de gestão compartilhada do espaço da comunidade, sendo formada por entidades representativas dos moradores e poderes públicos.

Este foi um dispositivo utilizado pela Associação de Mulheres do Porto do Capim para reivindicar junto ao poder público o reconhecimento de sua história, tradições e memória, assim como, uma denúncia junto ao Ministério Público Federal e Estadual alegando que a obra não respeita a legislação ambiental e que são necessários laudos ambiental, antropológico e arqueológico para a realização dessas intervenções.

Neste capítulo, buscamos apresentar as contradições da proposta de Revitalização do Antigo Porto do Capim, as dificuldades enfrentadas pela comunidade para se inserir no processo e discutir com o poder público, em pé de igualdade, as pretendidas intervenções (poder público) para a área. Buscamos mostrar a mobilização da comunidade através das ações da Associação de Mulheres do Porto do Capim ao longo dos últimos anos enquanto resistência ao processo de revitalização da área. Numa perspectiva ainda mais ampla, buscamos entender como as políticas de preservação, proteção e promoção do patrimônio cultural vêm sendo gestadas em João Pessoa, mediante os embates de concepções no interior das instituições que estão à frente desse processo.

CAPÍTULO IV: PARE, OLHE, ESCUTE, AQUI TEM GENTE!

Neste capítulo, visamos ao resgate da história da comunidade Porto do Capim⁷⁰, por meio do depoimento dos antigos moradores. Visamos, ainda, a analisar como o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim repercutiu na vida e nas dinâmicas cotidianas dos moradores, visto que essas comunidades serão as mais atingidas com as intervenções do supracitado projeto. Desde 1997, a comunidade convive com a iminência de deixar suas casas, perder o contato direto com o rio, relação que foi construída ao longo da história da comunidade. O projeto de revitalização coloca em risco, ainda, os antigos espaços de convivência da comunidade, os hábitos e costumes dos seus moradores, além das relações de vizinhança e de pertencimento com o lugar. Serão utilizados como fonte de pesquisa testemunhos dos idosos, moradores mais antigos da área; entrevistas com as Mulheres da Comissão Porto do Capim em Ação e com outros moradores da área; trabalhos acadêmicos e documentos da Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa (COPAC), como o material audiovisual do acervo do Iphan/PB, registrado do Projeto Memórias Ribeirinhas.

A comunidade Porto do Capim ocupa o local onde, em 1585, começou a ser edificada a cidade de João Pessoa (então cidade de Nossa Senhora das Neves), local escolhido pelos portugueses por sua localização estratégica – tanto militar quanto comercial – para o controle da foz do Rio Paraíba, que, à época, encontravam-se em disputa com outros povos europeus – franceses e holandeses, mas, principalmente, com os povos indígenas potiguara, que habitavam a área no tempo da colonização. Essa área, conhecida como Porto do Capim, situa-se às margens do Rio Sanhauá, afluente da margem direita do Rio Paraíba e ocupa a parte baixa do bairro do Varadouro (GONÇALVES, 2007).

No local onde hoje reside a comunidade Porto do Capim, ao longo dos séculos, estabeleceu-se o Porto do Varadouro ou Porto do Capim, como era popularmente conhecido, conforme relatado no terceiro capítulo desse trabalho. A área era considerada um importante polo comercial da cidade, voltado, principalmente, para o escoamento da produção local, sobretudo o açúcar produzido

⁷⁰ A comunidade Porto do Capim é constituída pelas comunidades Vila Nassau, Frei Vital e XV de Novembro. Nesse sentido, quando nos referirmos à comunidade Porto do Capim estamos, de certo modo, nos referindo às citadas comunidades.

pelos engenhos da região. Todavia, essa situação perdurou até a segunda metade do século XIX quando, em decorrência do processo de assoreamento dos Rios Paraíba e Sanhauá, provocado pela expansão desenfreada da atividade canavieira e pelo crescimento das cidades que ficavam às margens dos rios, a função portuária foi ficando comprometida, tendo-se em vista que o Rio Sanhauá não conseguia mais receber navios de grande porte, ficando, assim, suas atividades portuárias comprometidas. Além do assoreamento do Rio Sanhauá, a tentativa para a construção do Porto do Capim ocasionou também a total destruição do mangue. Diante dessa realidade, em 23 de janeiro de 1935, a função portuária foi transferida para o município de Cabedelo.

Com a desativação do Porto e a expansão do comércio em direção à cidade alta, verifica-se o arrefecimento da área. Aos poucos, o poder público instala novos equipamentos bancários e de mobilidade urbana, a cidade cresce, urbaniza-se, sua paisagem urbana transforma-se paulatinamente, como ressalta Chagas (2004, p. 49). Já na década de 1920, observa-se que:

Algumas ruas foram calçadas, outras foram abertas e alargadas. A manutenção de tais serviços exige que muitas residências fossem demolidas e as artérias, outrora desalinhadas, foram ampliadas pois a cidade moderna pedia passagem. Não demoram e os transportes públicos e os automóveis particulares foram incorporados ao cotidiano da cidade. Símbolo do progresso eles passaram a ser utilizados pelos políticos, comerciantes e os profissionais liberais residentes na área central.

À medida que o Porto do Capim fora sendo desativado, passou a ocorrer a desvalorização imobiliária da área, com a mesma sendo ocupada por famílias de ex-trabalhadores do porto, que haviam se deslocado de outros municípios e, até mesmo, de outros Estados, para trabalhar na construção do porto. Um exemplo é o caso da família do Senhor Francisco Corsino Bezerra⁷¹, que residia na cidade de Natal e veio residir em João Pessoa para trabalhar na construção do Porto do Varadouro, como relata sua filha Maria do Socorro. A família reside em propriedade particular na Vila Nassau, terreno doado por um alto funcionário da Capitania dos Portos. Esses trabalhadores haviam vendido suas casas, seus pequenos negócios,

⁷¹ Trata-se de uma propriedade particular, pertencente aos familiares de Francisco Corsino Bezerra (90 anos). Em 22 de novembro de 2005, o senhor Josué (70 anos) e sua irmã Maria do Socorro (68 anos), filhos do Senhor Francisco, informaram que esse senhor trabalhava na Capitania dos Portos. Tendo recebido o terreno, por indenização, construiu sua casa, no período de 1964/65, agora uma pequena propriedade familiar com várias moradias e uma área de plantio. Esta propriedade é citada como referência - limite sul da área objeto de pesquisa (ARAUJO, 2006, p.137).

deixado para trás uma vida, parentes e amigos, em busca de trabalho. Além desses trabalhadores, pessoas que residiam em outras partes da cidade (quase sempre uma população de baixa renda), em bairros longínquos e até mesmo nos bairros centrais, passando a se deslocar para o Porto do Capim.

Figura 29: Google Earth – Imagem parcial do Porto do Capim
Fonte: Google Earth 7.1.2.2041.

Ao longo das últimas sete décadas, mesmo a despeito das carências e da ausência de políticas públicas que conferissem melhores condições de vida à comunidade que reside na área, a mesma se consolidou e se enraizou, mantendo um forte vínculo cultural com o rio e com o mangue, seja por meio das atividades de pesca e de lazer, seja perpetuando os rituais religiosos e festivos que acontecem no local. O mangue⁷², inclusive, voltou a existir na área depois que a comunidade ali se

⁷² O manguezal é considerado um ecossistema costeiro de transição entre os ambientes terrestre e marinho. Característico de regiões tropicais e subtropicais, está sujeito ao regime das marés, dominado por espécies vegetais típicas, às quais se associam a outros componentes vegetais e animais. O ecossistema manguezal está associado às margens de baías, barras, enseadas, desembocaduras de rios, lagunas e reentrâncias costeiras, onde haja encontro de águas de rios com a do mar, ou diretamente expostos à linha da costa. A cobertura vegetal, ao contrário do que acontece nas praias arenosas e nas dunas, instala-se em substratos de vasa de formação recente, de pequena declividade, sob a ação diária das marés de água salgada ou, pelo menos, salobra. A riqueza biológica dos ecossistemas costeiros faz com que essas áreas sejam os grandes "berçários" naturais, tanto para as espécies características desses ambientes, como para peixes e outros animais que migram para as áreas costeiras durante, pelo menos, uma fase do ciclo de sua vida. Disponível em: <http://ecologia.ib.usp.br/porta/index.php?option=com_content&view=article&id=70&Itemid=409>. Acesso em: 04 ago. 2015.

instalou, pois antes havia sido literalmente devastado para atender às necessidades do Porto.⁷³

Ao longo dos anos, a comunidade conseguiu reconstituir esse ecossistema que fora devastado com a construção do Porto do Varadouro e construiu fortes laços de compadrio e vizinhança. As famílias aumentaram, e hoje famílias residem nesse espaço. Os costumes locais resistem às forças que tendem a transformá-las, fortalecem as relações de vizinhança, os espaços de convivência estimulam a troca de informação e os laços de companheirismo. Gonçalves ressalta as especificidades que permeiam as relações sociais que aí se estabelecem:

Em termos de dinâmicas sociais a primeira característica distinta do restante do centro histórico é a presença predominante da função habitacional. As primeiras famílias chegaram na região na década de 1940 e ali consolidaram suas moradias. Atualmente a maioria dos moradores fazem parte das mesmas famílias que ocuparam a região num primeiro momento. Caminhando entre as ruas principais e as vielas, observando o vai e vem das pessoas e conversando com alguns moradores percebemos que a organização socioespacial está baseada nas relações familiares e que a noção de território tem, como uma das referências, as relações sociais locais. A disposição das casas está baseada em relações de vizinhança, onde o projeto de casa está intimamente ligado ao projeto familiar de cada grupo residencial. Não há no Porto do Capim um morador que não tenha vínculo de parentesco estabelecido com outro morador, como fica claro na fala de uma das moradoras, “se não for parente é padrinho” (GONÇALVES, 2014, p. 104).

Assim, é inegável a existência da identidade comum com o local que a comunidade habita e que, inclusive, confere características de comunidade tradicional (ribeirinha), uma vez que muitos dos que habitam a área viveram e ainda vivem de atividades diretamente relacionadas com o Rio Sanhauá e o Rio Paraíba (mesmo que essas atividades tenham diminuído ao longo dos anos com o assoreamento do rio) e com as ilhas (Ilha da Restinga, Stuart, Tiriri, Andorinha, Eixo), que nele existem, a exemplo da pesca, da coleta de mariscos e caranguejos, de práticas de navegação e construção de barcos e de outros instrumentos de pesca.

Enquanto moradores de um determinado território e por se tratar de um espaço social onde os sujeitos se identificam sob diversos aspectos, laços culturais, tradições, relações de vizinhança e parentesco, foram construídas complexas relações sociais. Nesse sentido, podemos afirmar que, ao longo dos anos, a

⁷³ Relatório de Violações aos Direitos Humanos na Comunidade do Porto do Capim, Departamento de Ciências Jurídicas-Campus Santa Rita-PB, UFPB, 2015, p. 7.

comunidade Porto do Capim organizou suas condutas coletivas de sistemas simbólicos. Esses sistemas criam modelos, transmitidos em forma de regras que orientam as relações sociais e a produção do espaço.

Segundo Lima (2004), um dos aspectos essenciais para entender as relações que se estabelecem no lugar é “a manutenção dos referenciais cognitivos e visuais que amplia o sentimento de identidade cultural, sendo a arquitetura, a morfologia urbana e as tradições partilhadas pela população residente”, visto que esses são “os melhores referenciais de um grupo social”. Neste sentido, “defende-se a permanência dos habitantes dos bairros a reabilitar e não a substituição dos estratos sociais, como em geral tem sido recorrente nos conhecidos projetos de revitalização”, na medida em que “os residentes e os pequenos comerciantes raramente podem arcar com os custos de uma nova urbanização, com o aumento dos aluguéis e impostos, após a reabilitação dos imóveis que ocupam, quase sempre, irregularmente” (LIMA, 2004, p.12).

Assim as reminiscências dos primeiros moradores, aqueles mais antigos da comunidade, resgatam os acontecimentos de suas vidas, quando chegaram à área. Esses aspectos são elementos inestimáveis para resgatar as transformações causadas na paisagem pelo processo de ocupação da área ao longo do tempo. Essas recordações ajudam a entender o processo histórico de ocupação e uso de “um território tradicional, com largas evidencias sobre sua importância para preservação do patrimônio histórico da cidade”⁷⁴.

Segundo Araujo (2006, p. 115), nos depoimentos coletados, foram revelados fragmentos da história do lugar, “do tempo em que não havia casas nem passavam carros”, conforme o depoimento de um morador da rua do Porto do Capim. A autora considera, ainda, que “Registra-se, nesses depoimentos, uma paisagem que persiste na memória dos moradores dessas comunidades”. Nossa principal intenção da coleta dos depoimentos é compreender o processo de produção desse espaço e como o processo de revitalização repercute na vida e no cotidiano desses moradores. O depoimento é uma estratégia valiosa de fazer com que os idosos possam rememorar suas lembranças, tradições, lutas, vivências no lugar, visando a fortalecer a luta da comunidade, seu poder de mobilização frente ao processo de

⁷⁴ Relatório de Violações aos Direitos Humanos na Comunidade do Porto do Capim, Departamento de Ciências Jurídicas-Campus Santa Rita-PB, 2015, p. 7.

revitalização. Através do depoimento dos antigos moradores, os jovens entram em contato com a história, as tradições e valores do lugar.

Segundo Maurice Halbwachs, em “A Memória Coletiva”, recorremos a testemunhos para reforçar ou mesmo completar o que já sabemos de um determinado evento. De certa maneira, quando já temos alguma informação, mas muitas circunstâncias relativas a esses acontecimentos ainda nos são obscuras. Assim, segundo Halbwachs:

Nossas lembranças coletivas permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distinto de nós. Não é preciso que outros estejam conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Nos depoimentos coletados com os moradores mais antigos do Porto do Capim, foram revelados fragmentos da história do lugar, registros da paisagem que persiste na memória, recordações de acontecimentos de suas vidas, quando chegaram ao lugar. Assim, os relatos de Dona Penha, Senhor Edimirson (Seu Pintinho), Dona Júlia, Senhor Sebastião Camelo (Seu Bastos) e Adriana, auxiliam-nos a entender o processo de ocupação da área, a dinâmica do lugar.

Dona Penha recorda-se “do tempo em que a maré invadia e derrubava as casas no período de cheia do rio” ou do “tempo em que não havia casas nem passavam carros pelas ruelas do Porto do Capim, era uma casa aqui e outra ali. As crianças podiam correr por essas ruas”. Registram-se, nos depoimentos desses moradores, anos de vida em comum passada num contexto social, levando a que mal se distingam uns dos outros. Segundo Halbwachs, quando a comunidade é inserida em um lugar, um grupo o molda à sua imagem e, ao mesmo tempo, dobra-se e adapta-se às coisas materiais, objetos e imagens que a ele resistem. O grupo tende a se fechar no contexto que construiu. As imagens espaciais também desempenham um importante papel na memória coletiva:

O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro-negro no qual se escreve e depois se apaga números e figuras. Como a imagem do quadro-negro poderia recordar o que nele traçamos, se o quadro negro é indiferente aos números e se podemos reproduzir num mesmo quadro as figuras que bem entendemos? Não. Mas o local recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais, o lugar por ele ocupado é apenas a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou

correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, pelo menos o que nela havia de mais estável (HALBWACHS, 2006, p. 159-160).

Nesse contexto, vários fatos sociais adquirem formas e conteúdos, sobre os quais, ao longo do tempo, o grupo passa a ter consciência com maior clareza e intensidade, levando-o a compreender melhor o que o liga ao lugar e que só para ele tem sentido. Assim, as relações de vizinhança, amizade e parentesco tornam-se laços, afetos, nós fundamentais para a permanência no lugar.

Segundo Halbwachs (2006, p.160), um acontecimento realmente grave, importante, “sempre traz consigo uma mudança nas relações do grupo com o lugar – seja porque este modifica todo o grupo, por exemplo, uma morte ou um casamento, seja porque o grupo modifica o lugar: a família enriquece ou empobrece”. Uma intervenção abrupta no lugar, na sua paisagem, também modifica a relação do grupo com o lugar e com o próprio grupo, por exemplo, as intervenções propostas para o Porto do Capim, na visão da comunidade, “A partir desse momento, este não será mais exatamente o mesmo grupo, nem a mesma memória coletiva e, ao mesmo tempo, o ambiente material também não será mais o mesmo”.

Nas lembranças dos idosos, é possível verificar uma história social bem desenvolvida. Mas por que isso ocorre? No raciocínio de Bosi (1987, p.22), os idosos

já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesma adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade.

Bosi (1987, p. 24) ressalta, ainda, que, para o velho, haveria uma singular obrigação social de lembrar, e lembrar bem. Todavia, nem toda sociedade espera, ou exige dos velhos que assuma essa função. Existem outras sociedades onde o idoso é o maior bem social, possui um lugar honroso e uma voz privilegiada.⁷⁵ Na

⁷⁵ Uma lenda balinesa fala de um longínquo lugar, nas montanhas, onde outrora se sacrificavam os velhos. Com o tempo não restou nenhum avô que contasse as tradições para os netos. A lembrança das tradições se perdeu. Um dia quiseram construir um salão de paredes de troncos para a sede do conselho. Diante dos troncos abatidos e já desganhados os construtores viam-se perplexos. Quem diria onde estava a base para ser enterrada e o alto que serviria de apoio para o teto? Nenhum deles poderia responder: há muitos anos não se levantavam construções de grande porte e eles tinham perdido a experiência. Um velho, que havia sido escondido pelo neto aparece e

sociedade moderna/industrial, o velho tende a ser esquecido, suas memórias são pouco valorizadas, sua experiência já não atende mais ao movimento e às transformações dessa sociedade urbana constituída de forma generalizada. Na nossa concepção, as recordações dos moradores mais antigos do Porto do Capim revelam-nos um patrimônio imaterial riquíssimo que merece ser resgatado. São essas vozes que iremos ouvir para conhecer melhor a história dessa comunidade.

4.1 A chegada ao porto do capim, a moradia e a relação com o rio

Para ter acesso ao Porto do Capim e à Vila Nassau, é necessário atravessar a Praça Anthenor Navarro e o Largo de São Frei Pedro Gonçalves. As primeiras impressões sobre a paisagem do Porto do Capim foram realizadas em janeiro de 2012, do “Antigo Hotel Globo”, prédio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (Iphaep), localizado no Largo de São Frei Pedro Gonçalves. Apesar de a região receber a visita constante dos turistas, as agências de turismo ocultam a existência da comunidade Porto do Capim, às margens do Rio Sanhauá. Esse patrimônio imaterial é omitido nos materiais de divulgação do Centro Histórico produzidos pelo Iphan, pelas agências de Turismo e pelo próprio poder público, como, por exemplo, no próprio site do Iphan, onde são descritos os principais monumentos e áreas de valor histórico e patrimonial de João Pessoa. A imagem da comunidade Porto do Capim não se adequa ao processo de revitalização em curso, na medida em que não é considerada enquanto um bem cultural de natureza imaterial.⁷⁶

Da balaustrada do Antigo Hotel Globo, os turistas e moradores da cidade avistam a paisagem do Rio Sanhauá, o telhado e as laterais de alguns prédios históricos que compõem a paisagem, avistando-se também o telhado das casas dos

ensina a comunidade a distinguir a base e o cimo dos troncos. Nunca mais um velho foi sacrificado (BOSI, 1987, p.35).

⁷⁶ Os Bens Culturais de Natureza Imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). Reconhece-se a inclusão, no patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade, dos bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. IPHAN. *Patrimônio Imaterial* [online]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginalphan>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

moradores da comunidade do Porto do Capim, os galpões da Vila Nassau e as oficinas da comunidade XV de Novembro. Da balaustrada, podemos também desfrutar do pôr do sol no Rio Sanhauá, elemento destacado pelas agências de turismo para atrair os turistas e visitantes. Ao descermos a Ladeira de São Frei Pedro Gonçalves, deparamo-nos com a placa “Pare, Olhe, Escute”, alertando o visitante do cruzamento da linha férrea da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU)⁷⁷. Ao atravessarmos a Praça XV de Novembro, adentramos a Comunidade Porto do Capim.

Figura 30: Entrada da Comunidade Porto do Capim, placa do cruzamento da via férrea

Fonte: Arquivo de Regina Celly Nogueira da Silva, 2014.

Ao chegarmos ao Porto do Capim, do outro lado da linha do trem, encontramos-nos com a Agente de Saúde Rozeane Mendes, membro da Comissão de Mulheres do Porto do Capim em Ação. Rozeane nos acompanhou nesse trabalho, e sua companhia foi essencial para a chegada à comunidade. Ela é Agente de Saúde há muitos anos e conhece bem a história da comunidade, os moradores

⁷⁷ Essa empresa e sua área de domínio foram restauradas pelo Projeto de Revitalização e Paisagismo para a Área do Domínio da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, elaborado pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa. Essa intervenção incluiu as seguintes obras: recuperação do edifício sede, substituição dos muros por grades de proteção para trilhos e jardinagem nos espaços externos. Os trens urbanos foram recuperados e, atualmente, são alternativas de transporte (passeios) também para turistas.

mais antigos, os problemas que enfrentaram para a construção de suas moradias e as estratégias de sobrevivência na área. Assim, ao caminharmos pela comunidade, apresentava-nos aos moradores que encontrávamos pelas ruas, becos e vielas do Porto do Capim. Foi ela que nos apresentou à Dona Penha, Senhor Sebastião, Senhor Pintinho e Dona Júlia, e às mulheres que compõem a Comissão de Mulheres do Porto do Capim. Além, disso, levou-nos ao Trapiche Público de onde saem os barcos e canoas para as pescarias, e ao Trapiche particular do bar de Seu Danda, para contemplarmos o pôr do sol no Rio Sanhauá, com seu belo manguezal.

Ao caminharmos pelas ruas da comunidade, Rozeane relatou a situação que encontraríamos na área. Destacou, inicialmente, que se trata de uma população de baixa renda, com grande parte dos moradores residindo na área há mais de setenta anos, desde que o Porto foi desativado. Muitos trabalhavam no Porto, por isso resolveram permanecer na área, como ressalta Gonçalves em seu trabalho:

Através dos depoimentos concedidos pelos moradores mais antigos percebemos que a escolha por morar exatamente naquela região não foi aleatória. Muitos dos moradores antigos desenvolviam atividades diretamente ligadas à existência do porto. Em sua maioria, ou eram pessoas que trabalhavam carregando e descarregando as mercadorias que chegavam ao porto, ou eram pessoas que transportavam essas mercadorias de outras localidades até o porto. As mercadorias eram, em sua maioria, produtos alimentícios como, por exemplo, manga, coco, milho, sal, carnes e capim para alimentar os animais do exército (GONÇALVES, 2014, p. 103).

Rozeane mostra-nos, ainda, as principais ruas que compõem a comunidade: Visconde de Inhaumá, Porto do Capim, Vila Nassau, Frei Vital e a Praça XV de Novembro, onde também vamos encontrar um movimentado comércio de marmorarias, madeireiras e oficinas mecânicas, onde, nos dias da semana, durante o dia, há um fluxo intenso de pessoas e automóveis devido às atividades comerciais que aí se instalaram ao longo dos anos. Essas atividades engarrafam algumas ruas da comunidade e contribuem para a deterioração da área. O vai e vem dos caminhões e automóveis destrói o calçamento, deterioram a área e tiram a privacidade da comunidade. Além, disso, algumas atividades jogam seus resíduos no Rio Sanhauá, caso das marmorarias e oficinas mecânicas.

Figura 31: Rua Visconde de Inhaúma, local onde se concentra grande parte do comércio de madeiras. Observa-se calçamento de paralelepípedo bastante deteriorado pela circulação de caminhões e automóveis.

Fonte: Regina Celly Nogueira da Silva, 2014.

Figura 32: Comércio de Madeira na Rua Visconde de Inhaúma

Fonte: Regina Celly Nogueira da Silva, 2014.

Figura 33: Comunidade XV de Novembro, onde se encontra grande parte das oficinas mecânicas da área

Fonte: Regina Celly Nogueira da Silva, 2014.

Além desses aspectos, Rozeane mostrou-nos também os prédios mais antigos, a Intendência e a Alfandega, que se encontram bastante danificados, apesar de terem sido restaurados pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico e pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional, por meio dos alunos da Oficina Escola. A ocupação desses prédios atualmente é possível, embora permaneçam fechados e sem uso, algo contraditório, tendo-se em vista a proposta do Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim. Relatou-nos, ainda, que a comunidade solicitou à Prefeitura Municipal de João Pessoa que fosse instalada no prédio uma unidade do PSF, todavia, até hoje, essa reivindicação nunca foi atendida. Um dos problemas enfrentados pela área é o comércio ligado às madeiras e às oficinas mecânicas, atividades consideradas inadequadas para uma área tão importante para a história da cidade.

Ao caminharmos pela comunidade, encontramos ruas com calçamento, outras ainda de terra, vielas estreitas e pequenas ruas que dão acesso ao Rio Sanhauá. Algumas casas são de alvenaria e possuem terraço e quintal. Outras são mais simples, pois utilizaram vários tipos de materiais e técnicas de construção, como os pré-moldados. Segundo Araújo:

As estratégias de sobrevivência à segregação e ao sistema convencional de habitação imprimem uma nova estética na paisagem – a estética das comunidades. (...) o processo de aterramento e autoconstrução continua,

agora com a utilização de novos materiais, mais resistentes ao fluxo das marés. Atualmente, as moradias são construídas em alvenaria, com cobertura de telhas cerâmicas, pelos moradores e seus próprios familiares – os filhos dos moradores que constituíram família e passaram a residir em casas recém construídas ou ainda por concluir. Portanto, as comunidades Porto do Capim e Vila Nassau se formaram num processo continuado de autoconstrução da moradia pelos próprios membros da família (ARAUJO, 2006, p.125).

Na área, ainda encontramos um conjunto de pequenas vilas com casas que possuem apenas um quarto, uma sala e um banheiro. Além desses espaços, conhecemos também os três galpões da vila Nassau, espaço que hoje serve de moradia para 35 famílias, membros da comunidade, quase sempre, filhos, netos e bisnetos dos antigos moradores, que se casaram e não quiseram sair da área. Mas, também, pessoas de outras áreas da cidade, conforme relata Adriana de Lima, uma das moradoras:

A gente veio do interior há 20 anos atrás e a gente veio diretamente morar aqui, primeira casa e estamos até hoje, 28 anos. Então eu morei com minha mãe esse restante do tempo e depois que eu casei, há 7 anos atrás eu vim morar aqui. Eu, em particular, eu não tenho onde morar né, eu ainda fui pro interior, chegando no interior pagava aluguel no sítio e não tinha onde morar, então cheguei aqui, casada com dois filhos pra ficar na casa da minha mãe, não tinha mais condições. Aí isso aqui tava abandonado, era tudo completamente abandonado. O pessoal usava pra fazer coisas que não... assim, tomava droga aqui dentro, era muita coisa errada, sabe, tinha muito lixo, muita sujeira. E então era muito abandonado, foi quando eu vi uma solução de morar aqui, eu e outra menina que também não tem onde morar, ela morava no Marcos Moura e foi assaltada e expulsaram ela da casa dela, essas coisas. Meu irmão já morava aqui, meu irmão mais velho, hoje ele é falecido, faz quase três anos que ele morreu. Ele morava aqui, só que ele não tinha construído nada, não tinha feito nada, porque aqui não tem construção, teria que construir, e ele não tinha construído nada. Ele tinha feito tipo uma lona, botado uma lona e improvisado um lugar e tinha ficado. Aí ele saiu e eu vim pra cá. Quando cheguei aqui, veio eu e a outra menina, a vizinha aqui, só eu e a vizinha. Aí depois foi chegando o pessoal devagarinho.⁷⁸

Adriana ainda ressalta que a revitalização deixa a comunidade muito preocupada, porque muitos moradores possuem, em suas residências, um comércio que ajuda a complementar a renda da família. Para Adriana, o ideal é a construção de casas onde o morador pode guardar seus produtos, seu fiteiro, seu carro de mão, sua rede de pesca, como ressalta Adriana: “Se a gente for morar em condomínio vai trabalhar como?”

⁷⁸ Adriana Lima, entrevista realizada em: 18 de março, 2014.

Figura 34: Galpões abandonados na Vila Nassau onde reside Adriana Lima

Fonte: Regina Celly Nogueira da Silva, 2014.

Todo esse núcleo urbano que se formou, desde a década de 1940, a partir do processo de ocupação desordenada, com a crescente expansão urbana, constituiu estas comunidades: Vila Nassau, Porto do Capim, Frei Vital e XV de Novembro. O IBGE considera favela o aglomerado de, pelo menos, cinquenta domicílios, na maioria carente de infraestrutura e de serviços públicos, localizados em terrenos não pertencentes aos moradores. Raquel Rolnik (1988, p. 41) associa esse fenômeno urbano ao processo de segregação urbana ou segregação espacial, como são denominados nos estudos sobre a cidade “[...] esse movimento de segregação das classes sociais e funções no espaço urbano [...] é como se a cidade fosse demarcada por cercas, fronteiras imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e de cada um dos moradores”. Conforme ressalta Rolnik, a intervenção do Estado nas cidades remonta às transformações sociais, econômicas e políticas decorrentes da emergência do capitalismo com grande impacto na ordem espacial vinculada à mercantilização do espaço. No capitalismo, a terra é mercadoria, assim como a moradia também se tornou mercadoria e, como tal, acessível apenas aos que possuem renda para adquiri-la. Aqueles que podem vivem em bairros bem-dotados de infraestrutura urbana, segurança e coleta de lixo. Os que não podem vivem em vilas insalubres, galpões abandonados, ruelas estreitas que dão acesso às margens de rios e córregos poluídos. A lógica capitalista passou a determinar as políticas de ocupação do solo urbano: “[...] uma forma de ocupação [...] dividida em lotes geométricos, facilmente mensuráveis para que a eles se possa atribuir o preço. A

lógica capitalista passa a ser então um parâmetro essencial na condução de uma política de ocupação da cidade [...]” (ROLNIK, p. 54-55).

Segundo Araújo (2006, p.124 apud KOWARICK, 1980), o Estado assume papel preponderante nesse processo:

O Estado, através do instrumento regulador, o planejamento urbano, atua sobre os equipamentos sociais, impondo modelos homogêneos para as cidades e para os cidadãos. Predominam os padrões predeterminados que seguem a lógica capitalista, reproduzindo, indiscriminadamente, o projeto padrão da cidade. No âmbito do planejamento urbano, todas as alternativas de moradia que não estejam adaptadas às regras pré-estabelecidas são consideradas marginais. Em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, as favelas situaram-se, inicialmente, nas encostas dos morros, em áreas alagadiças, ocupando terrenos por muito tempo “escondidas”, ao abrigo das especulações.

Assim, na comunidade, “as estratégias de sobrevivência à segregação e ao sistema convencional de habitação imprimem uma nova estética na paisagem – a estética das comunidades”, como ressalta Araújo (2006, p.125). Podemos afirmar que o processo de aterramento e autoconstrução ainda estão presentes na comunidade, agora utilizando materiais mais resistentes ao fluxo das marés. “Atualmente, as moradias são construídas em alvenaria, com cobertura de telhas cerâmica, pelos moradores e seus próprios familiares”, quase sempre “os filhos dos moradores que constituíram família e passaram a residir em casa recém-construídas ou ainda por concluir” (ARAÚJO, 2006, p. 125-126).

Figura 35: Autoconstrução em alvenaria na Vila Nassau em uma das vielas que dão acesso ao Rio Sanhauá
Fonte: Regina Celly Nogueira da Silva, 2014.

Figura 36: Material utilizado para aterro às margens do Rio Sanhauá

Fonte: Regina Celly Nogueira da Silva, 2014.

Além desses aspectos, a comunidade possui ainda um pequeno comércio local que atende às necessidades imediatas dos moradores. Vimos muitas placas que constataam a natureza desse pequeno comércio (venda de alimentos, refeições, fiteiros, salão de beleza, lanchonetes, bares, oficinas mecânicas) e um trapiche particular onde funciona o bar do Seu Danda. Visitamos também o campinho, uma das áreas de lazer da comunidade, atualmente ocupada por novos moradores que chegaram ao Porto do Capim com o sonho de aquisição de moradia.

Figura 37: Comércio local no Porto do Capim

Fonte: GT Porto do Capim e Vila Nassau, 2012. Autores: Helena Tavares Gonçalves; Emanuel Braga.⁷⁹

Figura 38: Bar de Senhor Danda, às margens do Rio Sanhauá

Fonte: Regina Celly Nogueira da Silva, 2014.

⁷⁹ Vale salientar que algumas fotos utilizadas nesse capítulo foram registros do GT Porto do Capim e Vila Nassau. “Devido à posição contrária de parte da equipe técnica do Iphan/PB ao Projeto de Revitalização, elaborada em 1999 pela Comissão do Centro Histórico e à necessidade e urgência de uma tomada de posição institucional sobre a problemática do Porto do Capim, houve a criação de um grupo de trabalho intitulado “GT Porto do Capim e Vila Nassau” instituído pela Portaria nº 01/2012 de 5 de março de 2012, da Superintendência Estadual do Iphan na Paraíba, com o objetivo de problematizar a questão do Porto do Capim e da Vila Nassau, analisar o Projeto de Revitalização da Comissão Permanente e propor um conceito e uma intervenção alternativa para a requalificação da área, buscando a conciliação dos interesses do projeto original com as necessidades e anseios da população residente no local e as legislações nacionais e internacionais” (GONÇALVES, 2014, p. 20).

Figura 39: Placa anunciando um pequeno negócio na comunidade
Fonte: Regina Celly Nogueira da Silva, 2014.

Na área, encontram-se ainda os armazéns portuários que resistiram à passagem do tempo e hoje estão ocupados por comerciantes que utilizam o espaço para armazenar madeira. Ao lado dos armazéns e “prédios históricos estão as pequenas e genuínas casas dos moradores ribeirinhos. É preciso caminhar entre as ruas principais e as vielas para chegar ao trapiche público, localmente conhecido como “trapiche do seu Cosminho”, um pescador local” (GONÇALVES, 2014, p.103). Do trapiche, é possível avistarmos o mangue e o Rio Sanhauá e as canoas dos que ainda desenvolvem atividade da pesca no Rio Sanhauá. Através dos depoimentos concedidos pelos moradores mais antigos, como Senhor Cosminho, percebemos a relação do morador com o meio:

Eu cheguei aqui em 1981, eu cheguei com trinta e poucos anos. Primeiro eu morei no Bessa, depois em Jacaré e depois eu vim pr'aqui. A gente morava em Livramento, plantava manga, carregava a canoa e vinha aqui pro porto. Eu vinha pro porto desde pequeno, vinha com meu pai pra cá, com carga de manga. Eu decidi morar aqui porque a pessoa que vive de pescaria tem que morar perto da maré.

Aqui sempre teve casa, quando eu cheguei aqui já tinha casa. Comunidade não tinha não. Comunidade foi feita de uns tempo desse pra cá, né? Não existia, pelo menos ninguém ouvia falar em comunidade, né? Então de uns tempos pra cá que vieram falando de comunidade, um pessoal de fora... Aí aqui fizeram uma também. (Entrevista com Seu Cosminho, realizada em sua casa no Porto do Capim. Acervo Projeto Memórias Ribeirinhas, Iphan/PB).

Figura 40: Trapiche público do Porto do Capim

Fonte: Acervo GT Porto do Capim e Vila Nassau, 2012. Autores: Atila Tolentino; Carla Gisele Moraes.

Figura 41: Pescador no Rio Sanhuá no final da tarde

Fonte: Acervo GT Porto do Capim e Vila Nassau, 2012. Autores: Atila Tolentino; Carla Gisele Moraes.

Figura 42: Canoas atracadas ao lado do Trapiche Público

Fonte: Regina Celly Nogueira da Silva, 2014.

Não é possível compreender as relações que se estabelecem entre o homem e o meio sem as necessárias mediações entre o sujeito e o lugar. Assim, como nos afirma João Rua (2003, p.47), “os lugares são a expressão de relações tanto sociais como espaciais e são formadas por conjuntos particulares de relações sociais que se fecham e interagem em localizações específicas”. O autor salienta também que “(...), essas relações sociais que constituem os lugares não estão restritas a eles,

pois são, também, construídas e operadas além deles, conectando os diferentes lugares e as pessoas que neles vivem”. É importante entendermos que “as pessoas constroem e representam os lugares, identificando-se com eles, mas tanto a construção, quanto a representação e a identificação com o lugar, mudam ao longo do tempo e estão sempre sendo posto em xeque”.

Verificamos, ainda, que a área não possui esgotamento sanitário, sendo essa, inclusive, uma das justificativas do Projeto de Revitalização para a remoção dos moradores da área. Todos os dejetos são despejados no Rio Sanhauá, ocasionando sua poluição – este é um dos graves problemas enfrentados pela comunidade. Muitos moradores ainda jogam seus resíduos no campinho, e mesmo no rio e no mangue, conforme mostra a imagem abaixo, como observamos no nosso trabalho de campo. Esse comportamento tem sido combatido pela Comissão de Mulheres do Porto do Capim, fundações e ONGs que realizam trabalho de Educação Patrimonial com as crianças da comunidade.

Figura 43: Campinho na Vila Nassau sendo utilizado como depósito para o lixo

Fonte: Regina Celly Nogueira da Silva, 2014.

Figura 44: Prédio no Porto do Capim e inscrição na parede, chamando a atenção da comunidade para o problema do lixo

Fonte: Regina Celly Nogueira da Silva.

Mesmo, assim, essa realidade está eivada de contradições, na medida em que não se pode exigir de um morador que nunca teve acesso a serviços públicos de qualidade, a um espaço de lazer de qualidade, a um tratamento de esgoto, a um transporte público de qualidade, a uma saúde de qualidade, que ele possua uma consciência ambiental, quando, ao lado da sua casa, as empresas, madeireiras, marmorarias e oficinas mecânicas jogam seus detritos no rio. Por isso, essa é uma relação contraditória. Araújo ressalta que:

Na realidade, o vínculo existe: embora poluído, o rio é extremamente valorizado pelas comunidades, ainda que, no cotidiano se estabeleçam relações contraditórias de sobrevivência. O rio é vivido, compartilhado, a *piscina* para muitos adolescentes que nele costumam mergulhar; rituais religiosos e festivos se realizam em cortejos de barcos; a pesca é cada vez mais rara, (...) (ARAÚJO, 2006, p.97).

Ao entardecer, quando se encerram as aulas da única Escola Pública Estadual de Ensino Fundamental João Feliz⁸⁰, as ruas são ocupadas por crianças que retornam para suas residências. As ruas enchem-se de alegria, as crianças brincam nas ruas, andam de bicicleta, conversam no meio fio das calçadas mal-acabadas, etc. Um aspecto que nos chamou a atenção foi o hábito que alguns

⁸⁰ A Escola possui duas salas de aula e atende 85 alunos do 1º ao 4º ano do Ensino Fundamental.

moradores têm de colocar cadeiras na rua, na frente de suas casas, onde passam algum tempo conversando, ouvindo músicas, fazendo churrasquinho e bebendo cerveja. A rua é assim um espaço de convivência coletivo, onde ainda é possível o encontro e a troca de informações. Por esse motivo, os moradores atribuem muito valor à rua enquanto espaço coletivo, pois ela vira o lugar da festa, dos momentos de lazer próprios desses moradores. Lefebvre, quando defende a rua, nos diz:

A favor da rua. Não se trata simplesmente de um lugar de passagem e circulação (...) A rua? É o lugar (topia) do encontro, sem o qual não existe outros encontros possíveis nos lugares determinados (...) Na rua, teatro espontâneo, torno-me espetáculo e espectador, às vezes ator. Nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada. Quando se suprimiu a rua (desde Le Corbusier, nos “novos conjuntos”), viu-se as consequências; a extinção da vida, a redução da “cidade” a dormitório, a aberrante funcionalização da existência. A rua contém as funções negligenciadas por Le Corbusier; a função informativa, a função simbólica, a função lúdica..

O depoimento dos antigos moradores demonstra a importância da rua para o lazer e o fortalecimento das relações de vizinhança e estratégias de sobrevivência da comunidade. Segundo Gonçalves (2014), é nesses espaços públicos que a comunidade vive o cotidiano, uma vida comunitária, construindo laços de vizinhança e pertencimento. As ruas, em determinados momentos, redefinem-se em vias de passagem de pedestre e veículos. Frequentamos suas festas e manifestações religiosas/culturais, conversamos com donas de casa e pessoas mais antigas no lugar. Ao fim de algum tempo de convivência, conseguimos maior confiança e aceitação, bem como, da nossa parte, o entendimento mais abrangente do modo de vida da Comunidade

Todavia, quando observamos o aspecto visual das ruas e das casas do Porto do Capim e do resto do Centro Histórico, percebemos que a imagem rompe com a imagem cenográfica que foi construída nos últimos anos por meio das intervenções do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa (GONÇALVES, 2014), para atender às demandas do turismo. Ao chegarmos à área, deparamo-nos com outro universo social, diferente daquele que encontramos na Praça Anthenor Navarro e no Largo de São Frei Pedro Gonçalves.

4.2 Lembranças de Dona Maria da Penha Nascimento

Dona Maria da Penha Nascimento, hoje com 64 anos, relata que veio morar no Porto do Capim em 1954, com a idade de 12 anos. A mãe de dona Penha, dona Antônia, veio sozinha com 12 filhos, o pai ficou no Abiaí, município de Alhandra. A primeira casa da família foi construída próxima ao trapiche público pela própria família, era uma casa de taipa. Dona Penha recorda que a casa era na beira do rio: “Eu me lembro como se fosse hoje, como nós fizemos essa casa, foi a gente mesmo que fez, com nossas mãos, uma casa de taipa, a casa ainda existe, mas agora está reformada”. Dona Penha continua: “Na época, não havia praticamente nenhuma casa na área, era uma camboa”⁸¹. A construção de casas de taipa em terreno periodicamente alagado propiciou a prática do aterramento, utilizando-se todo tipo de entulho⁸², como ressalta (ARAÚJO, 2006, p. 117). Dona Penha, no seu depoimento, relata as dificuldades para a construção das casas no início de ocupação da área.

A gente tinha muito trabalho porque o terreno era alagado e precisava ser aterrado, foi assim que se iniciou o aterramento do mangue. Para aterrarmos o mangue nós utilizávamos todos os tipos de entulho, mesmo assim, as casas muitas vezes não suportavam e desabavam, no período chuvoso, quando as cheias da maré eram maiores, os poucos moradores que estavam aqui sofriam, aí a casa era novamente construída, todos contribuíam, ajudavam, o povo era muito mais unido.

Assim, o depoimento de dona Penha revela os desafios e dificuldades enfrentados ao longo dos anos na construção das moradias pelos moradores mais antigos. Esse desafio não era enfrentado apenas pela família de dona Penha. Muitos moradores que se estabeleceram às margens do Rio Sanhauá também enfrentaram obstáculos e tiveram que construir uma relação complexa com o rio, com o mangue e as condições ambientais relativas ao meio. Dona Penha recorda ainda que havia poucas casas, que um dos primeiros moradores foi Seu Oscar e Dona Marieta, e o casal residia onde hoje se encontra a Igreja Batista, terreno doado pelo casal para a construção da igreja.

⁸¹ Esteiro que se enche na preamar e fica em seco na baixa-mar; o mesmo que gamboa.

⁸² Segundo Araujo (2006, p.117), entulhos são pedregulhos, fragmentos ou restos de tijolos, materiais inúteis resultantes de demolições, escombros e ruínas. Muitos materiais são doados ou utilizados em venda casada – o entulho é doado na compra do material de construção, conforme declararam alguns moradores.

Figura 45: Rua que dá acesso ao Trapiche, local onde Dona Penha morou quando chegou ao Porto do Capim

Fonte: GT Porto do Capim e Vila Nassau, 2012. Autoras: Carla Gisele Moraes; Helena Tavares Gonçalves

Figura 46: Trapiche Público nos dias de maré alta

Fonte: Regina Celly Nogueira da Silva, 2014

Figura 47: Casa de taipa na Vila Nassau e aterro feito pelos moradores às margens do Rio Sanhauá

Fonte: Stanley M. Souza, 2001.

Dona Penha relata que a área era muito precária. Aos poucos, os becos, vielas e ruas estreitas foram se constituindo, e a população, aumentando. Na medida em que dava seu depoimento, ela ia revelando fragmentos da sua história, resgatando a paisagem do lugar, enchendo-se de alegria em recordar as relações de vizinhança e os vínculos de amizade e confiança que construiu ao longo do tempo com os moradores que ainda permaneciam no Porto do Capim. Ao mesmo tempo, lamentava também por aqueles que já haviam falecido.

Dona Penha tem cinco filhos: quatro residem na área, e um, em São Paulo. Na concepção dela, eles optaram por permanecer no Porto do Capim por considerarem a área bem localizada, próxima à integração de ônibus intraurbano, a rodoviária que faz as rotas interestaduais. Além, disso, ressalta, “Eles não necessitam pagar transporte para resolver problemas no centro”. Na concepção de Dona Penha, “eles acreditam que morando no Porto do Capim é mais fácil conseguir realizar bicos e trabalhar no comércio informal”. Um dos filhos dela trabalha na madeireira de Cleomi há muitos anos. Ela mesma foi cozinheira em muitos restaurantes que se situavam no Centro: “Trabalhei muitos anos no restaurante Pietros, ficava ali no Parque Sólon de Lucena, só frequentava gente que tinha dinheiro, jornalista, comerciantes que possuíam negócio na área, muita gente importante frequentou o Pietros, depois me cansei”.

Atualmente, ela mora com a neta Rafaela (19 anos) no Cortume, área ocupada por algumas famílias desde 2014. No Cortume, atualmente, vivem 18

famílias, essa é uma das áreas escolhidas pela Prefeitura Municipal de João Pessoa para a construção dos apartamentos de 42m², para onde as famílias serão removidas. Dona Penha vivia com uma filha e um filho na Rua Porto do Capim, numa casa construída com recursos dela e do filho. Todavia, em 2014, a casa teve que ser vendida por vinte e cinco mil reais, porque o filho de Dona Penha se separou da esposa e teve que fazer com ela a partilha dos bens que possuía, tendo, assim, que dispor do supracitado montante devido à indenização exigida pela justiça.

Dona Penha destaca que “a casa era boa, tinha uma sala, três quartos, a cozinha, um banheiro e o quintal que dava para o rio”, referindo-se ao rio Sanhauá. “No quintal, eu pretendia criar galinha de capoeira, lavar roupa para fora e fazer mariscada⁸³ para vender”. A casa de Dona Penha fica num beco por trás das casas que ficam na Rua Porto do Capim, seguindo a margem do rio. A casa da frente, que dá para a Rua do Porto do Capim, também é dela. Ao lado da casa, há um depósito de madeira. Esse vínculo com os espaços da comunidade pode dizer muito dos costumes e hábitos da comunidade:

Estou aqui nessa casa faz pouco tempo. A casa de frente também é minha, pegada com esse depósito. Eu vim para essa casa porque eu adoro fundo de quintal, eu gosto de fundo de quintal é costume, fui criada assim, com quintal grande, casa grande, onde se podia criar animais, eu gosto de criar, agora por ora eu não estou criando nada. Eu me mudei ontem, mais estou pretendendo criar galinha de capoeira.⁸⁴

Caminhando pelas ruas da comunidade com Dona Penha, ela chama nossa atenção para as condições materiais das casas:

Aqui vamos encontrar casas em bom estado, algumas estão sendo até melhoradas, outras em áreas muito próximas ao rio, que sofrem inundações devido à cheia das marés precisam de mais cuidados, reforço. As condições são precárias, mas mesmo assim a gente ainda quer continuar morando e vivendo aqui. A comunidade recebeu poucos benefícios públicos, esses políticos fazem pouco pela comunidade, algumas ruas são calçadas com paralelepípedo e outras ainda são de terra. Nunca vieram calçar, os paralelepípedos chegaram aqui na comunidade, mas não era pra gente. No período chuvoso a população sofre com os buracos e a lama que se forma nas ruas de terra. Outro problema quando caminhamos entre as vielas e pequenas ruazinhas que traçam caminhos entre as vias principais e às margens do rio, são as galerias. Essas galerias jogam tudo que não presta no Rio Sanhauá, isso não é nada bom, pois só faz poluir ainda mais o Rio. Mas, o que se há de fazer, não tem esgoto, a prefeitura nunca investiu nisso.⁸⁵

⁸³ Na culinária nordestina, frutos do mar ou mariscos são animais com uma concha ou carapaça, como os crustáceos e moluscos, extraídos do mar ou de água doce, usados na alimentação humana.

⁸⁴ Dona Maria da Penha do Nascimento, entrevista realizada em: 26 de agosto, 2013.

⁸⁵ Idem.

No seu depoimento, ela relata que essa área abrigava o antigo Porto da cidade, recordando o porto e as embarcações: “Aqui atracavam embarcações e canoas que vinham das ilhas que se localizam lá na frente⁸⁶ no Rio Paraíba, Ilha da Restinga, Stuart, Santa, Eixo, Marques e de outras áreas, como: Portinho, Livramento, Forte Velho, Costinha”(…) “desses lugares os moradores traziam para a feira muitos produtos, a feira era sortida, acontecia no final de semana e atraía pessoas de várias partes da cidade.” Dona Penha faz um esforço para lembrar e diz que os moradores desses lugares vinham de canoa com suas mercadorias, para negociar no Porto do Capim: banana, manga, coco, feijão verde, jaca, milho e muito capim. Os comerciantes vendiam para pessoas que vinham de diversos bairros da cidade, como também para os próprios moradores do Porto do Capim. Muitos feirantes vinham de outras partes da cidade em carroças, para comprar os produtos no Porto do Capim e negociar em outras feiras.

As lembranças de Dona Penha são inestimáveis para o resgate da paisagem do Porto do Capim. Ela recorda também a paisagem da rua Porto do Capim, onde havia três depósitos do seu Antônio Tavares. No lugar da serraria Pontal, havia um depósito para armazenar a carne de Baleia. Nessa época, era muito comum o abate da baleia. Por muitos anos, a pesca da baleia foi praticada no litoral do Estado da Paraíba (Ilha de Costinha), até ser interrompida pela SUDEPE, em 21.02.1986, que proibiu a perseguição, caça, pesca e captura de cetáceos. Com a regulamentação da proibição de molestamento de cetáceos em águas jurisdicionais brasileiras, Portaria nº 117, de 21.12.1996/IBAMA e as Leis 7643/87 e 7653/88, a pesca da baleia foi encerrada (ARAÚJO, 2006).

No seu depoimento, a supracitada moradora destaca a importância que a pesca tinha para a comunidade, uma atividade que mobilizava a área toda, muitos viviam da pesca, da produção de canoas, redes de pescar:

Seu Isidro, Seu Cosminho e minha mãe pescavam dentro do mangue, caranguejo, marisco, ostra e siri. Pescavam de canoa, na época era muito peixe, que era comercializado na própria comunidade. Lamento que ao longo dos anos, o rio foi sendo assoreado, as pescarias foram diminuindo, atualmente poucos são os que se dedicam a essa atividade. Hoje se cria caranguejo no quintal das casas em tanque. Meu filho tem três tanques, ele cata os goiamum e comercializa para os bares da comunidade.

⁸⁶ Dona Maria da Penha se refere às ilhas que se localizam no estuário do Rio Paraíba (Restinga, Stuart, Santa, Eixo, Marques), e de outras áreas Portinho, Livramento, Forte Velho, Costinha.

Segundo Gonçalves, as comunidades de baixa renda, quase sempre, são estigmatizadas pela presença da violência, do comércio ilegal de drogas e condições insalubres. Todavia, essas descrições trazem uma visão estereotipada do lugar, não levando em consideração a diversidade socioespacial aí existente e não passando de:

Descrições de senso comum e predeterminadas procuram descrever esses espaços a partir da “noção da ausência”, através de uma apreensão paisagística do território. Assim, tais espaços são representados de maneira homogênea, pelo o que eles não têm ou pelo o que não são. Seriam lugares sem ordem, sem lei, sem regras, sem moral e sem infraestrutura. As regiões do Porto do Capim e da Vila Nassau também parecem ser definidas através de representações estereotipadas sobre “espaços favelados” ou bairros de populações pobres (GONÇALVES, 2014, p.76).

Dona Penha relata que, no passado, as pessoas tinham medo de vir ao Porto do Capim. A área era considerada perigosa, os motoristas de táxi, “quando a gente dizia que era pro Porto do Capim não queriam deixar a gente aqui não!”. Segundo seu Sebastião Camelo, (55 anos), antigo morador da área, “foi uma luta muito grande minha e de Rozeane para acabar com essa realidade de lugar violento, até hoje o Porto do Capim ainda sofre com o estigma de lugar violento”, mesmo com o trabalho desenvolvido pela Associação de Mulheres do Porto do Capim, que, por meio das ações culturais, têm buscado discutir o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim e, ao mesmo tempo, acabar com o estigma de violência na área.

O depoimento de Dona Penha traduz a forte ligação afetiva com as ruas, com o rio, com a maré, com a paisagem e a cultura do lugar. Esses fatos fazem parte da memória de Dona Penha, mas, também, da própria comunidade, visto que as lembranças permanecem coletivas e são lembradas pelos outros, conforme ressalta Maurice Halbwachs (1990, p.26):

mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.

Uma das recordações que emociona Dona Penha são os cocos de roda, as lapinhas e o pau de sebo, atividades culturais que ela organizava na comunidade, como tem ocorrido também com as procissões de Nossa Senhora da Imaculada Conceição:

Já faz 20 anos que eu realizo a Procissão de Nossa Senhora da Conceição, no dia 08 de dezembro, ela ocorre todo ano. Eu não tenho mais fotos das primeiras. Por sinal tinha até um livro, com a festa, emprestei, mas nunca me devolveram. A primeira procissão foi com uma santinha bem pequenininha. Fui pescar e vi essa ilha, vi a capelinha e o cruzeiro, a capelinha era bem pequenininha. Ali tem uma capelinha vamos olhar! Eu fiquei curiosa, aí fiz um pedido, uma promessa a Nossa Senhora da Imaculada Conceição, queria trazer uma procissão para a Ilha saindo do Porto do Capim. O pedido foi realizado. Na primeira procissão, só saíram duas canoas, levamos uma santa bem pequenininha, pintei a capelinha, depois construímos outra capela, aí veio a maré e derrubou, fizemos outra capela, essa quem fez não fui eu, foi o povo da Ilha da Santa. Então todo ano tem a procissão, agora está bem organizado, vai lancha, barco grande, um catamarã, canoas, é divulgado na televisão, no jornal, em muitos lugares já se sabe dessa procissão. A Igreja católica ajuda a organizar, o padre vai para rezar a missa. Tem o café da manhã no pátio da igreja, depois a gente sai da Igreja de São Frei Pedro Gonçalves em direção ao Trapiche público do Porto do Capim, os barcos já estão lá esperando. O percurso ocorre durante duas horas, as canoas vão devagar, em maré cheia, tem que ser no horário da maré, vai pela manhã celebra a missa na ilha, depois vem embora. A missa dura no máximo uma hora por causa da maré. Tem muita gente, umas 200 pessoas, tem gente que vai pagar promessa, tem gente que vai vestido, é bem organizado. A comunidade participa ativamente, solta balões, fogos, muitos barcos vêm de outras ilhas acompanhar a procissão.

Figura 48: Procissão de Nossa Senhora da Imaculada Conceição no dia 08 de dezembro de 2014

Fonte: Regina Celly Nogueira da Silva, 2014.

Figura 49: Procissão de Nossa Senhora da Imaculada Conceição no dia 08 de dezembro de 2014

Fonte: Regina Celly Nogueira da Silva, 2014.

Figura 50: Procissão de Nossa Senhora da Imaculada Conceição no dia 08 de dezembro de 2014

Fonte: Regina Celly Nogueira da Silva, 2014.

Figura 51: Procissão de Nossa Senhora da Imaculada Conceição no dia 08 de dezembro de 2014

Fonte: Regina Celly Nogueira da Silva, 2014.

A procissão de Nossa Senhora da Imaculada Conceição é um dos eventos mais importantes da comunidade e expressa a relação da comunidade com o ambiente permeada pela religiosidade, simbolizada pela pequena capela (medindo 2m x 2m) e, à frente, um cruzeiro, ambos pintados de branco. A Santa representa um marco de religiosidade crucial para os pescadores e demais moradores das ilhas que ficam no estuário do Rio Paraíba. O que se observa é que a fé disseminada entre os moradores estimula a participação de um número sempre crescente de fiéis e visitantes, que vêm de outras partes da cidade:

O evento que se realiza, anualmente, em 8 de dezembro, dia dedicado à Santa, se originou de uma promessa da parte da senhora Maria da Penha, moradora do Porto do Capim, em intenção da saúde da filha. Ao ser curada, a criança, Dona Maria da Penha decidiu cumprir a promessa: todos os anos, nesse dia, a filha haveria de usar uma veste azul, a cor do manto que, na imagem, protege a santa e, com os pescadores, seguiriam em canoas pelo rio Sanhauá até uma ilha conduzindo a imagem da Santa. Naquele 8 de janeiro, há aproximadamente 15 anos, a senhora Maria da Penha e sua filha vestindo uma túnica azul, se fizeram acompanhar de alguns pescadores e, em suas canoas, conduziram a imagem da santa até essa ilha, que passou a ser denominada “Ilha da Santa”, onde foi celebrada uma missa em agradecimento pela graça alcançada. Desde então, todos os anos, nas manhãs de 8 de dezembro, os moradores do Porto do Capim, com a participação ativa dos moradores da Vila Nassau, de outras comunidades da cidade e até de cidades vizinhas (Cabedelo, Bayeux e Santa Rita), realizam essa “peregrinação”, e, após o ritual litúrgico, permanecem na ilha até o final da tarde, quando retorna para suas casas. O número de participantes aumenta a cada ano. Observa-se o mesmo ritual e o mesmo sentimento de fé (ARAÚJO, 2006, p. 149).

A Ilha da Santa possui um pequeno Oratório onde há a imagem de Nossa Senhora da Imaculada Conceição e outros santos. Junto à imagem, há muitas marcas de velas derretidas, fitas azuis e branca, amarradas nas grades do Oratório. No interior da ilha, há uma casa de taipa, onde moram dois pescadores. A casa serve também de ponto de apoio para outros pescadores. Segundo Araújo (2006), a veneração dos moradores da comunidade, pescadores e demais fiéis, em relação à imagem e à Ilha da Santa, adquiriram atributos sagrados⁸⁷, e isso fortalece a fé e a força da comunidade nas suas lutas e reivindicações.

Quando perguntamos à Dona Penha qual a sua visão sobre o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, ela nos respondeu que, no início, a comunidade ficou muito animada, acreditava que o projeto traria benefícios para a área. “No início, quando a gente ouvia falar do projeto, achávamos que essas transformações poderiam trazer melhoria para nossa vida, mas não é isso que nós estamos vendo”:

Agente veio morar aqui já faz muitos anos. Faz 52 anos que eu moro aqui, então a gente pensa que quando a prefeitura quer fazer alguma coisa na área eles pensam na história da comunidade, e, que, isso é importante. Com o tempo, mas principalmente com as reuniões da Comissão das Mulheres do Porto do Capim e com o apoio do pessoal Regina Celia, Walesca e outras pessoas, a busca de informações a gente percebeu que não era muito bem assim. A Comissão do Centro Histórico queria convencer a comunidade que o projeto era para melhora, mas não é! Eu sei que as famílias que moram na margem do rio vão ter que sair, mas tem outras famílias que não precisam deixar suas casas. Aqui é muito bom, tudo é perto, tem o comércio, é perto do mercado central, se a gente adoece fica mais perto do PSF. Mas, o pior mesmo, é querer tirar a comunidade de suas casas, tirar seus quintais, onde agente cria os animais, lava roupa para fora, abriga um filho ou um parente, para morar em apartamentos de 42m². Eu

⁸⁷ O estudo da espacialidade religiosa sob a perspectiva geográfica, a partir da investigação do fenômeno religioso, é uma abordagem ainda incipiente entre os geógrafos brasileiros. No temário da geografia humana, é amplo o elenco de assuntos que demandam investigações a partir da perspectiva da Geografia da religião. Alguns estudos já surgem no universo metodológico da geografia brasileira, inclusive com a expressa intenção de seus autores em estimular novas pesquisas sob essa abordagem. Portanto, para observar as relações expressas em eventos religiosos, a pesquisa se reporta aos trabalhos dos geógrafos que consideram pertinente a investigação do religioso pela perspectiva geográfica. Zeny Rosendhal (1996) investiga o estudo geográfico da religião, explicando as abordagens pelos geógrafos de diversas tendências ou escolas – Geografia Cultural, Geografia Social – e ainda avalia a relativa marginalização da abordagem geográfica no enfoque da religião, no percurso do pensamento geográfico. Numa tentativa de estimular estudos nessa área, essa pesquisadora apresenta um conjunto de temas que podem ser investigados na perspectiva de geografia da religião. A investigação do evento que ora se descreve se identifica com o tema *Espaço e lugar sagrado: vivência, percepção e simbolismo*, numa perspectiva da fenomenologia. Sylvio Fausto Gil Filho (2006) apresenta uma proposta de redimensionamento da Geografia da Religião e, considerando o sagrado como o cerne da experiência religiosa, propõe uma investigação “baseada na espacialidade do sagrado a partir de um ponto de vista relacional” (ARAUJO, 2006, p. 149-150).

não sei se isso representa qualidade de vida como diz a Secretária de Habitação⁸⁸.

O que podemos entender na fala de Dona Penha é que a manutenção das relações cotidianas que tornam o lugar especial é muito mais importante do que as transformações do Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim para a área. Assim, o que se tem de verdadeiramente valioso são os pequenos encontros, o conforto em se sentir seguro naquele espaço, pois conhecer o vizinho do lado é uma riqueza porque, nos momentos difíceis, é possível se pedir ajuda. No Porto do Capim, há laços de solidariedade e vizinhança que ajudam as mulheres nos momentos difíceis (separações, morte do marido, desemprego) ou, ainda, quando entram no mercado de trabalho e necessitam deixar sua criança na casa de uma vizinha ou de um parente para trabalhar. Assim, as conversas na frente das casas, os momentos de lazer no final da tarde ou nos finais de semana, com churrasquinho e cerveja, embalados pelas músicas que alegram a comunidade, fortalecem essas relações sociais. É isso que faz do Porto do Capim um lugar importante para o morador. Não que os moradores não desejem benefícios públicos, eles desejam, mas querem que esses benefícios cheguem e respeitem suas tradições, cultura e memória. Assim, Gonçalves, referindo-se ao processo de revitalização do Porto do Capim, destaca que:

O território está sendo negado àqueles que realmente usufruem do espaço e possuem vínculos simbólicos, afetivos e práticos da vida cotidiana, em nome de um projeto que foi concebido justamente por quem nunca vai frequentar o lugar no futuro. Esses agentes institucionais decidem o que serão dos espaços, mas não fazem funcionar o que eles mesmos projetaram. Executam uma metodologia que consiste em planejamento e execução, achando que os lugares ganham vida própria sozinhos. Retirar a população residente (porque é pobre) não vai fazer com que “naturalmente” outros grupos sociais frequentem o espaço (GONÇALVES, 2014, p. 97).

Nesse sentido, o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim expressa como vem se configurando a relação entre políticas públicas patrimoniais e planejamento estratégico, resultando num processo de negociação e conflito entre interesses da sociedade civil, Estado e iniciativa privada, como ressalta Gonçalves. A autora destaca, ainda, que, “Através das ações de revitalização, procura-se ressignificar determinados espaços da cidade, restaurar fachadas de casarões antigos, adequar o espaço a novos usos, construindo uma espécie de “realidade

⁸⁸ Maria da Penha Nascimento, entrevista realizada em: 26 de agosto, 2013.

alegórica””. Esse modelo tem na sua essência as “(...) ideias de um tempo passado, muitas vezes, sem considerar os processos de transformação socioespacial que mudaram a configuração dos lugares e das práticas sociais então presentes” (GONÇALVES, 2014, p. 97).

4.3 Lembranças de Senhor Edimirson (Seu Pintinho) e Dona Julia

Moradores do Porto do Capim há 45 anos, o Senhor Edimirson (76 anos) e sua esposa, Dona Maria Julia Gomes Bezerra (78 anos), residem no Porto do Capim desde a década de 1960. Eles têm três filhos, Antonio (50 anos), Ednalva (51 anos) e Rosália (48 anos), também moradores da área. Senhor Edimirson, que tem problemas cardíacos e, no momento, cuida da esposa, residia no bairro do Varjão, em João Pessoa, tendo vindo morar na Rua Frei Vital, para dedicar-se ao trabalho braçal de desembarcar mercadorias.

Dona Júlia fica ansiosa, ela ainda está se recuperando de um AVC. Sua filha Rosália relata que ela precisa de cuidados especiais, não pode fazer esforço, nem comer alimentos gordurosos. Mesmo assim, Dona Julia se antecipa, toma a frente e começa a falar da sua infância, contando-nos que nasceu e foi logo abandonada pelos pais em Pau D'arco, no interior da Paraíba. Logo após seu nascimento, uma família adotou-a e levou-a para residir em Jacaraú. Ela não tem certeza da sua idade porque foi registrada muitos anos depois (relata que isso, na época, era muito comum). Às vezes, não havia cartórios em certas localidades, ficando em outros municípios, e isso dificultava o procedimento do registro de crianças recém-nascidas. Seu Pintinho toma a palavra e começa a contar de quando chegaram ao Porto do Capim:

Quando cheguei aqui o rio enchia e invadia a casa que, à época, era de taipa. Comprei essa casa, era uma casa de palha, compre por 70 cruzeiros, não me lembro direito, mais acho que foi isso. Era tudo pau que agente tirava do mangue e enfiava no chão, em cima era de palha, não tinha água, não tinha luz. Quando a maré vinha derrubava tudo, botava a casa abaixo. E tome aterro, foi muito aterro. Aos poucos, fui construindo a casa com alvenaria, aí o rio não derrubou mais a casa, mesmo assim quando a maré encha ainda vinha até aqui na porta. Era preciso colocar muito aterro, nessa casa tem uns cinco aterramentos, quando o rio enchia a gente tinha que colocar os meninos em cima da mesa, pegava peixe aqui no quintal, os meninos passeavam de canoa por essa rua. Mais o rio foi sendo cada dia mais aterrado pelas outras famílias que passaram a morar ainda mais perto do rio como seu Cosme e outros moradores que não lembro agora. Eu era trabalhador braçal, desembarcando os produtos que eram trazidos pelos

barcos, como areia para fazer cimento, eram barcos grandes de sete panos. Tinha o barco Maria Nina, Almirante Salomé e Vitória Régia, eu ainda peguei essa época. Nessa época o rio era fundo, tinha uns 20 metros, quando secava ficava como se fosse uma praia, uma areia bem branquinha, os meninos tomavam muito banho, mais tinham que ter muito cuidado porque a maré enchia rápido.⁸⁹

Dona Júlia nos conta que a água era retirada do chafariz na Rua Salatiel, no bairro do Roger. A família usava candeeiro com querosene. A área tinha e ainda tem muito mosquito – há dias em que eles surgem em grande quantidade. Mas, mesmo assim, não quer sair de lá. Relata ainda que a pesca era comum no Rio Sanhauá. No início, tinha muito peixe, mas, à medida em que o rio foi sendo aterrado e a maré, diminuindo, parece que os peixes diminuíram. Dona Júlia ressalta que:

Na medida em que o Rio Sanhauá foi sendo aterrado a maré foi diminuindo. Outro problema era a retirada do pau de mangue. No passado os homens aqui do Porto Capim cortavam o pau do mangue, das ilhas da Restinga, do Stuart e de outras que não lembro agora. Muitos homens viviam disso de tirar essa matéria prima do mangue e vender para as construtoras, eram comuns caminhões serem abastecidos aqui com pau de mangue. O pau de mangue era raspado e vendido. Mais, acho que na década de 1980, o IBAMA proibiu a retirada do pau de mangue. Muitas vezes víamos os helicópteros sobrevoando o Rio Sanhauá e as ilhas para ver se estavam retirando madeira do mangue. Hoje isso não ocorre mais porque a comunidade não permite, a comunidade denuncia, está consciente que isso é ilegal e que não é bom para o rio⁹⁰.

Senhor Edimirson e Dona Júlia alegam que não desejam sair da rua Frei Vital, onde moram há muitos anos, desde que chegaram à área, mesmo sendo próximo ao Rio Sanhauá. “Aqui é bom porque fica perto de tudo, da família, da feira, não tem violência, perto do comércio, perto do médico, se não tiver dinheiro, dá pra ir andando”. Para seu Pintinho, o lugar é muito confortável. Aqui tem as amizades que construímos ao longo da vida. Para Dona Julia, a casa está muito boa, mora com eles apenas um filho, Antônio, que trabalha em Cabedelo e é solteiro. Dona Júlia ressaltou também a vida cultural da comunidade:

Aqui já foi muito mais animado quando tinha a quadrilha organizada por Marluce, ela já faleceu. Depois Bastos tomou conta. Depois vieram os festivais de quadrilha. A quadrilha do Porto do Capim ainda se apresentou por dois anos quando a festa era aqui na Praça Anthenor Navarro e depois foi transferida para o conventinho que fica por trás da igreja, mesmo assim não conseguimos mais manter a quadrilha, hoje tem um grupo de dança que Rossana tem conseguido manter. É um grupo para crianças e

⁸⁹ Senhor Edimirson, entrevista realizada em: 20 de agosto, 2015.

⁹⁰ Dona Julia, entrevista realizada em: 20 de agosto, 2015.

adolescentes. Isso é importante é cultura para nossa juventude. Mais no tempo da quadrilha era muito bom, animado, os ensaios, as brincadeiras, a comunidade perdeu⁹¹.

Questionado sobre o Projeto de Revitalização do Porto do Capim, seu Pintinho afirma que o poder público, em todos esses anos, fez pouco pela comunidade:

Colocou calçamento em algumas ruas. Promete que vai colocar um postinho aqui, outro ali, até hoje a gente espera. Todo político que vêm aqui é para pedir voto, na época das eleições, promete que vai melhorar a vida da comunidade. Todos eles dizem a mesma coisa, mas nada muda. Mesmo esse projeto de revitalização a gente não vê melhoria para a comunidade. Agente não deseja sair daqui só se for obrigado mesmo. O que mais incomoda agente é que a comunidade nunca é comunicada de nada, a prefeitura chega com seus projetos e acha que a gente tem que aceitar tudo. Tira o povo daqui para morar em apartamento de 42 m² é muita maldade com essa gente. Onde seu Cosminho vai colocar sua rede de pesca, onde as pessoas que têm fiteiro vai guardar seus negócios, onde as pessoas que tem uma pequena mercearia vai vender seus produtos, como a minha filha Rosália que tem essa vendinha aqui no meu terraço. Nada disso é pensado.

Na fala de seu Pintinho, estão as mazelas da ação do Estado, que vê o espaço como plano geométrico e estático. O espaço serve de instrumento àqueles que dele podem dispor para abrir seus negócios e vender seus produtos aos turistas que frequentaram a área, para a contemplação da natureza que deve ser observada por aqueles que possuem recursos, e não pela comunidade que a preservou e construiu uma relação afetiva com o lugar.

4.4 Lembranças de Senhor Sebastião Camelo

Senhor Sebastião Camelo (51 anos)⁹², também conhecido como Seu Bastos, relata, no seu depoimento, que chegou ao Porto do Capim com 10 anos, morava na

⁹¹ Dona Julia, entrevista realizada em: 20 de agosto, 2015.

⁹² O Senhor Sebastião Camelo e sua irmã Penha no final década de 1980 criaram a primeira Associação de Moradores do Porto do Capim e Vila Nassau. Segundo seu Sebastião ele e sua irmã Penha lutaram muito pela comunidade, ele se considera o verdadeiro líder comunitário. Em 2000 Rozeane Mendes foi eleita presidente e assumiu a Associação de Moradores. Todavia, mesmo tendo sido empossada, por pleito eleitoral, Rozeane Mendes relata que enfrentou muitas dificuldades. Na época os membros da Associação se reúnem no Centro Comunitário, mesmo assim, a presidente lidava com uma comunidade dividida, pois o senhor Sebastião se dizia o “verdadeiro líder comunitário”, com apoio de uma parcela da população que, embora restrita e pouco participativa, interferia inibindo a administração da representante na época, assim como, a participação dos demais moradores, impedindo que os mesmos assumissem uma postura crítica a respeito do processo de gestão comunitária (ARAÚJO, 2006, p. 122-123). Segundo Rozeane

Ilha Marques, veio morar no Porto do Capim em 1960. “Meu pai veio morar aqui há mais de 70 anos, em área alagada. Convivi com o rio e os alagamentos desde que chegou, nunca aconteceu nada aqui com ninguém”. Seu Bastos recorda que, para chegar ao Porto do Capim, era só de canoa, de barco, porque a ilha ficava distante do Porto do Capim.

Já faz 46 anos que eu vim morar aqui, meu pai veio primeiro, talvez um pouco mais, que eu moro aqui no Porto do Capim. A nossa comunidade tem uma longa história, porque quando nós viemos morar aqui tinha poucas casas, aqui ainda não estava tomada pela população como hoje. Veio meu pai, minha mãe, toda a família veio para cá. Tinha um morador aqui que já fazia muito tempo que morava no Porto do Capim, seu Oscar, chegou a falecer com quase 100 anos, ele convivia aqui na comunidade. A gente veio pra cá e ficamos aqui a vida toda. A história foi mudando, a população começou a chegar, a fazer casas, no início de taipa, depois foi construindo de alvenaria, hoje tem uma média de 500 famílias que mora na comunidade⁹³.

Seu Bastos acentua, no seu depoimento, como era a vida no Porto do Capim. Começa falando do trabalho que os homens desenvolviam na área: “Aqui a gente vivia de escoramento de mangue e pesca. Esse escoramento era para as empresas que tinha aqui no Porto do Capim, eu ainda me lembro: Plancou, Enarq, Gradiente, os homens cortavam madeira do mangue”. Essa atividade era comum na comunidade. Outros moradores também relatam essa prática: “E vendiam para essas construtoras na época. Com essa madeira foi construído muitos conjuntos habitacionais aqui em João Pessoa, Mangabeira, Valentina, tudo com escoramento”, como diz seu Bastos. “Tudo com pau de mangue, como a gente chamava”.

Seu Bastos, falando dessa época, destaca que os homens cortavam esse material das ilhas que ficam no estuário do Rio Paraíba, traziam para o Porto do Capim e vendiam para as construtoras, grande parte dos homens vivia disso. Todavia, na década de 1980, o IBAMA proibiu a retirada de madeira dos manguezais do Rio Paraíba e Sanhauá, e, como ressalta Bastos, “o IBAMA veio, fechou tudo e a gente ficou sem ter como sobreviver, muita gente da comunidade, mais principalmente os homens, aí muita gente teve que viver da pesca mesmo”. Seu Bastos continua seu relato, falando das dificuldades para arranjar trabalho na área:

Mendes, a Associação criada por Sr Sebastião na época em que o mesmo esteve a frente da Associação não realizava reuniões com a comunidade, não organiza eventos e nem fez o registro da mesma. Até hoje senhor Sebastião Camelo se considera o presidente da Associação Comunitária e se comporta como líder comunitário junto à Prefeitura Municipal de João Pessoa.

⁹³ Senhor Sebastião Camelo, entrevista realizada em: 18 de março, 2014.

Hoje os homens da comunidade são empregados nas madeireiras, marmorarias e oficinas da área, então tudo é aqui dentro, grande parte dos homens trabalham aqui no Porto do Capim e fazem bico lá fora. Tem o problema do estudo né! É muito difícil arranjar trabalho sem estudo. Na pesca hoje tem poucos, o rio foi aterrado, hoje quem pesca não tem mais aquela pesca, quem ia pescar trazia 50 kilos de peixe. Hoje vai pro rio e passa a semana todinha, pega pouco peixe, mais Seu Cosminho sabe melhor do que eu, ele é o pescador profissional. O pescador passava uma semana pescando. Eu recordo que no passado o peixe era negociado aqui na comunidade mesmo, a comunidade comprava⁹⁴.

Seu Bastos destaca, ainda, que muitos dos antigos moradores, principalmente aqueles que já tinham a prática da pesca, continuam a exercer sua atividade econômica ligada à pesca como complemento do sustento familiar. Todavia, um pescador pode ser, ao mesmo tempo, um vendedor ambulante, desenvolver trabalho braçal na comunidade, descarregando os caminhões das madeireiras, e trabalhar nas oficinas mecânicas. Vale salientar que, no caso de ribeirinhos urbanos contemporâneos, essas ocupações profissionais e bicos temporários são muito fluidas. Há também moradores que exercem outras profissões, mas possuem no interior de suas residências pequenos negócios (fiteiros, bares, mercadinhos), para cuja movimentação, deslocamento e continuidade das atividades econômicas, a localização de suas casas é fundamental, como também para o desenvolvimento de suas relações familiares e cotidianas (GONÇALVES, 2014, p.17).

Questionado sobre o projeto de revitalização do Antigo Porto do Capim, a posição de seu Bastos é favorável: “Esse projeto beneficia a comunidade sim, porque, os negócios que vão colocar aqui vai dar emprego à comunidade, eu creio que vai dar emprego à comunidade, na minha opinião”. Seu Bastos conhece bem a realidade da comunidade, pois foi Presidente da Primeira Associação de Moradores do Porto do Capim e vem acompanhando o projeto de revitalização desde o início:

Tem o rio para o turismo, se pode trazer um curso de turismo para as crianças e adolescentes. No início já tinha várias crianças participando do turismo, quando foi inaugurada a Praça Anthenor Navarro e o Largo, mais depois eles acabaram com o projeto, até o menino daqui participava. Eles contavam um pouco a história de nossa cidade, expulsaram as crianças ai de cima. Então eu acho que o projeto vai trazer atividades, vai ter vários bares, vai ter restaurante, que seria o povo da comunidade, artesanato, quando abrisse o galpão de artesanato ia criar emprego para o povo da comunidade. Isso é uma briga da gente, de mim, de Rozeane, das mulheres, que aconteça isso na comunidade. E a gente vai lutar, que a

⁹⁴ Senhor Sebastião Camelo, entrevista realizada em: 18 de março, 2014.

comunidade seja inserida no projeto, tudo que for feito aqui a comunidade tem que ser beneficiada⁹⁵.

Apesar de defender o projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, quando perguntamos se a revitalização da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves trouxe benefícios para a comunidade, seu Bastos destaca que:

No começo fez, algumas pessoas daqui trabalhavam na praça, outros trabalhavam nos bares, fez um efeito curto, depois acabou tudo, morreu. Os empresários vinham para ali, abria um restaurante, abria outro, um bar, mais não tinha apoio. Os empresários não tinham apoio do poder público. Não trouxe benefício nenhum para a comunidade, porque não fez nenhum efeito na comunidade, porque abandonaram. No começo o povo ainda conseguia colocar um churrasquinho, vender cerveja, colocar o fiteirinho. As crianças vendiam coisas nos bares, circulavam pela praça, mais depois os proprietários, donos dos bares e restaurantes se sentiram incomodados e a Prefeitura barrou, impediu que os moradores do Porto do Capim e de outras partes da cidade colassem seus pequenos negócios na Praça e no Largo. Agente ainda encontra uns pipoqueiros, uma mulher vendendo caldinho no Largo no final de semana, mais não é gente daqui, não.

Sobre a remoção da comunidade, seu Bastos diz que, “em 1997, quando a Comissão Permanente apresentou o projeto na Igreja de São frei Pedro Gonçalves, eles diziam que era preciso a remoção dos moradores das áreas ribeirinhas para a construção da Praça Porto do Capim, essa praça teria 19.500 m²”. Nessa apresentação, a Comissão Permanente “dizia pra gente que na proposta a remoção da população seria para área próxima à tal praça de eventos e as habitações seriam casas construídas ao lado da praça e próximas ao rio.” Assim, as habitações de interesse social seriam contempladas ainda com espaços destinados à prática de esporte e lazer, assim como aparato para a comunidade continuar a desenvolver suas atividades ligadas ao comércio local. Seu Bastos continua sua fala:

Sobre esses apartamentos que eles querem fazer de 42m², a gente não é tanto de acordo, a gente está acostumado a morar numa casa, criar um bicho, uma galinha, numa casa tem um lugarzinho para estender roupa, em apartamento onde se vai estender roupa? É muito difícil essa moradia para nós. Eles dizem que não tem terreno, mais tem: nós temos o terreno do Curtume, nós temos a Proserv, tem espaço do outro lado da Proserv que seria bastante terreno para fazer casa para as famílias, e não esses condomínios. Por aqui as famílias têm animais, tem o fiteirozinho para guardar, tem o carrinho de mão, como o pescador vai guardar a rede de pesca dele? Não existe isso, então não sou de acordo com esses apartamentos, teria que ser casa⁹⁶.

⁹⁵ Senhor Sebastião Camelo, entrevista realizada em: 18 de março, 2014.

⁹⁶ Idem.

Bastos ainda ressalta que algumas famílias não necessitam sair das suas casas, essas famílias não estão em área irregular. Para ele, seria necessário remover apenas as famílias que residem na margem do rio, do mangue, famílias que estão em situação de ocupação irregular, em terras da União e em áreas de aterros precários e de preservação ambiental, como ressaltam os técnicos do IPHAN.

Porque as pessoas que moram na beira do rio, que não têm uma casa boa, suficiente, principalmente o pessoal do galpão, quer apartamento. É direito deles querer melhorar de vida. Mais a gente que mora a 46 anos na comunidade, porque a gente sabe o valor que é isso aqui para nós. Agente prefere levar mil picadas de mosquito do que morar em Mangabeira, em Valentina. Porque para mim aqui é tudo, aqui a gente tem tudo, tem o mercado central, a integração, o comercio. Como é que uma pessoa vai morar na Colinas do Sul e depois não tem dinheiro para pegar o ônibus para vir para o centro. Por isso morar no Porto do Capim é uma riqueza e tem muita gente que se pudesse viria morar aqui⁹⁷.

Nas falas dos entrevistados, perpassa uma sabedoria ancestral de que a desistência, por parte deles, de um espaço interativo entre a comunidade e seu histórico lugar de vivencia, revela sua análise de que esta mudança, por interesses do Estado e do Capital privado, é significativa de perda de qualidade de vida e quebra de laços identitários e culturais. A urbanização da área, revelada em instalações de infraestrutura (esgotamento sanitário, iluminação, áreas verdes, Escolas, Postos de Saúde, Sistema de transporte) revalorizaria a área e dotaria o lugar de condições aceitáveis de moradia. Não sabemos, entretanto, até que ponto a conjugação de interesses entre o capital privado e o Estado seria capaz de considerar as prioridades de uma população considerada ribeirinha, quando o que avulta é a meta de construção de uma imagem, não abertamente explícita da expansão econômica, dentro dos objetivos de ampliação do consumo paisagístico e cultural pela indústria do Turismo, visto que esta tem sido a tônica das intervenções sob o estigma de “revitalização de Centros Históricos”. Gonçalves (2014, p.50) ressalta que o Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, ao longo dos anos, passou por diversas redefinições, no entanto, a arena de eventos que será construída no local onde residem os moradores do Porto do Capim continuou sendo a base principal do projeto. Já as áreas previstas para a construção das habitações populares de 42 m² passaram por várias proposições, e, por isso, o projeto, até o momento, não foi realizado. De modo que, até esta data, não foi definido como/onde

⁹⁷ Senhor Sebastião Camelo, entrevista realizada em: 18 de março, 2014.

serão construídas as casas populares dos moradores do Porto do Capim e qual será o projeto adotado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi analisar as especificidades do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, especificamente as ações desenvolvidas no Bairro do Varadouro e Porto do Capim. Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, o centro da cidade têm passado por transformações socioespaciais substanciais, essas mudanças estão relacionadas as alterações empreendidas pela dinâmica de reestruturação da economia espacial em escala mundial, consequência de novas atividades econômicas no setor terciário ou de serviço que precisam se localizar e se concentrar em outras áreas estratégicas da cidade.

Destacamos que as políticas de revitalização podem ser considerados mecanismos para o controle do centro, posto que o mesmo não deixou de ser importante, ainda que se tenham mudado as suas funcionalidades, os agentes que o controlam, bem como as práticas e os usos cotidianos que nele se materializam (VILLAÇA, 1996). Assim, faz-se imperativo afirmar, que não se vivencia um esvaziamento generalizado do centro, como buscam sustentar os discursos que propagam o seu "resgate", nos projetos de revitalização, mas principalmente da necessidade de redefinir funcionalidades, formas de controle e usos desse espaço.

A partir de 1980, assiste-se ao ajustamento das economias em desenvolvimento às necessidades de expansão do capitalismo na sua fase atual. Uma nova ordem orienta a produção do espaço urbano, redefinindo novos usos e funções reorientados pelas políticas urbanas (CARLOS, 2006). Esses são pressupostos essenciais para se pensar o que comumente no Brasil se denominou por revitalização/requalificação das áreas centrais.

Segundo Capel (2011, p. 20), o mundo da aquisição contínua da mercadoria, que assegura a reprodução do capital, reflete-se diretamente na construção da cidade. Na fase atual, com o processo de urbanização generalizada, “nada antigo parece servir, e acabam sendo obsoletos, palavra que os arquitetos e promotores imobiliários gostam de repetir para justificar a destruição de velhos edifícios”, de modo que esses espaços, “antigas fábricas, moradias com duas ou três décadas de antiguidade”, sobretudo na área central das cidades, são transformados em restaurantes, bares, ateliês, para quem pode pagar, como destaca Capel.

Assim, as intervenções nos sítios históricos produzem inquietações sobretudo na população que reside na área, visto que, em muitos casos, o poder público destrói espaços importantes da memória coletiva da sociedade e constrói prédios, espaços públicos, que pouco têm a ver com o cotidiano do cidadão. Essas intervenções beneficiam as construtoras, os arquitetos, os consultores internacionais e os políticos, que se aproveitam dessas intervenções nas áreas centrais para obter financiamentos internacionais. Todavia, nem sempre essas políticas contribuem para a melhoria de vida de todos os cidadãos. O que temos observado é que esses espaços, na medida em que recebem uma gama de infraestrutura, realmente se valorizam, passam a receber novas populações, classe médias e altas, que podem pagar pelos serviços aí instalados, ao mesmo tempo em que esse processo desencadeia o afastamento de seus antigos moradores e frequentadores.

Nos últimos anos, sobretudo a partir da década de 1980, observamos que vem aumentando o número de cidades brasileiras que propõem intervir nos seus sítios históricos, visando a recuperar qualidades ou funções que estariam sendo perdidas ao longo dos anos. Vale ressaltar, inicialmente, que, nesse período, o Brasil sofre o impacto da reestruturação produtiva internacional que atinge os países centrais no início dos anos 70 e os países latino-americanos na década de 1980. O impacto desses ajustes de inspiração neoliberal no país acarretou o aprofundamento da desigualdade numa sociedade historicamente desigual. Maricato (2011, p.30) ressalta que, “Nas décadas de 80 e 90, aumentou no Brasil, como em todo quase o mundo, (...) o desemprego, as relações informais de trabalho e a pobreza nas áreas urbana”. Essa realidade se expressará nos centros das cidades, onde o setor informal se fará presente de modo irredutível.

Desta forma, a partir da década de 1980, os discursos sobre o declínio das áreas centrais e a necessidade de (re)apropriação desse espaço têm sido recorrentes. Esse discurso virá junto às políticas urbanas voltadas para a revitalização dessas áreas. Para isso, o poder público utiliza-se do patrimônio cultural existente nesses espaços. Utiliza-se também do discurso do resgate da memória, da tradição e da cultura, visando a atender às demandas dos promotores imobiliários e dos empresários que veem na área a possibilidade de lucros imediatos por meio da indústria do turismo.

Podemos dizer que, no processo de formação das cidades, os centros tradicionais (que, posteriormente, ganham o *status* de centros históricos), possuem

importância fundamental como valor simbólico, representando não só um aspecto funcional da vida cotidiana, como também estrutural. São inicialmente locais de prestígio social e de destaque no desenvolvimento econômico dos centros urbanos. Todavia, num momento posterior, com o crescimento das cidades e a formação de novos bairros e o surgimento de novas centralidades, os centros tradicionais perdem seu prestígio social e sua função econômica, passando a ser estigmatizados e caracterizados pelo abandono e decadência.

Ao longo dos anos, o centro antigo passa a receber novas populações e classes de menor poder aquisitivo, que ocuparam o espaço deixado pela classe média e alta. As famílias mais abastadas buscam bairros mais aprazíveis para viver, com jardins e quintais arborizados, ruas mais tranquilas, qualidades que o centro não mais oferecia. Todavia, essas mudanças levaram consigo as atividades econômicas que sempre foram características da área central.

Na área, novas atividades desenvolveram-se, como zonas de comércio popular ou mais especializado. O poder público passa a canalizar seus investimentos para as áreas mais modernas da cidade, o capital privado migra para vias de circulação dotadas de melhor infraestrutura urbana, como ressalta Frugóli Jr. (2000, p.216): “realidade que se desenvolve dentro da lógica do surgimento de novas centralidades, onde o surgimento de uma nova região alimenta-se em grande parte da decadência da mais antiga”. O processo de urbanização generalizado expande o espaço urbano para áreas cada vez mais longínquas. Esse modelo modifica o conceito de vizinhança, cidades cada vez mais expandidas, largas avenidas, autoestradas e terminais rodoviários, contribuindo, assim, para matar os locais de encontro, os largos e as praças, diminuindo o espaço de convivência. Os centros se ressentem de todas as transformações impostas por essas mudanças. Mesmo, assim, é impossível não se reconhecer a importância e o papel simbólico que o centro tem no imaginário do cidadão.

Desse modo, nas últimas décadas do século XX, temos assistido ao desenvolvimento de novas dinâmicas que afetam diretamente a realidade de nossos Centros Históricos. Esses espaços são hoje objeto de intervenções urbanísticas complexas, de reinvestimentos importantes, tanto por parte do poder público, das agências internacionais e da iniciativa privada. Operações embasadas, quase sempre, em projetos urbanísticos, que buscam a denominada “revitalização urbana”, visando a introduzir novos parâmetros de desenvolvimento urbano.

O poder público alega que essas intervenções objetivam retomar e reescrever a história desses espaços e resgatar suas tradições e memórias, buscando devolver, aos espaços históricos, a dinâmica perdida ou enfraquecida ao longo do tempo, por meio da preservação e revitalização do patrimônio cultural, resgatando, sobretudo, a centralidade do poder econômico, político e social que esses espaços possuíam.

Outra característica dessa política é o repovoamento dos Centros Históricos, como contraponto à expansão urbana. Os projetos de revitalização aproveitam-se de terrenos públicos junto às orlas marítimas ou fluviais, ou, ainda, de prédios históricos (sobretudo nas grandes metrópoles), visto essas cidades terem mais poder de barganha junto às agências internacionais e ao Governo Federal, revelando-se uma estratégia do poder público para o repovoamento dos centros históricos. Em alguns casos, em muitas cidades brasileiras, os projetos de revitalização têm expulsado para as periferias os antigos trabalhadores que aí residiam. O poder público, mesmo justificando que a promoção da moradia social está prevista nos projetos de revitalização, o que percebemos é que faltam linhas de financiamento, como, por exemplo, as linhas de financiamento da Caixa Econômica Federal não se adequam aos Projetos de Revitalização do Antigo Porto do Capim. Lima (2004, p.12) ressalta que o perigo maior ocorre quando “esta mesma requalificação causa o aumento imediato dos alugueis e dos impostos, expulsando a população residente, muitas vezes constituídas de famílias tradicionais de antigos trabalhadores que acabam por ter que buscar abrigo na periferia”, como também “nos morros da cidade, para arcar com os novos ônus”.

Mesmo enfrentando dificuldades, os centros históricos permanecem cheios de vitalidade e concentram oportunidades, encontrando-se, nesse espaço, grande parte do emprego, as instituições públicas, os serviços públicos e uma infraestrutura completa. Todavia, as tendências atuais dos projetos de revitalização visam à apropriação dessas áreas para o consumo visual, muitas vezes envolvendo seu enobrecimento e seu uso como produtos de consumo, na disputa entre os agentes das cidades em um mercado globalizado, como ressalta Lia Motta (2000). Esses projetos, embora utilizem a argumentação da preservação e do resgate da memória do lugar, têm como resultado a apropriação cenográfica desses espaços. O que temos observado com os projetos de revitalização é que são processos que buscam dar novos usos ao patrimônio cultural, na tentativa, busca, de viabilizar o sistema econômico, utilizando como recurso o dinamismo cultural e turístico de sítios de

valor histórico, artístico, arqueológico e ambiental. No nosso entendimento, as novas intervenções pouco têm se preocupado em considerar as cidades como objetos socialmente construídos e seu patrimônio cultural como fonte fundamental de conhecimento e construção da cidadania.

O Processo de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, mesmo com suas especificidades, aproxima-se desse ideário. Esse processo inicia-se em 1987, quando o Governo Federal estabelece um Convênio com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de João Pessoa, o que constituiu a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico, à frente de todo o processo por mais de vinte anos.

Primeiro é necessário questionar o próprio termo revitalização. No Centro Histórico, sempre existiu vida social, uma vida econômica. Assim, por que dar vida a um lugar que já possui vida? Que possui uma história? Que possui uma dinâmica própria? Não será um processo de gestão do espaço urbano, ou do patrimônio cultural, que trará vida para a área. Então, o próprio termo não é apropriado. O que ocorreu foram ações pontuais de reforma, restauração, requalificação de alguns edifícios históricos, como as igrejas, as praças e largos que, ao longo do processo, sobretudo enquanto o convênio Brasil/Espanha teve vigência, foram restaurados. E, de fato, temos que reconhecer que houve a restauração de exemplares históricos importantíssimos para a memória da cidade, se não, a realidade do Centro Histórico de João Pessoa estaria muito mais comprometida.

Nessas ações pontuais, podemos dizer que ocorreu um processo muito tímido de requalificação em algumas praças tanto na cidade alta, como na cidade baixa: Praça Rio Branco, Pedro Américo, João Pessoa, Dom Adauto, Venâncio Neiva, Aristides Lobo, Vidal de Negreiros (Ponto Cem Réis). Apesar das contradições em alguns projetos, como no caso da praça Vidal de Negreiros, que foi totalmente descaracterizada e virou um espaço para shows, expulsando da área os idosos, que historicamente se reuniam no final da tarde para a conversa, para o encontro, o café e a troca de informações. Mesmo, assim, a população de João Pessoa apropria-se desse espaço e lhe dá novos significados. A dinâmica mais intensa ocorreu na Praça Anthenor Navarro e no Largo de São Frei Pedro Gonçalves, requalificada para a atividade cultural de consumo noturno, atividades de lazer, bares, restaurantes, shows e festas regionais, como o São João e o carnaval.

A proposta de revitalização ocorre em um momento em que a deterioração do Centro Histórico de João Pessoa encontrava-se avançada, em se tratando de um processo em curso, ao menos desde a década de 1980, quando se observa a evasão do comércio, das empresas, das atividades econômicas em geral. Essas atividades migram para as vias de circulação mais importantes da cidade (Avenida Epitácio Pessoa, Avenida José Américo de Almeida, Avenida Flávio Ribeiro Coutinho) e áreas mais modernas. Além disso, o surgimento do Shopping Manaíra, no Bairro de Manaíra, impulsionou o comércio e os negócios a buscarem essas áreas. Paulatinamente, a cidade se expandia e exigia do centro novas demandas que o mesmo não mais atendia. Ao mesmo tempo, o poder público e o capital privado canalizam seus investimentos para outras partes da cidade, e o centro passa a atrair menos investimentos.

O discurso do poder público para a intervenção na área é que a mesma se encontrava em estado de abandono, ao afirmar que o centro encontrava-se gravemente ameaçado, em sua estrutura urbana, por um violento processo de decomposição, substituição e destruição de sua identidade. Assim, o projeto de revitalização reforça a ideia da decadência e da desvalorização da área central; esses adjetivos são utilizados por arquitetos, urbanistas e promotores imobiliários enquanto argumentos defensores de uma prática urbanística que possuía toda uma ideologia da cidade enquanto cenário, espetáculo, imagem, para a indústria do turismo. Apesar das especificidades do processo que se constituía no Centro Histórico de João Pessoa, o mesmo apresenta uma linha de procedimento, conduta, semelhança ao que estava ocorrendo em âmbito nacional e internacional.

O processo de revitalização do Centro Histórico de João Pessoa irá se intensificar 1998, com a revitalização da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves. A Praça Anthenor Navarro, o Largo de São Frei Pedro Gonçalves sintetiza o modelo atual de gestão urbana adotado pelo poder público. As intervenções urbanas lá realizadas apoiam-se no discurso do resgate da memória e da tradição e propõem uma política de inclusão social, quando alegam a inserção da população no processo, na diversidade socioeconômica da área e no desenvolvimento de projetos culturais, visando a uma nova valorização daquele espaço.

Ao analisarmos as intervenções da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves, únicas intervenções nas quais se utilizou capital público

e privado podemos dizer que ocorreu uma requalificação tímida que gerou uma maior rapidez na reprodução do capital durante um curto período de tempo. Realmente, no início da inauguração da Praça Anthenor Navarro e do Largo São Frei Pedro Gonçalves, as ações tiveram como objetivo a inserção de novos usos aos espaços, ligados a atividades de entretenimento e lazer. Nesse processo a cultura faz parte das estratégias governamentais, em todos os níveis. Atualmente, tem-se verificado um reconhecimento crescente do valor da cultural para economia das cidades como ressalta Featherstone (1995). Recebendo sempre subsídio do poder público, a Praça recebeu grandes shows de música popular brasileira, festas regionais, carnavais e outras ações relacionadas à cultura popular. No entanto, ao longo dos anos e com a mudança de gestores à frente da Prefeitura Municipal de João Pessoa, a área foi sendo preterida, ao mesmo tempo em que outros espaços passaram a receber uma maior atenção do poder público, como o Ponto de Cem Réis e a Praça Rio Branco.

Assim, foi exatamente a saída do poder público da Praça Anthenor Navarro que acarretou a perda de sua dinâmica maior, que, no início, foi muito intensa, mas, quando o poder público se retraiu e tirou os recursos que eram disponibilizados pela FUNJOPE, a área perdeu sua efervescência cultural. Mesmo, assim, ainda encontramos bares, instituições e atividades econômicas instaladas na Praça Anthenor Navarro, dando o ritmo do lugar, como o Coletivo Mundo, instituição que trabalha com a cultura independente produzida e difundida de forma colaborativa e em rede por um grupo de agentes culturais organizados horizontalmente, sem fins lucrativos. A partir da sexta-feira, ocorrem atividades vinculadas aos grupos alternativos, que se apropriam da área para shows de Rock, música popular brasileira e demais atividades artísticas.

Instituída em 2010, a Fundação Casa de Cultura Companhia da Terra, que surgiu do esforço conjunto da empresa Companhia da Terra Distribuidora, entidades culturais, grupos e artistas parceiros, situada na Praça Antenor Navarro, tem como principal filosofia promover a inclusão social por meio da arte. Tendo como foco os moradores da comunidade Porto do Capim, a Fundação desenvolve há dois anos o Projeto Subindo a Ladeira. Através desta proposta, são realizadas atividades nas áreas de formação patrimonial, pesquisa e difusão cultural, com o objetivo de estreitar as relações da população do Varadouro, com a arte e a cultura paraibana e

de outros lugares do mundo. O grupo luta para que ocorra realmente a inserção da população do Varadouro no processo de revitalização da área.

Assim, o Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa segue o modelo adotado por outras experiências nacionais e internacionais, onde os sítios históricos foram e ainda são primeiro considerados deteriorados para depois ser alvo de intervenções urbanas. Esta seria, assim, a estratégia encontrada pelo Estado e promotores imobiliários, possibilitando transformar o patrimônio cultural em mercadoria para o turismo. Essa política de revitalização implicou nas transformações físicas da paisagem urbana da área, sobretudo, em sua dimensão arquitetônica, com a restauração de prédios históricos, igrejas, largos e praças, e mobilizou o capital estatal e recursos da Agência Espanhola de Cooperação Internacional, representando a alocação de recursos financeiros consideráveis.

Em um contexto mais amplo, podemos ressaltar que, por meio dessas práticas, buscam-se estratégias de intervenções relacionadas tanto aos aspectos arquitetônicos e urbanísticos quanto à configuração dos usos e apropriação desses espaços. Essas políticas tendem a aliar ao valor histórico e arquitetônico um valor de mercado, agregando ao patrimônio a ideia de *mercadoria*, passível também de ser consumido, passando a iniciativa privada, enquanto um dos agentes atuantes no processo, a ter papel fundamental na gestão e no investimento. Assim, o que temos observado ao longo dos anos é que as intervenções realizadas em centros históricos procuram, quase sempre, construir nessas áreas uma imagem cenográfica, de lugar harmônico, pouco conflituoso, limpo, seguro e que ofereça opções de lazer e diversão para o cidadão e turistas que desejem usufruir desse espaço. Para isso, o poder público se utiliza do valor histórico atribuído aos monumentos ali presentes. No entanto, como consequência dessas ações, as políticas de promoção de patrimônios culturais acabam, na maioria das vezes, negligenciando o fato de que diferentes grupos sociais apropriam-se de maneira distinta desse patrimônio (GONÇALVES, 2014, p.143).

Todavia, os feitos previstos nas ações de revitalização do Centro Histórico de João Pessoa não traduzem uma visão atualizada de uma adequada política de gestão em centros históricos (GONÇALVES, 2014). Quando o IPHAN defende a remoção da população ribeirinha do Porto do Capim e da Vila Nassau, para a construção de uma Praça de Eventos, e a destruição de uma área de mangue para a construção de píers para o desenvolvimento do turismo náutico, sem levar em

consideração o patrimônio imaterial da comunidade, para nós, esse argumento parece paradoxal, visto que é atribuição de uma instituição dessa natureza garantir que as referências culturais dos moradores ribeirinhos sejam preservadas, e não defender uma política de higienização social.

Por outro lado, também temos constatado que, apesar dos recursos investidos na área com o processo de revitalização, a mesma ainda se apresenta carente de uma série de serviços públicos essenciais, e os que são instalados pouco se direcionam à população que lá reside. Essa população não foi, até o momento, beneficiada com o projeto de revitalização em curso. Assim, o discurso de se reestabelecer o “vínculo entre o rio e a cidade” e sob a suposição de que a área possui uma inegável “vocaço para porto” corre o risco de transformar um espao cheio de vida e de histria (uma das poucas reas do centro histrico que apresenta uma funo habitacional, comunitria, com fortes laos de vizinhana) em um espao vazio e rido, que, esporadicamente, receber visitas de um pblico interessado em desfrutar de atividades de lazer, s custas de recursos financeiros exorbitantes, disponibilizados pelo poder pblico e pelas gncias internacionais, como o BID.

Estes recursos poderiam ser utilizados na requalificao da rea mediante a viabilizao de infraestrutura necessria para garantir melhores condies de habitabilidade para a populao que vive no Porto do Capim e demais comunidades que fazem parte da histria de formao da cidade. Poder-se-ia desenvolver o turismo comunitrio, por meio da recuperao ambiental, do reconhecimento das referncias culturais dos moradores locais, suas memrias, tradies e saber-fazer.

Vale salientar, ainda, que o centro histrico ainda atende uma gama considervel de famlias que l residem e trabalham. Segundo Claudio Nogueira, superintendente do IPHAN-Paraba, referindo-se populao que reside nesse espao, “a rea possui populao considervel, tem estrutura edificada satisfria e uma infraestrutura subutilizada, mesmo reconhecendo-se que essa infraestrutura est muitas vezes obsoleta, mas evidente que quando comparada com outras reas e bairros da cidade percebe-se que o centro histrico teve realmente um decrscimo populacional”. Segundo membros da Comisso Permanente de Desenvolvimento do Centro Histrico era que, com o processo de revitalizao do centro histrico, as comunidades que vivem na rea fossem inseridas, beneficiadas, garantindo a questo da habitabilidade, meio ambiente, infraestrutura, colocando a

comunidade do Porto do Capim, Vila Nassau, Frei Vital e XV de Novembro nas imediações. Para a Comissão Permanente, a permanência da comunidade era essencial para o sucesso do projeto. Todavia, o que observamos é que os procedimentos adotados pelo poder público ao longo dos anos para a elaboração do Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim não ouviram a comunidade, não incluíram suas demandas nem respeitaram suas tradições e patrimônio imaterial. Segundo depoimento dos moradores, a proposta foi apresentada no I Fórum de Construção de Parceria, em 09 de junho de 2005. Desse evento, participaram alguns membros da comunidade, que não representam a comunidade como um todo. Podemos dizer assim que a comunidade não foi inserida no processo e mesmo o diálogo com a Secretaria de Habitação Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa tem sido uma ação difícil. A proposta apresentada pela Secretaria de Habitação Social não se adequa à realidade cultural dessas comunidades.

Podemos afirmar, ainda, que o processo de revitalização ocasionou poucas mudanças no cotidiano dos antigos moradores, pelo menos no cotidiano daqueles que conseguem permanecer no centro histórico. No início do processo de revitalização, muitos foram expulsos para a periferia da cidade, na medida em que os investimentos encareceram o aluguel. Além disso, o processo de espetacularização do lugar, por meio dos cenários criados e da homogeneização do lugar, ocasionou também o afastamento dos antigos moradores da área.

Baseando-nos nos escritos de Canclini (2000), consideramos que essas políticas de revitalização dos sítios históricos, contribuíram para a diluição de origens, enfraquecimento da estrutura social da cidade e o resultante distanciamento das raízes, reconhecemos que vivemos um momento em que as pessoas dividem os espaços das ruas, das praças, dos largos, porém de forma fragmentada, de modo que as comunicações são intermitentes. Nesse sentido, pensando a importância da “revitalização” de determinadas áreas urbanas, a primeira preocupação deveria ser a de buscar as identidades coletivas, motivadoras de sentimentos integradores e/ou topofílicos. Mas aqueles que elaboram os projetos de revitalização parecem não se preocupar com essas questões.

Deste modo, a cultura local – não a cultura defendida pela indústria cultural - como herança comum pode funcionar como elemento agregador na medida que informa sobre experiências históricas comuns, permitindo interações coletivas. O caráter multicultural da cidade é representado visualmente na área do Varadouro

pelo conjunto arquitetônico dos antigos casarões (grande parte em ruínas), e pelas genuínas casas dos moradores do Porto do Capim, Vía Nassau e Frei Vital à beira do rio Sanhauá, mesmo desprovidos de um mínimo de infraestrutura e pela complexidade dos modos de vida dos moradores e dos transeuntes e frequentadores do lugar. Mas, precisamente, é esta situação de contraste que confere identidade ao lugar e personaliza os recortes do seu território.

Na realidade do Porto do Capim as referências simbólicas se manifestam na paisagem de diversas maneiras, na pesca, na Procissão de Nossa Senhora da Imaculada Conceição no dia 08 de dezembro, no São João, mas, em geral, estão ligadas a formas arquitetônicas vernaculares ou aos traçados urbanos, e, também à natureza. Tais referências se associam às origens e à história do lugar, as relações de vizinhança e compadrio contribuíram para o fortalecimento das ações de solidariedade, troca e mobilização.

Uma das especificidades da revitalização do Centro Histórico de João Pessoa é a luta, mobilização, resistência dos moradores do Porto do Capim. A Associação de Mulheres do Porto do Capim, órgão representativo da comunidade, desde 2010, luta pelos direitos da comunidade frente a ao processo de revitalização. A Associação de Mulheres tem argumentado pela recusa do projeto de revitalização e à proposta de habitação da prefeitura Municipal de João Pessoa, alegando preferir que a comunidade continue no local onde se encontra atualmente, vivendo em suas moradias e não em apartamentos de 42 m². A proposta da Prefeitura Municipal de João Pessoa “tem obtido ampla rejeição dos moradores, os quais reivindicam a manutenção de sua situação territorial atual, uma vez que, para além do valor comercial dos imóveis, reconhecem vínculos afetivos e de pertencimento com o espaço” (RELATÓRIO DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS, 2015, p.9).

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: DANTAS, Eustógio Wanderley C. (Org.). **A Cidade e o Urbano: temas para debate**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1997.

AGUIAR, Wellington; MELLO, José Octávio de Arruda. **Uma cidade de quatro séculos: evolução e roteiro**. João Pessoa: Funcep, 1989.

AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de. **Cidade de João Pessoa. A memória do tempo**. João Pessoa: Gráfica e Ed. Persona, 1992.

ALMEIDA, Marco Antonio Ramos de. **O Centro da metrópole: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. São Paulo: Editora Terceiro Nome: Viva o Centro: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. **A reprodução da metrópole: o projeto Eixo Tamanduatehy**. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, 2008.

ALVES, Glória da Anunciação. **O Uso do Centro da Cidade de São Paulo e sua possibilidade de Apropriação**. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo: 1999.

ALVES, Jorge Souza. **A Dinâmica do Mercado Formal de Trabalho em João Pessoa no Período Recente**. João Pessoa: Mimeo, Ago., 2005.

_____. **A Dinâmica do Mercado de Trabalho Pessoense na Década de 90: Exclusão e Precarização das Relações de Trabalho**. João Pessoa: Mimeo, agosto, 2005.

ALVES, Jorge Souza; CARVALHO, Rejane Gomes. Desenvolvimento e Desigualdade: evolução e perspectivas das condições socioeconômicas em João pessoa. In: **Atlas Municipal de Desenvolvimento Humano de João Pessoa**. Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2008.

ANDRADE, Paulo Augusto Falconi de. **METAMORFOSE DOS CENTROS URBANOS: Uma análise das transformações na centralidade de João Pessoa – PB 1970-2206**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Centro de Tecnologia, UFPB, João Pessoa, 2007.

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do Pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000.

ARANTES, Otilia B Fiori. **Urbanismo em Fim de Linha e outros estudos sobre o colapso da Modernidade Arquitetônica**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. **O Lugar da Arquitetura depois dos Modernos**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

ARAUJO, Vera Lúcia. **As Transformações da Paisagem do Porto do Capim**: leituras de uma paisagem urbana. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFPB, 2006.

ARENDT, H. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979.

BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. (Org.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

BORJA, Jordi; FORN, Manuel de. Políticas da Europa e dos Estados para as cidades. In: **Revista Espaço e Debates**, São Paulo, Ano XVI, 1996.

BOSI, Ecléa; BOSI, Alfredo. **Cultura brasileira**: temas e situações. São Paulo: Ática, 1987.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Edusp, 1987.

BOTELHO, Tarcísio R. Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. **Revista Eure**, Vol. XXXI, nº 93, pp. 53-71, Santiago de Chile, agosto, 2005.

BRAGA, Paula Marques; JUNIOR, Wilson Ribeiro dos Santos. Programa de Recuperação do centro Histórico de Salvador: políticas públicas e participação social. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. USP, 2009.

BRANQUINHO, Evânio dos Santos. **Campos Elíseo no Centro da Crise**: A reprodução do espaço no Centro de São Paulo. TESE, USP, Departamento de Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. 2007, FFLCH.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANCLINI, Nestor Garcia. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Culturas Híbridas**. São Paulo: EDUP, 2000.

_____. **A Globalização Imaginada**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.

_____. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, Nº 23, p.95-115, 1994.

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim. **Fortaleza: a cidade não revelada - considerações sobre o centro da cidade de Fortaleza.** Fortaleza: [s.n.], 1996.

CARLOS, Ana Fani A.; SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão; SOUZA, Marcelo Lopes de. **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana F. A.; CARLES Carrera. **Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole.** São Paulo: Editora Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani A. **Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na Metrópole.** Tese de Livre Docência, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2000.

_____. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O lugar: modernização e fragmentação. In: SANTOS, Milton (org.). **Fim de século e globalização.** São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993.

_____. A natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, Milton (org.). **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec-Anpur, 1994.

_____. **O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: Contexto, 2004.

CASTRO, Amaro Muniz. **Centro Histórico de João Pessoa: Ações, Revitalização e Habitação.** Centro de Tecnologia, CPGEU, UFPB, 2006.

CAVALCANTE, Roberta Paiva. **Intervenções de Recuperação no Centro Histórico de João Pessoa: Bairro do Varadouro.** Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental. UFPB, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAGAS, Valdeci Ferreira. **As Singularidades da modernização na Cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930.** 2004. 300 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio.** São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

CORDEIRO, Helena Kohn. **O Centro da Metrópole Paulistana.** Universidade de São Paulo. Instituto de Geografia. Tese de Doutorado, 1980.

COSTA, Ana Luiza Schuster da. **Perímetro de proteção do Centro Histórico de João Pessoa: Três décadas de história.** Dissertação (mestrado) apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental/ Centro de Tecnologia/ Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa – PB, Junho/2009.

COMPANS, Rose. **Empreendedorismo Urbano: entre o discurso e a prática.** São Paulo: Editora Unesp, 2005.

DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FARIAS, Ana Maria de S. Martins. **Urbanização e modernidade**: a construção do espaço urbano de João Pessoa (dos anos 20 aos anos 70). Recife, 1997. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FERNANDES, A. C. Da reestruturação corporativa á competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo. In: **Revista Espaço e Debates**, São Paulo, nº 41, Ano XVII, 2001, p.26 a 45.

FERREIRA, Alvaro. **A Cidade do Século XXI**: segregação e banalização do espaço. Rio de Janeiro: Consequências, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREITAS, Cristiane Motta de. **A Reconquista do Centro. Uma reflexão sobre a gentrificação de áreas urbanas**. Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2006.

FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. **Centralidade em São Paulo**: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

FRÚGOLI JUNIOR, Heitor; Sklair, Jessica. **O bairro da Luz em São Paulo**: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification. Cuadernos de Antropología Social, nº 30, pp. 119-136, 2009.

GONÇALVES, Helena Tavares. **O PORTO E A CASA**: Dinâmicas de transformação no uso dos espaços no centro histórico de João Pessoa. (Mestrado) Programa de Pós-Graduação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2014.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerra e Açucars**: política e economia da Parayba, 1585-1630. Bauru: EDUSC, 2007.

HAESBAERT, Rogerio. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

JOFFILY, J. **Porto Político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

JEUDY, H. P. **Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005, 157p.

KARA-JOSÉ, Beatriz. **Políticas Culturais e Negócios Urbanos: a instrumentalização da cultura na revalorização do centro de São Paulo (1975-2000)**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LAVIERE, João Roberto; LAVIERI, Beatriz. **Evolução do espaço urbano recente de João Pessoa**. João Pessoa: UFPB/NIDHIR, 1988.

LAVILLE, Christian. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. 3. ed. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Trad. Margarida Maria de Andrade e Sergio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEITE, Rogério Proença de Sousa. **Espaço Público e político dos lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo**. UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São PAULO, 2001.

LEANDRO, A. G. **O Turismo em João Pessoa e a Construção da Imagem da Cidade. João Pessoa**. (Dissertação), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, 2006.

LE MOS, Carlos. A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LIMA, Evelyn Furquim Wernek. **Habitação e Reabilitação Urbana: arquitetura e antropologia**. IN: Cultura, Patrimônio e Habitação: possibilidades e modelos. Rio de Janeiro : 7Letras, 2004.

LOPES, Regina Clara Simões. **A Propósito de Política Cultural. Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, nº 22, 1987, p. 26-29.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. **A Reinvenção do Patrimônio Arquitetônico no consumo das cidades**. GEOUSP, São Paulo, nº 17, p. 99-105, 2005.

MAIA, Doralice Satyro. **Tempos lentos na cidade**: permanências e transformações dos costumes rurais em João Pessoa – PB. 2000. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARICATO, Erminia (Org.). **A produção capitalista da casa (e a cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

_____. **Brasil, Cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MARQUES, Gabriel Garcia. **Viver para Contar**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005.

MARTINS, José de Souza. **Subúrbio - vida cotidiana e história do subúrbio da cidade de São Paulo**: São Caetano do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil em que termos?** São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MATTOS, Olgária. **A cidade e o tempo**: algumas reflexões sobre a função social das lembranças. nº. 7. São Paulo: Espaço e Debate, 1983.

MATTOSO, José. Introdução à História Urbana Portuguesa. A Cidade e o Poder. In: **Cidades e História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

MEDEIROS, Coriolano de. **O Tambiá da minha infância**. João Pessoa: A União, 1994.

MELO, José Octávio de Arruda. **Os coretos no cotidiano de uma cidade**: lazer e classes sociais na capital. João Pessoa: A União, 1990.

_____. (Org.). **João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30 - exposições e debates**. In: II SEMINÁRIO PARAIBANO DE CULTURA BRASILEIRA (João Pessoa: 1979). Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1979.

_____. (Org.). **Capítulos de História da Paraíba**. Campina Grande: Grafset, 1987.

MEMORIAL, **Geral da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa**. João Pessoa, 1987.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Identidade cultural e arqueologia. In: **Cultura Brasileira Temas e Situações**. São Paulo: Ática, 1987.

_____. Os usos culturais da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas culturais e políticas culturais. In: YAZIGI, E; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (Orgs.). **Turismo Espaço Paisagem e Cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MONTEIRO, João Carlos Carvalho dos Santos. **Habitação Social na área central do Rio de Janeiro**: reflexões críticas a partir do Programa Novas Alternativas. Dissertação de Mestrado, UFRJ-IPPUR, 2011.

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES NETO, Antônio Augusto (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. **O Cenário da vida urbana**. João Pessoa: Editora Universitária. UFPB, 2000.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. **De Filipéia à Paraíba**: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil: séculos XVI – XVII. João Pessoa: IPHAN/Superintendência da Paraíba, 2010.

NEVES, José Luis. **Pesquisa Qualitativa**: características, usos e possibilidades. Caderno de Pesquisa em Administração. São Paulo, V.1, nº 3, 2º SEM./1996.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2006.

OLIVEIRA, Rossana Cristina Honorato. **Se essa cidade fosse minha**: a experiência urbana na perspectiva dos produtores culturais de João Pessoa. João Pessoa, 1999. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia**: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). Salvador: EDUFBA, 2002.

PINTAUDI, Silvana M. **Os shopping-centers brasileiros e o processo de valorização do espaço urbano**. Boletim Paulista de Geografia, nº 65, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2º sem, 1987, p. 29-48.

PINTO, Irineu. **Datas e Notas para a História da Paraíba**. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária, 1977.

PRIMO, Judite. **Museologia e Patrimônio**: Documentos Fundamentais – Organização e Apresentação. Cadernos de Sociomuseologia. Nº 15, p. 90-93; ULHT, 1999; Lisboa, Portugal.

RABELLO, Sonia. **O Estado na preservação de bens culturais**: o tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

RIGOL, Sergi Martinez I. A Gentrificação: conceito e Método. In: CARLOS, Ana Fani A, CARRERA, Carles. (Orgs.). **Urbanização e Mundialização**: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005.

ROBIRA, Rosa Tello. Planejamento Urbano: discurso anacrônico, práticas globalizadas In: CARLOS, Ana Fani A; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia das Metrôpoles**. Contexto: São Paulo, 2013.

RODRIGUES, Arlete Moyses. **Moradia nas Cidades Brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2003.

RODRIGUEZ, W. **Roteiro sentimental de uma cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

RODRIGUES, Gonzaga. **Notas do meu lugar**. João Pessoa: Acauã, 1978.

_____. **Filipéia e outras saudades**. João Pessoa: A União, 1997.

ROLNIK, Raquel. **O que é a Cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

RUA, João. **Seguindo Novos Caminhos transformações territoriais e modernização no município de Quissamã – RJ. Uma contribuição para o desenvolvimento local**. 2003. 335f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, 2003.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências: Geografia Humana). FFLCH, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo. 2001.

SANTOS, Milton. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, M. A. A.; SANTOS, M. (Org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, p. 121-134, 1986.

SILVA, Akene Shionara Cardoso da. **Análise Visual das transformações na Paisagem do Porto do Capim ao longo do século XX e início do século XXI: uma proposta metodológica para o uso de imagem**. Monografia, CCEN, Departamento de Geografia, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a Cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico, científico, informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCIFONI, S. (Org.) **A construção do Patrimônio natural**. Tese (Doutorado) FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SILVA, Helena Menna Barreto. Apresentação. In: **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. (Org.). São Paulo: Annablume, 2006.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuh Cavalcanti. **Revitalização Urbana e (Re) invenção do Centro Histórico na Cidade de João Pessoa (1987-2002)**. João Pessoa: Ed Universitária/UFPB, 2004.

_____. **Imagens da Cidade**: patrimonialização, cenários e práticas sociais. João Pessoa: Editora UFPB, 2010.

_____; SILVA, Camila Coelho. **Vilas e Cortiços**: velhas e novas tipologias de habitação popular no bairro do Varadouro. João Pessoa – PB. URBISCENTROS, Salvador, UFBA, 2012.

SANT'ANNA, M. **A cidade-atração. Patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90**. 5º Parte\Cidades Monumentos. 2003. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3307>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é Cultura**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS JUNIOR, Wilson Ribeiro, BRAGA, Paula Marques. Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador: políticas públicas e participação social. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo EESC-USP, 2009, p. 24.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. (Org.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

SPOSITO, M.E.B. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade urbana. In: **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: UNESP, 2001, p. 235-253.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O Centro e as Formas de Expressão de Centralidade Urbana. **Revista de Geografia**. Universidade Estadual Paulista. UNESP, São Paulo; Editora UNESP, 1991, V. 10 pp.1-17.

SOJA, E. W. Geografias Pós-Modernas. **A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

TRAJANO FILHO, Francisco Sales. Do rio ao mar: uma leitura da cidade de João Pessoa entre duas margens. In: TINEM, Nelci (Org.). **Fronteiras Marcos e Sinais: Leituras das Ruas de João Pessoa**. João Pessoa UFPB, 2006.

TINEM, Nelci. (Org.). **Fronteiras Marcos e Sinais: Leituras das Ruas de João Pessoa**. João Pessoa UFPB, 2006.

TOURINHO, Andréa de Oliveira. **Do centro aos centros: bases teóricas-conceituais para o estudo da centralidade em São Paulo**. São Paulo: FAU/USP, 2004.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair. **Reabilitação Urbana e Gentrificação de Consumo e de Frequência na Área Central de Belém-Pará**. XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2009. Brasília. UNB

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair. Estratégias de Desenvolvimento e Discurso do “Declínio” em Políticas de Requalificação Urbana no Brasil e na Europa. In: Formas Espaciais e Política(s) Urbana(s). **Revista Cidades**. Volume 7. Número 11. 2010.

VAINER, C. B. “Prática, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano.” In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). **A Cidade do Pensamento Único**. Desmanchando consensos. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2002.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. **Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. Barueri, SP: Manole, 2006.

VAZ, Aglaer. **O Projeto Nova Luz e a Renovação Urbana na Região da Luzo espaço urbano como condição e produto da acumulação e como espaço de reprodução da vida**. 2009. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VAZ, Lílian, F.; SILVEIRA, Carmem, B. A. **Área Central do Rio de Janeiro: percepções e intervenções – uma visão sintética no decorrer do século XX**. Cadernos IPPUR/UFRJ, ano VIII, n 2/3, set/dez.

VELHO, Gilberto. (Org.). **Antropologia Urbana. Cultura e Sociedade no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

VIDAL, WylInna Carlos Lima. **Transformações Urbanas: a modernização da capital paraibana e o desenho da cidade 1910 – 1940**. 2004. 95 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 1998.

VITAL, Maria das Dores de Queiroga. **A Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa: discursos e representações sociais**. CCHALA/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia, (Dissertação), UFPB, 2007.

WERNA, Edmundo. As políticas urbanas das agências multilaterais de cooperação internacional para países em desenvolvimento. In: **Revista Espaço e Debates**. Cidades: estratégias gerenciais, São Paulo, nº 39, Ano XVI, 1996.

ZANCHETI, Silvio. **Conservação Integrada e Novas Estratégias de Gestão**. 4 Encontro do Seminário Internacional sobre a Revitalização de Centros Históricos de Cidades da América Latina e do Caribe – SIRCHAL. Salvador, 2000.

ZANCHETE, Silvio M.; LACERDA, Norma. A Revitalização de Áreas Históricas como Estratégia de Desenvolvimento Local: Avaliação do Caso do Bairro do Recife. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 30, n. 1, p 8-24, jan-mar 1999.

FONTES DOCUMENTAIS

BANCO DO NORDESTE. RELATÓRIO FINAL PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO NORDESTE. BNB, 2005

COMISSÃO PERMANENTE DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA, INFORME GERAL (1987-1995). PMJP. JOÃO PESSOA, 1996.

DOSSIÊ: PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO DAS AREAS URBANAS DO PORTO DO CAPIM E VILA NASSAU, IPHAN, 2012, p. 59.

DECRETO N.º 6.499, DE 20 DE MARÇO DE 2009. CONSOLIDA A LEI COMPLEMENTAR N.º 054, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008, ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR N.º 03 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1992.

PLANO DIRETOR DE JOÃO PESSOA. PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, 1994.

PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA COPLAN. In: PLANO ORGANIZACIONAL DO ESPAÇO DA GRANDE JOÃO PESSOA. Prefeitura Municipal de João Pessoa, 1978. Vol. I.

PROPOSTA PARA TOMBAMENTO NACIONAL DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA. Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico, IPHAN, AECI, Arquidiocese da Paraíba, João Pessoa-PB, 2005.

I FORUM DE CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DO PORTO DO CAPIM. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Agência Espanhola de Cooperação Internacional, Arquidiocese da Paraíba, João Pessoa, 2005.

DOSSIÊ: PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO DAS AREAS URBANAS DO PORTO DO CAPIM E DA VILA NASSAU. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Superintendencia Estadual da Paraíba, Divisão Técnica, 2012.

RELATORIO DE VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS PORTO DO CAPIM., CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – SANTA RITA-PB, CENTRO DE REFERÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS, UFPB, 2015.

JORNAIS

Jornal A União. **Burity vai Recuperar patrimônio Cultural.** 14 de Agosto de 1987, p.01.

Jornal A União. **Centro Histórico terá recuperação completa.** 22 de Março de 1996, p. 08.

Jornal A União. **Centro Histórico:** o passado diz presente para não ser esquecido no futuro. 18 de Agosto de 1996, p.08.

Jornal, Correio da Paraíba. **A vez de João Pessoa.** João Pessoa, 08 de Março de 1997.

Jornal A União. **Cidade Baixa ganha “cara nova” em tons e cores. Comissão do Centro Histórico restaura prédios antigos e garante preservação.** 30 de Março de 1997. Caderno Especial. Jornal de Domingo.

Jornal A União. **Confirma a restauração da Igreja de São Frei Pedro Gonçalves.** 18 de Agosto de 1995, p. 04.

Jornal A União. **Espanha participa de plano para a cultura da Paraíba.** 07 de Maio de 1987, p. 04.

Jornal A União. **Folia de Rua começa hoje e Promete nove dias de festa em João Pessoa.** 03 de Fevereiro de 2010, p.05.

Jornal A União. **Imprensados muda percurso e leva frevo ao Centro Histórico.** 28 de Fevereiro 2000, p. 1 e 17.

Jornal A União. **No Centro Histórico – Embaixador espanhol visita obras.** 01 de Outubro de 1999, p.16.

Jornal A União. **Por um Centro Histórico Vivo – iniciado movimento para dar continuidade ao processo de revitalização do Centro Histórico de João Pessoa.** 14 de Julho de 2000, p.13.

Jornal A União. **A União Blocos Inicial hoje Folia de Rua.** 28 de fevereiro de 2000.

Jornal A União. **Turismo e Cultura no Varadouro.** 16 de Julho de 1997, p. 01.

Jornal A União. **Vida Noturna em João Pessoa - Diversão e agito começam pela cidade baixa.** 01 de Setembro de 1996, p.06.

Jornal Contraponto. **Paraíba.** 22 a 28 de maio de 2015.

Jornal Correio da Paraíba. **Centro Histórico será revitalizado.** Proprietários de imóveis terão R\$ 5,2 milhões à disposição para recuperar e requalificar os prédios. 06 de Julho de 2012, p. 08.

Jornal Correio da Paraíba. **Centro Velho renasce em novas tintas** – revitalização da cor e vida aos casarões antigos da Cidade Baixa. 05 de Agosto de 1998.

Jornal Correio da Paraíba. **Revitalização valoriza prédios do centro-interesse dos empresários aumentou a especulação a setor imobiliário.** 04 de Outubro de 1998.

Jornal Correio da Paraíba. **Centro Histórico será revitalizado.** Proprietários de imóveis terão R\$ 5,2 milhões à disposição para recuperar e requalificar os prédios. 06 de Junho de 2012.

Jornal da Paraíba. **Prédios históricos de João Pessoa devem ser restaurados.** 17 de Agosto de 2012, p.08.

Jornal O Norte. **Cidade Baixa – Revitalização do Centro Histórico começa pela Praça ANthenor Navarro.** 10 de Setembro de 1997.

SITES

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos. Carta de Veneza. Veneza: ICOMOS, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

_____. Declaração de Xi'an. China: ICOMOS, 2005. Disponível em: <<http://www.international.icomos.org/charters/xian-declaration-por.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3263>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

<<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadelisboa1995.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

<<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=22/08/2013&jornal=1&pagina=6&totalArquivos=140>>. Acesso em: 30 out. 2013.

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2014.

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petropolis%201987.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Resoluc%CC%A7a%CC%83o%20de%20Sa%CC%83o%20Domingos%201974.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

<http://ecologia.ib.usp.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=70&Itemid=409>. Acesso em: 04 ago. 2015.

<<http://g1.globo.com/pb/paraiba/festa-das-Neves/2013/noticia/2013/08/revitalizacao-do-porto-do-capim-em-joao-pessoa-divide-opinioes.html>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

<<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/dilma-garante-a-luciano-cartaxo-r-50-milhoes-para-revitalizacao-do-centro-historico/>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=633232693394301&set=a.509526939098211.135982.460622680655304&type=1&relevant_count=1>. Acesso em: 16 ago. 2014.